

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

TESE

**A Construção Da Representação Dos Trabalhadores Rurais No
Sudeste Paraense**

WILLIAM SANTOS DE ASSIS

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE.

**A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS
TRABALHADORES RURAIS NO SUDESTE PARAENSE**

WILLIAM SANTOS DE ASSIS

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Sérvulo de Medeiros

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
**Doutor em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.**

Rio de Janeiro-RJ,
Fevereiro de 2007

331.8813
A848c
T

Assis, William Santos de
A construção da representação dos trabalhadores rurais
no sudeste paraense / William Santos de Assis – 2007.
242 f.

Orientador: Leonilde Sérvulo de Medeiros.
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 212-241.

1. Sindicatos rurais - Pará - Teses. 2. Agricultores
familiares – Entidades representativas – Pará - Teses. 3.
Agricultores familiares – Ação coletiva –Pará - Teses. I.
Medeiros, Leonilde Sérvulo de. II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e
Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

WILLIAM SANTOS DE ASSIS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade área de Concentração em Ciências Sociais Aplicadas.

TESE APROVADA EM 27/02/2007

Leonilde Sérvulo de Medeiros, Dra.,UFRRJ

(Orientadora)

Assinatura

Nome completo. (Título) Dr. ou Ph.D. Sigla da Instituição

Assinatura

Nome completo. (Título) Dr. ou Ph.D. Sigla da Instituição

Assinatura

Nome completo. (Título) Dr. ou Ph.D. Sigla da Instituição

Assinatura

Nome completo. (Título) Dr. ou Ph.D. Sigla da Instituição

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Francisco Oliveira de Assis e Damares Santos de Assis, pelo amor incondicional e pela confiança em mim depositada.

À Irene e ao Kauê que dividiram as angústias comigo tornando o peso deste trabalho mais leve.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese, apesar de representar um esforço pessoal, jamais pode ser levado a cabo sem a colaboração de muitos. Neste sentido gostaria de fazer alguns agradecimentos correndo o risco de incorrer em esquecimentos:

Aos dirigentes sindicais e do MST que não se incomodaram com as minhas perguntas e o revirar de suas histórias;

Ao Laboratório Sócio-agronômico do Araguaia-Tocantins (LASAT) pelo apoio prestado nas diversas fases do trabalho;

Ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF)/Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará pela liberação e incentivo para elaboração desta tese;

Ao Programa PICDT da UFPa e à CAPES pela bolsa concedida, sem ela esta tarefa seria mais difícil;

Ao CPDA/UFRRJ pela oportunidade do exercício acadêmico;

Aos colegas do NEAF pela convivência e o estímulo a esta tese;

Aos colegas de entidades de apoio que se dispuseram a dialogar sobre o tema de minha tese;

À professora Leonilde Sérvulo de Medeiros pelo empenho de mostrar caminhos antes não trilhados;

Às inúmeras pessoas que de uma maneira ou de outra colaboraram;

E por fim agradeço especialmente a Irene Margarete Höhn, leitora em primeira mão de todas as versões deste texto e companheira de longa estrada.

RESUMO

Esta tese procurou compreender o sentido que as ações coletivas dos agricultores familiares e de suas entidades representativas têm assumido no sudeste paraense nos últimos anos. Para tanto, tomamos como universo da pesquisa o complexo processo de luta pelo reconhecimento social e político dos agricultores familiares e suas entidades de representação. Percorrendo os diferentes processos que transformaram econômica, ambiental e socialmente a região, podemos afirmar que os posseiros e os agricultores familiares do sudeste paraense se afirmaram como ator social de importância para o desenvolvimento regional por meio de uma intensa luta por direitos e uma árdua atividade política de seus representantes. A mobilização permanente desses atores e um variado *repertório de ação coletiva* têm fortalecido sua posição no espaço social regional e influenciado os rumos da política do Estado, principalmente as direcionadas a criação de assentamentos.

Palavras-chave: Entidades de Representação, Ação Coletiva, Agricultores Familiares

ABSTRACT

This study has thought to investigate what sense the collective actions from the family farmers and their representative entities have assumed in the southeast of Pará in recent years. Therefore we took as the research universe the complex process of the struggle for the social and political recognition of the family farmers and their representative entities. Moving through the different processes that transformed the region social, economical and environmental way, we can confirm that the landholders and the family farmers on the southeast of Pará had imposed themselves as an important social actor for the regional development through an intense struggle for rights and a hard political activity of their representants. The permanent mobilisation of these actors and a variable repertoire of collective actions have made their position stronger in the regional social space and have influenced the political ways of the state, especially those directioned to the creation of the settlements.

Keywords: Representative entities, collective action, family farmers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Incentivos concedidos pela Sudam/Finam até dezembro de 1985, em milhões de dólares, por tipo de empresa

Quadro 2 Distribuição das empresas agropecuárias beneficiadas pelos incentivos fiscais, no estado do Pará, por grupos de áreas durante o período de 1966 a 1976

Quadro 3 Federalização das terras devolutas do estado do Pará

Quadro 4 Formas de ação coletiva, motivações e reivindicações das diferentes categorias de trabalhadores

Quadro 5 Origem dos integrantes da chapa de oposição nas eleições da Fetagri Pará em 1987

Quadro 6 Número de STRs e de filiados por Regional

Quadro 7 Ocupações em 1995, 1996 e 1997

Quadro 8 Número de participantes e instituições envolvidas nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 20001

Quadro 9 Entidades e pessoas que enviaram mensagem de apoio e solidariedade durante os acampamentos de 1997, 1999 e 2000

Quadro 10 Situação das áreas para reforma agrária no momento dos acampamentos

Quadro 11 Volume de recursos solicitados nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 2001 pelo movimento sindical e MST

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da região de Marabá

Figura 2 Principais fluxos migratórios para a região sudeste do Pará a partir da década de 60

Figura 3 Mapa da configuração do território do estado do Pará após a federalização das terras

Figura 4 Mapa das principais estradas que cortam a região

Figura 5 Charges do boletim O Grito da PA-150, ano I, nº 4

Figura 6 Desenho utilizado no boletim da PA-150 para representar a luta dos posseiros contra os grileiros

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Percentual de terras no Brasil e na Amazônia para os estratos de < 100 hectares e > 10.000 hectares

Gráfico 2 Percentual de estabelecimentos no Brasil e na Amazônia para os estratos de < 100 hectares e > 10.000 hectares

Gráfico 3 Assassinatos no campo de 1980 a 1990

Gráfico 4 Evolução do número de associações no sudeste do Pará

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Monumento pelos mortos do massacre de Eldorado dos Carajás, WSA/setembro de 2004

Foto 2 Chegada dos trabalhadores no local do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor).

Foto 3 Montagem das barracas do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor)

Foto 4 Assembléia no acampamento (acervo da Fetagri Regional, cedido ao autor)

Foto 5 Início de uma passeata saindo do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor)

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AGREGAR	Agregação de Renda da Agricultura Familiar
AI-5	Ato Institucional-5
AMAT	Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins
AMCAT	Associação dos Municípios Consorciados do Araguaia Tocantins
AP	Ação Popular
ASSERA	Associação dos Servidores do Inca
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BASA	Banco da Amazônia S.A .
BB	Banco do Brasil S.A .
CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
CIB	Companhia Industrial Brasileira
CEAT	Comissão Especial do Araguaia Tocantins
CBB	Comissão de Bairros de Belém
CDDP	Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CEPASP	Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIB	Companhia Industrial Brasileira
CIP	Centro das Indústrias do Pará
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CO	Círculos Operários
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAC	Confederação Nacional da Alimentação
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
COOCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
COOMAFASP	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar do Sul e Sudeste Paraense
COOMARSP	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária
COOPSERVIÇOS	Cooperativa de Prestação de Serviços
COOPVAG	Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale Araguaia
CS	Convergência Socialista
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CT	Correio do Tocantins
CUT	Central Única dos Trabalhadores

CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DL	Decreto Lei
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
DNTR-CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
DOPs	Departamento Operacional da Polícia Secreta
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DS	Democracia Socialista
EFA	Escola Família Agrícola
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA	
ENOS	Encontro Nacional das Oposições Sindicais
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAEPA	Federação da Agricultura do Estado do Pará
FAF/SP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de São Paulo
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FBC	Fundação Brasil Central
FECAP	Federação de Associações do Estado do Pará
FECAAT	Federação de Cooperativas do Araguaia-Tocantins
FERA	Fórum de Entidades pela Reforma Agrária
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá
FETRAF	Federações de Agricultores Familiares
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FNO	Fundo Constitucional para Região Norte
FNS	Fundação Nacional de Saúde
FRS	Fetagri Regional Sudeste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IICA	Instituto Inter Americano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPAR	Instituto Pastoral Regional
IPC	
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JICA	Japan International Cooperation Agency
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
LO	Licença de Ocupação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDV	Movimento em Defesa da Vida
MEB	Movimento de Educação de Base
METABASE	Sindicato dos Metalúrgicos de Marabá
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento
MPF	Ministério Público Federal
MPST	Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NAAC	Nippon Amazon Aluminium Company
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEAF	Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar
OAB-PA	Organização dos Advogados do Brasil, seção Pará
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCLB	Paróquia de Confissão Luterana de Belém
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrata Social
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PGC	Programa Grande Carajás
PIC	Programas Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNATER	Política Nacional de ATER
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PO	Programação Operacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PRC	Partido Revolucionário Comunista

PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos
PT	Partido dos Trabalhadores
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
RB	Relação de Beneficiário
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SAR	Serviço de Assistência Rural
SDDH	Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos
SER	Sindicato de Empregados Rurais
SERPAJ	Serviço de Paz e Justiça
SESPA	Serviço de Saúde do Pará
SINDIPLAN	Sindicato dos Produtores da Reforma Agrária
SINTEP	Sindicato dos Professores
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNI	Serviço Nacional de Informação
SORPE	Serviço de Orientação Rural
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SPI-TUC	Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SR27E	Superintendência Regional 27 E
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TDA	Título da Dívida Agrária
TM	Tendência Marxista
UDR	União Democrática Ruralista
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHE	Unidade Hidrelétrica
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará
UNIPOP	Universidade Popular
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
UTA	Unidade Técnica de Articulação
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A Base Empírica	9
A Base das Informações e as Técnicas de Coleta	12
Estrutura do Texto	13
CAPÍTULO I FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO SUDESTE PARAENSE	15
1.1 Migrações, Extrativismo, Ocupação do Espaço Regional e Consolidação da Oligarquia Local	15
1.2 Políticas Governamentais e Consolidação das Grandes Propriedades	22
1.3 O Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, o Programa Grande Carajás e o Acirramento dos Conflitos pela Posse da Terra	36
CAPÍTULO II A LUTA PELO RECONHECIMENTO E PELOS DIREITOS	46
2.1 Os Primeiros Passos para a Constituição de um Sindicalismo no Meio Rural (Pré-64).....	46
2.2 As Organizações de Trabalhadores Rurais no Período do Governo Militar (1964-1970).....	57
2.3 O Sindicalismo dos Anos 1980: Transformações Internas e Consolidações de Novos Atores	70
CAPÍTULO III OS SINDICATOS NA CENA POLÍTICA DO SUDESTE PARAENSE	77
3.1 Das Comunidades Eclesiais de Base à Formação das Oposições Sindicais no Sudeste Paraense	77
3.2 Os novos Rumos do Sindicalismo no Estado.....	91
3.3 Sindicatos e Organizações no Período de Ajuste Estrutural e Crescimento Econômico.....	103
CAPÍTULO IV DISPUTA PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E NOVA PRÁTICA SINDICAL.....	108
4.1 Atuação Regionalizada: Fortalecendo o Papel de Representação do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais	108
4.2 A Inserção do MST na Região Sul e Sudeste do Pará: Relações Tensas e Aprendizados Mútuos	119
4.3 Associações de Produtores, Centrais de Associações e Federação de Associações: Disputando o Acesso as Políticas Públicas a Representação dos Agricultores	129
CAPÍTULO V ORGANIZAÇÕES EM MOVIMENTO E AÇÃO COLETIVA	148
5.1 As Ações Coletivas no Contexto Regional	148

5.2 O Enterro Simbólico do Inca: Disputa Política e Construção de Legitimidade.....	155
5.3 Construindo Demandas e Mobilizando Aliados.....	163
CAPÍTULO VI OS GRANDES ACAMPAMENTOS COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS	175
6.1 Montar o Grande Acampamento: Demonstração de Organização e Força Política	175
6.2 Manifestando e Negociando: o Jogo de Interesse dos Diferentes Atores.	183
6.3 A Pauta de Reivindicação: Espaço de Negociação e Construção de Identidade.	195
6.3.1 As questões gerais: marcando a posição no processo de negociação.....	196
6.3.2 - As questões específicas: a disputa pelos recursos	201
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS.....	212

INTRODUÇÃO

A região sudeste do Pará esteve sempre ligada a grandes conflitos fundiários, seja em função de seu potencial natural de produtos florestais extrativos, produção mineral ou a agropecuária. A violência que os tem acompanhado tem sido característica marcante da região. Desde o seu processo inicial de povoamento por populações não indígenas se estabeleceu uma incessante disputa pelos seus diferentes recursos. A presença de agricultores entre os muitos grupos que se deslocaram para a região foi sempre marcante. Em épocas remotas, esses agricultores se dedicaram à coleta de produtos florestais como o caucho e a castanha, à caça de animais selvagens para venda de peles, ao garimpo, à implantação de pastagens para grandes fazendeiros e à produção de culturas alimentares. De uma maneira ou de outra participaram ativamente da construção social, econômica e política da região.

Durante a maior parte do século XX os agricultores, permaneceram invisíveis politicamente no espaço social. Distribuídos em comunidades com fortes laços de vizinhança e parentesco desenvolveram relações de solidariedade que garantiram sua existência social a despeito da frágil participação nas esferas da política e da representação profissional. A expressão pública dos agricultores se fez notar a partir do momento em que um conjunto de políticas governamentais incrementou o processo migratório para a região, intensificando os conflitos pela posse da terra. Ocupando terras devolutas ou não, agricultores, empregados de fazendas, vaqueiros, meeiros e trabalhadores na terça¹, vindos de outras regiões, tornaram-se *posseiros* no Sudeste do Pará (GUERRA, 2001). Na condição de *posseiros*, desenvolveram lutas para conquistar e resistir na terra. Foi nessa condição que passaram a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), associações, caixas agrícolas e mais tarde em sindicatos.

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região sudeste do Pará, foram criados a partir dos anos 70, fortemente ligados à política de colonização e sob a tutela do Estado autoritário. Durante os anos 80, com o apoio de diferentes grupos de mediação, lideranças rurais oriundas das CEBs, criaram associações (HÉBETTE, 1997), empenharam-se na construção de oposições sindicais, assumiram paulatinamente a direção dos sindicatos e tornaram-se os principais porta-vozes dos agricultores. Inseriram-se nas disputas políticas regionais e construíram uma imagem de resistência ao latifúndio, defesa e luta pela terra. Por meio desse processo, as entidades sindicais se consolidaram como principal porta-voz dos agricultores. Construiu-se o que se pode chamar de uma hegemonia da representação pelo sindicalismo de *trabalhadores rurais*. Na década seguinte, novas organizações proliferaram. Ainda na década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) iniciou sua ação na região. Na virada do século, outras formas organizativas que se originaram também no Sul do país, como a Federação da Agricultura Familiar (FETRAF),² aportaram na região.

Concomitante a esse processo intenso de constituição de entidades representativas dos agricultores, diferentes ações coletivas foram sendo gestadas e implementadas. Hébette (1997) considerou que várias formas de ações coletivas foram implementadas mesmo antes do sindicalismo de *trabalhadores rurais* assumir a hegemonia da representação dos agricultores. Não podemos esquecer que o regime

¹ Caracteriza-se como trabalho na terça quando o produto de um determinado ciclo agrícola é dividido em três partes sendo uma para o agricultor e duas para o dono da terra.

² A primeira Federação da Agricultura Familiar surgiu na região Sul do Brasil, reunindo sindicatos de agricultores familiares dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

autoritário que perdurou por mais de vinte anos, forçou as entidades de representação, fossem elas sindicais ou não, a um recuo em suas atividades. Isso não impediu que os agricultores se mobilizassem por meio de ações coletivas em defesa de seus direitos. A região sudeste do Pará foi um exemplo dessa força social criativa dos agricultores. Durante décadas lutaram contra a política econômica do governo que priorizava a formação de grandes latifúndios em detrimento das unidades de produção de base familiar. Esse apoio às entidades patronais fazia parte de uma política agrícola que visava promover complexos agroindustriais de exportação, e uma política agrária que regulava a distribuição de terra em seu favor. Esse processo predominou de certa maneira em toda a América Latina (PIÑEIRO, 2005).

Na condição de *posseiro* ou elevado à categoria de *trabalhador rural, pequeno produtor, camponês* e nos dias atuais a *agricultores familiares*, se mobilizaram e se tornaram reconhecidos no jogo político.

A preocupação central desta tese é analisar as transformações das entidades de representação dos agricultores familiares e de suas ações no sudeste paraense, considerando o contexto sócio-político dos anos noventa do século XX.

A preocupação em estudar esse tema surgiu a partir da minha própria inserção em atividades de pesquisa, ensino e extensão, ligadas estreitamente a dirigentes e entidades sindicais. Definir um objeto de estudo a partir da inserção profissional é um grande desafio para qualquer pesquisador das ciências humanas. Este desafio é ainda mais complexo para alguém cuja formação acadêmica original é de outro campo disciplinar, como no meu caso, graduado em Agronomia. Apesar da consciência das dificuldades, não tinha como ser diferente. Após vários anos atuando profissionalmente na assessoria de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), num primeiro momento e, em seguida, no âmbito de um programa de Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Pará (UFPA), estabelecendo uma relação direta com os atores locais e de forma privilegiada com as lideranças sindicais rurais e suas organizações de representação (sindicatos, associações e cooperativas), tornou-se uma necessidade refletir, de forma sistemática e à luz das contribuições das Ciências Sociais, sobre as relações entre a dinâmica das lutas e o desenvolvimento social e econômico regional.

O meu primeiro contato com o sindicalismo de trabalhadores rurais foi em 1986³ através de um projeto conjunto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujo objetivo era prestar assessoria *educacional não formal e técnica agrícola* aos agricultores desalojados pelo enchimento do lago da hidrelétrica de Tucuruí. A expressão '*educação não formal*' era utilizada pelos diferentes grupos de assessores para designar as atividades de assessoria sindical e política aos STRs; da mesma forma, '*assessoria técnica agrícola*' compreendia um conjunto de atividades de orientação técnica aos agricultores, visando a organização da produção. Esse conjunto de atividades se inspirava na proposta pedagógica do educador Paulo Freire (FREIRE, 1983) e em alguns fundamentos da Teologia da Libertação (BOFF, 1981 & BOFF, 1984). A junção desses dois tipos de assessoria numa mesma equipe atendia a uma demanda que não era tão claramente formulada pelo próprio sindicalismo, na busca de soluções para os problemas políticos e os desafios técnicos dos sistemas de produção nas propriedades.

Os agricultores, organizados pelo STR de Tucuruí, com apoio de entidades como a CPT, IECLB e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), se articulavam no Movimento em Defesa da Vida (MDV) e, posteriormente, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), para reivindicar da Eletronorte e do

³ Ano em que concluí o curso de graduação em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, em Belém.

governo federal providências mitigadoras dos impactos negativos da construção da hidrelétrica. Várias manifestações foram realizadas na sede do município como forma de dar visibilidade aos problemas ambientais e sociais de um projeto de tal envergadura.

A construção da barragem produziu um conjunto de efeitos negativos. Um deles foi o deslocamento de um grande número de famílias que habitavam as margens do rio Tocantins há várias gerações. A re-alocação dessas famílias deu-se por meio de um processo com efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo em que era considerado como uma vitória das organizações de representação, constituía um problema sério para as famílias re-aloçadas. Para estas, o deslocamento era, ao mesmo tempo, a perda de um território construído na convivência com a floresta e o rio e da rede de relações sociais construídas por gerações. Laços de vizinhança, de parentesco, de compadrio e de afetividades foram quebrados e dificilmente serão reparados.

O segundo momento de contato com uma entidade sindical foi no final da década de 1980, por meio de um projeto financiado pela cooperação internacional⁴. Fui selecionado para trabalhar como *assessor técnico* no STR de Paragominas⁵, região nordeste do estado do Pará. A discussão sobre a preservação da floresta e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores eram os principais componentes do projeto. Pretendia-se, com o apoio das entidades de representação dos agricultores, notadamente o sindicato, ampliar a discussão sobre a preservação ambiental e divulgar novas possibilidades de uso da terra. O município abrigava dois grupos distintos de agricultores: um composto por migrantes que chegaram à região através da rodovia Belém/Brasília e que se estabeleceram na parte leste, e outro, composto por agricultores ribeirinhos das margens do Rio Capim, a oeste do município. A degradação ambiental do município devido à intensa atividade pecuária e madeireira, tornava a proposta do STR uma atividade inovadora e solitária.

Havia um consenso entre técnicos e dirigentes sindicais de que o sistema tradicional de corte e queima estava chegando a um ponto de estrangulamento e que novas alternativas deveriam ser apresentadas aos agricultores. A principal delas, discutida no âmbito do projeto, era a implantação de Sistemas Agroflorestais⁶. Segundo as premissas do projeto, por meio dos Sistemas Agroflorestais, os agricultores podiam potencializar a combinação de espécies vegetais e animais mantendo um alto índice de diversidade biológica e aumentar o leque de alternativas econômicas dos seus sistemas de produção. Esse diagnóstico inicial tornava-se mais complexo quando os contatos se tornaram mais estreitos entre técnicos, agricultores e lideranças sindicais. A falta de infra-estrutura básica como estradas, escolas, postos de saúde e a frágil inserção dos agricultores nas redes de comercialização era apenas a ponta de um problema maior com o qual as famílias se enfrentavam, principalmente na região do Rio Capim, onde predominava um sistema de dominação que misturava assistencialismo, paternalismo e obediência pela dívida contraída com comerciantes. A realidade era complexa e demandava muito mais que o desenvolvimento de uma proposta técnica que superasse o sistema de corte e queima.

Para o STR o desafio não era só técnico, como imaginava a maioria das agências que apoiavam financeiramente a iniciativa. Paragominas era terra de latifúndios, de exploração descontrolada de madeira, de grandes projetos de exploração de minérios como o caulim pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de disputa acirrada pela

⁴ O projeto foi financiado inicialmente pelo Fundo Canadense para Pequenos Projetos, ligado à Embaixada do Canadá e depois pela Ford Foundation e pelo World Wildlife Fund (WWF).

⁵ O nome do município enunciava a composição de sua população oriunda do estado do Pará, Goiás e Minas, formando o nome composto Paragominas.

⁶ Proposta que veio a ser apoiada pela Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF).

posse da terra. Interessava ao STR uma assessoria que fosse além das discussões técnicas dos sistemas de produção. Minha experiência com a atuação em Tucuruí me credenciava a tal atividade muito mais pela confiança adquirida junto às lideranças sindicais e entidades de apoio do que pela capacidade de resposta a problemas tão complexos. Na falta do ‘*assessor educacional não formal*’, o ‘*assessor técnico*’ se transformou numa espécie de “braço direito” da diretoria do STR, exercendo funções que internamente envolviam debate sobre temas como processo de ocupação de latifúndios, impacto dos grandes projetos etc. Foi nesta atividade que tive a primeira experiência com os conflitos agrários. Foi em Paragominas que vi tombar a primeira liderança sindical de meu ciclo de convivência quase cotidiana⁷ com a violência.

O terceiro contato com as entidades sindicais, foi na região sudeste do Pará em meados dos anos noventa. Fui contratado pelo Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), laboratório ligado ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário da UFPA, para assessorar um programa de diálogo entre agricultores, técnicos, pesquisadores e lideranças sindicais. Meu contato com os professores da UFPA foi feito por meio do curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, nível de Especialização e Mestrado, do qual fui aluno de 1995 a 1998⁸. O trabalho consistia na organização de diversos tipos de encontros entre os agricultores e os técnicos, objetivando identificar restrições ao desenvolvimento através de uma leitura comum (negociada), seja no âmbito da organização sindical, infra-estrutura, organização da produção e comercialização. Identificados os problemas, o grupo tinha que discutir possíveis soluções. Os encontros de caráter mais geral eram denominados *estágios de base*, e os encontros direcionados a buscar solução para problemas específicos eram denominados *estágios temáticos*⁹. O período de trabalho nesse programa ajudou-me a conhecer as lideranças sindicais da região e as principais questões consideradas como entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Marabá era uma cidade que, para muitos, despertava um sentimento de medo. Conhecida nacional e internacionalmente pelos inúmeros casos de violência contra trabalhadores rurais, massacres e pela impunidade, se tornou um pólo de atração para defensores dos direitos humanos, pesquisadores e militantes das causas sociais. No final dos anos oitenta, um grupo de pesquisadores e lideranças sindicais ligadas a quatro STRs da região¹⁰, fundaram o Centro Agro-ambiental do Tocantins, que ficou conhecido como Programa CAT. O Programa CAT tinha uma ancoragem na UFPA por meio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e posteriormente na Pró-Reitoria de Extensão.

⁷ Mauro Carneiro (Maurinho) delegado sindical do STR de Paragominas, ligado ao deputado João Batista (PSB – também assassinado na luta pela terra), foi assassinado em 1991 numa área de ocupação. Diferente de tantos outros assassinatos onde o fazendeiro paga um pistoleiro para fazer o “serviço”, no caso do Maurinho, o próprio fazendeiro e seus filhos assumiram a tarefa. Após decisão favorável de uma juíza para a abertura de uma estrada que ligava a ocupação à estrada principal atravessando a fazenda da família Leão, o chefe da família se encarregou pessoalmente da ação de intimidação. Pego de surpresa, Maurinho, que já havia escapado de outros atentados, não teve chance de defesa. O fazendeiro não saiu do município, só livrou o flagrante, alegou autodefesa e continuou a vida como se nada tivesse acontecido.

⁸ Havia um contato anterior quando uma equipe desse mesmo núcleo colaborou com a realização de um diagnóstico da produção familiar no município de Paragominas.

⁹ O projeto foi apoiado por uma agência de cooperação internacional (MISEREOR).

¹⁰ Os quatro STRs fundadores do Programa CAT foram os de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá. Nos anos noventa dois novos municípios foram criados, São Domingos do Araguaia e Nova Ipixuna que passaram a integrar o programa.

O programa foi financiado, por um conjunto de agências nacionais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e instituições estrangeiras como a *Overseas Development Administration* (ODA) do governo britânico e organizações não governamentais francesas e britânicas. Nesse período, apesar dos conflitos ainda existentes, a posse da terra já estava garantida para um grande número de famílias de posseiros. O Programa CAT surgiu, portanto, a partir da seguinte indagação: como garantir a permanência na terra conquistada? Até então a preocupação dos diferentes grupos que apoiavam as lutas dos posseiros e dos STRs não passava pelos aspectos técnicos da produção. A prioridade centrava-se na questão da terra e da violência. As competências para tratar das questões técnicas dos sistemas de produção da agricultura camponesa ainda não estavam reunidas regionalmente. O Programa CAT foi inovador nesse aspecto.

Após dois anos (1995-1997) na região, ingressei no quadro de professores da UFPA, lotado no Centro Agropecuário e trabalhando em tempo integral no Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará. A história desse grupo de professores estava ligada ao Programa CAT, pois foi a partir dele que se estabeleceram relações com o sindicalismo regional. Na convivência direta com dirigentes sindicais comecei a perceber uma discussão em torno das dinâmicas organizativas e das ações dos sindicatos, principal entidade de representação regional. Nas instâncias internas do sindicalismo de trabalhadores rurais estava sendo travado um debate codificado sobre os limites dos sindicatos, do papel de novas entidades, da maneira de enfrentar os problemas, do perfil das articulações e do papel da agricultura familiar na região. Como traduzir essas questões para o debate na academia sem perder a originalidade da discussão feita no interior do sindicalismo? Em alguns momentos sentia-me angustiado, sem conseguir avançar na análise do conjunto de questões que emergiam a cada reunião, encontro, seminário, manifestação e conversas mais descontraídas. Isto para mim já era motivação suficiente para buscar apoio em espaços acadêmicos.

Na segunda metade da década de 1990, o que antes era inquietação, começava a se materializar. A dinâmica das entidades de representação se modificou, novos atores se constituíram, ocorreram mudanças significativas nas relações entre os diferentes atores, as mobilizações se intensificaram. Além disso, a atuação do Estado na região adquiriu novos contornos. A violência, no entanto, continuou presente. A dinâmica social intensa exigia de todos, rapidez e capacidade de ler “as realidades” com agilidade, utilizando-se de ferramentas nem sempre comuns. Lideranças sindicais, assessores sindicais e políticos, professores e pesquisadores, agentes do governo, se esforçaram para estabelecer um diálogo, nem sempre livre de conflitos, sobre os temas prioritários para o desenvolvimento regional. A reforma agrária, os conflitos fundiários, a violência, o trabalho escravo, a assistência técnica, o financiamento da produção, as políticas sociais eram temas que passaram a povoar o discurso dos diferentes atores, sem que as estratégias fossem necessariamente consensuais.

Minha nova função como professor e pesquisador de uma universidade, após mais de dez anos trabalhando como assessor das entidades de representação dos agricultores, abria novos desafios e novas questões. A discussão com os colegas da academia me obrigava a olhar para essas entidades, lideranças e suas ações a partir de um outro lugar. Questões antes tão familiares precisavam agora de um estranhamento e uma nova codificação para me fazer entender e ser entendido em diferentes espaços. Sentia a cada momento a necessidade de um distanciamento para ler a realidade. Com o tempo, percebi que o distanciamento tinha que ser físico também. Morar fora da região por um determinado tempo, tomar fôlego e voltar a olhar para ela com lentes limpas e,

quem sabe, reforçadas, para enxergar locais antes embaçados pela proximidade. Vi-me em meio a um sentimento contraditório. A proximidade que, por vezes, levava à naturalização era a mesma proximidade que permitia entender os atores em seus detalhes, em suas semelhanças, em suas diferenças, em suas vivências.

Com essas inquietações em mente me propus a fazer o doutorado. No processo de sondagem das possibilidades me deparei com o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, vinculado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O caráter interdisciplinar do curso, a vasta produção acadêmica sobre o mundo rural e um quadro de professores atuantes me chamou a atenção. A leitura de alguns textos produzidos no âmbito das linhas de pesquisas do curso, em especial, na linha Movimentos Sociais, me deu a certeza da escolha.

A definição do objeto desse estudo, portanto, veio se construindo na própria ação de pesquisador e nas dificuldades de interpretação da realidade social encontradas no seu cotidiano. Defini como tema desta pesquisa as entidades de representação política e econômica dos agricultores familiares e sua atuação na defesa dos interesses dessa parcela de atores sociais no sudeste paraense. Entretanto, o esforço de buscar uma aproximação teórica capaz de levar a problematizar o objeto em construção, impôs ao pesquisador uma reflexão de sua própria ação como parte do contexto social no qual estava inserido. Em meio a essas inquietações o objeto da tese foi ganhando contorno e se revelando. Entretanto, analisar processos sociais recentes ou mesmo em pleno desenvolvimento não é uma tarefa das mais fáceis. A delimitação de um campo teórico que guiasse as reflexões sobre os fatos históricos e possibilitasse ao mesmo tempo a apreensão da complexidade dos fenômenos sociais em curso, foi a principal preocupação. Acredito ser possível lograr este objetivo a partir de uma leitura crítica sobre a noção de campo, representação política (BOURDIEU, 2000; 2001) e ações coletivas (MELUCCI, 2001, 1994, 1989; TILLY, 1984; 1986).

A noção de espaço social significou na obra de Bourdieu, um esforço de superação no sentido de pensar o mundo de maneira relacional e não de forma substancialista. Ou como ele mesmo afirmou, implicava a ruptura com a tendência para privilegiar a substância; ruptura com a visão intelectualista, que significava uma nova maneira de conceber as classes, evitando considerar a classe teórica, fruto da elaboração dos cientistas, como uma classe real; ruptura com o economicismo evitando a tendência de reduzir o espaço social (multidimensional), às relações de produção econômicas; ruptura com o objetivismo, buscando evidenciar as lutas simbólicas desenvolvidas entre os agentes sociais, nas quais estava em jogo a própria representação do mundo social (BOURDIEU, 2001). Segundo o autor:

A noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo: ela afirma, de fato, que toda a “realidade” que designa, reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos, quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que visível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996:48)

Para o autor, à exceção das sociedades menos diferenciadas, todas as sociedades se apresentavam como “espaços sociais”, entendidos como estruturas de diferenças que não se podia compreender sem se construir o princípio gerador que fundia essas

diferenças na objetividade. Bourdieu considerava que o princípio gerador era o da estrutura de distribuição das “formas de poder” ou dos “tipos de capital” eficientes no universo social considerado. Para ele, as formas de poder e os tipos de capital podiam variar dependendo dos lugares e dos momentos (BOURDIEU, 1996). Neste sentido, os agentes, individuais ou coletivos, podiam ocupar posições diferentes no espaço social ao longo do tempo e em função de suas capacidades de mobilização de recursos simbólicos e/ou materiais.

Por isso, o espaço social podia ser representado como um “campo”. A noção de campo era a forma como Bourdieu concebia as instituições, de maneira relacional e não como substância, ou seja, como configurações de relações entre atores individuais e coletivos (CORCUFF, 2001). Para Bourdieu, o campo podia ser considerado:

[...] ao mesmo tempo, como campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996:50)

Campo de forças aqui entendido como a existência de relações entre dominante e dominado, marcadas por uma distribuição desigual dos recursos. E campo de luta, no sentido da existência de um confronto entre os agentes sociais para conservar ou transformar as relações de força. Portanto, o campo se caracterizava por relações de concorrência entre seus agentes, ainda que para a existência do campo fosse necessário um mínimo de acordo entre os agentes (CORCUFF, 2001). O espaço social num determinado momento histórico era, portanto, composto por diferentes campos que ocupavam posições diferenciadas em seu interior. Para o autor, os diferentes campos tendiam a se autonomizarem no decorrer do tempo histórico. Esta autonomização se dava em torno de relações sociais, de conteúdos e de recursos próprios, característicos de cada campo.

A constituição de entidades como associações, centrais de associações, federações de centrais de associações, cooperativas, federações de cooperativas, estruturas regionalizadas da federação dos sindicatos de trabalhadores rurais (Fetagri Regional Sul e Sudeste), além do surgimento do MST, imprimiu uma dinâmica diferenciada ao campo da representação (BOURDIEU, 1996). Para analisar essa dinâmica foi preciso, por um lado, entender como as diferentes entidades de representação (os agentes coletivos do campo) se constituíram e, por outro, qual a base social de referência dessas entidades (os agentes individuais). Para Bourdieu (1996), o trabalho de constituição simbólica de um grupo tinha tanto mais chances de se concretizar quanto mais próximos fossem os agentes sociais no espaço das relações sociais e quanto maior fosse a disposição e interesse desses agentes em se reconhecerem mutuamente e em determinados projetos políticos ou de qualquer outra espécie.

Considerando que os produtos simbólicos e materiais gerados num determinado campo são uma consequência da concorrência que se estabelece entre os diferentes agentes (BOURDIEU, 2001), interessava saber quais produtos estavam em jogo; quais impactos estavam sendo gerados junto aos representados e quais elementos eram definidores da adesão a uma ou outra entidade. Era preciso entender, portanto, quais foram as motivações que impulsionaram a criação de novas entidades de representação, e o que as diferenciava das entidades que já existiam. Por último era preciso entender se a fragmentação verificada no campo da representação podia ser traduzida como um momento de deslegitimação das estruturas existentes (CHAMPAGNE, 1996) ou fazia

parte de uma nova configuração do campo para melhorar as posições no espaço social e no jogo dos interesses (BOURDIEU, 2001).

Os fenômenos coletivos são uma marca que atravessam historicamente a formação das sociedades no decorrer dos tempos. Como surgiram estes fenômenos, quais mudanças provocaram, quem e como se envolveu tem sido uma preocupação recorrente dos cientistas sociais. As abordagens sociológicas que se preocupam com a análise desses fenômenos, têm evoluído para conseguir responder às perguntas centrais que se colocam a cada fase de evolução dos próprios fenômenos coletivos. A ação coletiva já esteve associada, freqüentemente, a uma situação de crise do sistema em algum de seus aspectos (social, econômico, político). Por este tipo de abordagem, se convencionou fazer referência à ação coletiva como sendo uma patologia social (MELUCCI, 2001). Os acontecimentos dos anos sessenta, em nível mundial, impulsionaram uma discussão muito rica em torno das principais teorias destinadas a analisar os fenômenos coletivos. Como afirmou Ledesma:

As grandes ondas de protestos dos anos 60, fizeram com que especialistas de diversas áreas do conhecimento voltassem seus estudos para estas diferentes manifestações de descontentamento originadas em diversos setores da sociedade. Alguns focavam mais a violência dos grandes protestos como os motins, as greves políticas ou radicais, o terrorismo e as manifestações contra governos, outros focavam seus estudos mais sobre a capacidade de mobilização dos grupos (LEDESMA, 1994. Tradução livre do autor)

O resultado disto parece ter sido a abertura de um leque grande de opções e de possibilidades, ainda que algumas não estejam totalmente (ou não se pretendam) consolidadas. Pelo menos três componentes são necessários para se definir um fenômeno social como uma ação coletiva: uma *identidade*, no sentido descrito por Melucci e Touraine; um *adversário claramente definido* no campo social onde se desenvolve a ação; um *campo comum de disputa*. Estes três componentes, permitem diferenciar uma ação coletiva de outras ações sociais como o protesto, defesa de interesses, conduta de agressão conduta de marginalidade selvagem, violência política e ação de reivindicação dentre outras. Neste sentido, pudemos identificar algumas tendências que, de uma maneira ou de outra, perpassavam as diferentes abordagens em direção a alguns elementos de análise, tais como:

- a) Pluralidade das ações coletivas nas sociedades contemporâneas: existia um certo consenso entre os autores de que as ações eram muito variadas e atingiam diferentes níveis da estrutura social. Dentre alguns dos autores que compartilhavam esta noção, apesar de algumas nuances, pudemos incluir Tilly (1984;1986), Melucci (2001), Touraine (1999) e, de certa maneira, Thompson (1998);
- b) Multiplicidade de atores: as categorias que se mobilizaram (nas sociedades contemporâneas) em ações coletivas eram cada vez menos definidas por uma atividade e cada vez mais por uma origem ou pertença (TOURAINÉ, 1999a). Um consenso entre alguns autores foi que os atores dos conflitos atuais, eram provisórios e a sua ação opera como reveladora, anunciando para a sociedade os dilemas cruciais que a atravessavam (MELUCCI, 2001);
- c) Diversidade de orientações: nossas sociedades eram verticais, estão se tornando horizontais. A diversidade substituiu a hierarquia, para melhor, mas também para pior, dado que à busca da igualdade se podia responder pela segregação: iguais sim, mas separados (TOURAINÉ, 1999b). Para o caso de sociedades como a nossa, talvez esta noção deva ser relativizada;

- d) Oportunidades políticas: a modificação das oportunidades políticas criou novas ondas de movimentos e formas de desdobramentos. As oportunidades políticas se ampliaram a partir da ação dos próprios movimentos, sustentados por estruturas de mobilização e esboços culturais;
- e) Mudança cultural e de valores como resultado das ações coletivas: existia um certo consenso de que mesmo a ação coletiva não chegando a seus objetivos finais, operava mudanças no mundo social em seus diferentes aspectos;
- f) A importância das redes de relações pessoais e institucionais, formais e informais: indivíduos e instituições estavam cada vez mais integrados a fluxos contínuos e entrecruzados por onde transitaram diferentes recursos;
- g) O indivíduo se tornando sujeito da ação: reconhecimento da capacidade de ação do indivíduo dentro de um campo de relações dinâmico.

Segundo Ledesma (1994), os aspectos centrais que uniam os analistas dos movimentos sociais e das ações coletivas pós anos 1960 eram, por um lado, uma valorização mais positiva do papel de tais movimentos na vida política e social e, por outro, a conclusão a que chegaram que a ação coletiva encarnada nos movimentos sociais não era menos racional que as atividades convencionais das organizações formais, nem estava separada delas por um abismo intransponível, como há muito se pensara (LEDESMA, 1994:64). Nesta pesquisa, estaremos atentos às discussões suscitadas por essas aproximações teóricas.

A Base Empírica

A análise dos acontecimentos da década de 1990 seja no que diz respeito às mudanças nas políticas públicas, nas ações desenvolvidas pelos diferentes atores sociais e suas organizações ou no contexto institucional onde se davam as negociações e conflitos em torno das políticas, indicavam, por um lado, a necessidade de se entender como estes processos ocorreram e, por outro, a extensão dos impactos causados sobre os diferentes segmentos de atores regionais. Esta pesquisa dirigiu seu foco para um desses segmentos e suas entidades de representação: os agricultores familiares. Estes apareceram em textos de estudos científicos, de programas e políticas, bem como em documentos políticos de diferentes orientações com outras denominações, variando de acordo com os referenciais teóricos e os objetivos políticos que a eles subjaziam.

Dentre algumas denominações conhecidas, encontravam-se *lavradores*, *posseiros*, *ribeirinhos*, *extrativistas*, *sem terra*, *pequenos produtores*, *camponeses*, *assentados* e *trabalhadores rurais*. Algumas dessas denominações foram objetos de intensos debates acadêmicos e políticos e outras só foram usadas como referência no passado. Todas, no entanto, estavam carregadas de significados sociais e políticos. Não nos propusemos aqui a aprofundar o debate sobre as implicações e a pertinência da utilização da categoria agricultura familiar, mas gostaríamos de lembrar a pesquisadora Maria Nazaré Baudel Wanderley, para quem o termo agricultura familiar tem a ver com as transformações políticas, sociais e econômicas em curso na sociedade global. Wanderley se posicionou nesse debate colocando três questões para reflexão:

- a) o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e, à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultor no próprio processo de desenvolvimento;

- b) a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima de seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrer à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural;
- c) o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir (WANDERLEY, 2003:58/59)

As três questões levantadas por Wanderley nos remeteram a uma reflexão mais aprofundada sobre o significado das lutas e das proposições dos agricultores organizados em torno da Contag, especialmente no que se refere à proposta de desenvolvimento. Em que pese a fragilidade dos processos ainda em andamento, pudemos afirmar que grandes mudanças ocorreram no movimento sindical a partir do momento que o mesmo assumiu categorias como ‘desenvolvimento rural sustentável’, ‘agricultura familiar’, ‘gênero’, ‘etnia’, ‘raça’, dentre outros. Na visão da Contag, não se poderia avançar na perspectiva da construção de um novo projeto de desenvolvimento sem que esses novos temas fossem considerados.

Em relação à segunda questão levantada por Wanderley, inúmeros estudos mostraram que na década de 1990, a criatividade do movimento sindical e de outros movimentos sociais como o MST, gerou um *repertório de ações coletivas* muito amplo (TILLY, 1984). Ações como ocupações de terras, de prédios públicos, interdição de estradas, grandes passeatas e marchas, foram prova da capacidade organizativa dos agricultores familiares. Os “Gritos da Terra Brasil” se transformaram na principal forma de luta e negociação da Contag com as instâncias de governo em nível federal, estadual e municipal. Através dos “Gritos” a discussão de políticas públicas ganhou capilaridade nos diferentes níveis de atuação do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Em relação à terceira questão levantada pela autora, a diversidade de situações que o termo encerrava, era indubitável. Entretanto, o debate em torno da categoria agricultura familiar ainda está em aberto¹¹. Delimitar os contornos dessa categoria deve ser um esforço coletivo a partir de discussões acadêmicas, referenciadas por exaustivas verificações empíricas, o que não nos propusemos a fazer nessa pesquisa. Apesar disso, fizemos uso da categoria por ser a mesma largamente adotada pelo sindicalismo de trabalhadores rurais em todo o país¹². Por entidade de representação, compreendemos todas as instituições de caráter político e/ou econômico, reconhecidas juridicamente, em atuação na região sudeste do Pará a partir dos anos 90 e décadas anteriores, cujo público alvo de sua ação eram os agricultores familiares com ou sem terra, proprietários, posseiros ou assentados da reforma agrária.

A pesquisa se inscreveu do ponto de vista geográfico na mesorregião sudeste do Pará¹³ (Figura 1). A análise extrapolou esses limites determinados pelas formalidades burocráticas das necessidades estatísticas e procurou seguir as delimitações das relações dos próprios atores sociais em movimento. Marabá, cidade localizada na mesorregião sudeste paraense, é atualmente um dos centros urbanos mais importantes do Pará, por concentrar boa infra-estrutura e sediar a maioria dos órgãos da administração federal e

¹¹ Para aprofundar o debate sobre a categoria agricultura familiar, ver Wanderley (2003); Lamarche (1997); Lamarche (1998).

¹² Eventualmente, nos referimos a estes, utilizando outras denominações quando assim a situação do texto exigiu, principalmente, quando fizemos referência a estudos realizados por outros pesquisadores ou quando nos referimos a momentos históricos bem delimitados.

¹³ Região definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

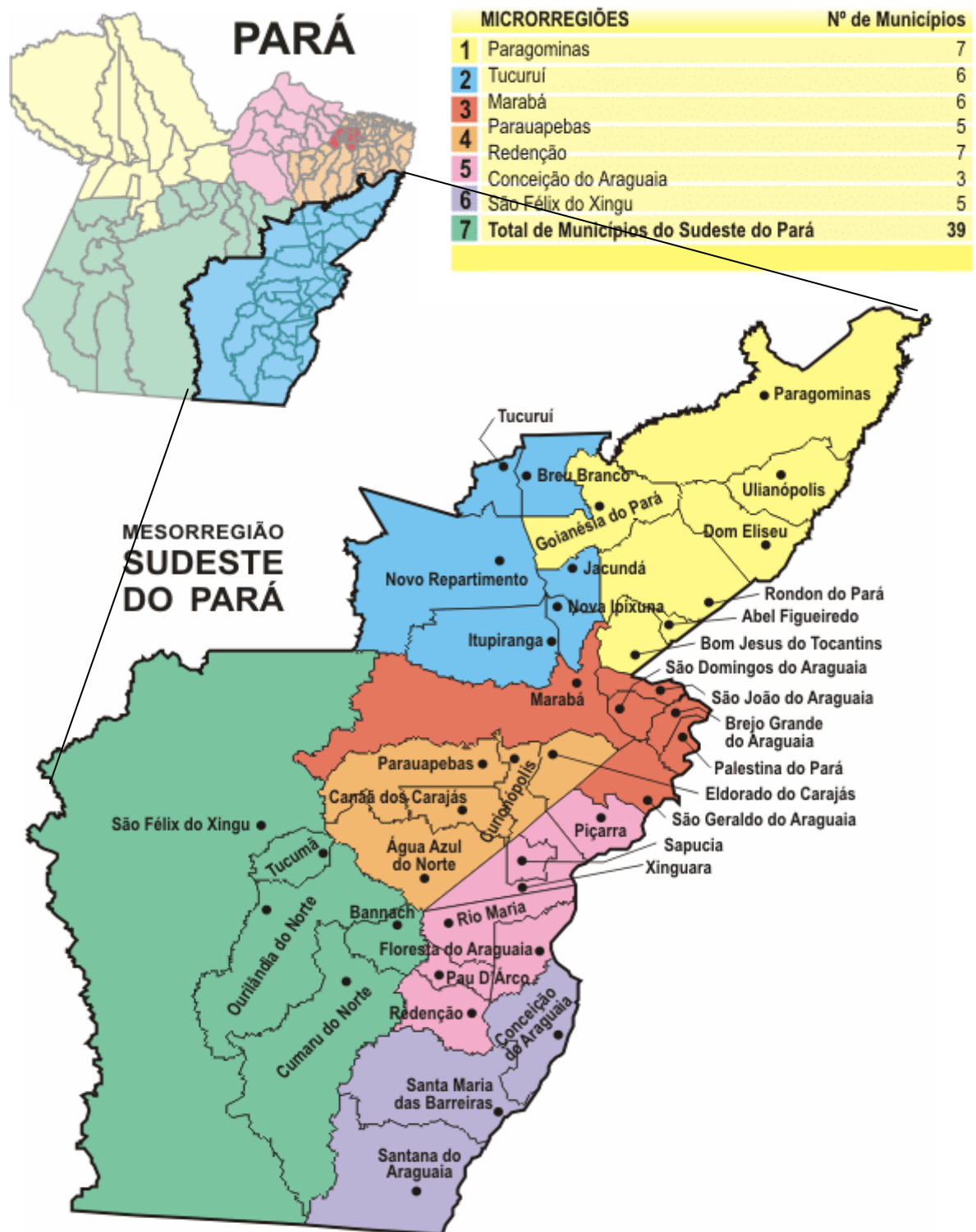


Figura 1 Mapa da mesorregião sudeste do Pará.
 Fonte www.bicopapagaioam.hpg.ig.com.br.

estadual em atividade na região, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), o Banco do Brasil (BB), o Banco da Amazônia (BASA) e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério Público Federal (MPF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI). O mapa abaixo representa de forma aproximada, a mesorregião sudeste Pará. Essa região corresponde à área de atuação da Superintendência Regional (SR27) do Incra cuja sede é a cidade de Marabá¹⁴. Para efeito dessa pesquisa denominaremos apenas de região sudeste paraense ou sudeste do Pará.

A Base das Informações e as Técnicas de Coleta

Uma investigação que se propunha a resgatar a experiência de um grupo social num certo período de tempo não podia prescindir de adotar uma postura aberta em relação às possibilidades metodológicas de coleta de informação. Neste sentido, utilizamos um conjunto de técnicas que permitiram captar a riqueza dos processos nos quais os atores individuais e coletivos influenciaram e foram influenciados. Entendíamos também que o arcabouço teórico podia ser refinado ao longo do processo de coleta, organização, tratamento e análise dos dados coletados no período de trabalho de campo, o que se verificou na prática. O retorno à teoria, na medida em que o trabalho de campo avançava, transformou o exercício rotineiro de coleta de informação em momentos de reflexão confrontando as noções teóricas orientadoras da investigação com os elementos da realidade.

Para entender a ação dos diferentes atores sociais ao longo de um período previamente estabelecido, foi necessário o resgate dos fatos históricos relevantes no período e da ação desses atores. Para tanto, procedemos de duas maneiras: i) resgatando o conjunto de registros impressos e audiovisuais, confeccionados pelos diferentes atores sociais; ii) por meio da memória recente dos envolvidos nos processos.

No primeiro caso, foram fundamentais os registros que evidenciaram as posições sobre determinados temas em momentos-chaves do passado recente. Nesse caso, fizemos uma pesquisa documental nos arquivos das principais instituições que atuavam no cenário político regional. Quatro conjuntos de documentos foram priorizados: i) textos sobre as políticas, os programas, os projetos, as peças normativas, atas de reuniões e acordos entre instituições; ii) documentos elaborados pelas próprias organizações dos agricultores como manifestos, convocatórias, pautas de reivindicações, documentos de avaliação e documentos que se referiam às regulamentações dos processos organizativos; iii) o acervo das agências de mediação que se relacionaram com o tema de nossa pesquisa, principalmente da CPT e; iv) textos da imprensa escrita da região onde eram veiculadas as posições dos diferentes atores.

Para o nível nacional, utilizamos como base de informação os estudos realizados por outros pesquisadores e a documentação de eventos recentes (Anais de Congressos, documentos de discussão de diferentes entidades nacionais de representação, etc). Para o nível estadual e regional, fizemos uma revisão da produção sobre o tema e uma análise da documentação produzida pelas entidades de representação (atas de constituição, estatutos, etc) e pelas organizações não governamentais (ONGs) de apoio. Em ambos os casos, as informações foram complementadas por meio de entrevistas

¹⁴ A mesorregião sudeste do Pará corresponde geograficamente a uma porção do território paraense, reivindicado por políticos e empresários ligados ao setor mineral como futuro Estado do Carajás.

com pessoas chave, sendo que a ênfase maior (o maior número de entrevistas) foi para o nível estadual e regional.

No segundo caso, fizemos 27 entrevistas com pessoas chave das entidades representativas dos agricultores, das agências de mediação e de órgãos da administração pública que tiveram uma participação ativa nos processos regionais. Do total de entrevistados, um era dirigente da Fetagri Estadual; dois da Fetagri Regional; um da Federação de Associações; sete presidentes de STR, sendo duas mulheres; dois presidentes de associações, sendo uma mulher; três ex-dirigentes sindicais, sendo uma mulher; uma dirigente estadual do MST e; dois presidentes de cooperativas. Das agências de mediação dois eram ligados à Igreja Católica, sendo um da CPT e o outro da Diocese (padre), dois representavam ONGs, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), e três representantes de prestadoras de serviço de assistência técnica aos assentados. Entrevistamos ainda um representante do Incra. As entrevistas, em sua grande maioria, foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2004, sendo que algumas foram realizadas antes e depois desse período.

Além das informações coletadas por meio do conjunto de instrumentos relacionados acima, tivemos a participação direta em vários eventos. Essas notas serviram também para comparar e complementar os dados levantados nas entrevistas e nos documentos escritos pelas entidades de representação. A principal ferramenta utilizada para tratamento das informações, tanto do conjunto de documentos coletados quanto das entrevistas, foi a análise de conteúdo. Partindo de um conjunto de temas preestabelecidos, buscou-se identificar no material coletado as informações que possibilitassem uma análise qualitativa e quantitativa. Adotando-se esse procedimento, identificaram-se temas relevantes para a análise que não foram inicialmente listados. A análise de conteúdo também ajudou a revelar as diferentes visões dos atores sociais sobre temas comuns.

Estrutura do Texto

A organização do texto foi pensada de forma a permitir uma compreensão do contexto geral da evolução das entidades de representação dos agricultores familiares e de suas ações coletivas na região sudeste paraense. Concebemos que essa evolução estava estreitamente articulada com os eventos da sociedade em geral e em particular com a evolução da sociedade regional. Para tanto, foi preciso reconstituir em grandes traços a formação política e econômica da região, a evolução das entidades de representação em nível mais geral e em nível local e a evolução das ações coletivas.

O texto foi organizado em uma introdução geral, seis capítulos e a conclusão. Os capítulos foram subdivididos em itens temáticos. O primeiro capítulo com o seguinte título: “Formação social, política e econômica do sudeste paraense”. Os três itens temáticos desse capítulo, traçaram os principais aspectos da formação política, social e econômica da região sul e sudeste do Pará, tendo seu foco principal nas relações entre os atores sociais e na formação da estrutura fundiária.

O segundo capítulo intitulado “A luta pelo reconhecimento e pelo direito”, composto de três itens temáticos que objetivaram relacionar historicamente, a partir de uma revisão bibliográfica não exaustiva, a evolução da construção das entidades de representação política dos agricultores familiares em nível nacional e estadual. No primeiro enfocamos as transformações do período pré-64. No segundo resgatamos a evolução das entidades de representação no período mais duro do regime militar. No terceiro discutimos as transformações no período de distensão do regime até o início da

redemocratização. A ênfase maior desse capítulo foi dada aos acontecimentos no nível nacional.

No terceiro capítulo “Os sindicatos na cena política”, seus cinco itens traçavam os passos da evolução da construção da representação política dos agricultores familiares no contexto estadual e regional. Resgatamos o processo de construção das oposições sindicais no estado e na região, buscando sempre articular com o nível nacional. Analisamos a importância de atores como a Igreja e outras agências de mediação no apoio às entidades de representação. Por fim, discutimos em grandes linhas as mudanças ocorridas no contexto de mudanças das políticas nos anos 90 e suas implicações.

No quarto capítulo “Disputa pela representação e novas práticas sindicais” composto de quatro itens, procurou-se mostrar o surgimento de um conjunto de novos atores no campo da representação e as transformações pelas quais passaram o sindicalismo de trabalhadores rurais na região estudada.

No quinto capítulo “Organizações em Movimento e Ações Coletivas” composto de três itens mostramos a evolução das ações coletivas dos agricultores familiares da região sul e sudeste paraense numa perspectiva histórica.

No sexto e último capítulo denominado “Os acampamentos como instrumento de luta por políticas públicas”, composto de três itens, resgatamos o processo de mobilização em torno dos Grandes Acampamentos e seus desdobramentos.

Na conclusão, re-visitamos alguns aspectos da evolução do campo da representação dos agricultores familiares, para aprofundar questões que entendemos foram mais relevantes.

Apesar da organização do texto seguir uma ordem cronológica, em muitos de seus segmentos as datas não eram muito precisas, pois eventos de uma década freqüentemente influenciaram eventos da década seguinte. Essa imbricação ficou mais visível na fala de atores sociais que atravessaram as décadas e que atualmente formulam uma leitura integrada de sua trajetória; o passado imbricado no presente, como parte indissociável da experiência individual e coletiva dos agentes. Em alguns momentos nos deixamos envolver por essa aparente falta de critério na definição dos limites dos fatos históricos. Esperamos, sinceramente, que a organização do texto permita aos leitores captar a complexidade e a riqueza da experiência social vivida pelos diferentes atores sociais dessa história, em particular os agricultores familiares.

CAPÍTULO I FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO SUDESTE PARAENSE

O objetivo desse capítulo é discutir alguns aspectos da formação política e econômica da região sudeste paraense de forma a situar, numa perspectiva histórica, as questões que serão objeto de análise na presente tese. A região se transformou por força de processos complexos envolvendo um conjunto de atores sociais que disputavam o acesso a recursos materiais e simbólicos. A possibilidade de acumular riqueza com a exploração desses recursos e a ausência de domínio particular sobre as terras estimularam a ocupação do espaço regional e influenciaram a migração de pessoas em diferentes condições sócio-econômicas. Formou-se dessa maneira uma economia com base no extrativismo que determinou o ritmo dos acontecimentos sociais durante décadas. A presença do Estado, sempre débil, se fazia sentir mais pela associação aos segmentos mais capitalizados da população do que pela sua efetiva ação em prol da sociedade regional. Uma oligarquia regional formou-se a partir da exploração extrativa e das relações políticas privilegiadas entre algumas famílias ricas e o Estado (EMMI, 1989;1999). A partir da segunda metade do século XX a presença do Estado na região se modificou e influenciou fortemente os arranjos políticos e as relações entre os atores sociais.

A desestruturação da economia extrativa (HOMMA *et al*, 2000), associada a outros eventos em nível nacional, levaram o governo a criar mecanismos de atração para o capital nacional e internacional, influenciando os processos socioeconômicos regionais (COSTA, 2000). A pressão sobre a terra e os conflitos sociais em outras regiões do país estimulou o governo a elaborar um conjunto de políticas para a Amazônia, transformando-a em uma fronteira agrícola. Diferentes políticas governamentais estimularam a um só tempo a instalação de grandes empresas interessadas em projetos de exploração agropecuária, florestal, mineral e a criação de um mercado de terras (HALL, 1991). Os migrantes, principalmente os pequenos agricultores, se dirigiam tanto para as áreas de colonização oficial quanto para as devolutas (IANNI, 1979), constituindo-se em posseiros (GUERRA, 2001). Com a chegada de novos atores sociais e pela diversificação econômica regional, a oligarquia local começou a perder pouco a pouco o domínio político e econômico (EMMI, 1999; PETIT, 2003). Pela relevância desses processos para os temas tratados nessa pesquisa fizemos um pequeno recuo no tempo com o objetivo de apresentar os atores sociais e os cenários de suas relações.

1.1 Migrações, Extrativismo, Ocupação do Espaço Regional e Consolidação da Oligarquia Local

A imigração de contingentes populacionais para a Amazônia se constituiu num fenômeno de longa data. Desde o período colonial, a riqueza da região exigia da Coroa Portuguesa medidas para a proteção das fronteiras e expansão de áreas com população permanente (ALMEIDA, 1982). Povos de diversos países aqui vieram em busca de especiarias, chamadas também de ‘drogas do sertão’, tornando o extrativismo vegetal um dos primeiros itens da pauta de exportação da Amazônia (IANNI, 1979), seja de acordo com as regras do comércio da época, seja de forma clandestina. Cidades como Belém, no estado do Pará, nasceram a partir da construção de um forte militar que

servia também como ponto de apoio para as viagens de coleta de produtos vegetais no vale da bacia amazônica¹⁵.

A ocupação humana de vastos territórios sempre esteve associada às políticas que visavam atender a necessidades e interesses variados. No caso da Coroa Portuguesa, ocupar de forma rápida a Amazônia tinha um duplo sentido: garantir de imediato um grande volume de produtos para abastecimento da Corte e, no longo prazo, a posse de um vasto território e de suas riquezas. Segundo Almeida (1982), o período correspondente ao início da ocupação sistemática da Amazônia pelos portugueses, coincidia com a sua perda do domínio sobre os produtos da Índia.

Após o domínio português, os governos locais deram continuidade ao processo de ocupação da região e à exploração de recursos naturais. Sendo o índio a presença humana mais marcante e não afeito às dinâmicas econômicas, sociais e culturais dos colonizadores, o deslocamento de populações estrangeiras e nacionais passou a ser visto pelos governantes de diferentes épocas como a solução para dinamizar o desenvolvimento regional.

Roberto Santos, em sua obra *História Econômica da Amazônia*, descreveu as inúmeras iniciativas de colonização com imigrantes estrangeiros levadas a cabo pelos governos estaduais da Amazônia nos séculos XIX e início do XX. As condições infra-estruturais precárias, a falta de conhecimento dos elementos naturais e políticas governamentais fragmentadas compunham um quadro que dificultava a adaptação e a permanência dos imigrantes. Segundo Santos (1980), citando um diagnóstico econômico-social realizado por José Veríssimo, pelo menos três fatores influenciaram o insucesso das diferentes iniciativas de colonização com estrangeiros: “(i) a baixa qualidade do imigrante estrangeiro em razão da completa falta de seleção; ii) a errônea localização das colônias sob o ponto de vista econômico, e iii) a inércia administrativa dos órgãos oficiais encarregados” (SANTOS, 1980:91). A maioria dessas iniciativas ajudou a consolidar uma população regional diversa.

Além dos estrangeiros, populações de outros estados da federação, em especial do Nordeste, também foram induzidas a migrar para diversos pontos na Amazônia. Segundo Santos (1980), no final do século XIX, nas proximidades de Belém foram instaladas colônias que contavam com aproximadamente oito mil cearenses, como eram chamados todos os nordestinos migrantes. Apesar de inúmeras dificuldades como o transporte da produção, o governo incentivou a colonização de áreas mais distantes da capital. Num trecho de mais de 300 quilômetros, entre Belém e Bragança, no nordeste paraense, muitas foram as tentativas de colonização empreendidas. Neste trecho foi construída uma ferrovia (1883-1965) ligando as duas cidades, às margens da qual se consolidou o povoamento da região nordeste do estado (CONCEIÇÃO, 2002).

Vários fatores dificultaram o povoamento dessa região. Um primeiro aspecto apontado por Santos (1980) referia-se às características ecológicas da região. Segundo sua análise, a mata exuberante escondia um solo de fertilidade baixa e inapropriada para o tipo de agricultura pretendido na época que era o cultivo de culturas anuais (alimentares) para abastecimento de Belém; a produção de conhecimentos técnicos era incipiente e existia uma carência de informação sobre as possibilidades para exploração agrícola da região; não havia um processo de seleção e nem a preocupação com repasse de informações e conhecimentos úteis para a convivência com o novo ambiente. Sem informação e sem tecnologia, o que era floresta foi transformado rapidamente em

¹⁵ Segundo Almeida (1982), o Forte do Presépio foi construído já em 1616, no local onde hoje se localiza o centro histórico da cidade de Belém.

vegetação secundária (capoeira) pela força do machado e do fogo¹⁶. Do ponto de vista econômico-espacial, duas questões foram cruciais: a distância dos centros de consumo e a falta de estrutura para transporte de produtos. A ferrovia, portanto, cuja construção foi muito criticada devido ao custo e tempo necessário, surgia como a alternativa salvadora. Além de todos estes problemas, questionavam-se ainda os procedimentos administrativos, marcados pelas improvisações e de favorecimentos de funcionários responsáveis pelo processo de colonização (SANTOS, 1980).

Estudos da época levantaram diversas hipóteses sobre as motivações que levavam os nordestinos a se disporem a participar do empreendimento de colonização proposto pelos governos da Amazônia e, em especial, do Pará. Uma dessas hipóteses foi que, em diferentes períodos, a estiagem castigava o Nordeste. Outra hipótese dizia respeito à possibilidade de que os núcleos coloniais no estado do Pará servissem apenas como “degraus” para se alcançar os seringais, configurando o que Roberto Santos chamou de “migração por etapas” (SANTOS, 1980:106). Os seringais representavam no imaginário de muitos nordestinos, a verdadeira possibilidade de libertação de situações de extrema dificuldade em que viviam, seja pelos caprichos da mãe natureza, a estiagem, seja pela mão dos “coronéis”, a subjugação pelo trabalho e pelo desapossamento da terra.

Portanto, a mola propulsora do deslocamento de nordestinos para a Amazônia não era só a iniciativa governamental, por meio de seus diferentes programas. A imagem formada de uma região rica e cheia de fartura, em contraste com a situação desesperadora gerada pelas sucessivas estiagens e a subjugação, movia indivíduos e grupos obstinados a transformar suas vidas, mesmo que a centenas de quilômetros dos familiares¹⁷.

Paralelamente aos programas governamentais de incentivo à imigração, estrangeiros e brasileiros aportavam na Amazônia de forma espontânea¹⁸. Roberto Santos (1980) lembrou que o desenvolvimento da infra-estrutura dos portos, a energia, a telefonia e a telegrafia tiveram contribuição de imigrantes ingleses; os alemães, americanos, franceses e, novamente, os ingleses contribuíram para o desenvolvimento do comércio e do crédito; judeus-espanhóis e americanos ajudaram na divulgação da contabilidade comercial; os sírios-libaneses¹⁹ e portugueses nos comércios de regatão e varejista, respectivamente. Quanto aos brasileiros, teve-se notícia de uma frente nordestina que, segundo Emmi (1999), saiu de uma região denominada sugestivamente de “Pastos Bons” no sul do Maranhão e norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, especializada em pecuária que se deslocou em direção ao sul do Pará, sendo um dos fatores determinantes para criação de cidades e fortalecimento de outras, como foi o caso de Conceição do Araguaia, fundada pelos religiosos dominicanos no final do século XIX (IANNI, 1979).

Eventos políticos em outras regiões também contribuíram para o processo migratório em direção ao sudeste paraense. Segundo Barros (1992), um conflito político em Goiás, na região de Boa Vista, atualmente Tocantinópolis, gerou uma frente migratória que chegou à região de Marabá por volta de 1894. De acordo com Velho (1981), tratou-se de um conflito entre frades italianos e os ‘florianistas’, assim denominados por serem correligionários de Floriano Peixoto. Este conflito ficou

¹⁶ Do ponto de vista ambiental, a região nordeste do estado é a que apresenta o maior índice de degradação.

¹⁷ Existiam muitas histórias de pessoas que nunca mais voltaram a ver seus familiares.

¹⁸ Estamos utilizando o termo espontâneo para caracterizar o deslocamento de pessoas por conta própria, sem o incentivo do governo ou o aliciamento de empregadores.

¹⁹ Esses tiveram um papel fundamental na economia extrativa do sudeste paraense.

conhecido como “Guerra de Boa Vista” (PETIT, 2003). A região sudeste do Pará, portanto, se constituiu em área de convergência para a chegada de populações do próprio estado, de Goiás e do Maranhão. Através do estado do Maranhão chegavam pessoas vindas do Piauí, Ceará e outros estados do Nordeste; através de Goiás chegavam mineiros e baianos, principalmente, pecuaristas (VELHO, 1981).

O sul e sudeste do estado do Pará se integraram a esta dinâmica dos fluxos migratórios mais intensos a partir do momento em que se especulava sobre a possibilidade de ocorrência de pastagens naturais de excelente qualidade na região do Araguaia e se descobriu o caucho (*Castilloa elástica*, **Warb**), uma planta produtora de látex de alto valor para a indústria da época (VELHO, 1981; SANTOS, 1980). A região tinha uma baixa densidade populacional e diferentes grupos indígenas compunham a maioria da população regional²⁰. A presença do Estado na região era débil devido às dificuldades de acesso a partir da capital (Belém)²¹. A malha hidrográfica, formada a partir dos rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes facilitou, na virada do século, a ocupação da região por populações não indígenas.

A descoberta de um maciço de caucho nos vales dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu estimulou o deslocamento de populações do Nordeste do país para as regiões sul e sudeste do Pará, e sua exploração possibilitou a implantação de um complexo sistema de infra-estrutura com a construção de estradas para o tráfego de tropas de animais, de barracões de venda e revenda e de portos rústicos para atracação de barcos de diferentes calados²². O sistema de *aviamento* como forma de contrato de trabalho constituía a base das relações sociais (IANNI, 1979). Os comerciantes intervinham em dois momentos nesse sistema: um primeiro, antes que os indivíduos entrassem na mata e por lá ficassem durante semanas e o segundo, quando retornavam e tinham que vender os produtos coletados (VELHO, 1981).

O desenvolvimento da indústria automobilística e do processo de vulcanização, cuja matéria prima principal era o látex entre outros produtos industriais nos Estados Unidos e na Europa na segunda metade do século XIX e início do século XX, fez do Brasil um dos maiores exportadores desse produto e da Amazônia uma região prioritária para as políticas do governo e a investida do capital nacional e internacional (SANTOS, 1980). A exploração do látex proveniente do caucho consolidou, portanto, o interesse econômico por esta região. Povoados foram se formando às margens de rios e se tornando pontos de apoio e de centralização de uma infra-estrutura mínima que permitia a organização das missões de coleta do látex e de outros produtos como pele de animais e ervas para diferentes usos (IICA, 2000).

O período de exploração do látex de caucho foi relativamente curto, porém extremamente predatório do ponto de vista ambiental e social. Enquanto em toda a Amazônia o *ciclo da borracha* se estendeu de 1827 a 1912, no sul e sudeste do Pará, este ciclo foi de 1896 a 1912 (IICA, 2000). Do ponto de vista ambiental, presenciou-se a dizimação quase total das plantas de caucho, que precisavam ser derrubadas para extração total do látex. Do ponto de vista social, verificou-se a dizimação de grande parte da população indígena.

²⁰ Há registro dos seguintes povos indígenas que habitavam a região sul e sudeste do Pará: Karajá, Gradaú, Gorotire, Kaiapó, Suruí, Gavião, Parakanã, Xavante, Canela, Xicrin e Apinagé (IICA, 2000).

²¹ Uma descrição detalhada das dificuldades de acesso a essa região tanto a partir da capital quanto de outras regiões do país pode ser encontrada em Velho (1981).

²² Os barcos de pequeno calado navegavam nos afluentes transportando os produtos extrativos até os barracões e os de grande calado nos rios principais, transportando cargas até os centros comerciais.

Quando uma comunidade indígena se apresentava como obstáculo ao avanço da atividade extrativa mercantil, estabelecia-se o conflito ou o estado de guerra, onde se confrontavam índios e trabalhadores extrativistas em luta pela “limpeza do terreno”. As revoltas e as resistências das comunidades indígenas não foram poucas, mas a superioridade das armas assegurava aos imigrantes a conquista do espaço e o domínio sobre o território. Resistências à ocupação terminavam em mortes, expulsão e tomadas de terras das nações indígenas (IICA, 2000:8).

Do ponto de vista econômico, foi consenso entre os autores, que a riqueza gerada era altamente concentrada entre algumas dezenas de famílias que também detinham a hegemonia política local. Algumas dessas famílias formaram uma oligarquia agrária que dominou a região por décadas (EMMI, 1989).

A economia do caucho começou a declinar por volta de 1912. Em 1913, a produção asiática de borracha de seringueiras cultivadas, já superava a amazônica. Em 1919, a borracha de origem brasileira já não alcançava sequer 10% da produção mundial comercializada (SANTOS, 1980; IICA, 2000). O fator determinante para o colapso da economia caucheira foi a queda brusca do preço internacional, segundo Velho (1981), em razão da produção de látex a partir de seringueiras cultivadas na Malásia, Indonésia, Tailândia e Ceilão²³, e do desenvolvimento da borracha sintética que se deu simultaneamente à I Guerra Mundial.

Os efeitos dessa crise foram significativos para a região. Com os preços baixos e a população continuando o ritmo de exploração, houve conflitos entre os coletores e os compradores, chegando até mesmo a se registrar casos de saques em estabelecimentos comerciais na cidade de Marabá. Houve também redução da população regional devido à saída para outros estados à procura de garimpos e de outras atividades (VELHO, 1981). Só no município de Conceição do Araguaia, com a crise econômica causada pela queda do preço da borracha, a população que era de 15.000 pessoas em 1911, passou para 11.001 em 1920 e para 4.715 em 1940 (IANNI, 1979). Uma parte dessa população se deslocava na grande região e para fora dela. Outra parte começava a se fixar tomando posse de parcelas do território e formando pequenas propriedades ou áreas de posse.

Simultaneamente ao fim da exploração de látex, deu-se início à exploração comercial da castanha (*Bertholletia excelsa*, **H.B.K.**). Antes de ganhar importância internacional, o uso desse produto já era bastante difundido em toda a Amazônia, seja na alimentação, na fabricação de cosméticos ou na iluminação nas áreas rurais e urbanas. Extrapolando seu uso local, a castanha passou a ser exportada para a Europa e Estados Unidos ainda no final do século XIX e início do XX e desempenhou papel fundamental na economia do Pará, em particular da região de Marabá, a partir do colapso da exportação da borracha. Devido à sua sazonalidade, sempre conviveu com a exploração e/ou produção de outros produtos.

À medida que a safra da castanha terminava, uma parte da população envolvida se dedicava às atividades secundárias como a garimpagem. Os goianos que, segundo Velho (1981), tinham mais experiências que os maranhenses e piauienses com garimpo, predominavam nessa atividade. O principal minério perseguido era o diamante. Höhn (1996) citando relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Barbosa (1991), estimaram entre 10 e 12 mil o número de garimpeiros de diamantes na região do baixo Tocantins, em 1940. O período forte de garimpagem do diamante era de julho a dezembro, período em que as águas estavam em seu nível mais baixo (HÖHN,

²³ Os plantios de seringueiras na Ásia só foram possíveis graças ao contrabando de sementes da Amazônia. Nos termos atuais, esta operação poderia ser classificada como biopirataria.

1996). Em pontos estratégicos dos principais rios, formavam-se pequenas aglomerações de casas de onde partiam os garimpeiros em busca dos diamantes²⁴.

As relações de trabalho na atividade de garimpagem de diamante não se diferenciavam da atividade castanheira e também eram marcadas pela presença de um padrão responsável pelo *aviamento*. Durante a II Guerra Mundial, outro produto mineral que teve importância relativa na região foi o cristal de rocha (VELHO, 1981). Segundo Höhn (2006)²⁵, ele era utilizado pelo exército americano na fabricação de rádios transmissores e sonares para detectar submarinos. A localidade de Apinagé nas proximidades de Marabá chegou a abrigar de 4 a 5 mil garimpeiros nessa atividade (HÖHN, 2006). Produto estratégico, o cristal de rocha permitia uma atividade de mineração em terra firme, enquanto o diamante era explorado nos leitos dos rios. Tanto o diamante quanto o cristal de rocha eram destinados exclusivamente para a exportação, principalmente para os Estados Unidos.

A grande quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade extrativa da castanha e de minerais formava uma população flutuante que se deslocava na região. Mas, a exemplo dos caucheiros, uma parte foi se estabelecendo em propriedades de posse precária. Na sua peregrinação os coletores acumulavam conhecimentos da geografia regional, o que facilitava a escolha das áreas a serem ocupadas posteriormente. Com a fixação de uma parte dessa população flutuante, uma nova forma de exploração econômica autônoma foi se estabelecendo na região. Uma economia com característica camponesa (MENDRAS, 1978) formada por um elevado número de posseiros (GUERRA, 2001), foi se inscrevendo no cenário regional.

Existiam registros de loteamentos nos arredores da cidade de Marabá, onde pequenos agricultores foram instalados com o fim de produzir para o abastecimento do núcleo urbano e para o fornecimento aos trabalhadores da coleta. A agricultura desenvolvida por agricultores vindos de vários estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, se desenvolveu um pouco mais distante do núcleo urbano de Marabá, às margens do rio Tocantins e próximo aos núcleos urbanos de Itupiranga e São João do Araguaia²⁶.

A implantação de pastagens artificiais começou a se desenvolver para dar suporte à criação de animais de tração usados para o transporte no interior dos castanhais e para engorda de gado bovino trazido de outros estados, principalmente da região Centro-oeste. Os pastos eram implantados em pequena escala e aproveitando *invernadas* e áreas próximas às margens dos rios. Não existia infra-estrutura complexa como currais, cercados etc. O investimento mais sistemático na criação de bovinos aconteceu após modificações na lei que regulamentava os arrendamentos, por volta dos anos 50, que permitia a renovação do arrendamento, vindo depois a se constituir em aforamento perpétuo (VELHO, 1981)²⁷. As áreas de pastagens nas propriedades funcionavam como uma certa pressão/garantia para a continuidade do arrendamento.

Com os aforamentos perpétuos, a geografia e a relação com as áreas de castanhais começaram a mudar. Os castanhais livres²⁸ diminuíram, as delimitações das terras começaram a ser traçadas e os conflitos envolvendo limites de áreas se intensificaram. A terra, apesar de abundante, começava a ser um bem bastante

²⁴ Estes aglomerados eram conhecidos pelo nome de *currutela*; algumas delas se tornaram cidades como Xambioá e São Geraldo do Araguaia (VELHO, 1981).

²⁵ Comunicação pessoal.

²⁶ Atualmente são dois municípios: São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia.

²⁷ Para uma discussão aprofundada sobre a lei que regulamenta os aforamentos, ver Treccani (2001).

²⁸ Em determinados locais, era permitida a exploração livre de castanha, bastando que se fizesse uma inscrição junto à prefeitura. Eram os chamados “castanhais do povo” (VELHO, 1981).

disputado. Os “donos” de castanhais começavam a investir na implantação de pastagens e na melhoria do rebanho bovino²⁹. Neste período, parte dos recursos adquiridos na atividade extrativa da castanha, foi transferida para a atividade pecuária. A combinação de medidas legais, ou seja, mudanças na lei de arrendamento favoráveis aos arrendatários, da concentração econômica através do monopólio do comércio e de favores políticos, impulsionaram a concentração fundiária na década de 50.

A região sul e sudeste do Pará se consolidaram no cenário político e econômico nacional e internacional a partir da exploração de produtos extrativos e de um comércio forte, dominado por um pequeno grupo de comerciantes de origem sírio/libanesa, com um elevado nível de conhecimento e inserção no mercado de produtos extrativos. Segundo Velho, “numa região em que a *terra* não constitui bem escasso, não aparece o latifúndio como o poderoso por excelência. O bem escasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização” (VELHO, 1981:41).

Se num primeiro momento a terra não era objeto de disputa, como assinalava Velho (1981), com o tempo, principalmente com o advento da exploração da castanha, ela se tornou o alvo principal dos próprios comerciantes e um forte mecanismo de distribuição de favores políticos. Por meio de mecanismos legais³⁰, em alguns casos, informais e/ou ilegais em outros, a terra passou a ser apropriada por um pequeno número de famílias, criando um padrão de uso com base na propriedade latifundiária que predominou por décadas. Segundo Velho (1981), o Decreto nº 3.143 de 11 de novembro de 1938 regulamentava o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Naturais (VELHO, 1981). Segundo esse autor:

O decreto estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d’água, que, portanto tomaria toda a frente, com o que se facilitava a comunicação. Os lotes não poderiam exceder uma légua quadrada³¹. Os arrendatários seriam obrigados a “promover a limpeza dos igarapés e grotões, estradas e caminhos”. Cada arrendatário deveria manter um “roçado de 100 metros quadrados para a plantação de cereais”. Em cada lote dever-se-ia plantar duzentas castanheiras e construir sólidos barracões. O contrato seria, inicialmente, por uma safra, e depois por cinco anos, podendo ser refeito caso não houvesse outro pretendente (VELHO, 1981: 61).

O caráter temporário da concessão do arrendamento era a moeda de troca entre os políticos e os *chefes* locais, em geral, comerciantes. Entretanto, não só os abastados financeiramente eram agraciados com as concessões. Muitos indivíduos sem posses eram alçados à condição de arrendatário em troca de fidelidade política irrestrita (VELHO, 1981). Assim, a teia de favores políticos se fortalecia e garantia o funcionamento de um sistema de dominação baseado na posse precária da terra, o arrendamento.

O arrendamento de vários lotes por membros da mesma família e o *esticamento* da légua quadrada foram mecanismos que multiplicaram as áreas sob o domínio do que viria a ser chamado mais tarde de a *oligarquia dos castanhais* (EMMI, 1999 e TRECCANI, 2001). Na prática, quem recebia a concessão de uma légua quadrada,

²⁹ Até então, o gado bovino que circulava na região eram animais rústicos vindos da região Centro-oeste. Para melhoria do rebanho, os pecuaristas começaram a importar gado zebuino do Triângulo Mineiro (VELHO, 1981).

³⁰ O processo legal de aquisição de muitas dessas áreas foi freqüentemente questionado por vários autores. Os mecanismos mais freqüentes deste período foram os arrendamentos de grandes glebas.

³¹ Corresponde a aproximadamente 36 km² (nota nossa).

explorava muito além dessa área. Mediante o domínio sobre o território, se exercia o domínio sobre a natureza, a economia, a política e as relações sociais.

As famílias que se estabeleceram com base no comércio, portanto, tinham sob seu controle o capital, os meios de comercialização como barcos, armazéns, contatos fora da região e ainda os benefícios auferidos pela “relação privilegiada” com as autoridades políticas estaduais. A conjunção desses elementos fazia dessas famílias autoridades locais e gerenciadoras de todo processo econômico e político regional, tendo a cidade de Marabá como um centro regional de decisão. O motor do processo econômico era o sistema de *aviamento*. Mais que mera transação comercial, o *aviamento* gerava relações de dominação e exploração da maior parte de trabalhadores da época, os coletores.

1.2 Políticas Governamentais e Consolidação das Grandes Propriedades

Paralelo ao movimento de apropriação das terras, desencadeado pelos comerciantes, políticos e famílias abastadas da região, o governo federal começou a preparar políticas de maior alcance para a ocupação da Amazônia. Movido pela leitura do “vazio demográfico”, o governo de Getúlio Vargas, deu início ao processo de presença mais ostensiva do Estado na região amazônica. Por força do Decreto-Lei (DL) nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, foram criados diversos Territórios Federais, mecanismo que visava fincar a âncora do aparato burocrático estatal e criar as condições para a aplicação de políticas e programas governamentais (MIRANDA, 2001). Se, no primeiro período do governo Vargas, a ocupação do espaço foi a principal marca, no segundo, a criação das condições para investimentos em diferentes setores predominou.

Segundo Fernandes (1999), o governo Vargas criou a Fundação Brasil Central (FBC), através do DL nº 5.878, de outubro de 1943, com o objetivo de colonizar parte da Amazônia. A FBC tinha como finalidade inicial colonizar a região central do Brasil no âmbito do que ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”. Na Amazônia, seu objetivo era desbravar e colonizar a faixa entre os rios Araguaia e Xingu e o Brasil central e ocidental. Para consolidar seu intuito, a FBC distribuiu lotes de terras de 3.000 ha para “colonos” do Sudeste do país no vale do Araguaia, totalizando 151.000 hectares (FERNANDES, 1999). Embora Fernandes (1999) não tivesse descrito esses colonos, deu pistas de que se tratava de pessoas estabelecidas em outras atividades econômicas em sua região de origem como comerciantes, profissionais liberais e industriais. Talvez tenhamos nesse fato, o que se convencionou chamar de a presença dos “paulistas” no sul e sudeste do Pará³².

Em continuidade à política governamental, foi criado em 1946, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), cujos recursos deveriam ser constituídos de 3% do orçamento da União por um prazo mínimo de 20 anos (FERNANDES, 1999; ALMEIDA, 1982). Existiam indícios de que nunca foram destinadas as totalidades desses recursos, e que boa parte do recebido foi aplicado de forma desordenada (TRECCANI, 2001). O plano só foi institucionalizado em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O PVEA inaugurou o que Almeida (1982) chamou de “a fase de planejamento na Amazônia”. Após a criação da SPVEA, foi formulado o I Plano Quinquenal para o Desenvolvimento da Amazônia, que previa além de medidas para viabilização de núcleos coloniais, chamados na época de “rede de núcleos populacionais na zona rural”,

³² Paulista virou denominação para fazendeiros e empresários vindos da região Sudeste do país.

ações no campo da pesquisa e do fomento agrícola e a implantação de infraestrutura de transporte rodoviário visando conectar a Amazônia ao Sul do país.

No I Plano Quinquenal previa-se a manutenção de colônias já existentes, fossem elas oficiais ou não e a formação de colônias indígenas de fronteira e penetração (ALMEIDA, 1982). Segundo Almeida (1982), apesar de formulado, o plano nem chegou a ser aprovado pelo Congresso. Estudos realizados algum tempo depois mostraram que a SPVEA mantinha relação de subserviência com os poderes políticos e econômicos locais, o que veio a prejudicar sobremaneira o desempenho de suas funções (TRECCANI, 2001). Assim como a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) em 1951, da SPVEA em 1953, outras instituições foram criadas como parte da estratégia maior de ocupação sócio-espacial, econômica e política da região (MIRANDA, 2001). A SPVEA teve vida curta se transformando em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1956.

A maior presença do Estado, por meio da criação de um conjunto de instituições e da propaganda em torno de planos, programas e projetos de desenvolvimento, acenando com a possibilidade de canalização de recursos e outros benefícios, provocou um conjunto de mudanças no cenário econômico, político e na apropriação das terras. Como vimos anteriormente, a apropriação de grandes áreas era inclusive estimulada e legalizada pelo próprio governo.

Na década de 1950 já havia inúmeras comunidades de agricultores remanescentes das atividades extrativas ou que começavam a chegar na região buscando terra e que se encontravam na condição de posseiros, com pequenas benfeitorias implantadas como árvores frutíferas, pastagens e pequenas criações, processo ao qual Almeida (1982) denominou de “a presença camponesa”. À medida que as grandes propriedades iam alargando seus limites, se deparavam por um lado com estas áreas já ocupadas pelos posseiros e, por outro, tentavam impedir que novos agricultores se instalassem, gerando conflitos.

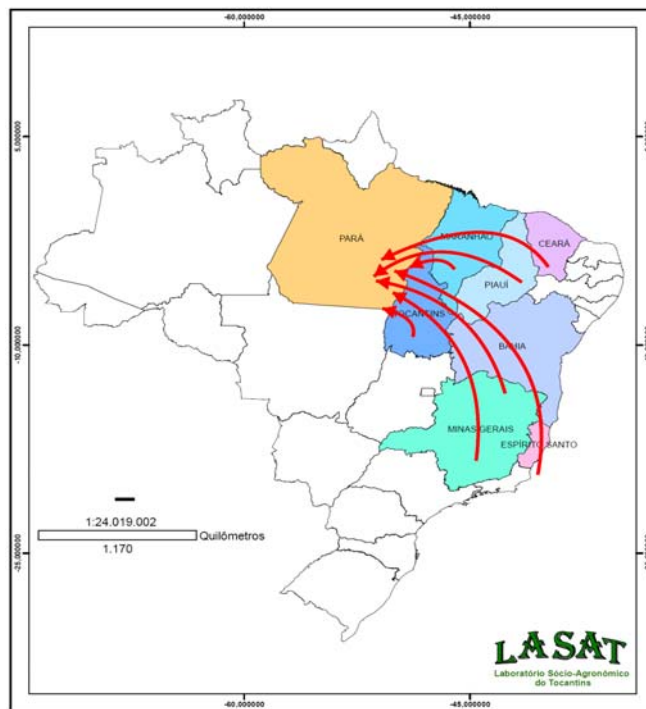


Figura 2 Principais fluxos migratórios para a região sudeste do Pará a partir da década de 1960

A partir dos anos 1960, as políticas governamentais aceleraram a ocupação da região amazônica e, em especial, o sul e sudeste paraense. O fluxo migratório de diversas partes do país em direção ao sudeste paraense foi quase contínuo (figura 2), com pequenos intervalos entre um evento motivador e outro. A abertura de estradas, a construção de pontes e ferrovias, a descoberta de novas áreas de garimpo, a construção de hidrelétrica, o anúncio de instalação de indústrias, a abertura de fazendas e a política de incentivos fiscais e de crédito funcionavam como elementos de atração para os indivíduos de diferentes regiões.

A grande maioria dos que para lá se dirigiam eram trabalhadores à procura de terra para plantar (HÉBETTE, 1989). Hébette e Marin (1979) mostraram que, apesar da atividade agrícola autônoma predominar, uma infinidade de outras atividades artesanais urbanas e rurais e de serviços, bem como pequenos e grandes comerciantes, fazendeiros e empresários de diferentes ramos foram se estabelecendo³³. Do ponto de vista financeiro, a situação dos migrantes era muito diferenciada: desde os sem recursos financeiros, cujo apoio na chegada ficava por conta da solidariedade interna do grupo ou de parentes e conhecidos já instalados, até aqueles que chegavam tendo adquirido terra e com garantia de financiamento das atividades produtivas através de políticas governamentais. Isto tornou a região singular do ponto de vista do processo de expansão da fronteira agrícola.

Segundo Costa (1998), diferente do padrão de “fronteira agrícola” até então conhecido no Brasil, como foram os casos de São Paulo e Minas Gerais nos anos 1920 e 1930, no Paraná nos 1960 e no Centro-oeste nos 1970, onde a produção familiar se estabeleceu, e só depois os fazendeiros vieram se instalar nas terras “amansadas”, na região amazônica os fazendeiros e grandes empresas chegaram junto com os camponeses e, em determinados casos, bem antes, como mostrado anteriormente. Segundo Costa (1998), a inversão do padrão evolutivo da “fronteira agrícola” teve uma ligação direta com a intenção do governo militar de incentivar a implantação do grande capital na Amazônia como gerador do desenvolvimento.

A expansão dos incentivos fiscais para a Amazônia deu-se pelos idos de 1963, por força do DL n° 4216 (FERNANDES, 1999; COSTA, 1998)³⁴, posteriormente regulamentado pela Emenda Constitucional n° 18, artigo 17, de 1965 (COSTA, 1998). Segundo Costa, no momento de estender a política de incentivos fiscais para a Amazônia, dois elementos novos foram agregados: “(i) a inclusão, na Amazônia, da agropecuária entre os setores passíveis de serem incentivados e, ii) a possibilidade do valor das terras poder ser considerado recurso próprio dos titulares dos projetos agropecuários” (COSTA, 1998:49). Os dois elementos mencionados acima marcaram definitivamente o *viés* que norteou a política de incentivos fiscais, atrelando o acesso aos recursos da política à propriedade da terra (COSTA, 1998).

Mudanças institucionais também foram realizadas para por em prática o conjunto de mecanismos e medidas da política dos incentivos. Uma dessas mudanças foi a substituição da SPVEA pela Sudam, o que significou, na realidade, um reposicionamento do Estado Nacional em relação ao tema do desenvolvimento e ao processo global de acumulação capitalista. Nesse re-posicionamento, as populações, as dinâmicas, as opiniões e as iniciativas locais foram subordinadas ao mando de uma concepção dirigida do desenvolvimento, em que a implantação de *enclaves modernos*

³³ Usamos o termo fazendeiro para designar aqueles produtores rurais cuja atividade econômica principal é a produção rural (principalmente a pecuária) e empresários para aqueles que têm na produção rural um componente de sua atividade econômica total.

³⁴ Desde 1959 a Lei de incentivos fiscais vigorava como instrumento da política de industrialização na região Nordeste.

(industriais, minerais e agropecuários) fazia parte da principal estratégia para alçar a região a padrões de modernidade de países e continentes espelhos.

Após a criação da Sudam, assim como aconteceu no caso da SPVEA, foi elaborado um Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967 a 1971). O plano da SUDAM visava incrementar a taxa de crescimento do setor agropecuário para 11,5% ao ano, superando a taxa de todo o produto regional que tinha uma previsão de 9,4% ao ano (ALMEIDA, 1982). Os programas do Plano Quinquenal da Sudam (1967-1971) eram: extrativismo, agropecuária, indústria, abastecimento, comércio e serviços, transporte, governo, energia, comunicações, recursos naturais, habitação, saúde e saneamento, educação, colonização e segurança (ALMEIDA, 1982).

Especificamente sobre a política de migração, o plano previa as seguintes ações: i) apoio às migrações espontâneas para a Amazônia; ii) utilização de grandes empreendimentos e obras públicas para incorporação de contingentes marginais ao processo de desenvolvimento; iii) condições atrativas para os empreiteiros e pessoal técnico especializado transferirem-se e fixarem-se na região e iv) estímulo aos programas de colonização de entidades públicas e privadas, condicionando os auxílios financeiros à obtenção de auto-suficiência econômica em prazo adequado (ALMEIDA, 1982:83). A extensão dos incentivos fiscais para a agropecuária foi de fundamental importância para o que sucedeu nas décadas seguintes (COSTA, 1998; FERNANDES, 1999 e TRECCANI, 2001). Segundo Costa (1998):

O Estado declarava-se disposto a renunciar em até 50% do imposto sobre o lucro de uma empresa qualquer, se ela se propusesse a, privadamente, transformar esses recursos em um projeto econômico considerado, pela política econômica, indutor do desenvolvimento pela via das reduções das desigualdades regionais ou setoriais. Exigia-se, por outro lado, que os titulares de projetos candidatos aos incentivos fiscais participassem com no mínimo 25% da previsão de investimento na forma de capital próprio - era previsto, assim, que até 75% dos investimentos pudessem vir a ser cobertos por recursos dos incentivos fiscais (COSTA, 1998:49)

Além das vantagens descritas por Costa, os empreendedores podiam auferir isenção de todos os impostos e taxas de importação de máquinas e equipamentos, desde que não houvesse similares nacionais (ALMEIDA, 1982; MARTINS, 1984). Os mecanismos e facilidades descritos acima, tinham um endereço claro e definido: grandes investidores individuais e grupos empresariais. Um grande contingente de pequenos produtores já instalados e/ou em processo de instalação, não chegavam nem a tomar conhecimento da política. Para Costa (2000a), ao “campesinato” na Amazônia não se reservava nenhum papel estratégico dentro dos planos originais do governo militar. Segundo o autor, não fossem os problemas acarretados pela forte seca no nordeste no início dos anos 70, nem a Transamazônica e nem os projetos de colonização seriam cogitados como projetos do regime militar.

A partir de uma amostra de 99 projetos apoiados pela Sudam, Costa (2000a) constatou que a área média por empresa beneficiada era de 20.448 ha. Com base no tamanho médio das propriedades, o autor estimou que as empresas capitalistas incentivadas na Amazônia tinham um domínio territorial de aproximadamente 12 milhões de hectares. Considerando os dados apresentados pelo mesmo autor, relativos ao montante financiado por empresa, temos idéia do nível de concentração dos recursos. O quadro abaixo mostra os valores dos incentivos fiscais concedidos pela Sudam por tipo de empresa através do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM).

Quadro 1 Incentivos concedidos pela Sudam/Finam até dezembro de 1985, em milhões de dólares, por tipo de empresa.

Tipo de empresa	Número	Valor dos incentivos em milhões de dólares	Média por empresa
Agropecuária	584	632,2	1,2
Agro-industrial	44	215,4	4,89

Fonte: Adaptado de Costa (2000a)

O Finam representou um dos principais instrumentos da política de desenvolvimento regional e foi administrado desde meados da década de 60 pela Sudam. Outros indicadores da política de incentivos fiscais mostraram um desempenho muito fraco dos projetos incentivados. Dados levantados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostraram três aspectos reveladores desse fraco desempenho: de 53 empresas pesquisadas, apenas 26 apresentavam algum dado de produção; a taxa de realização (relação entre metas projetadas e o existente) entre empresas tecnicamente maduras era de apenas 15,7%; e quanto à rentabilidade, de 15 projetos considerados implantados (prontos para produzir), apenas três apresentaram alguma rentabilidade nos anos 1981, 1982 e 1983 (COSTA, 2000b, citando trabalho de GASQUES e YOKOMIZO, 1990)³⁵

Além dos recursos destinados às grandes empresas nacionais, a política de incentivos beneficiou também grupos internacionais. Treccani (2001), citando dados de Sauthuck (1979), mostrou que os empreendimentos estrangeiros tinham sob seu poder nos anos 70 um total de 5 milhões de hectares no estado do Pará. Alemanha, EUA, Japão, Canadá e Panamá foram os países de origem dos maiores empreendimentos. Os recursos próprios desses empreendimentos somavam US\$ 122,7 milhões, enquanto receberam US\$ 357,4 milhões de incentivos (TRECCANI, 2001). Isto reforçou o que muitos autores que pesquisaram este período afirmaram: o favorecimento do governo brasileiro, por meio dos incentivos fiscais ao grande capital internacional e o estímulo à especulação financeira e fundiária. Os atores regionais foram enfraquecidos nesse processo. Kraychete (1995), se referiu a este período assim:

[...] serão personagens extralocais que aparecerão como os principais portadores das transformações regionais, orientadas pelos interesses de grandes capitais monopolistas, através de uma grande mobilização de instituições e fundos públicos para viabilizar a constituição de condições gerais de produção, ou seja, construção de estradas, ferrovias, portos, processos de produção e geração de eletricidade (KRAYCHETE, 1995:55).

Segundo Petit (2003), as oligarquias locais também foram beneficiadas por estas políticas:

Ainda que a maioria dos projetos agropecuários aprovados pela Sudam no sudeste do Pará tenha beneficiado grandes latifundiários e/ou empresas agro-industriais de outras regiões do país, parte dos mesmos também foi utilizada pelas oligarquias dessa região para incrementar o número de suas propriedades rurais ou “modernizar” outras. Por exemplo, as famílias que controlavam a produção de castanha intensificaram, a partir de meados da década de 70, o desmatamento de castanhais para o plantio de pasto para a cria de gado e/ou para garantir a posse

³⁵ Este estudo do IPEA foi decisivo para uma mudança na política de incentivos fiscais.

definitiva das terras de castanhais, ao converterem os antigos aforamentos em títulos definitivos (PETIT, 2003:203)

Apesar de continuar financiando a agropecuária tradicional, em geral praticada pelas elites locais, o Finam contribuiu para fragilizar este setor, à medida que destinou grandes volumes de recursos para a agroindústria e grupos empresariais de fora da região. O conjunto de mecanismos de acesso a recursos através da política de incentivos fiscais gerou uma concentração de capital no setor agropecuário. Em decorrência, aumentou consideravelmente a concentração fundiária, seja por grupos nacionais ou internacionais. Segundo Costa:

Para cada unidade monetária aplicada em terras, seria possível obter três na forma de incentivos fiscais. Prevalece, pois, a regra de que quanto maior o valor do latifúndio disponível e/ou a ser formado, tanto mais recursos se poderiam obter com base nele. O esforço devia ser, portanto, no sentido da obtenção de um máximo de valor em terras (COSTA, 1998:52)³⁶.

O aumento da diversidade de atores e das atividades econômicas na região, fruto das políticas governamentais, ao mesmo tempo em que quebrou estruturas de dominação vigentes, seja no aspecto econômico, político e social, provocou modificações nas formas de gestão dos recursos naturais de forma que se podia identificar claramente a localização dos atores sociais e a direção do seu deslocamento retratado no desenho da paisagem. As margens das estradas foram se transformando rapidamente numa paisagem uniforme com a implantação de pastagens artificiais. Áreas de floresta exuberante, rica em espécies florestais para exploração de madeira, frutas, óleos e outras variedades de produtos, foram ficando a cada dia mais distantes das estradas e da infra-estrutura regional. Nessas áreas longínquas os posseiros se organizaram em torno das ocupações de terras.

As empresas dedicadas à pecuária extensiva foram as maiores beneficiadas pela política de incentivos. Analisando os investimentos de 115 empresas agropecuárias no período de 1966 a 1976, Almeida verificou que 82,6% (95) estavam localizadas no Pará. Do total de investimentos previsto para este período, cerca de 81,4% foram aplicados no estado³⁷, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 Distribuição das empresas agropecuárias beneficiadas pelos incentivos fiscais, no estado do Pará, por grupos de áreas durante o período de 1966 a 1976

Grupos de áreas (Em hectare)	Número de empresas		Área ocupada (em hectare)	
	Valores absolutos	Em %	Valores absolutos	Em %
Menos de 10.000	43	45,3	257.354	14,9
De 10.000 a 25.000	27	28,4	434.759	25,1
De 25.000 a 50.000	19	20,0	605.820	35,0
+ de 50.000	06	6,3	432.440	25,0
Total	95	100	1.730.373	100

Fonte: adaptado de Almeida (1982, pág. 123). Almeida trabalhou com a base de dados da Sudam

³⁶ A Lei de Incentivos Fiscais permitia que pessoas físicas e jurídicas se associassem para formação de novas empresas agropecuárias.

³⁷ Valor atualizado pelo IPC – média geral para 1/07/2006.

Estes números se referiam apenas às empresas que atuavam na “legalidade”. Chegar ao verdadeiro grau de concentração fundiária ocorrida nesse período, não constituía uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque a estrutura fundiária já se encontrava concentrada, e os incentivos fiscais agravaram este quadro. Em segundo, os registros governamentais sobre a propriedade da terra nunca foram eficientes. Utilizando dados de outras fontes, Hoffman (1979) calculou o índice de Gini para o estado do Pará para os anos de 1960, 1970 e 1975: respectivamente, 0,831, 0,882 e 0,868. Observou-se, portanto, um aumento da concentração dos dois últimos períodos em relação ao primeiro, período este que coincidiu com o dos incentivos fiscais. A desconcentração verificada entre o segundo e terceiro período, provavelmente, foi devido ao incremento das ocupações feitas pelos posseiros logo após o colapso da colonização oficial. Os números apresentados por Palmeira (1994) reforçaram a tese da concentração pelas grandes empresas.

[...] entre 1970 e 1985, o Incra discriminou 126.581.645 hectares. Destes, cerca de 60 milhões foram regularizados. Dos regularizados, 31.829.966 foram passados a particulares. Esse processo de transferência envolveu desde o reconhecimento de títulos cuja legitimidade anteriormente fora considerada duvidosa até a titulação de pequenos posseiros. Mas, fundamentalmente, essa transferência de terras a particulares beneficiou a grandes proprietários – locais ou não – e grandes grupos econômicos do Sul/Sudeste do país, que passaram a adquirir terras como forma de investimento, principalmente na Amazônia. Daqueles quase 32 milhões de hectares passados a particulares, pelo menos 12 milhões foram, seguramente, de acordo com dados do próprio Incra, entregues a grandes grupos, através de leilões de terras, as chamadas *licitações de terras públicas* (PALMEIRA, 1994:51).

Segundo Palmeira (1994), existiam vários mecanismos de repasse de terras públicas a particulares, dentre eles: i) licitações - onde os interessados podiam adquirir áreas entre 500 a 2999 mil hectares³⁸; ii) legitimação de posse – para agricultores que exploravam menos de 100 hectares em regime familiar e iii) alienação sem concorrência – para pequenos e médios posseiros, em áreas médias de 200 hectares. Além dessas modalidades ainda existia uma que vigorou na área de jurisdição do Grupo executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), que incluiu o sudeste paraense, onde se podiam adquirir áreas de 500 hectares sem necessidade de licitação nas alienações, bastando para isto uma decisão do gestor do órgão (PALMEIRA, 1994). Apoiavam essas modalidades de transferência de terras um conjunto de medidas, normativas, portarias e outros instrumentos do gênero, que na prática não favoreciam os segmentos mais distantes do centro do poder. O limite de 3.000 hectares, estabelecido pela legislação, era burlado com a ajuda da própria burocracia que permitia às empresas arrecadar quantidades superiores ao limite estipulado. A decisão unilateral do gestor do órgão para concessão de áreas com até 500 hectares facilitava mecanismos escusos e autoritários.

A Lei de Incentivos Fiscais, nº 5.174, de 27/10/1966, associada ao DL n.º 67.557, de 12/11/1970 que regulamentou a criação dos projetos de colonização, formou um conjunto de medidas complementares do governo federal, que impulsionaram o processo de ocupação das terras devolutas no estado do Pará. Coube ao Incra, a responsabilidade de implementar assentamentos de pequenos agricultores ao longo da Transamazônica, numa faixa de 10 km de cada lado. Em 1971, dois outros decretos somaram-se ao nº 65.557, visando disponibilizar terras para a política de colonização

³⁸ Acima deste limite, era preciso autorização do Congresso Nacional

(ALMEIDA, 1982). O Decreto nº 68.433/71 que previa a desapropriação por interesse social dos imóveis rurais e propriedades particulares situados no polígono Altamira-Itaituba, num raio de 64.000 quilômetros quadrados e o DL nº 1.164/71 que incorporou, como necessária à segurança e desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros às margens das rodovias federais implantadas, em fase de implantação ou projetadas na Amazônia Legal (ver figura 3), respeitadas as áreas já incorporadas ao domínio particular (ALMEIDA, 1982). O objetivo do DL nº 1.164/71 era transferir para a responsabilidade da União a maior quantidade de terras possível, visando atender tanto o programa de colonização dirigida quanto o programa de incentivos fiscais. Esta transferência de responsabilidade sobre as terras ficou conhecida na literatura corrente sobre o tema como “federalização das terras estaduais”.

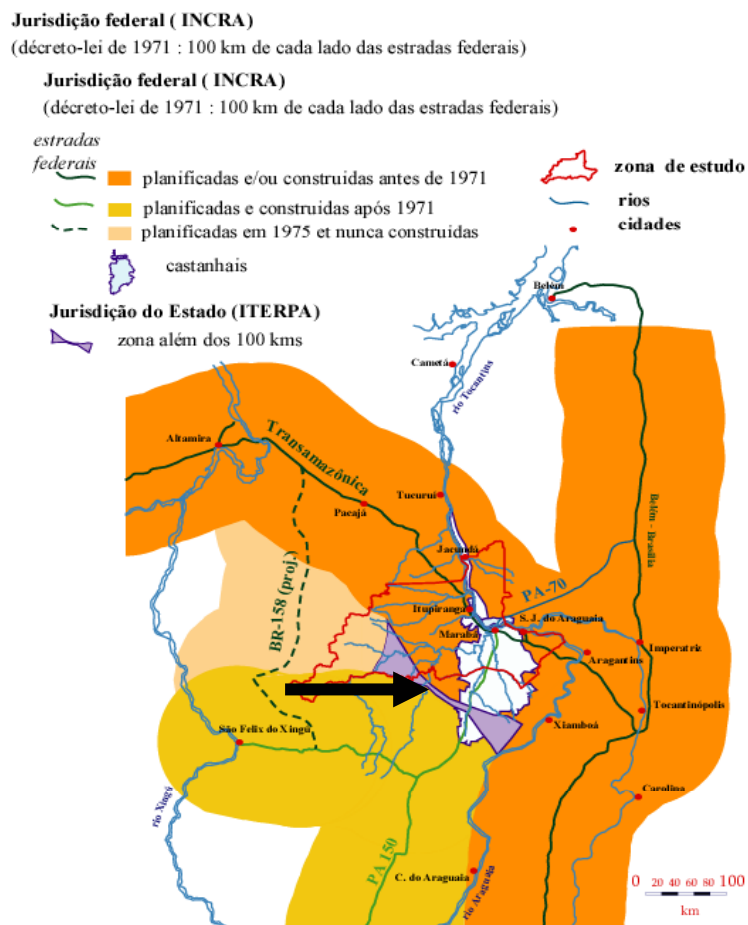


Figura 3 Mapa da configuração do território do estado do Pará após a federalização das terras

Fonte: De Reynal, 2001

Este mapa, confeccionado por De Reynal (1999), mostrou o redesenho do espaço regional após os decretos que permitiram a federalização. Retirando os 100 km que margeavam as estradas construídas e projetadas, de responsabilidade da União, restou sob a jurisdição do estado do Pará o que ficou conhecido como *Gleba Ampulheta*, indicada com a seta na figura 3.

A partir de dados oficiais do governo do estado do Pará, Treccani (2001) mostrou a dimensão do impacto da federalização das terras no estado, conforme o quadro 3.

Quadro 3 Federalização das terras devolutas do estado do Pará

DESTINAÇÃO	NÚMERO	HECTARE	%
Faixa de fronteira		5.768.400	4,72
Áreas do DL 1.164/71		63.544.200	52,04
Terras Indígenas	38	22.828.000	18,70
Áreas de conservação da natureza	13	3.342.000	2,74
Área do EMFA	1	3.907.200	3,20
Área da Aeronáutica	1	148.617	0,12
Área do Exército	8	2.849.100	2,34
Terrenos de Marinha e marginais		1.223.000	1,00
TOTAL Áreas sob jurisdição da União	61	103.610.517	84,86
Áreas sob jurisdição do Estado		18.490.783	15,14
Área TOTAL do Pará		122.101.300	100

Fonte: Treccani (2001), compilado de Governo do Estado do Pará. Comissão de Estudos das Áreas de jurisdição federal no território do Estado do Pará. Fevereiro, 1996.

Os dados apresentados por Treccani (2001) mostram que 85% das terras estaduais passaram para a jurisdição da União a partir dos anos 70. Esta situação perdurou até 1987, quando o DL n.º 1.164/71 foi revogado. Segundo Petit (2003), este processo de transferência das terras para a responsabilidade da União enfraqueceu o poder do governo estadual e, em consequência, da oligarquia local. Ao mesmo tempo, favoreceu a instalação de grandes empresas nacionais e internacionais. Costa (1998) se referiu à relação entre a federalização das terras devolutas e a constituição da grande empresa, da seguinte maneira:

A política de terras para a Amazônia teve o papel de garantir os estoques de terras necessários à estruturação da grande empresa, bem como manter baixos os preços dessas terras. Esses dois objetivos foram obtidos pela federalização das terras devolutas dos estados, pelos mecanismos de privatização das terras, pela impunidade e oficialização da grilagem e por não se dar qualquer apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na “fronteira” (COSTA, 1998:54).

Além dos decretos ligados diretamente à federalização, outros programas instituídos a partir daí, reforçaram o processo de regularização e privatização das terras. Um exemplo de programas que contribuíram com a privatização da terra foi o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

O Proterra, criado através do DL n.º 1.179, de 6/7/1971, visava possibilitar aos pequenos e médios agricultores adquirirem terras em quantidade suficiente para gerar trabalho e renda conforme as necessidades das famílias. Além disso, estimularia o desenvolvimento da agro-indústria e geraria emprego, nas áreas de atuação da Sudam e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Almeida (1982) as ações previstas eram:

- a) Aquisição ou desapropriação de grandes extensões de terra para posteriormente revendê-las a pequenos e médios produtores rurais da região, promovendo melhor distribuição de terras cultivadas;
- b) Empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais para a aquisição de terra cultivável, ou ampliação de propriedades que não possuíssem dimensões consideradas suficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor;
- c) Financiamentos voltados para a expansão da agroindústria, inclusive a açucareira e para produção de insumos destinados à agricultura;

- d) Assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais, organização ou ampliação dos meios de comercialização, transporte, energia elétrica e outros;
- e) Subsídios ao uso de insumos modernos;
- f) Custeio de ações discriminatórias e fiscalização da posse e uso da terra, ampliação da pesquisa agropecuária, extensão rural, e;
- g) Garantia de preços mínimos para produtos de exportação (ALMEIDA, 1982:88/89).

Diversos estudos sobre o Proterra nas décadas de 1970 e 1980 chegaram à conclusão de que os efeitos produzidos pelo programa foram, por assim dizer, contrários aos seus objetivos. A redistribuição de terras em função das necessidades das famílias dos pequenos e médios produtores não se efetivou (JATOBÁ, 1980). Os grandes produtores foram os maiores beneficiados com os recursos financeiros através do crédito rural e, entre eles, os pecuaristas foram os mais beneficiados. Mesmo quando o recurso foi destinado para a agricultura, foram as grandes propriedades que mais se beneficiaram (HÉBETTE & MARIN, 1979). Dentre os obstáculos que impediam os pequenos e médios produtores de terem acesso aos benefícios do Proterra, destacaram-se as exigências burocráticas impostas pelo próprio programa. Segundo Almeida (1982):

Embora o Proterra enfatizasse a concessão de empréstimos para os pequenos e médios produtores rurais, na prática, através do que era exigido por seus agentes financeiros - Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal favoreceram os grandes proprietários, pois eram os que possuíam melhores condições para cumprir com as exigências estabelecidas, principalmente no tocante à regularização da posse da terra e às normas e prazos vigentes para liberação das parcelas dos financiamentos (ALMEIDA, 1982:89)

Dessa forma, os recursos do Proterra foram aos pouco se tornando a fonte para outros programas merecedores de maior atenção, como a pavimentação de estradas (Belém/Brasília), construção de hidrelétricas e linhas de transmissão (JATOBÁ, 1980). A prioridade para a construção de infra-estrutura beneficiava o conjunto da região, mas criava condições especiais (diferenciais) para a instalação de empresas com alta capacidade de captação dos outros incentivos governamentais como a isenção de impostos e acesso facilitado à terra. Os pequenos produtores com ou sem terra e as empresas de pequeno porte não se beneficiavam igualmente do conjunto dos incentivos.

Seguindo a lógica da “Integração, Valorização e Desenvolvimento da Amazônia”, o regime militar instituiu em 1972, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) que teria vigência até 1974. Cabia à Sudam levar a cabo as ações delineadas no âmbito do I PDA. Sua principal estratégia assentava-se na melhoria da infra-estrutura, principalmente estradas e na consolidação de núcleos coloniais estáveis, capazes de contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário. A ênfase neste setor estava ligada a uma leitura de que o mesmo seria capaz de absorver mão-de-obra e alavancar o desenvolvimento econômico regional. No que se referia à colonização, o I PDA elegeu as seguintes estratégias: i) o Incra seria responsável pela elaboração e implantação de projetos de colonização oficiais; ii) caberia ao Incra a elaboração de projetos de colonização oficial e o repasse para a implantação total pela iniciativa privada e; iii) caberia à iniciativa privada a elaboração e implantação de projetos de empresas rurais, sob a forma individual ou societária (ALMEIDA, 1982).

No primeiro caso, em que a responsabilidade pela elaboração e implantação estaria a cargo do Incra, a previsão era o assentamento de 100.000 famílias ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém através dos Projetos Integrados de Colonização

(PIC). Estudos posteriores mostraram que a meta nunca foi alcançada. Segundo Mahar (1978), no final de 1974, ao longo da Transamazônica haviam sido assentadas aproximadamente 6.000 famílias. Estudos de outros autores mostraram que nesse período a demanda em certos pontos da Transamazônica chegava a ser superior às metas estabelecidas pelo governo (GUERRA, 2001). Em relação à segunda estratégia, constatou-se que a colonização através de iniciativas privadas não chegou a ter um peso importante dentro do contexto do sul e sudeste paraense. Em relação à terceira estratégia, o que se verificou foi uma total ineficiência do ponto de vista dos objetivos de ocupação do espaço, da geração de renda e o do desenvolvimento, em função da baixa capacidade das grandes empresas agropecuárias absorverem e fixarem grande quantidade de mão-de-obra por longos períodos. Ao contrário, o apoio às grandes empresas com recursos do I PDA, por meio da Sudam, favoreceu o uso da terra como reserva de valor e gerou inúmeros conflitos pela posse da terra. Segundo documento do IICA:

A tardia expansão capitalista para a região intensificou-se ao longo da década de 70. A terra passou a ser objeto de especulação, transformada em reserva de valor e “mercadoria” de rápida valorização. Os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e a titulação de terras a baixíssimos preços condicionavam e reforçavam o processo de concentração fundiária. O Estado estimulava e favorecia, com incentivos econômicos e apoio político, especuladores fundiários, a expansão dos latifúndios e a formação de grandes empresas agropecuárias (IICA, 2000:14).

Em paralelo aos mecanismos que facilitaram a implantação das grandes empresas o governo investiu na melhoria da infra-estrutura regional. A mata densa funcionava como uma barreira natural ao avanço da população e de alguns empreendimentos. Por muito tempo os rios permitiram uma penetração controlada e limitaram o povoamento às margens dos maiores como o Tocantins e o Araguaia. Limitaram também o deslocamento de cargas e impuseram um certo ritmo de deslocamento entre os pontos de maior povoamento. A construção de grandes eixos rodoviários começou no final dos anos 50, ainda no governo Juscelino Kubitschek, com a BR 010 (Belém/Brasília), ligando a capital federal à capital do estado do Pará. Em documento da Presidência da República de setembro de 1970, intitulado “Metas e Bases para a ação do Governo”, acentuava-se a importância da estratégia de abertura das estradas para atender o deslocamento da fronteira agrícola, e integrar as estratégias de ocupação econômica da Amazônia e Nordeste (TAVARES *et al*, 1979).

O traçado da Belém/Brasília facilitava o deslocamento de pessoas e cargas até às proximidades da região sudeste do Pará, fazendo uma aproximação com o Maranhão e norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. O objetivo maior era a integração com o mercado industrial do Centro-sul do país³⁹. Segundo Fernandes (1999).

A construção da referida estrada (Belém-Brasília) fez-se, pois, em um contexto marcado pela necessidade de ampliação de mercados potenciais para os produtos que passam a ser fabricados no Centro-sul do país, e pela forma adotada para a circulação e comercialização das mercadorias produzidas que privilegia a produção de veículos automotores, fazendo com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infra-estrutura de transporte e passasse a investir na construção de estradas e rodagens. A partir dessas vias, as terras paraenses, que em sua maioria eram terras “livres”, se incorporaram aos mercados, por meio de agentes econômicos do Sul e Centro-oeste do país (FERNANDES, 1999:37).

³⁹ O modelo de desenvolvimento vigente incentivava a indústria nacional em substituição às importações.

A malha viária de acesso à região (figura 4) se consolidou com a construção da PA 70 (hoje BR 222), da PA-150 formando um grande eixo no sentido norte-sul e a Transamazônica formando um eixo no sentido leste-oeste (VELHO, 1981; REYNAL *et al.*, 1995). A Transamazônica fazia parte do conjunto de medidas do ambicioso Programa de Integração Nacional (PIN), criado através do DL nº 1.106, de 16 de junho de 1970. O PIN previa também obras de irrigação para o Nordeste, através da atuação da Sudene (ALMEIDA, 1982).

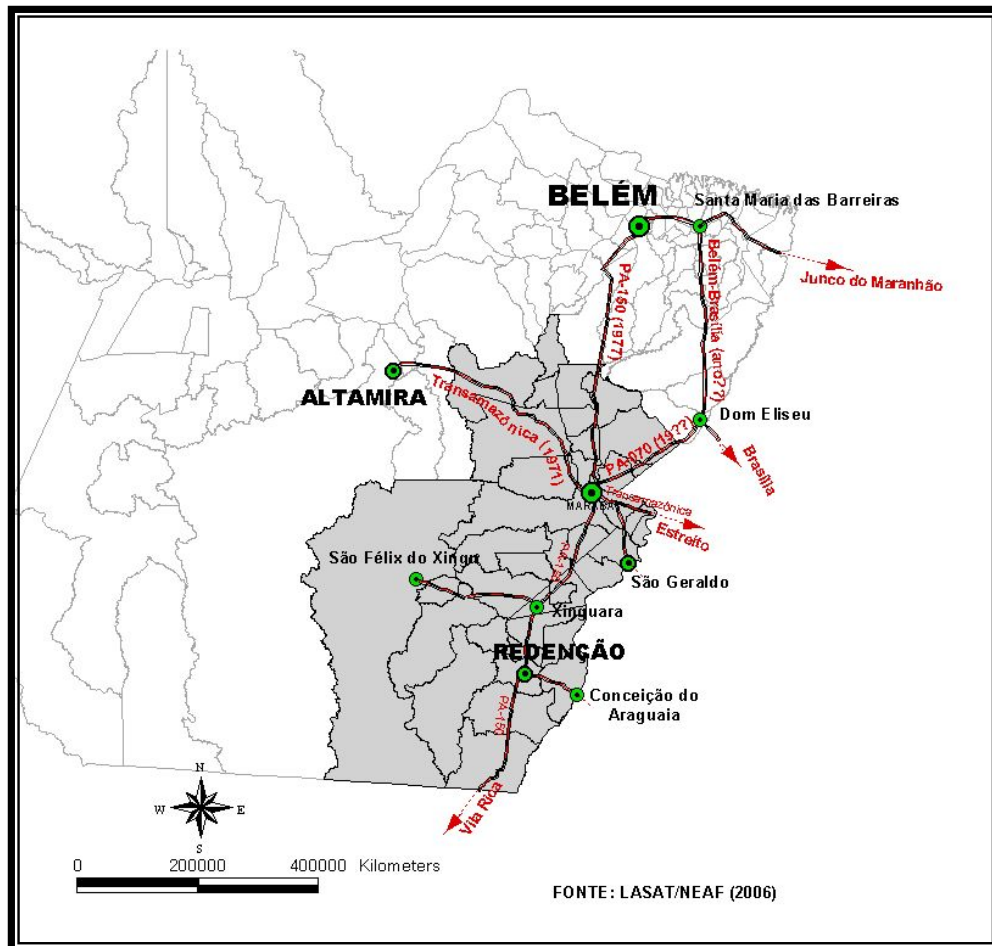


Figura 4 Mapa das principais estradas que cortam a região

Na visão do regime militar, a construção de estradas, além de conectar a Amazônia às regiões mais dinâmicas do país, também indicavam as futuras rotas para a mineração em larga escala e a “interiorização” da indústria. Segundo Höhn (1996), desde o início da década de 1960, o governo sabia da existência das jazidas de ferro na área do Grande Carajás⁴⁰. No entanto, para iniciar a exploração em larga escala, era preciso montar uma infra-estrutura básica. Além disso, o fornecimento contínuo de energia a preços baixos era fundamental para o sucesso das atividades mencionadas. Neste sentido, a construção de grandes hidrelétricas, como a de Tucuruí, passou a ser prioridade do governo. O discurso do Ministro Delfim Netto, do governo Figueiredo, sobre a usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e o Programa Grande Carajás (PGC) que

⁴⁰ A descoberta de Carajás data de 1967 e é atribuída ao geólogo Breno Augusto dos Santos.

naquele momento estavam em discussão, retratavam bem a importância dada à construção da referida hidrelétrica.

Carajás vai revolucionar o meio-norte brasileiro. Não há a menor dúvida sobre isso. Neste contexto, nós temos Tucuruí. Tucuruí é uma espécie de braço direito do Projeto Carajás. Foi com Tucuruí que nós induzimos os nossos parceiros a acreditarem efetivamente na execução do Projeto Carajás. Nós estamos construindo Tucuruí, já construímos duas linhas de suporte para o fornecimento de energia para Carajás, antes mesmo de terminar Tucuruí e a construção de suas linhas de energia. É preciso que distingamos o seguinte: não faltará energia para tocar Carajás (PETIT, 2003:265)

Para que a hidrelétrica produzisse a quantidade de KW prevista em sua concepção, foi preciso inundar uma área de aproximadamente 250.000 ha para formação do lago reservatório, desalojar mais de 4.500 famílias habitadas à convivência às margens do rio e afetar os territórios de grupos indígenas como os Krikatí, Parakanã, Guajajara e Gavião. Em quase oito anos de construção (1977-1984), a hidrelétrica de Tucuruí funcionou como pólo atrativo para chegada de migrantes. Os impactos causados na população urbana do município e da região foram de dimensões assustadoras. Os índices de violência e prostituição aumentaram em função da quantidade de pessoas que para lá se dirigiam e não conseguiam se integrar às diversas atividades em torno da construção da barragem. O destino de muitos que não se integraram aos grandes projetos como assalariados eram as ocupações de terra. A formação do lago também trouxe impactos ambientais fortes. Pragas de insetos se alastraram devido às modificações das condições ambientais, dificultando a vida das populações no seu entorno. Comunidades inteiras de agricultores e indígenas mudaram de lugar em função dessas pragas.

A energia gerada em Tucuruí foi a base para mega empreendimentos como o complexo da mina de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁴¹ na região de Parauapebas, da Albrás-Alunorte, próximo a Belém e a Alumar em São Luís do Maranhão⁴². Em meados dos anos 1970 foi instituído o II PDA, cujas linhas de ação se baseavam nos mesmos pressupostos da segurança nacional, da integração econômica e da ocupação produtiva do espaço amazônico contidos no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). De um discurso mais genérico sobre os caminhos para a integração e o desenvolvimento regional, o governo passou a adotar outro de caráter setorial-seletivo com ênfase para o desenvolvimento de vantagens comparativas (ALMEIDA, 1982). Ou seja, com o caminho aberto pelos grandes eixos viários, a ênfase passou a ser a definição de áreas geográficas e setores prioritários para concentrar os investimentos.

⁴¹ A CVRD foi privatizada em 1997 pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob protesto da sociedade civil, que denunciou amplamente um conjunto de irregularidades no processo.

⁴² A primeira era uma *joint-venture* envolvendo a *U.S. Steel* dos Estados Unidos e a CVRD. A CVRD entrou para quebrar o monopólio da *U.S. Steel* sob o que viria a ser a maior província mineral da Amazônia. Segundo Pinto (2003), os militares não viam com bons olhos, o domínio absoluto da “gigante do aço” americana sobre uma porção do território da Amazônia. A segunda congregava um consórcio japonês de siderúrgicas que reunia 30 empresas, a *Nippon Amazon Aluminium Company* (NAAC) e a CVRD. A terceira era um projeto totalmente financiado com capital privado envolvendo a Alcoa dos EUA e a *Billiton Metal*, subsidiária mineradora da *Royal Dutch-Shell* (HALL, 1991). A CVRD se tornou a maior empresa brasileira do setor, com 22 mil funcionários e receita anual de 5,2 bilhões de dólares em 2003. A empresa foi responsável por mais de 20% das divisas líquidas geradas pela exportação do país (PINTO, 2003).

Foi neste contexto que surgiram os pólos de desenvolvimento orientados para atividades produtivas exportáveis. A pecuária de corte e a mineração foram exemplos de setores que mereceram programas setoriais visando sua consolidação. No que se referiu à colonização, o II PDA propôs medidas para consolidação dos núcleos coloniais já instalados orientadas para atender à lógica dos pólos de desenvolvimento. A consolidação dessa reorientação veio efetivamente com o lançamento do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que criou quinze pólos de desenvolvimento. Além deles foram definidos ainda pólos de desenvolvimento madeireiros, agro-industriais e urbanos. A influência dos empresários do setor agropecuário era tal que chegaram a solicitar que o governo federal declarasse a Amazônia área preferencial para exportação de carne bovina (ALMEIDA, 1982).

A política de colonização dirigida do governo militar, não chegou a completar cinco anos e já mostrava sinais de completa ineficiência. Em meados dos anos 1970 a política governamental mudou o foco de sua atenção. A colonização da região pelas famílias de pequenos produtores orientados para a produção de alimentos visando a auto-sustentação deu lugar a atividades orientadas para a exportação como a madeira, minérios e a carne bovina⁴³. Para atrair investidores as formas de persuasão utilizadas pelo governo foram variadas. Segundo Treccani:

...no final de 1973, o governo (federal) trouxe 20, entre os maiores empresários do sul do país, para *visitar* a Amazônia. Na verdade sobrevoaram a região para tomar conhecimento da mesma, ver de perto seu enorme potencial e foram incentivados a investir nela...Foi feita, assim, aquela que poderíamos chamar de *opção pelos ricos*, isto é, instaurou uma política elitista que favoreceu os grandes grupos econômicos, transferindo-lhes vultosos recursos, seja através de isenção de impostos, ou através de investimentos em grandes obras de infra-estrutura. A agropecuária (pecuária) foi privilegiada, pois o governo acreditava que a criação de gado para corte apresentava inúmeras vantagens comparando com a agricultura de sobrevivência (TRECCANI, 2001:187).

Em meados dos anos 1970, o fracasso da colonização oficial era evidente. Enquanto a política de colonização declinava em suas estratégias, o fluxo de famílias camponesas para a região intensificava-se. O governo federal não se mostrava tão confiante numa dinamização econômica a partir de uma lógica de ocupação que priorizasse os pequenos e médios produtores. Magalhães (2003), analisou este momento da seguinte maneira:

Uma inflexão na política de segurança nacional e, portanto, de ocupação e exploração da Amazônia e dessa região, verifica-se ainda na década de 70: o modelo da produção familiar é preterido pelo Estado em prol de grandes complexos agropecuários e de grandes investimentos de extração mineral, dentre os quais se destaca o Programa Grande Carajás, além dos grandes projetos de infra-estrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para os camponeses, a maioria recém-instalada na terra, uma das mais importantes conseqüências dessa inflexão é a expulsão (MAGALHÃES, 2003:254)

Na verdade, não se tratava apenas de expulsão pura e simples, mas de um processo mais complexo inerente ao avanço do capitalismo no campo, definido por Martins (1991) como sendo um processo de “expropriação” dos trabalhadores rurais.

⁴³ Naquele momento, acreditava-se que a carne bovina seria um dos principais itens da pauta de exportação do país.

Segundo Martins (1991), citando dados de pesquisa do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), na década de setenta, sete de cada oito famílias de pequenos agricultores estavam ameaçadas de expulsão de suas terras ou posses devido ao avanço das grandes empresas beneficiadas através dos incentivos fiscais.

Estes dados mostravam a dimensão do problema causado não só para as famílias de agricultores como para as condições de vida nos centros urbanos regionais, para onde se deslocou um grande número de famílias que foram pressionadas pela ocupação espacial da grande propriedade. Neste período, verificaram-se variações fortes nas populações dos principais centros urbanos regionais. Uma parte dos agricultores se deslocou para centros urbanos, ainda que temporariamente e grande parte optou por ir à busca das *franjas de florestas*, onde se pensava que havia terras desocupadas, mesmo que muito distantes. Para alguns, essa distância, funcionava, aparentemente, como uma proteção para a instalação de novas roças e formação de novos povoados longe das ameaças. No entanto, como disse Martins (1991), a sensação de segurança para fazer suas roças “durava apenas o tempo necessário à chegada de um novo grileiro, de uma nova fazenda” (MARTINS, 1991:47).

O deslocamento da fronteira agrícola por meio da política de terras, da abertura de eixos viários, incentivos fiscais e creditícios e a incorporação à economia de amplas faixas da população através da criação de condições para instalação de atividades industriais e da extração mineral, compunham a base do discurso governamental durante todo o período do regime militar. Cada presidente e sua equipe davam ênfase a uma ou outra parte desse leque de ações. Em geral, a sociedade local e os políticos tinham pouco ou nenhum poder de influenciar os rumos definidos no âmbito federal. Petit (2003) relatou o descontentamento de parte do setor empresarial do estado do Pará, manifestado no discurso do economista Armando Soares, então representante do Centro das Indústrias do Pará (CIP), sobre as políticas governamentais e a presença de empresários de outras regiões: “... o empresariado paraense estava servindo de cobaia na experiência desenvolvimentista levada a cabo pelos grandes empresários do país” (PETIT, 2003:256). Os posseiros nem dispunham de porta vozes nas esferas políticas para manifestar seus descontentamentos.

1.3 O Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, o Programa Grande Carajás e o Acirramento dos Conflitos pela Posse da Terra

Na década de 1980, uma área com mais de 900.000 ha, concentrada nas mãos das famílias que haviam conseguido aforamentos ou arrendamentos por 99 anos nas três décadas anteriores, foi o palco de muitos conflitos. Essa área se tornou conhecida nacionalmente como Polígono dos Castanhais (EMMI, 1999). Segundo dados da Sudam, em 1985, essa área correspondia a 180 propriedades. Devido às restrições jurídicas, que previam o módulo máximo para essas áreas o equivalente a 3.600 ha, as 180 propriedades eram distribuídas entre membros das famílias que compunham a oligarquia local (HÉBETTE *et al*, 2002a). Segundo Hébette *et al* (2002a), esses foreiros e arrendatários passaram a reivindicar que os documentos de arrendamento e aforamento se transformassem imediatamente em títulos de propriedade.

Este artifício visava impedir a solicitação da posse da terra pelos novos ocupantes. Além de requerer a titulação, os foreiros tentaram se apossar das áreas que estavam fora dos aforamentos e arrendamentos, que eram denominadas de “sobras” (HÉBETTE *et al*, 2002a). As ocupações de posseiros quase sempre tinham início numa dessas “sobras” de terra que ficavam muito próximas dos castanhais em sistema de

aforamento, porém fora deles⁴⁴. O conflito entre foreiros, já transformados em fazendeiros e posseiros foi inevitável. Todo o tipo de violência foi praticado pelos “donos” de castanhais para impedir a entrada e permanência de posseiros nessas áreas. Por muitos anos, apesar das inúmeras denúncias, o Estado fechou os olhos para os conflitos no sudeste paraense.

Em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT). A sua área de atuação correspondia à metade da área do PGC, numa região denominada “Bico do Papagaio”, porção de terras encravada no sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, onde hoje se situa o estado do Tocantins. O seu principal objetivo era suavizar os conflitos agrários na região por meio da ordenação da ocupação (MIRANDA, 2001; HALL, 1991).

Sob a égide da doutrina de segurança nacional, foram atribuídas ao Getat as seguintes funções: i) discriminação de terras - que permitia separar as terras públicas das terras de domínio privado (Lei nº 6.383 de 07/12/76); ii) arrecadação de terras - no caso de terras sem comprovação de domínio (terras devolutas), este mecanismo permitia a incorporação ao patrimônio da União (Lei nº 6.383 de 07/12/76); iii) demarcação de terras - visava coibir os conflitos; iv) composição - buscava solucionar problemas relacionados a processos fundiários sub-júdice (DL nº 1.799/80); v) desapropriação - o foco eram as áreas em conflitos (um conjunto de decretos fornecia o aparato legal, Decreto nº 67.557/70, modificado pelos Decretos nº 75.295/75; 87.095/82 e 87.834/82); vi) assentamentos de famílias - feitos através de inscrição, seleção e entrega de terras para os colonos e vii) titulação de terras (Adaptado de TRECCANI, 2001:196, citando BENTES, 1985:21-30). Ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), tinha como figura principal na região o Coronel Sebastião de Moura, conhecido localmente como “Curió”⁴⁵. Segundo Almeida (2006), referindo-se ao Coronel Curió:

A sua carreira como agente da repressão começou na década de 70, sudeste do Pará, região do Araguaia/Tocantins, onde ele chegou como homem do SNI com amplos poderes para mandar e desmandar. Marco Antônio Luchini, doutor “Paulo” e doutor “Tibiriçá” foram alguns pseudônimos usados para se aproximar dos posseiros. A missão de Curió no Araguaia era sufocar a Guerrilha, tendo na sua retaguarda o apoio da Polícia Federal e do Exército [...] Curió tinha amplos poderes e encarnava o Estado em lugar desprovido de todo tipo de serviço público. Em terra de ninguém, o Estado vinha do céu, de helicóptero, como um milagre. Era assim que Curió percorria a região (ALMEIDA, 2006:47).

Por trás de nomes e funções fictícias atuava um repressor implacável e frio cujos métodos ainda são lembrados por lideranças sindicais, religiosos e militantes do movimento social e popular. O Coronel Curió também foi o responsável pela chamada “Operação Limpeza”, que teve como finalidade descaracterizar qualquer indício de guerrilha na região (ALMEIDA, 2006).

⁴⁴ Várias dessas “sobras” foram identificadas por ex-coletores de castanha.

⁴⁵ O artigo 4º do decreto de criação do Getat, determinava: “fica o Getat investido nas competências conferidas ao Incra em decorrência do disposto nos artigos 11 e 97 da lei nº 4.504”. Após estruturar o funcionamento do Getat, o Coronel Curió foi responsabilizado por outras atividades na região como “apaziguar” o garimpo da Serra Pelada, no governo Figueiredo. Ainda por imposição do governo militar entrou para a política, elegeu-se deputado federal pelo Partido da Democracia Social (PDS) em 1982. Sua candidatura foi definida numa reunião de generais que comandavam o Serviço Nacional de Informação (SNI). Segundo Almeida (2006), o Coronel Curió encarou o pleito como uma “missão” (ALMEIDA, 2006:45).

Além das funções do Incra, o Getat se sobrepunha às ações da Fundação Nacional do Índio (Funai)⁴⁶. Essa sobreposição de funções ao invés de resolver os graves conflitos em torno da questão fundiária, criou situações que potencializaram os conflitos. Magalhães (1991) relatou casos de emissão de Licença de Ocupação (LO) e até de títulos de propriedades expedidos tanto pelo Incra quanto pelo Getat em terras indígenas. Os interesses que se aglutinavam em torno dessas instituições não eram necessariamente confluentes, gerando contradição entre as deliberações emanadas de cada um deles. Treccani (2001) se referiu a outras funções assumidas pelo Getat após três anos de existência, da seguinte maneira:

Pouco a pouco, porém, este órgão (Getat) perdeu sua especificidade e passou a ter uma atuação mais abrangente na vida social do sul do Pará, ficando ao seu cargo as ações públicas nas áreas de saúde, educação, vias de comunicação e eleições sindicais dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs). Seus escritórios administrativos chegaram a ser usados como cadeia na ocasião da prisão dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou e dos 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia em agosto de 1981 (TRECCANI, 2001:195).

Os fatos registrados por Treccani, foram confirmados por Figueira (1986), que relatou minuciosamente dentre outros casos o dos padres e posseiros de São Geraldo do Araguaia. O período de vigência do Getat foi de 1980 a 1987 e, como afirmou Treccani (2001), sua ação como instância de intervenção direta do Estado na região, provocou impacto significativo. No ano de sua criação as entidades de apoio, principalmente as ligadas à Igreja, denunciavam a forma como o Getat começava a desenvolver suas atividades. Um informativo da Diocese de Marabá descreveu a atuação do órgão no boletim nº 2, de junho de 1980.

Como todos os lavradores já sabem, o Incra morreu. Morreu com uma doença muito feia, um câncer que muita gente sofre nessa região do Araguaia-Tocantins. Como disse o Bispo Dom Pedro que “o Incra morreu podre e nem fede mais”. É, companheiros, morre um órgão e nasce outro, e fica a pergunta: O Getat vai resolver os problemas? Faz quase um mês que o Getat chegou na PA-150, quer dizer, chegaram alguns caras para fazerem vistorias em algumas áreas, dizendo que iriam colocar todos os posseiros. Mas a esperança durou muito pouco. Em duas áreas de conflitos os caras da vistoria expulsaram posseiros, dizendo que ali quem tinha direito era fulano de grileiro, que era para a turma voltar para suas casas na rua. Noutra área eles fizeram a vistoria num total desrespeito aos posseiros. Mas logo, logo os posseiros fizeram pressão, abaixo-assinado e exigiram novas vistorias. O coordenador do Getat em Marabá não gostou, mas foi obrigado a pedir novas vistorias. Os posseiros aprenderam que o órgão não foi criado para defender seus interesses e garantir seus direitos. Aprenderam também que a única maneira de lutarem e exigirem o direito à terra é pela **Organização e União** [...] vamos nos organizar melhor que a **Terra é para quem nela trabalha**. Que a **Reforma Agrária** tem de ser feita, é o único remédio contra a grilagem e o latifúndio. A lei do **Posseiro** é o **Estatuto da Terra**. Essa lei foi feita pelo governo, vamos exigir que seja cumprida (Boletim O Grito da PA-150, 1980:2).

O trecho do boletim O Grito da PA-150, além de ilustrar qual a imagem que se tinha da atuação dos órgãos públicos, serviu também para mostrar a preocupação com a organização dos agricultores como forma de enfrentar a questão da posse da terra.

⁴⁶ Neste período, a Funai perdeu o direito de deliberar sobre as terras indígenas, passando esta função a ser desempenhada pelo Conselho de Segurança Nacional (MAGALHÃES, 1991).

Apesar do desencanto com a atuação dos órgãos públicos, percebeu-se que a equipe de pastoral, que editava o boletim, acreditava na possibilidade do Estatuto da Terra funcionar como uma oportunidade de pressionar o governo avançar na realização da reforma agrária. A equipe de pastoral se valia de vários instrumentos de comunicação para passar mensagens aos agricultores. A figura 5 abaixo, divulgada no boletim “O Grito da PA 150”, representava a desproporcionalidade de forças entre o Getat e os posseiros, a forma autoritária como os gestores tratavam a questão fundiária e de que lados se colocavam.

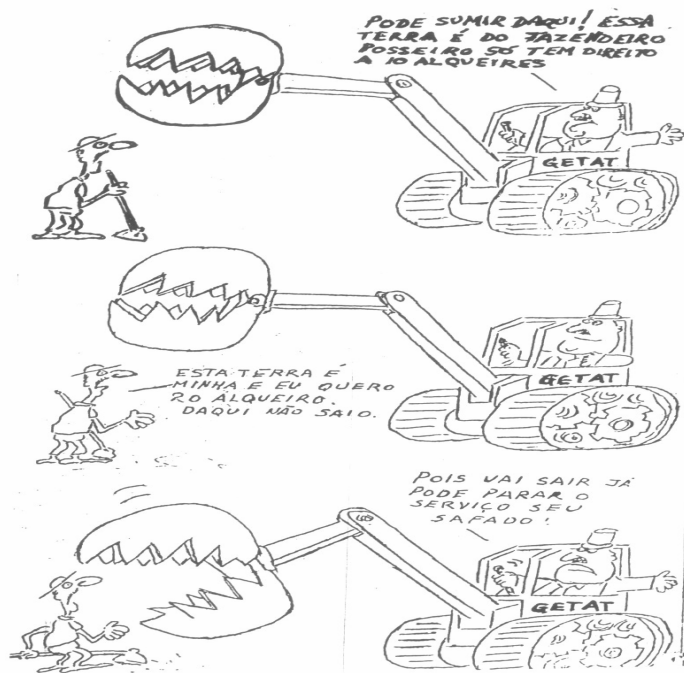


Figura 5 Charges do boletim O Grito da PA-150, ano I, n° 4

Após a tentativa fracassada do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1986 e da investida da frente parlamentar criada pelos latifundiários, articulados em torno da União Democrática Ruralista (UDR), no processo da Reforma Constitucional de 1988, todas as ações de reforma agrária no território nacional foram praticamente bloqueadas. Na região sul e sudeste paraense, o Incra retomou suas funções como unidade avançada, porém sem condições financeiras e operacionais. Em nível nacional, a pasta do Ministério responsável pela política fundiária foi assumida por um político do estado do Pará, o Senador Jader Barbalho.

Durante o período que foi de 1986 a 1989, chamado de “transição política do regime militar para o regime democrático”, o país foi submetido a um conjunto de programas de estabilização, com a justificativa de combate à inflação. Esses planos, além de não terem ajudado a resolver o problema principal, também impediram a realização de ações em outras áreas como a reforma agrária e programas sociais. O Incra e o processo de reforma agrária permaneceram em estado de latência até meados da década de 90. Sem ação reguladora do Estado, os conflitos pela posse da terra se multiplicaram e a violência se banalizou.

As primeiras desapropriações dos castanhais do sudeste paraense foram mais um acerto político entre o Ministro Jader Barbalho e os fazendeiros do que uma ação governamental consistente. Através da Portaria Ministerial n° 450 de dezembro de 1988, assinada pelo então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, dez castanhais

foram adquiridos e transformados em projetos de assentamento. No total, o Ministério adquiriu, em 1988, 61 castanhais na área do Polígono, dos quais 41 estavam em nome de membros da família Mutran, somando 151.229,8 ha.

Para os fazendeiros, principalmente os membros da família Mutran, era um bom negócio do ponto de vista econômico, já que as indenizações foram “generosas”⁴⁷; para o Ministro era um bom negócio do ponto de vista político, já que o mesmo tinha pretensões eleitorais em relação ao governo do estado (PETIT, 2003). Dois anos depois, essa aliança política se confirmou. Eleito governador do estado, Jader Barbalho reduziu o ICMS para exportação da castanha de 13% para 2,6%, favorecendo (novamente) setores beneficiados com a desapropriação dos castanhais em 1988 (PETIT, 2003:218).

Apesar da economia da castanha começar a apresentar sinais de decadência, as famílias oligárquicas não perderam poder político e econômico. Do ponto de vista político, a aliança feita com Jader Barbalho rendeu à família Mutran, entre os anos de 1988 e 1990, a ascensão de vários membros para cargos eletivos locais e estaduais, entre eles o de prefeito de Marabá em 1988 (Nagib Mutran Neto), Vereador (Guido Mutran, tio do Nagib Mutran Neto) e Deputado Estadual (Vavá Mutran, pai de Guido Mutran). Além disso, o judiciário de Marabá tinha em sua pasta titular a juíza Ezilda Pastana, casada com Osvaldo Mutran Júnior (filho do Vavá Mutran), que dava cobertura aos novos fazendeiros envolvidos em conflitos fundiários, muitos deles ligados à UDR dos quais cobrava apoio político aos Mutran (PETIT, 2003).

Concomitante ao avanço dos conflitos sociais na região, deflagrados em torno da questão da posse da terra, o governo planejava ampliar a inserção da região no cenário econômico internacional. Ainda nos anos setenta, o governo federal começou a pensar formas de apresentação do potencial econômico da região sul e sudeste paraense aos investidores nacionais e estrangeiros. Para isto, recorreu à assessoria técnica de instituições internacionais no intuito de montar um “projeto integrado de exploração mineral e agroflorestal para a Amazônia Oriental” (HALL, 1991). A *Japan International Cooperation Agency* (JICA), agência de cooperação técnica de origem japonesa, foi responsável por vários desses documentos.

No final dos anos 70, o resultado desses esforços somados a projetos já em andamento, foi a criação do PGC⁴⁸, uma combinação de projetos de extração e processamento mineral, produção agropecuária e exploração de madeira, cujo objetivo principal era industrializar uma porção substancial da Amazônia Oriental (HALL, 1991). O projeto pretendia articular os diversos setores com a finalidade de gerar produtos exportáveis e contribuir para a dinamização da economia brasileira. Segundo Hall (1991), a área estimada de abrangência do PGC era de aproximadamente 90.000 quilômetros quadrados ou cerca de 10% do território brasileiro, com um investimento inicial calculado em 62 bilhões de dólares.

Longe de ser uma coincidência geográfica, a sobreposição territorial do Getat e do PGC, visava criar condições políticas e econômicas para implantação do maior programa “integrado” do mundo, realizado em ecossistema de floresta tropical (FERNANDES, 1999; HALL, 1991). Um dos objetivos do Getat era garantir a política de terras pensada pelo governo federal, mesmo que para isto tivesse que utilizar mecanismos militares ou, como disse Fernandes (1999), “mecanismos político-

⁴⁷ O Senado Federal chegou a criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de irregularidades na emissão de títulos relativos ao período que Jader Barbalho foi Ministro do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD).

⁴⁸ O PGC foi instituído através de dois decretos: DL 1.813 de 24 de novembro e o DL 1.825 de 22 de dezembro de 1980 (HALL, 1991).

militares”. O resultado final do período de atuação do Getat foi a constituição de novas grandes propriedades e a garantia de regularização das que foram criadas no período anterior (ALMEIDA, 1986). Como isto foi possível? À medida que se fazia a arrecadação de terras devolutas, regularizavam-se as grandes propriedades já formadas, independentemente se através de mecanismos legais e/ou fraudulentos. Os empresários, mediante entidades de representação, como a Associação de Empresários da Amazônia, pregavam que a posse jurídica da terra deveria anteceder a posse física, para anteceder fins econômicos (FERNANDES, 1999). O Getat, pela sua ação e prática, estava em harmonia com esta tese.

No final da década de oitenta, a região estava vivendo todas as contradições do período imediatamente anterior, onde a base do desenvolvimento foi depositada numa dinâmica de latifundização e no reforço sem medida ao grande capital. O PGC e seus sub-programas compunham o eixo central no qual o governo depositava a esperança de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população local. Quatro segmentos prioritários compunham o PGC: minero-metalúrgico; reflorestamento; agricultura e pecuária. Para dar suporte a estes segmentos era necessária uma ampliação da infraestrutura local, o que incluía a conclusão dos eixos rodoviários, principalmente, a Belém-Brasília e a Transamazônica; a construção de dois portos, o de Itaqui e Ponta de Pedras em São Luís-Maranhão; a construção de uma estrada de ferro ligando a mina na Serra dos Carajás aos portos de Itaqui e Ponta de Pedra, em São Luís; e a conclusão de uma usina hidrelétrica, a UHE Tucuruí. Seguindo a lógica de pólos de desenvolvimento, os anos 80 foram marcados fortemente pela implantação do complexo de exploração mineral e fortalecimento da pecuária.

A pressão sobre as terras verificada após a criação do PGC alterou o mercado de terras (HALL, 1991). A elevação do preço da terra exacerbou a tendência herdada desde os anos 1960, fazendo com que a especulação imobiliária disparasse, e a concentração chegasse a extremos. Dados levantados por Hall mostraram que na Amazônia Oriental, em 1986, as propriedades com área inferior a 100 hectares, somavam aproximadamente 11% das terras, apesar de constituírem 70% dos estabelecimentos rurais; por outro lado, as propriedades com mais de 10.000 hectares detinham 30% das terras e perfaziam apenas 0,1% dos estabelecimentos (HALL, 1991; COSTA, 2000). Segundo Oliveira (1994), em 1985, as propriedades com menos de 100 hectares no Brasil, somavam 90% dos estabelecimentos e tinham sob sua posse 21% da área total. Os estabelecimentos com mais de 10.000 hectares somavam 0,04% dos estabelecimentos e detinham 15% da área total (ver gráficos 1 e 2). Portanto, se repetia na Amazônia um padrão de concentração fundiária vigente em nível nacional.

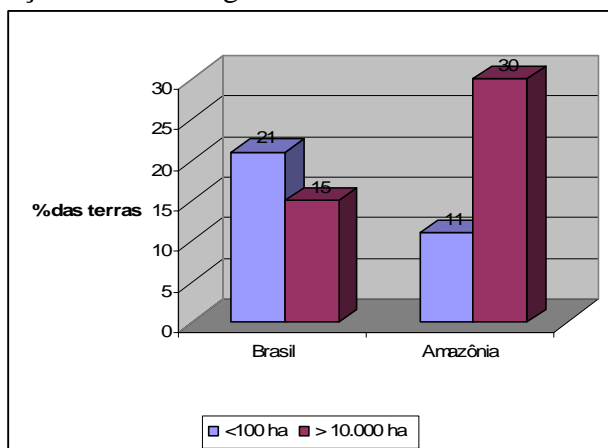


Gráfico 1 Percentual de terras no Brasil e na Amazônia para os estratos de < 100 hectares e > 10.000 hectares

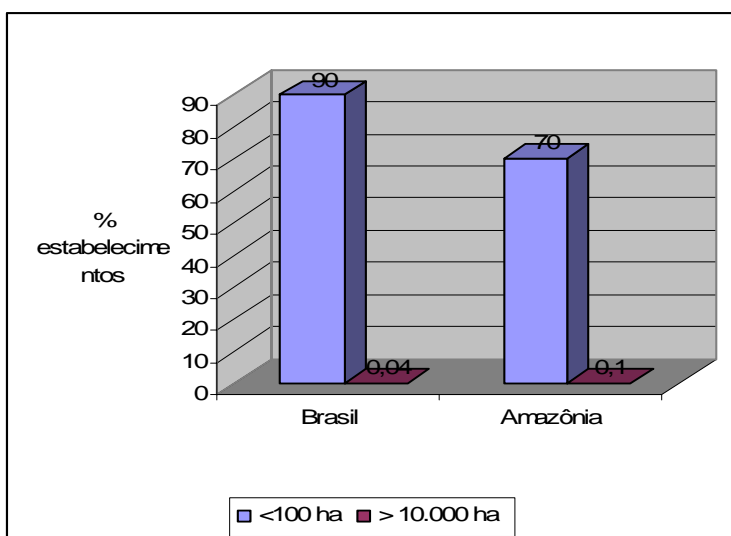


Gráfico 2 Percentual de estabelecimentos no Brasil e na Amazônia para os estratos de < 100 hectares e > 10.000 hectares

A consequência mais imediata dessa alta concentração de terras foi o aumento dos conflitos pela posse da terra. No ano de 1985, a região do “Bico do Papagaio”, área de influência do PGC, registrou aproximadamente 40% do total de mortes causadas por conflitos fundiários em todo o país (HALL, 1991). O gráfico abaixo reforça as afirmações de Hall. Percebeu-se que após a criação do Getat e do PGC, o número de assassinatos cresceu no estado do Pará chegando ao pico em 1985.

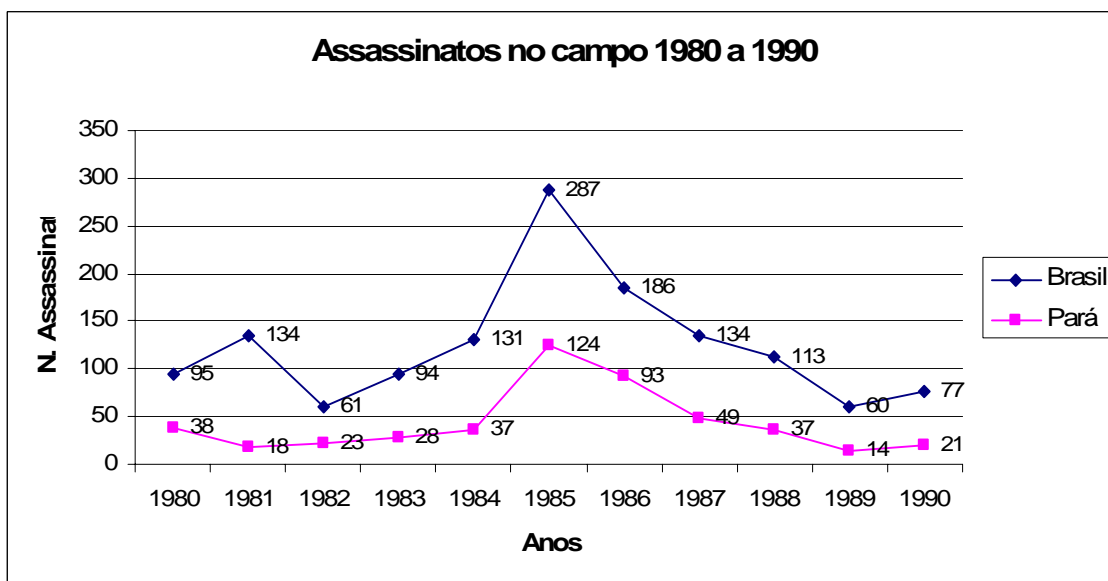


Gráfico 3 Assassinatos no campo de 1980 a 1990⁴⁹

Fonte: Adaptado de Trecanni (2001).

⁴⁹ Uma primeira leitura do gráfico poderia levar o leitor desavisado a concluir que, após o ano de 1985, houve uma diminuição dos conflitos fundiários. Porém, a diminuição do número de assassinatos não significou a diminuição do número de conflitos. O que houve foi uma modificação do seu desfecho. Fruto da abertura política, da ação dos grupos de apoio, da ação de parlamentares e do próprio fortalecimento das organizações de representação dos agricultores, os conflitos passaram a ser denunciados com mais rapidez evitando, em alguns casos, os assassinatos

Para Santos, se, por um lado, o aumento da organização dos trabalhadores evitou um embate direto com os pistoleiros, por outro, os órgãos de repressão aumentaram as prisões de trabalhadores (violência legal), ou seja, a disputa se tornou uma “disputa jurídica” (SANTOS, 1998). O Estado se fez mais presente atuando como mediador dos conflitos. Dados levantados por Treccani (2001) mostraram que em 1990 ocorreram no estado do Pará 585 despejos judiciais e 44 expulsões, o que confirmou a existência de um grande número de conflitos fundiários, principalmente no sudeste paraense.

Em meados da década de 1980, uma certa esperança foi depositada na implementação do I PNRA, como forma de amenizar os conflitos e corrigir as distorções na estrutura fundiária. O PNRA que em grande parte se baseava no Estatuto da Terra, de 1964, se propunha a fazer uma redistribuição de terras públicas e privadas subutilizadas, a posseiros e pequenos agricultores nas áreas onde os conflitos eram mais intensos. Uma boa parte da previsão de assentamentos de famílias localizava-se na área do “Bico do Papagaio”. Hall (1991), com base nos dados do Mirad, estimou que a previsão era de cerca de 300.000 famílias assentadas nos estados do Pará, Maranhão e Goiás, todos na área de influência do PGC. O que se seguiu após o lançamento do I PNRA marcou definitivamente a polarização da questão agrária no país, expôs a real dimensão dos problemas e evidenciou a influência dos grandes proprietários de terras sobre instâncias de decisão governamentais.

A reação dos grandes proprietários veio a público através da constituição da UDR. A UDR tratou de combater frontalmente o I PNRA que, apesar de suas limitações, foi até aquele momento o projeto mais radical de reforma agrária da história brasileira. Através de campanhas publicitárias e de intensa pressão sobre o Congresso Constituinte, a UDR conseguiu reverter diversas metas do PNRA, principalmente no que se referia às cláusulas que tratavam da emissão imediata de posse. Segundo Hall (1991), estas cláusulas implicavam em “expropriação sem direito a recursos”, o que facilitaria e agilizaria o processo de assentamento e re-assentamento das famílias. Segundo esse autor, não havia intenção por parte do governo federal e setores do legislativo de enfrentar os latifundiários. Isto ficava patente até mesmo no conteúdo das campanhas publicitárias da época. O lema do governo nessas campanhas era: “quem produz, nada tem a temer” (HALL, 1991:150). Dessa forma, o governo tentava mostrar aos fazendeiros que a implementação do PNRA, não ameaçava a manutenção dos patrimônios fundiários.

A demonstração de força e capacidade organizativa da UDR, combinada à falta de vontade política de setores do governo, adiou por tempo indeterminado um conjunto de ações capazes de atacar um dos problemas sociais mais graves pelo qual o país atravessava: os intensos conflitos pela posse da terra. Palmeira (1994), esclareceu melhor o significado da falta de vontade política de setores do governo. Segundo o autor, o PNRA dirigiu sua mira para os processos de especulação fundiária.

Quando foi elaborada a proposta do PNRA, havia uma preocupação de se fazer um plano que pudesse neutralizar alguns setores, tendo como fio condutor a idéia de penalizar a propriedade especulativa e preservar, ao menos num primeiro momento, aquelas propriedades que mesmo grandes desempenhavam uma função econômica, evitando a interrupção do processo produtivo ao longo da reforma agrária, como havia ocorrido em outros países (PALMEIRA, 1994:56).

Isto atacava de frente o que estava acontecendo na Amazônia, por exemplo. De imediato se formou o que o autor considerou como uma “coalizão de interesses” envolvendo setores do Estado, principalmente a burocracia do Inbra e os representantes

de capitais privados interessados na terra como meio de especulação financeira. Esta coalizão se encarregou de criar os constrangimentos para impedir a agilidade do PNRA. Segundo Palmeira (1994), os latifundiários tradicionais, representados pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e pela Confederação Brasileira de Agricultura (CNA), não estavam tão preocupados com os efeitos da reforma agrária e sim, com a possibilidade de interrupção da produção agrícola, ou seja, havia um receio que o crédito subsidiado e outros mecanismos de financiamento da produção fossem extintos ou reduzidos.

A reação mais forte contra o I PNRA veio da parte de empresários do Sul e Sudeste, principalmente de São Paulo, que mantinham grandes áreas na Amazônia, muitas delas com produtividades baixíssimas e na maioria dos casos usufruindo os incentivos fiscais. Mais adiante, o autor sugeriu que os impedimentos para a plena implementação do PNRA, assim como a “coalizão de interesses” referida acima, não se resumia apenas a um jogo entre “lobistas e burocratas”. Para o autor, a própria Presidência da República, a Casa Militar, o CSN e as articulações políticas que possibilitaram a transição do regime militar à democracia, formavam também coalizões de interesses em nível mais elevado que pressionavam as instâncias inferiores nos momentos de tomada de decisão. Como o próprio autor relatou:

[...] a pressão externa se fazia presente no Incra pelas interpelações feitas pela Casa Civil da Presidência da República ou por juristas de plantão e não era rara a presença de um lobista naquela autarquia com aval do Planalto ou de pessoa ou grupo que dizia falar pelo Planalto (PALMEIRA, 1994:59)

O autor chamou a atenção para o fato da reforma agrária ter entrado na pauta da Aliança Democrática, não devido a convicções programáticas e políticas e sim, pela situação política em que o país se encontrava. Existia um agravamento dos conflitos fundiários em todo o país e na Amazônia em particular. Segundo Palmeira (1994), com uma proposta de reforma agrária, o governo tentava trazer para sua base de apoio segmentos como a Igreja Católica e as entidades sindicais. Como o autor disse, a reforma agrária agora era uma questão que interessava a um conjunto maior de atores e não mais uma questão entre latifundiários e camponeses (PALMEIRA, 1994). Como vimos anteriormente, as políticas públicas dos anos sessenta, setenta e oitenta, em especial na Amazônia, possibilitaram que a terra fosse transformada em capital imobilizado. Naquele momento, Palmeira afirmou que não havia como discutir projeto de desenvolvimento brasileiro sem que se reativasse esse capital imobilizado e se quebrasse a “coalizão de interesses” existentes.

O processo de abertura política que inaugurou novos formatos de relacionamento entre Estado e sociedade determinou o ritmo das mudanças sociais, econômicas e políticas em nível nacional e regional. Foram passos lentos, porém contínuos. No que se referia às políticas públicas, vários eventos contribuíram para mudanças significativas no país e na Amazônia. Do ponto de vista político, vários acontecimentos foram de grande visibilidade nacional, como a promulgação da nova Constituição da República. Os impactos dessas mudanças para o segmento dos pequenos produtores e suas organizações foram percebidos em diferentes dimensões e intensidades.

Os posseiros da região sudeste do Pará imprimiram uma nova dinâmica a suas entidades representativas, principalmente aos sindicatos de trabalhadores rurais, como ferramenta de disputa política. No entanto, vários problemas persistiram sem solução, dentre eles a questão da posse da terra. A violência continuou sendo o meio mais utilizado para resolução dos conflitos. Apesar disso, posseiros, agricultores familiares,

sem terra e suas organizações de representação se projetaram na cena política regional forçando o Estado a estabelecer novas metas, criar novos programas, flexibilizar estruturas e rever orçamentos. Novas solidariedades foram gestadas no seio de lutas que articulavam diferentes atores sociais. Numa ciranda incansável esses atores se moveram na busca de garantir direitos e reconhecimento social.

CAPÍTULO II A LUTA PELO RECONHECIMENTO E PELOS DIREITOS

O aparecimento de organizações formais dos trabalhadores do campo, seu reconhecimento legal e sua inserção no mundo da política constituíram um processo relativamente recente no cenário da vida pública brasileira. No sudeste paraense, os sindicatos de trabalhadores rurais só surgiram nos anos 70. A falta de reconhecimento público, a exclusão do mundo da política e a marginalização econômica durante décadas serviram como uma cortina que sempre dificultou a visualização desse segmento da população, bem como de suas demandas e resistências cotidianas. No entanto, a literatura produzida sobre o tema evidenciou a dinamicidade dos trabalhadores do campo e a amplitude de suas lutas para conquista de direitos. Foi por meio de sua capacidade organizativa, de suas variadas formas de representação política, de suas diferentes formas de enfrentamento, que esses trabalhadores se fizeram reconhecer social e politicamente e conquistaram um conjunto de direitos. O objetivo desse segmento foi de reconstituir de forma sintética os principais traços desse processo.

2.1 Os Primeiros Passos para a Constituição de um Sindicalismo no Meio Rural (Pré-64)

A discussão em torno dos direitos do homem constitui um problema de longa data. Segundo Bobbio (2004), esse tema vem sendo discutido desde os jusnaturalistas⁵⁰, passando pelos liberais do início da era moderna e se aprofundando na era do Estado de Direito (Bobbio, 2004, p.66). Bobbio (2004) se debruçou sobre o problema dos direitos do homem tanto numa perspectiva histórica quanto teórica. Do ponto de vista histórico, o autor sustentava que os direitos do homem derivavam de uma radical inversão de perspectiva na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos. Segundo o autor:

[...] relação que é encarada, cada vez mais, do ponto de vista dos direitos dos cidadãos não mais súditos, e não do ponto de vista dos soberanos, em correspondência com a visão individualista da sociedade, segundo a qual, para compreender a sociedade, é preciso partir de baixo, ou seja, dos indivíduos que a compõem, em oposição à concepção orgânica tradicional, segundo a qual a sociedade como um todo vem antes dos indivíduos (BOBBIO, 2004: 24).

Seguindo essa linha de raciocínio, Bobbio acreditava que o reconhecimento de direitos do homem seguia um caminho longo e demorado que ia se ampliando desde os direitos de cidadãos no âmbito interno de cada Estado até o reconhecimento de direitos dos cidadãos do mundo. O fim da Segunda Guerra marcou definitivamente a ampliação dessa discussão em escala mundial, cujo símbolo maior foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (BOBBIO, 2004).

Do ponto de vista teórico, Bobbio polemizava a noção de direitos fundamentais do homem. O autor rejeitava a noção de fundamento absoluto, irresistível e inquestionável. Para Bobbio, os direitos eram produtos históricos e inacabados, pois a cada ampliação surgiam novas possibilidades. Segundo o autor:

⁵⁰ Doutrina filosófica que fez do indivíduo, e não mais da sociedade, o ponto de partida para a construção da doutrina moral e do direito (BOBBIO, 2004:75).

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em

defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 2004:25).

Decorre dessa maneira de colocar a questão que as diferentes liberdades conquistadas pelos cidadãos foram fruto de enfrentamentos históricos. Segundo Bobbio (2004), a liberdade religiosa era um efeito das guerras de religião; as lutas dos parlamentos contra os soberanos geraram as liberdades civis; o nascimento, crescimento e amadurecimento do movimento de assalariados, dos camponeses com pouca ou sem terra e dos pobres produziram as liberdades políticas e sociais. Todas essas liberdades implicavam em direitos adquiridos. Bobbio ainda considerou que os movimentos ecológicos deram origem a direitos que se ainda não eram tão claros, eram igualmente importantes como o direito a viver num ambiente livre de poluição. A atenção de Bobbio aos caminhos trilhados pela sociedade pós-moderna o levou a alertar sobre os limites do direito à preservação do patrimônio genético do indivíduo. Segundo o autor:

Falar de direitos naturais ou fundamentais, inalienáveis ou invioláveis, é usar fórmulas de uma linguagem persuasiva, que podem ter uma função prática num documento político, a de dar maior força à exigência, mas não têm nenhum valor teórico, sendo portanto completamente irrelevantes numa discussão de teoria do direito (BOBBIO, 2004:26).

A nossa perspectiva nesse estudo se apóia, portanto, no entendimento derivado da discussão em Bobbio, que considerou os fatos históricos como “sinais” ou “indícios” reveladores de processos, não necessariamente “intencionais” no sentido de uma direção estabelecida. Não convencido pelas explicações teleológicas e desconfiado das explicações racionais quanto ao futuro (ambíguo) da história humana, Bobbio acreditava na existência de indícios de um futuro melhor. A abolição da escravidão e a supressão da pena de morte em muitos países, constituíam “zonas de luz” em meio a tantas partes obscuras dessa história (BOBBIO, 2004). Para o autor:

É nessa zona de luz que coloco, em primeiro lugar, juntamente com os movimentos ecológicos e pacifistas, o interesse crescente de movimentos, partidos e governos pela afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem (BOBBIO, 2004:71).

Apesar dessa visão otimista sobre o futuro do homem, Bobbio nos fez lembrar que não pudemos tratar dessa questão com base apenas num sujeito abstrato, “o homem”. O homem, tem que ser colocado sempre em relação a um contexto histórico determinado. Precisamos sair do nível de generalização para um nível de especificação para dar sentido, dar concretude à discussão dos direitos do homem. Segundo Bobbio, a noção de cidadão, portanto, nos impôs uma especificação que levou a pensar sobre novos direitos. Diante disso, Bobbio se perguntou: “que homem, que cidadão”? (BOBBIO, 2004:79). Tratava-se de discutir o direito, não mais do homem em geral, mas do homem em suas diferentes fases da vida, em seus diferentes estados de existência humana. Segundo o autor, os exemplos disso na atualidade eram as diferentes declarações dos Direitos da Criança, Direitos das Mulheres, Direitos dos Deficientes Mentais e Direitos dos Velhos (BOBBIO, 2004). Diante do crescimento desenfreado de armas de destruição em diferentes partes do mundo, o autor nos convidou a pensar ainda

sobre o direito à vida das futuras gerações, seja do sujeito homem, seja de novos sujeitos como os “animais”.

Apesar das inúmeras declarações de direitos existentes na atualidade, uma coisa era a observação dessas declarações no “plano ideal”, outra era sua aplicação no “plano real”. Inspirado nas discussões de Bobbio, ocorreu-nos uma pergunta: quais seriam os direitos do homem? Falava-se deles como uma situação dada: todos os defendiam, pelo menos em nível do discurso. Presenciávamos, no entanto, no início desse século, os direitos do homem serem violados em todas as regiões do mundo, enquanto belas e ambiciosas Constituições os proclamavam, aos quatro ventos, como os fundamentos das sociedades civilizadas. Era necessária uma discussão sobre os significados de uma noção tão importante e, simultaneamente, tão maltratada (HARSSCHER, 1997). Nesse sentido, Bobbio afirmou que “uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (BOBBIO, 2004:80). O autor considerou que quanto mais aumentavam as pretensões de direito, mais difícil se tornava satisfazê-los. Apesar de acreditar no avanço dos direitos do homem como um sinal do progresso moral da humanidade, o autor alertava para o fato de que “esse crescimento moral não se mensurava pelas palavras, mas pelos fatos” (BOBBIO, 2004:80).

Seguindo esse raciocínio derivado da reflexão de Bobbio, consideramos que a luta contra o poder do Estado, o surgimento de novas demandas por direitos, as transformações das entidades de representação política, o surgimento de novas solidariedades, a atualização de formas de ação coletiva e a construção de novas identidades, constituíam “zonas de luz” na história dos agricultores familiares no Brasil e, em especial, no contexto sócio-político e no espaço temporal estudado. Essa passagem mais ampla pela discussão dos direitos do homem nos levou a uma análise mais específica da questão do reconhecimento político e dos direitos dos agricultores familiares e suas organizações no contexto da sociedade brasileira.

As peculiaridades do desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira dificultaram durante décadas a institucionalização de direitos democráticos, impedindo a transformação de trabalhadores urbanos e rurais em cidadãos (IANNI, 1986). A conquista de direitos e o reconhecimento político e social, foram fruto das ações coletivas e reivindicações dos operários, camponeses e trabalhadores rurais, dentro de um campo de “possíveis históricos” (SANTOS, 1989). Dito isto, não negamos a importância e o interesse do Estado em promover a ampliação dos direitos desses trabalhadores, no entanto, como afirmou Medeiros, isso foi feito sempre “a partir da lógica da intervenção estatal sobre o mundo do trabalho” (MEDEIROS, 2002:152). As tentativas de organização dos trabalhadores em entidades de representação, entre elas o sindicato, levaram o Estado e setores patronais a proporem mecanismos legais e jurídicos visando a tutela dessas organizações. Exemplo disso, foi a elaboração de uma legislação sindical corporativista. Veremos a seguir alguns fatos históricos na tentativa de mostrar a importância das entidades de representação nessa luta por reconhecimento político e por direitos.

O início do século XX até os anos 30 foi marcado por mobilizações operárias, principalmente nas cidades mais industrializadas (São Paulo e Rio de Janeiro), buscando-se garantir um conjunto de direitos pela via da construção de um “corpo legal” (MEDEIROS, 2002). A regulamentação do trabalho rural ganhou impulso na década de 30. Medeiros (1995) citou que a questão da sindicalização e dos direitos dos trabalhadores no meio rural foi fortemente debatida na Constituinte de 1934 por diversos segmentos da sociedade. Com base no trabalho de Stein (1991), a autora mostrou que, neste período, existiam propostas de orientação marcadamente reformista,

como a dos deputados tenentistas, que defendiam “a principalidade da representação profissional sobre a popular e a sindicalização como pilar do poder legislativo” (MEDEIROS, 1995:66). Por outro lado, os deputados classistas de empregados, apresentavam um conjunto de emendas que visavam eliminar práticas como prisões particulares, pagamento de vales, acabar com os “barracões” e jornadas de trabalho estafantes. Na esfera governamental, a existência de uma Comissão Interministerial de Sindicalização Rural em nível federal desde a primeira metade do século XX, demonstrou a preocupação do Estado com a regulamentação das formas organizativas dos trabalhadores agrícolas

Entretanto, a definição de “trabalho rural” era rodeada por uma polêmica envolvendo o Estado, os próprios trabalhadores e o patronato. Por parte do Estado havia uma tentativa de extensão dos direitos dos operários aos trabalhadores do campo. Mas, como mostrou Medeiros (1995), havia divergências internas no interior do Estado. Por parte do patronato, o argumento utilizado se assentava na dificuldade de se diferenciar as profissões existentes no meio rural. Apesar dos intensos debates, “não foi regulamentado o direito associativo para o campo, nem sequer uma legislação trabalhista, o que indicava as dificuldades políticas para se intervir nesse terreno” (MEDEIROS, 1995:67).

Na década de 40, persistia por parte do patronato, representados pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), um conjunto de argumentos no sentido de provar a “incapacidade” dos trabalhadores do campo se organizarem em entidades autônomas. Além da dificuldade de definir as diferentes profissões (incluindo patrões e empregados), utilizavam-se argumentos como “impedir a introdução de ideologias estranhas”, evitar “desarmonias entre as classes” e a “deficiência intelectual dos trabalhadores rurais”. Quando admitia que os trabalhadores do campo pudessem se organizar em organizações autônomas, a SNA propunha um perfil de sindicato voltado para o amparo e a assistência aos trabalhadores, ou seja, um “sindicato social” (MEDEIROS, 2002) e não reivindicativo.

Finalmente, o DL nº 7.038 de 1944, regulamentou a criação de sindicatos separados, permitindo aos trabalhadores do campo constituírem suas próprias entidades paralelas à dos patrões, apesar de condicionar a legalidade dos sindicatos ao reconhecimento pelo Ministério do Trabalho⁵¹. Apesar da disposição do Estado em atender às demandas formuladas dos trabalhadores do campo naquele contexto, a SNA mostrou sua força política forçando a aprovação de um novo DL (7449 de 30 de maio de 1945) que, segundo Medeiros:

[...] definia a formação de associações rurais (e não sindicatos) como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua célula básica seria o município, com uma representação a nível estadual, através de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção partilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seria nomeada por ele (MEDEIROS, 2002:155).

Outros decretos se seguiram permitindo que fizessem parte das associações pessoas em diferentes situações no meio rural. Construiu-se propositadamente uma

⁵¹ Medeiros (2002), citou que havia uma enorme dificuldade para que as lideranças assumissem os postos de direção das entidades representativas. Eles tinham que dar “provas de boa conduta”. Estas por sua vez, eram obrigatoriamente prerrogativas das autoridades policiais competentes. Neste sentido, as lideranças ficavam à mercê dos patrões e do poder local.

definição de “classe rural” ampla para permitir a tutela tanto pelo Estado quanto pelos patrões⁵².

Segundo Medeiros (2002), no período pós-guerra deu-se a universalização de categorias como lavradores, camponeses e trabalhadores agrícolas, que ajudaram a produzir o reconhecimento social e político desses trabalhadores. O reconhecimento não veio porém sem uma grande mobilização em nível nacional. Essa mobilização teve como desdobramento a realização de diferentes eventos como encontros, convenções, congressos, revoltas e criação de entidades e movimentos. Autores como Medeiros (1989), Santos (1989) e Cunha (2004) registraram alguns desses eventos em nível nacional como a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); em nível estadual como a criação das Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba (1955 a 1964), a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), o I Congresso de Trabalhadores Agrícola do Paraná (1959), a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul – Master (1960), o I Encontro de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (1961), o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Minas Gerais (1961) e; em nível mais localizado como a Revolta do Sudoeste no Paraná (1957); o Movimento de Natal (1958); Movimento dos Pequenos Arrendatários de Santa Fé do Sul em São Paulo (1959) e a Criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (1961).

Apoiados por grupos mediadores⁵³, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), num primeiro momento, e depois a Igreja Católica, os trabalhadores do campo formularam uma pauta de reivindicação que anunciava os principais problemas que limitavam sua inserção política e social na vida nacional. As mobilizações camponesas nas diferentes regiões do país, associadas às diferentes formulações ideológicas (SANTOS, 1989) dos mediadores, deram uma conformação às pautas de reivindicações e às formas de lutas. Dentre as diferentes reivindicações, tomaram corpo as relativas aos direitos trabalhistas (limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias e previdência social) e ao direito ao acesso à terra. Esse último aglutinava tanto os casos de resistência pela permanência na terra quanto os casos da luta pela direito de livre acesso à terra. Segundo Medeiros (2002), dessa luta de resistência pela permanência na terra passou-se a uma concepção mais genérica que conduziu à luta pela reforma agrária. Agregava-se a essas reivindicações a luta pelo direito de livre organização, seja em sindicatos, associações ou cooperativas e a luta pelo reconhecimento dos posseiros. A Declaração de Belo Horizonte, deixava claro isto.

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm por meio desta declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma agrária nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária (JULIÃO, 1962:81).

Em 1962, através de Portaria Ministerial, os sindicatos de trabalhadores rurais passaram a ser reconhecido pelo Estado. Medeiros (1989) descreveu assim aquele momento:

⁵² Os sindicatos e associações passaram a ser tutelados pelo Ministério da Agricultura e não mais pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

⁵³ O termo mediador foi utilizado neste trabalho para designar as instituições e/ou pessoas externas às organizações dos trabalhadores do campo que aportavam, de forma contínua ou descontínua, algum tipo de recurso humano, financeiro ou simbólico, em prol das lutas dessas organizações. Para uma discussão sobre diferentes tipos de mediações, ver NOVAES (1991) e (NEVES, 1997).

Feitas nos moldes da legislação vigente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores viam reconhecidas suas entidades de representação pelo Estado, também passavam a tê-las tuteladas. O poder de intervenção do Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicalismo único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremamente rígida, eram o reverso do reconhecimento do direito à sindicalização (MEDEIROS, 1989:63)

A regulamentação fez parte de um processo que, ao mesmo tempo, visava arrefecer a crescente onda organizativa dos movimentos de trabalhadores rurais e de enquadrar o sindicalismo rural nos objetivos políticos do momento. Tratava-se, portanto, de um “enquadramento flexível”, orientado pelos interesses de correntes políticas em aliança. O perfil dos sindicatos reconhecidos obedecia a um padrão conforme o ocupante da pasta ministerial do trabalho que, no período, alternava-se entre políticos ligados ora ao PCB, ora ao Partido Democrata Cristão (PDC). Segundo Ricci:

Este período é significativo porque definirá uma matriz da prática sindical no meio rural. É o período do governo Goulart, fase terminal do populismo brasileiro. Goulart tenta, com a regulamentação dos STRs, ampliar sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais mais radicais em projeção, as Ligas Camponesas (RICCI, 1999:52)

Tratava-se de uma disputa de posições políticas e de correntes de pensamento sobre a condução do desenvolvimento do país e do papel reservado aos segmentos de trabalhadores. Atuavam no quadro dessa disputa o PCB, as Ligas Camponesas e os grupos ligados à doutrina cristã com destaque para lideranças oriundas dos Círculos Operários (CO) que tinham inserção nacional, mas principalmente atuavam em São Paulo e Rio de Janeiro. Outros grupos ligados à doutrina cristã que atuaram no período foram o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural (SORPE), ambos com atuação no Nordeste, a Frente Agrária Gaúcha (FAG) no Rio Grande do Sul, mas com atuação também em Santa Catarina, as Frentes Agrárias Anticomunistas em Goiânia. Devemos ressaltar ainda a criação de equipes de sindicalização em várias dioceses (RICCI, 1999:57). A atuação desse conjunto de grupos de orientação cristã em todo território nacional disseminou o que Ricci (1999) chamou de “uma concepção cristão-conservadora de sindicalismo rural”.

Sob as bênçãos da Igreja Católica, formava-se o espectro da ação sindical no campo que caminhava por uma formulação assistencialista - assentada em alianças com órgãos e agências governamentais, ora consubstanciadas em projetos reacionários anticomunistas, ora em planos desenvolvimentistas mais acabados, sem se excluir - ainda sob os auspícios da Igreja - uma concepção revolucionária-popular (RICCI, 1999:55).

Vale salientar que, entre os grupos de orientação cristã, um deles se aproximava do PCB em determinados momentos: tratava-se da Ação Popular (AP) pertencente ao setor progressista da Igreja Católica, que se desvinculou efetivamente da Igreja em 1962. A intenção da Igreja Católica era levar esta concepção até as últimas conseqüências, a ponto de, em 1963, promover uma reunião de sindicalistas e federações cristãs (Federações Cristãs de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco) com a finalidade de fundar a Contag. Porém a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) vetou a criação da confederação. O veto deixava em evidência a

correlação de forças políticas que atuavam diretamente sobre as organizações em diferentes níveis (MEDEIROS, 1989).

Das forças políticas que atuavam no campo naquele momento junto aos trabalhadores rurais só as Ligas Camponesas não participaram da fundação da Contag. A criação das Ligas Camponesas entre os anos 50 e os primeiros anos 60 acrescentou mais dinamismo ao quadro de disputa pelo poder de influenciar os rumos das organizações dos trabalhadores do campo (JULIÃO, 1962). As Ligas começaram a se organizar a partir da resistência de foreiros e moradores à expulsão da terra onde residiam e trabalhavam e à cobrança de cambão e dos aumentos dos foros (MEDEIROS, 1989; JULIÃO, 1962). Francisco Julião, advogado que incentivou a criação das Ligas, inspirava-se nas Ligas Camponesas da Alemanha medieval, onde os camponeses se rebelaram contra príncipes, barões e a cobrança de dízimo pela Igreja (JULIÃO, 1962).

Enquanto militantes comunistas incentivavam a criação das Ligas, a Igreja Católica pendia para a criação de sindicatos. A Igreja tentava evitar a todo custo, que a noção de confronto entre os grupos sociais fizesse parte do ideário de construção do sindicalismo rural. Medeiros (2002) referiu-se a este período assim.

[...] o tema é apropriado também pela Igreja Católica que, no início dos anos 60, passa a intervir no campo, estimulando a sindicalização, disputando as bases das Ligas e do PCB, reconhecendo a legitimidade das demandas em pauta, mas procurando lhe dar uma solução que não passasse pelo “confronto de classe” (MEDEIROS, 2002:160).

Igreja e comunistas buscavam influenciar na definição de uma prática sindical junto aos trabalhadores do campo. Neste período, apesar dos militantes comunistas começarem a atuar na área rural, o foco eram os assalariados e camponeses expulsos da terra. “A ênfase dada aos assalariados rurais adveio, fundamentalmente, de uma concepção teórica segundo a qual no meio rural brasileiro ainda predominavam relações sociais semifeudais, ou semi-escravistas” (RICCI, 1999:71; MEDEIROS, 1995).

As lutas camponesas e criação e a organização em entidades de representação tomavam forma em função dos contextos históricos locais. No estado do Pará, as primeiras entidades de representação dos *lavradores* surgiram em meados do século XX. Sob influência da Igreja Católica foram criadas as Associações de Lavradores⁵⁴. Essas entidades surgiram na região de colonização mais antiga do estado e onde havia a maior concentração de agricultores, o nordeste paraense. A região abrigou muitos migrantes e serviu como rota de passagem para tantos outros que se dirigiam para regiões mais remotas como o sul e sudeste do estado (VELHO, 1981).

A região nordeste paraense, também abrigou um contingente de seringueiros que retornaram do Acre e Amazonas após o declínio da borracha (CONCEIÇÃO, 2002). Em 1956, as Associações de Lavradores expandiram sua organização para o nível estadual fundando a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), articulada com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB)⁵⁵. Nesse período estava em curso a Campanha Nacional pela Reforma Agrária com a formação de Comissões Estaduais pela Reforma Agrária. A Comissão Paraense pela Reforma Agrária apoiou e influenciou a criação da ULTAP (TURA, 1996). O contato com a

⁵⁴ Em função da legislação da época era mais fácil criar associações do que sindicatos.

⁵⁵ Criada em 1954 a ULTAB priorizou as ações nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro, se constituindo no braço forte do PCB voltado para a organização no campo (MEDEIROS, 1995).

Comissão pela Reforma Agrária aproximou lideranças rurais de correntes políticas como o Partido Comunista⁵⁶.

Com a criação da ULTAP, filiada e orientada politicamente pela ULTAB, os diferentes segmentos de trabalhadores do campo passaram a contar com um referencial de representação em níveis superiores. Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), podiam se associar ULTAP os assalariados agrícolas que não fossem filiados a sindicato rural (patronal); lavradores pobres (pequenos proprietários agrícolas) e lavradores médios (médio proprietário agrícola)⁵⁷. Segundo os estatutos da entidade, excluía-se de seus quadros os “latifundiários” e seus herdeiros. Para Guerra e Acevedo Marin, a fundação da ULTAP

...apresentou-se como se fosse uma busca de demarcação e afirmação de um espaço político visando à Federação das Associações Rurais do Pará⁵⁸ (entidade patronal), fundada em 1951 e facções do movimento social rural que defendiam o enfrentamento direto com o Estado e latifundiários (GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990).

A criação da ULTAP delimitou o campo de representação dos lavradores no estado. Até então a Federação das Associações Rurais do Pará de caráter patronal e presidida por um deputado, pretendia-se porta-voz de todo o campo paraense, por meio de entidades mistas de trabalhadores e patrões. Além de delimitar o campo de representação dos lavradores, a ULTAP também delimitava um campo de luta, elegendo a questão do acesso à terra como uma das principais reivindicações, integrando-se à Comissão Paraense pela Reforma Agrária. Dois anos após sua criação, a entidade já havia realizado três conferências estaduais reunindo mais de 500 delegados de 62 Associações de Lavradores só da região Bragantina (GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990).

Após o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em 1961, no qual o Pará teve uma representação, a ULTAB encampou o processo de sindicalização e começou a transformar as Associações de Lavradores em Sindicatos de Produtores Autônomos e Assalariados (COSTA, 1996). Nesse período começou o reconhecimento dos sindicatos do meio rural pelo Estado (SANTOS, 1989). Essa novidade trazida para o Pará, pelos delegados da ULTAP, gerou disputas em torno do controle e orientação da organização política dos agricultores. Segundo Tura:

⁵⁶ Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), a ligação privilegiada dessa região com a capital do estado, através da ferrovia Belém-Bragança, permitia uma intensa troca com os trabalhadores urbanos, principalmente os ferroviários e estivadores que tinham entidades organizadas. Esse contato influenciou as entidades de representação no meio rural do estado. Segundo Medeiros (1995), os ferroviários constituíam uma das mais importantes bases do PCB. Apesar de nesse estudo não ter sido coletado material empírico que comprove afirmativa no caso do Pará, é possível que houvesse militantes dos ferroviários atuando junto aos camponeses no nordeste paraense.

⁵⁷ Guerra e Marin não informaram as características de um médio proprietário agrícola daquela época, mas levaram a entender que se referiam a definições contidas em documentos da ULTAB. Se considerarmos dados atuais da região, provavelmente, seriam proprietários cujas áreas não ultrapassassem 300 hectares.

⁵⁸ A criação dessas Federações era incentivada na época pela SNA.

A Igreja Católica nos anos 60, na disputa com os comunistas no campo político, intensificou sua atuação entre os trabalhadores rurais da Bragantina, através da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB)⁵⁹. Por outro lado, a ULTAP começou a incentivar a transformação das associações em sindicatos, seguindo a reivindicação nacional expressa pela ULTAB de legalização das organizações sindicais no campo (TURA,1996:31).

A ação do MEB se dava principalmente via programas educacionais e religiosos através do rádio. Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), o MEB buscava levar aos lavradores uma formação política mais efetiva de longo prazo em contraposição à postura mais vanguardista dos comunistas. Analisando a disputa por domínio político sobre os STRs, em nível nacional, Medeiros (1989) assinalou :

Em muitas áreas já existiam associações ou então sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. Tratava-se de legalizar sua situação. Em outras, o sindicato era criado independentemente da existência de organizações anteriores ou da mobilização dos trabalhadores. Como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e como esse mecanismo se repetiria para a direção da confederação em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos (MEDEIROS, 1989:78).

Uma característica marcante, foi a diversidade de categorias que se mobilizaram em diferentes pontos do país, bem como as diferentes condições a que estas categorias estavam submetidas. Tão variadas quanto as categorias, foram as iniciativas desenvolvidas para se livrar das formas de dominação e das condições precárias de trabalho e da falta de apoio à produção. Entre as categorias citadas por Medeiros (1989), encontramos os trabalhadores das grandes plantações, os pequenos produtores, os arrendatários, parceiros e meeiros e os posseiros. No Pará predominavam os diferentes tipos de lavradores, posseiros e trabalhadores da atividade extrativa, que se mobilizavam em torno de um conjunto variado de direitos como acesso a terra, a infraestrutura, a garantia de uma política de preço justo para a produção e a inserção em políticas sociais. Essa diversidade confirmou que a influência do momento histórico (BOBBIO, 2004) e das concepções políticas e ideológicas (SANTOS, 1989), definia o que era e o que não era um direito.

As formas de ação coletiva variavam de acordo com os atores sociais envolvidos. Em nível nacional, as greves foram o principal instrumento dos trabalhadores ligados às grandes plantações. Os dados levantados por Medeiros (1989) mostraram que este foi um período bastante dinâmico e repleto de iniciativas por parte dos trabalhadores do campo. Foram registradas ocorrências de muitas greves organizadas por esta categoria, motivadas por questões como pagamento de salários atrasados, aumento de salários, férias remuneradas, direito à aposentadoria e limite de jornada de trabalho. Os arrendatários, parceiros e meeiros, lutavam ao mesmo tempo pela diminuição das taxas de arrendamento e pela permanência nas terras onde

⁵⁹ O Movimento de Educação de Base (MEB), surgiu em 1961 a partir de um esforço comum entre Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do MEB era de alfabetizar jovens e adultos das regiões mais empobrecidas do país por meio da educação de base. Como instrumento pedagógico o MEB utilizava a metodologia ver, julgar e agir, associadas a elementos da filosofia de Paulo Freire, numa perspectiva de educação libertadora (<http://www.meb.org.br/conhecaomeb/descricaoentidade/>). Nos primeiros anos do século XXI o MEB deixou de atuar no estado do Pará.

trabalhavam. Os posseiros, espalhados, principalmente em regiões onde a fronteira agrícola estava em expansão, vivenciavam os mais variados tipos de violência no enfrentamento direto com a pistolagem e a jagunçagem. Exemplos marcantes foram os casos de Formoso e Trombas em Goiás, o sudoeste do Paraná e a Baixada da Guanabara (MEDEIROS, 1989).

Em que pesem todos os problemas que os trabalhadores do campo enfrentaram em todo o período pós-guerra até o pré-64, sejam eles legais ou de qualquer outro caráter, o que os estudos feitos pelos autores aqui analisados mostraram foi uma grande diversidade de iniciativas no sentido de fazer valer seus direitos e de serem reconhecidos político e socialmente. O quadro abaixo mostra uma síntese dessa diversidade de atores e de suas ações coletivas.

Quadro 4 Formas de ação coletiva, motivações e reivindicações das diferentes categorias de trabalhadores.

Categorias	Formas de ação coletiva	Motivações/Reivindicações
Posseiros	Piquetes; passeatas; resistência na terra	Permanência na Terra
Assalariados, colonos.	Greve; ação na justiça para obrar direitos conforme a CLT; passeatas; ocupação de prédios (escritórios) de empresas.	Aumento de salários; pagamento de salários atrasados; férias remuneradas; cumprimento de contrato de trabalho; aumento de preços dos produtos agrícolas; contra a pulverização de cafezais.
Arrendatários, parceiros e meeiros.	Ação para diminuição de taxas de arrendamento	Redução das taxas de arrendamento; posse da terra.
Sem Terra	Acampamento próximo a propriedades passíveis de desapropriação e beira de estradas;	Acesso a terra

Fonte: adaptado de MEDEIROS, 1989.

No Pará, mais especificamente na região nordeste do estado, os trabalhadores do campo, representados pelas Associações de Lavradores, lutavam pela manutenção e abertura de estradas, insumos para a produção, melhoria dos preços dos produtos agrícolas, crédito e acesso à terra (GUERRA, 1988), ou seja, demandas de quem já tinha acesso à terra e queria nela permanecer em boas condições. No entanto, a luta pelo acesso a terra avançava em outras regiões do estado. A luta dos lavradores paraenses ao poucos se integrou à luta pela reforma agrária aproximando-os das lutas do resto do país. Foram essas lutas e mobilizações que criaram as bases para a criação da ULTAP e, posteriormente, os sindicatos no nordeste paraense (HÉBETTE, 2004b; GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990).

Ao tomarmos como base de análise o contexto mais geral, vimos que essa diversidade de atores e de formas de ações coletivas contribuiu de forma significativa para mudanças na sociedade brasileira. No entanto, Tarrow alertou que ação coletiva de enfrentamento não constituía uma categoria abstrata que podia ser utilizada para definir qualquer tipo de esforço coletivo. As formas de ação coletivas de enfrentamento, que estavam associadas com movimento social foram histórica e sociologicamente distintas. Para Tarrow, “elas tiveram poder porque desafiaram adversários, despertaram solidariedades e fez sentido dentro de grupos de populações particulares, situações e culturas políticas” (TARROW, 1994: 3).

Tarrow considerou ainda que a ação coletiva de enfrentamento constituía a base da existência de todos os movimentos sociais. Porém, a ação coletiva assumia diferentes formas que podiam ser transitórias ou duradouras, institucionalizadas ou informais, monótonas ou dramáticas. A maioria acontecia dentro de instituições na parte dos grupos constituídos que raramente poderiam se rebelar e agiam em nome de objetivos. Tornava-se um conflito quando era utilizada por gente que não tinha acesso regular às instituições, atuava em nome de novas reivindicações e agia de maneira que fundamentalmente mudavam outras. Segundo o autor, a ação coletiva “produzia movimentos sociais quando os atores combinavam suas ações em torno de reivindicações comuns em seqüências duradouras de interação com adversários ou autoridade” (TARROW, 1994: 2). A luta dos agricultores paraenses pela terra, pela melhoria das condições de produção e da qualidade de vida se aproximava de algumas dessas noções enunciadas por Tarrow. Elas se deram num determinado período histórico, desafiaram o Estado, articularam grupos culturalmente próximos, permaneceram durante muito tempo na pauta de discussão entre os agricultores e o Estado (adversário).

No entanto, Charles Tilly (1986), que desenvolveu pesquisas articulando o campo da sociologia e da história, agregou novos elementos à análise das ações coletivas: um primeiro que tratava da continuidade das ações no tempo e outro que tratava da pluralidade das formas de ação. No primeiro caso, o autor considerava que os movimentos sociais eram uma série contínua de interações entre autoridades e oponentes. Dito de outra forma: tratava-se do permanente desafio do exercício do poder em nome de interesses generalizados. A noção de pluralidade descrita por Tilly levou ao conceito de “repertório de ação coletiva” (TILLY, 1986:76; TILLY, 1984:306). Duas outras noções foram fundamentais para entender o conceito de “repertório de ação coletiva” na análise de Tilly: a diversidade e a limitação. Ledesma, se referiu a essa discussão da seguinte maneira:

[...] hay varias posibilidades entre las que elegir, pero el número de opciones no es ilimitado. Quienes participan en los enfrentamientos, sea cual sea su objetivo, cuentan en cada momento con un repertório bien definido, adquirido por ellos através de um processo de aprendizaje, dentro del cual solo están permitidas ligeras variaciones (LEDESMA, 1994:65).

É importante atentarmos para o fato de que a pluralidade não significava formas inesgotáveis de ação. Tanto Tilly (1986), quanto Tarrow (1994) e também Melucci (2001) consideraram que as formas de ação coletiva de uma certa época, apesar de apresentarem uma grande diversidade, eram limitadas a um certo número.

Neste sentido, a quantidade de eventos realizados pelos trabalhadores do campo e suas entidades de representação era um forte indicador do esforço desenvolvido, visando se fazer reconhecer social e politicamente quando das lutas por direitos. Segundo Medeiros (1989), durante o período compreendido entre o ano de 1955 e 1961, foram registrados 21 encontros de trabalhadores, a grande maioria no nível estadual. Dois desses encontros tiveram caráter nacional: a I Conferência da ULTAB e o Congresso Camponês de Belo Horizonte. Além de várias teses que foram difundidas através desses encontros, a reforma agrária foi a bandeira levantada com maior frequência e insistência. No Pará, a ULTAP já havia realizado três conferências estaduais, com a participação de aproximadamente 700 delegados e 62 associações de lavradores, além de atividades como “Semanas Ruralistas” (GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990).

As mobilizações como as greves também tiveram um papel importante na divulgação de propostas organizativas, na formulação de demandas por direitos e na acumulação de forças de diferentes categorias, principalmente dos trabalhadores na lavoura de café no sudeste e dos trabalhadores na lavoura da cana no nordeste. Neste período foram registradas 97 greves de trabalhadores rurais em todo o Brasil. Obviamente, que uma análise dos resultados atingidos seria o ideal, para que tivéssemos uma noção qualitativa da eficácia dessa forma de luta, mas para os objetivos deste trabalho bastou retermos aqui o quanto foi expressivo a utilização dessa forma de luta no período que antecedeu o golpe militar.

A ação dos trabalhadores do campo contribuiu para que o Estado institucionalizasse um conjunto de direitos no início da década de 60. Segundo Medeiros (2002), foi regulamentado o sindicalismo rural, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra⁶⁰. Com isso, o Estado reconhecia como legítimo um conjunto de demandas emergentes das lutas dos trabalhadores do campo. Com a regulamentação do sindicalismo rural, os trabalhadores podiam se organizar em sindicatos independentes dos patrões. A aprovação do Estatuto do Trabalhador e da Terra, acenava para o atendimento de direitos trabalhistas, que até então só beneficiavam os trabalhadores do meio urbano, e do direito de acesso à terra. Mas, parafraseando Bobbio (2004), uma coisa era o reconhecimento de um conjunto de direitos, outra coisa era garantir que eles chegassem aos demandantes, ou seja, sua efetiva proteção.

A mobilizações dos camponeses, a formulação de pautas de reivindicação e a implementação de ações coletivas, foram mediadas por diferentes tipos de entidades ao longo das décadas. Do ponto de vista legal, o grau de liberdade para constituir entidades de representação era restrito, o que não impediu que elas emergissem em diferentes pontos do país e fossem aos poucos se consolidando. Em trabalho mais recente e refletindo sobre os desencontros da luta dos trabalhadores do campo por direitos, Medeiros afirmou:

Durante esses anos (pré-64), os trabalhadores do campo emergiram na cena política com demandas próprias, influíram decisivamente com suas presença e com a força dos conflitos em que participavam num debate sobre destinos da nação, provocaram mudanças institucionais significativas, expressas na produção de novos corpos legais e na criação de instituições estatais que assinalavam a força política das demandas que se colocavam (MEDEIROS, 2002:161).

Mesmo com divergências internas, em função da presença de diferentes formulações ideológicas em seu meio, esboçava-se um projeto de organização em nível nacional. Uma composição progressista envolvendo a ULTAB (sob orientação do PCB) e a Ação Popular (AP) ligada à Igreja Católica, em conjunto com outros grupos cristãos conservadores (em menor proporção), criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em dezembro de 1963 (COSTA, 1996). A articulação entre o PCB e a AP se repetiu em alguns estados da federação como foi o caso do Maranhão (RICCI, 1999). No entanto, esse esforço foi quebrado com o golpe militar de 1964.

2.2 As Organizações de Trabalhadores Rurais no Período do Governo Militar (1964-1970)

⁶⁰ Este aprovado depois do golpe militar.

A ascensão dos militares ao poder, deu início a um período de repressão ao conjunto da sociedade. Jornalistas, estudantes, professores, militantes de partidos políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, religiosos e leigos ligados a setores da Igreja, todos, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, provaram da amarga experiência da falta de liberdade e da ação repressiva do Estado. As entidades de representação dos trabalhadores, tanto as urbanas quanto as rurais que se constituíram no período anterior e estavam em processo de fortalecimento, bem como suas lideranças, sofreram diversos tipos de perseguições e constrangimentos. Medeiros (1989) descreveu aquele momento da seguinte maneira:

O período que sucedeu ao golpe militar de 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores. Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas; as lideranças perseguidas; muitas foram presas, muitas outras assassinadas; outras ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar no exterior, como foi o caso do presidente da Contag, Lindolfo Silva, ou no próprio país, abrindo mão até mesmo de suas identidades, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba (MEDEIROS, 1989:86).

Alguns sindicatos escaparam dessa devassa, principalmente aqueles ligados à Igreja Católica. Estes sindicatos e as entidades vinculadas à Igreja desempenharam um importante papel no processo de reconstituição do sindicalismo após o golpe. Segundo Medeiros (1989), a Igreja Católica conseguiu influenciar a indicação de interventores e juntas governativas (MEDEIROS, 1989).

A Contag sofreu um processo de intervenção. Assumia a sua direção José Rotta da Federação de São Paulo, dirigente ligado aos Círculos Operários Cristãos. No ano seguinte, Rotta se legitimou no cargo mediante eleição (MEDEIROS, 1989). Segundo Ricci, havia um acordo tácito entre a Igreja e o Estado. “O acordo consistia em: unificar os diversos organismos sindicais rurais em uma única base, o STR; manter abertos os STRs, principalmente aqueles sob controle da Igreja; que a Igreja indicasse parte dos interventores” (RICCI, 1999:89). Segundo Ricci (1999), Pe. Crespo e Pe. Melo foram responsáveis pela indicação de parte dos interventores.

No Pará, o golpe desestruturou completamente a ULTAP. Seu presidente foi preso e morreu após o golpe em decorrência dos maus tratos sofridos na prisão (GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990). Segundo Costa (1996), no ano do golpe militar, o Pará contava com seis sindicatos rurais organizados e reconhecidos pelo Estado e dois esperando reconhecimento. Os poucos sindicatos que haviam sido criados no Pará estavam localizados nas cercanias da ferrovia Belém-Bragança, nas micro-regiões Salgado, Bragantina e próximo à rodovia Belém-Brasília (HÉBETTE, 1997).

Apesar da forte repressão, das ameaças e perseguições, logo após o golpe começaram a se formar grupos de oposição ao interventor nomeado pelo Governo Federal e indicado pela Igreja. No Nordeste, no eixo entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, deu-se início a muitas mobilizações sindicais. A FAG, do Rio Grande do Sul e a Federação do Rio de Janeiro aderiram ao núcleo de oposição do Nordeste e se prepararam para fazer frente à direção de José Rotta. O curioso dessa articulação de oposição foi que as orientações políticas eram bem distintas: o eixo nordeste com sindicalistas forjados nos próprios círculos da Igreja e das Ligas, a FAG constituída por sindicalistas conservadores e a Federação do Rio de Janeiro com sindicalistas ligados aos círculos operários.

Aparentemente a Igreja, enquanto instituição, permanecia à distância na disputa que se estabelecia com a formação da oposição a direção da Contag, mas vários padres e lideranças ligadas à Igreja estavam em plena atividade. Medeiros (1989) se referiu ao

padre Crespo, como sendo o principal articulador da reconstituição do sindicalismo em Pernambuco nesta fase pós-golpe. Não demorou muito para que a oposição puxada pelo eixo nordeste e apoiada por segmentos de vários outros estados, juntassem força suficiente para se colocar no cenário político. No I Congresso da Contag em 1966, o grupo de oposição apresentou várias teses e participou intensamente das discussões. Dois anos depois (1968), a oposição conseguiu eleger um presidente, dirigente sindical do estado de Pernambuco, que disparou um processo de disputa pelos STRs em nível nacional estimulando a criação de novos STRs e de federações.

Com o golpe, as pretensões dos trabalhadores tanto no que se referia à autonomia de suas formas organizativas quanto aos direitos foram frustradas. Como disse Medeiros (2002), “os direitos conquistados viraram letra morta”, confirmando o que Bobbio (2004) havia dito sobre a dificuldade de garantir o acesso a direitos, mesmo os já instituídos. A política de modernização do campo incentivada pelo governo militar mudou a relação de grande número de trabalhadores com as propriedades rurais; a tecnologia dispensava mão de obra e exigia novas qualificações; muitos desempregados migraram para as cidades; aumentaram os postos de trabalhos temporários; os STRs se fragilizaram; o Estatuto do Trabalhador e da Terra não foi aplicado; nem mesmo o usucapião teve mais força para se impor.

Segundo Ricci (1999), os elementos que apontaram para a superação desses entraves foram alinhavados ainda em 1968, num Seminário de Integração dos Programas da Contag, em Petrópolis. Neste seminário definiu-se como prioridade para atuação a legislação agrária e previdenciária, legislação trabalhista, reforma agrária, sindicalização e educação. Segundo Medeiros (1989):

O ponto de partida da concepção que passa a reger a prática da Contag era o de que os direitos existiam, mas não eram respeitados. O referencial legal era o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra que disciplinava quer a relação entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, quer as condições que tornavam possíveis as desapropriações para fins de reforma agrária (MEDEIROS, 1989:92).

O II Congresso da Contag reforçou a linha inicialmente traçada na primeira fase da nova direção da Confederação à medida que elegeu como metas prioritárias: a unidade de ação entre os STRs, Fetags e Contag; a ação sindical orientada na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais; evitar que a prática sindical se reduzisse aos serviços burocráticos e assistencialistas; evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos; a ação engajada nas comunidades, acompanhada pelos STRs e Fetags com formação de dirigentes (MEDEIROS, 1989:99).

Nesse ambiente desfavorável, “lutar pelos direitos garantidos em lei virou mote organizativo” (MEDEIROS, 2002:163). Se, por um lado, a Contag tentava desenvolver uma ação de formação de dirigentes e de criação de sindicatos, visando fugir o máximo possível do controle sem infringir os limites da lei, por outro, tinha a ação assistencialista forte do Estado nos locais onde havia tensão social. Nestas áreas conflituosas, ações sociais foram desenvolvidas até pelo Exército, como foi o caso do Pará. No plano dos direitos, o Estado se apressava a aproximar a situação dos trabalhadores do campo aos trabalhadores urbanos, através da criação do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador (Funrural) e de outros mecanismos de assistência. Como afirmou Medeiros (2002), o Estado não virou as costas para os sindicatos, pelo contrário, aperfeiçoou os mecanismos de tutela. As novas funções atribuídas pelo Estado aos sindicatos tiraram-lhes sua força reivindicativa dando-lhes feições assistenciais (SANTOS, 1989). Apesar disso, em muitos locais os dirigentes

sindicais usaram o Funrural como chamariz para atrair trabalhadores para o sindicato e para as lutas por direitos.

Nesse período o governo previa a implantação de “Grandes Projetos” estatais ou privados para a Amazônia como mostrado em capítulo anterior. No estado do Pará e especificamente na região sudeste, essas políticas afetaram diretamente a organização no meio rural. Era interesse do Estado, portanto, estabelecer mecanismos de controle sobre o espaço, onde a maioria desses projetos seria implantada. Em conformidade com o regime da época, a questão da terra passou a ser tratada mediante estratégia militar (MARTINS, 1984). A tutela das entidades representativas dos trabalhadores do campo era parte da estratégia mais geral do Estado para garantir o projeto de modernização produtiva dessa parcela do território nacional. Portanto, a história das entidades de representação, principalmente dos STRs na região sudeste do Pará, se ligava estreitamente ao avanço da consolidação das estruturas do Estado, à política econômica e à política de segurança nacional do regime militar.

O país atravessava o período que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Enquanto as taxas de crescimento econômico se mantinham elevadas, e o país se projetava na economia mundial, no plano interno aumentava a repressão e cassavam-se os direitos de participação política de intelectuais, sindicalistas, militantes de direitos humanos e militantes políticos. A agitação política na região do Bico do Papagaio, comandada pelo PC do B, que desembocou na Guerrilha do Araguaia, levou o governo a diminuir as liberdades civis na região. Os militantes políticos imersos na clandestinidade pretendiam combater o regime militar, enfraquecer o imperialismo e restaurar a democracia (ALMEIDA, 2006). Pela característica do movimento político, que pregava a formação de núcleos de guerrilha, o contato com a população rural era inevitável. Segundo Almeida, “alguns dos camponeses se solidarizaram com a luta do PC do B, uns deram guarita, e outros decidiram entrar no combate armado” (ALMEIDA, 2006:44). O encontro entre militantes e camponeses gerou um conjunto de interações, como sugeriu o depoimento abaixo.

[...] os guerrilheiros, eles vinham na casa da gente porque eles tavam aqui na região [...] antes eles vinham aqui na Palestina, comprar rancho⁶¹, eles iam ao Brejo Grande, no Itamirim, que naquele tempo era um ponto de muito movimento, que era um garimpo [...] no São Domingos, eram os pontos deles fazerem rancho, de chegar, sair. E eles ficavam no campo. Eles ficavam na vicinal do Bom Jesus, lá dentro, naquela vicinal que tem lá adiante, da baixada um pouco [...] Eles ficavam num lugar por nome Bom Jesus. Eles tinham lá uma sede. Tinha um outro aqui em cima, no São Geraldo, passado o São Geraldo, pra cá da Serra das Andorinhas. Tinha um outro aqui na região, onde eles chamam São Raimundo, que fica aqui na aldeia dos índios, perto da Aldeia dos Suruí. São Raimundo, quem vem, quem sai daqui pra São Geraldo aqui por dentro, pelo Brejo Grande, que vai sair, vai sair bem no São Raimundo, onde é realmente a sede. Eles tinham outro grupo aí, e tavam assim proliferado, *pr'aqui* e *pr'acolá*. Tinha outro acima do São João do Araguaia num lugar por nome Faveira... Aí eles se comunicavam com o pessoal, eles vinham, passavam na sua casa, às vezes dormiam, outra hora eles passavam só de passagem, parava e batia um papo [...] Passavam pelas casas, e eles não passavam, só se não tivesse ninguém, mas se tivesse gente, eles encostavam, batiam um papo. Gostavam muito... naquele tempo tinha a malária, a malária

⁶¹ O termo *rancho* é utilizado regionalmente pelos agricultores para o conjunto de produtos, como açúcar, sal, combustível, sabão, carnes, remédios e outros, comprados nos comércios dos centros urbanos regionais para suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene e outras necessidades dos que moram nas comunidades rurais.

escalava aqui mesmo, a malária era perigosa. Eles chegavam, davam remédio pras pessoas, faziam essas coisas. Mas nunca vi eles chegarem assim maltratando ninguém. Nunca vi também eles chegarem assim com exigência de qualquer coisa. Era um pessoal pacífico (Entrevistado n° 03)⁶².

Muitas outras não foram até hoje evidenciadas. Muitos atores que vivenciaram esse período ainda se calam com receio de sofrer represálias, outros em função de lembranças dolorosas. Apesar de numericamente reduzido, o grupo estava disperso em pontos que consideravam estratégicos em vários municípios cobrindo uma vasta região. A maior parte do tempo os militantes ficavam nas áreas rurais e estabeleciam contatos basicamente com a população camponesa. As cidades, os pontos de maior aglomeração eram visitados apenas para fins de abastecimento de víveres para garantir a sobrevivência no ambiente hostil da floresta. A Igreja também prestou solidariedade em alguns momentos aos militantes clandestinos. O clero progressista que havia se instalado em Marabá não apoiava abertamente as ações do PC do B, mas de certa forma as reconhecia como legítimas. O próprio enfrentamento com o regime já era por si uma forma de apoio ao que se desenrolava no Bico do Papagaio.

Dom Alano⁶³. Esse foi o bispo que encarou os militares, duramente. Ele sempre chamava a gente em Marabá pra falar, pra gente não se envolver na questão da guerrilha, mas não abrir fora do trabalho religioso, e apoiar o pessoal (os militantes políticos clandestinos) na hora que fosse necessário. Então, era um bispo muito forte. Saiu comentários nos jornais que a Igreja (estava) dentro da guerra, que a Igreja tava participando de todo esse processo do comunismo. Que naquele tempo eles nunca chamaram comunismo, chamavam os *terroristas*. Daí que a Igreja apoiava os *terroristas* (ênfase nossa) [...] Mas o bispo não recuou não, o bispo não recuou. Então a gente tinha esse apoio. Eu tinha certeza que se eles me prendessem... Uma vez eles me pegaram lá no Oito⁶⁴, e me deixaram lá, o dia todo lá e à noite. À noite eles vieram me liberar era assim, oito horas da noite. Me libertaram, e eu voltei pra Marabá... Mas eu tinha certeza que se eles me pegassem pra levar pra qualquer lugar, eles não iam me matar, me sumir, porque eu era muito conhecido, tinha tudo legalizado, eu tinha carteira de colono⁶⁵...(Entrevista n° 03).

⁶² Nascido em Montes Altos, no Maranhão, filho de uma família de agricultores, sem terra que trabalhava como *agregada* (morava na terra/prestava serviços) de um fazendeiro. Após passagens por Minas Gerais e Goiás, estabeleceu residência em Marabá. Trabalhou como peão (derrubada), vaqueiro, mariscador (caçador de animais para comércio da pele), auxiliar de prospecção na Serra dos Carajás, operador de máquinas pesadas e como empregado de barcos que transportava castanha para o comércio de Belém. Quando se instalou na comunidade Santa Rita, município de São João do Araguaia, começou a trabalhar como animador de comunidade nas CEBs. Filiou-se ao STR de São João e em 84 se tornou presidente pela oposição sindical. Neste período sofreu ameaças de morte e foi muito perseguido pelos fazendeiros da região. Ajudou no processo de oposição sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) da qual foi vice durante 86 a 89. No seu 2º mandato do STR de São João do Araguaia, participou das discussões de formação do Programa CAT e foi o 1º presidente da FATA, do ano fundacional até 92 (4 anos). Após a fundação da Coocat, foi o 1º presidente até dezembro de 95. Durante toda sua vida foi militante do PSB. Recentemente desempenhou a função de Secretário de Agricultura do município de Palestina do Pará. Logo após, findado seu mandato, por motivos de saúde, se aposentou como trabalhador rural.

⁶³ Bispo da diocese de Marabá durante o período do regime militar.

⁶⁴ Km 8 da Transamazônica, no sentido Marabá – São João do Araguaia

⁶⁵ Segundo o entrevistado, o Incra emitia uma carteira de certificação para os agricultores assentados nos PICs. A carteira tinha um fundo branco com uma faixa verde e amarela e a fotografia do assentado. De posse da carteira de colono, o assentado tinha acesso facilitado ao crédito bancário, aos serviços de saúde e a diversos trâmites em outras repartições do Estado. No caso do sudeste paraense, a carteira também

Mediadores da Igreja e do Partido Comunista que disputavam espaço político junto às organizações rurais antes do golpe militar se encontravam agora em um contexto político adverso. O regime militar identificava os camponeses e os religiosos ligados à Teologia da Libertação como colaboradores potenciais dos militantes do PC do B. Existem relatos de colaboração entre os guerrilheiros e os camponeses, mas não a ponto de aumentar os quadros da guerrilha. Militantes que eram médicos ou estudantes de medicina, por vezes prestavam socorro a camponeses doentes; grupos de militantes ajudavam na abertura de roças em comunidades camponesas e; montavam pequenos comércios para abastecer os pequenos aglomerados de casas. Este período coincidiu também com a chegada de muitos migrantes de outros estados:

Naquele tempo tava chegando o pessoal que vinha da Bahia, vinha de todo canto, chegando, e os mineiros... Uns que eram muito católicos, outros que não tinham nada de católicos, e eu tinha que trabalhar com esse pessoal. Aí eu comecei a trabalhar com comunidade. Logo chegou o Inca e começou a se infiltrar no meio das comunidades, começou a pregar quando eles fizeram a colonização e começaram a pregar organização. E eu não tinha nada de organização (sindical), só comunitária, da Igreja e tudo, essas coisas. Mas os padres sempre falavam que o trabalhador tinha que se organizar como categoria. Foi aí que chegou o Inca e incentivou e aí criou o sindicato do São João do Araguaia (Entrevista nº 03).

Além do Inca, o Exército estava muito presente em função da Guerrilha do Araguaia. Com o argumento de documentar todo o pessoal da região, findava por manter atualizado um banco de dados. Esse “cadastro” servia como uma forma de monitorar o possível contato de lideranças com os guerrilheiros e vice versa.

[...] eles faziam os títulos, aí é que eles entregavam, aí é que vinha o pessoal [...] que teve acampado toda a equipe que documentou o pessoal no tempo da guerrilha. Foi aí que o Exército veio pra aí com toda estrutura e passaram aí uns 6 a 8 meses legalizando o pessoal, documentando o pessoal [...] Ajudava o Inca [...] o Exército vinha junto... O Inca trazia o Exército e botava dentro da sede do Inca. O Exército tava acampado dentro da sede, porque era muita casa, era um acampamento enorme. Tinha aí toda a estrutura do Exército [...] Qualquer coisa ali era Exército e Inca, Inca e Exército. Assim, o Inca andava nos carros do Exército, o Exército andava nos carros do Inca, era aquela coisa. Tanto que, às vezes, tinha hora que você tava pensando que tava falando com o Inca e tava falando com o cara do Exército (Entrevista nº 03).

Essa presença ostensiva também inibia a militância das lideranças rurais. A ação do Exército fez com que muitos agricultores abandonassem suas posses temendo sofrer represálias. Os que permaneciam, evitavam atitudes que levantassem suspeitas. Houve caso de agricultor que, com receio de se tornar alvo da ação dos militares, se transformou em informante do Exército. Além de camponeses, índios também foram cooptados pelo Exército para atividades de rastreamento e localização das bases dos militantes políticos (CEDI, 1985).

Neste contexto, a noção dos direitos se restringia ao permitido pela lógica da ordem ditatorial instituída. Segundo Santos (1989), no início da década de setenta,

servia como uma identificação nas barreiras militares, erguidas com o objetivo de dificultar o trânsito de militantes políticos clandestinos. O portador da carteira de colono passava sem problemas nas barreiras militares.

mesmo atuando dentro dos marcos da legalidade, o sindicalismo de trabalhadores rurais reivindicou direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direito à terra, se contrapôs à política de colonização e exigiu do governo uma política agrícola e de desenvolvimento. Além de atualizar suas demandas o sindicalismo de trabalhadores rurais se aproveitou das possibilidades abertas na legislação para ampliar numericamente sua presença no espaço social. Segundo Santos (1989), no final da década de 70, já havia mais de 2000 STRs criados. Se a repressão e o conjunto de ações assistenciais do Estado, não impediu a ampliação do número de STRs em funcionamento, os prejuízos para a autonomia e a organização foram grandes, como afirmou Medeiros, referindo-se à expansão dos direitos que a legislação permitia na época.

No entanto, à medida que o sindicato foi instituído como principal agente dessa extensão (mediante convênios que implicavam a contratação de médicos e dentistas pelo sindicato, montagem de consultórios e encaminhamento de aposentadoria), esse espaço passou a ser reconhecido centralmente como instância de recebimento de benefícios e não de organização e luta, contrapondo-se, na prática, à própria orientação geral do sindicalismo, através da Contag, de fazer do sindicato um espaço de socialização dos direitos (MEDEIROS, 2002:163).

Algumas federações e sindicatos desempenharam um importante papel na organização das lutas por direitos. A Contag, que priorizava a relação direta com as federações e os STRs, reforçava o corporativismo da estrutura sindical. Segundo Ricci (1999), o corporativismo que se fortaleceu na prática sindical da confederação, dificultou no final da década de 70 a relação desta com os novos movimentos que surgiram no campo. Para Novaes (1991), a prática sindical da Contag no período pós-64 até final dos 70, consolidou o que ela considerou como sendo uma *cultura sindical contaguiana*, que associou três aspectos importantes, quais sejam:

O legalismo - afirmando-se a independência dos STRs, suas ações se caracterizam pela extrema prudência nos encaminhamentos, o que gerou, a meu ver, um certo tipo de prática sindical “do envio de correspondência”;

O “presidencialismo” sindical - levando em conta que em centenas de pequenas cidades do interior o presidente do STR - com a autoridade de está legalmente investido e com os recursos que administra - torna-se uma autoridade local, é fácil imaginar as dificuldades que se apresentam para a divisão do trabalho entre os membros da diretoria [...] Os próprios associados quando vão aos sindicatos, via de regra, só se sentem bem atendidos, se podem falar com ele em pessoa;

Um certo clientelismo - naturalmente exercitado por esses dirigentes que administram verbas do Funrural e do próprio STR, tornando os sindicatos, verdadeiras empresas familiares, dado o número de parentes ali empregados (NOVAES, 1991:182/3).

Esta *prática sindical* sofreu resistência não apenas dos novos movimentos emergentes no campo, dos sindicatos e dirigentes com orientação política mais progressista, mas também de setores de dentro da Igreja, que voltou a atuar fortemente no campo a partir de meados da década de 1970. Um marco desse retorno da Igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos idos de 1975, por um conjunto de pastorais das igrejas da Amazônia Legal. À frente dessa iniciativa esteve sempre presente D. Pedro Casadálga que elaborou uma carta pastoral, destacando a

necessidade da Igreja se voltar para o trabalho com posseiros, índios, peões e outros marginalizados da região amazônica (MEDEIROS, 1989; FIGUEIRA, 1986).

A CPT foi implantada no Pará logo após a sua criação em Goiânia em 1975⁶⁶. No sudeste paraense, a CPT foi implantada em 1976, com apoio do bispo daquela diocese e de um conjunto de agentes de pastoral (LEROY, 2000). Seguindo a orientação nacional, a CPT de Marabá elegeu como prioridade o apoio à luta pela terra e contra a violência, ou seja, a luta dos posseiros. Essa determinação atraiu os militantes de partidos clandestinos que atuavam na região, principalmente advogados, que passaram a exercer sua militância por dentro da CPT.

Os primeiros STRs da região sudeste do Pará foram criados sob a pressão de dois fatores: a ideologia da segurança nacional e a decisão governamental de implantar grandes projetos para alavancar o desenvolvimento regional. A criação do primeiro STR datou de 1974 no município de São João do Araguaia; o segundo foi o de Itupiranga em 1979. No início dos anos 80 foram fundados os de Jacundá e Marabá (HÉBETTE, 1997). O Incra e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), cuidavam da organização da parte legal dos STRs. A Carta Sindical só era emitida para os STRs que passassem no “crivo” dessas agências governamentais. Os sindicatos que já estavam em funcionamento eram vigiados. Por algum tempo, as reuniões de delegacias sindicais foram realizadas às escondidas. Eram as chamadas *reuniões por trás dos paus* (Entrevistado n° 09)⁶⁷.

Em nome da legalidade cerceava-se a liberdade dos agricultores escolherem seus próprios dirigentes, de definirem funções e de estabelecerem prioridades. Era comum que médicos, odontólogos, fazendeiros e outros profissionais liberais, assumissem a presidência dos STRs. Se fosse preciso, as Forças Armadas interferiam, como chegaram a fazer na eleição do STR de Conceição do Araguaia no final da década de setenta (PEREIRA, 2004a). A movimentação de tropas junto com o Incra era por si só uma intimidação. A presença do Exército também dava uma certa tranquilidade para os

⁶⁶ Um dos primeiros trabalhos dessa seção foi desenvolvido na região sudeste (Marabá, Palestina, São João do Araguaia, dentre outros) e oeste do Pará (Santarém). O primeiro coordenador da seção regional da CPT no Pará foi Ranulfo Peloso da Silva, agente pastoral da região de Santarém (LEROY, 1991).

⁶⁷ Nascido na França, filho de uma família camponesa; tanto seu pai quanto o seu avô participaram ativamente de organizações camponesas. Sendo o filho mais velho, acompanhava o pai em diversas atividades, inclusive em ações coletivas como fechamento de estradas, despejo de esterco na casa do governador, etc. Segundo as informações do próprio entrevistado, seu pai e seu avô eram sindicalistas com tendência anarquista, porém muito católicos. Com 16 anos resolveu estudar para ser padre. A vida no seminário não era exatamente o que ele imaginava e o fez entender que estava lá mais por causa do estudo, da formação pessoal e da possibilidade de fazer trabalho para outros e menos pela vocação religiosa. Sua determinação em trabalhar “no meio do povo” o levou a fazer a opção por uma congregação religiosa, os Oblatos de Maria Imaculada. Estudou nessa congregação dos 15 aos 25 anos. Saindo do período de estudos, o entrevistado foi trabalhar em cooperativas de agricultores na França. Muitos padres e até pesquisadores que estavam na região de Marabá, faziam parte dessa congregação. Em 1973, um padre que residia em Marabá, em viagem à França, fez o convite ao entrevistado para trabalhar na região, que de pronto aceitou e fez uma única exigência: trabalhar entre os agricultores. Após estágios de alguns meses no Rio de Janeiro para se adaptar à língua, foi direto para Palestina, um dos municípios onde a repressão do regime militar era forte devido à proximidade da área da Guerrilha do Araguaia. Chegando na região, se integrou à equipe de pastoral de São João e Palestina e começou a atuar junto às CEBs. O entrevistado foi o primeiro coordenador da CPT na região. Preso várias vezes pelos policiais do DOPs, manteve uma postura firme de defesa dos posseiros e lutou incansavelmente contra a violência praticada contra trabalhadores rurais. No final da década de oitenta se dedicou à organização da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA) junto com um grupo de sindicalistas. Atualmente é coordenador de uma prestadora de serviço na área de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

fazendeiros que estavam se instalando na região com incentivos do governo. Cabia ao Exército definir os lugares onde se podia e não podia se fazer reuniões, celebrações e encontros, tudo em nome da ordem. Dessa forma, o Estado se distanciava da legitimidade que a sociedade lhe imputava de exercer o poder de monopólio da “violência legítima” no sentido weberiano do termo (WEBER, 1979; 1983;1984). Um sindicalista desse período descreveu esse momento da seguinte maneira.

O pessoal do Exército... eles chegavam na sua casa, se eles soubessem que você [...] que tinha passado alguém do *pessoal da mata*⁶⁸ na sua casa, eles iam fazer todo tipo de tortura pra tu dizer que tu tinha envolvimento com eles. Porque não podia dar hospedagem, você não podia nem dizer que conhecia eles. Era uma humilhação maior do mundo. Se você dissesse “eu conheço”, aí pronto, eles iam querer que tu contasse a vida deles, de tudo, do que que era [...] (Entrevista n° 03).

Esta combinação de elementos gerava um clima de receio nos agricultores e lideranças, afastando-os dos sindicatos. Na impossibilidade de encaminhar as lutas por dentro dos sindicatos, os posseiros se articulavam com segmentos da Igreja e de partidos políticos. Entretanto, o sindicato apresentava um grande atrativo: as políticas de assistência que o governo federal viabilizava por meio destes.

A CPT tinha como âncora forte para sua atuação junto aos trabalhadores as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), animadas por agentes de pastoral, leigos ou religiosos que faziam uma articulação entre os acontecimentos cotidianos em suas diversas dimensões com as mensagens bíblicas. Nesses espaços, a CPT expressava suas divergências em relação à prática sindical da Contag, Fetags e STRs, e ao modo como à questão agrária estava sendo conduzida. Em nível nacional, a Contag atuava nos marcos da legalidade, conforme frisou Novaes (1991). Na Amazônia, especialmente no sudeste paraense, o envio de petições e de instrumentos semelhantes, não surtia efeito nenhum. Para Medeiros (1989), esta ação da CPT deu novo impulso à organização dos trabalhadores do campo e passou uma visão de mundo calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase da participação das bases (MEDEIROS, 1989).

O apoio da Igreja aos agricultores estabelecidos e aos posseiros mediante ações nas CEBs, colocava os padres e os agentes de pastoral na lista dos suspeitos de colaboração com a guerrilha e com atividades como o incentivo à ocupação de terras, ambas consideradas de risco à segurança nacional pelo regime. O culto nas CEBs era feito a partir da leitura de textos bíblicos, onde os agentes de pastoral estimulavam analogias com as situações vivenciadas naquele momento. Segundo Hébette (2004), por meio da celebração dos cultos nas CEBs, o capital, em franca expansão na região, se transformava na “*besta-fera*”, o Estado, no “*faraó*”, o capitalista e os grileiros eram transformados em “*dragões*”, “*leões*” ou “*tubarões*”, como mostra a figura abaixo.

⁶⁸ Uma das várias denominações pelas quais os guerrilheiros eram conhecidos na região.



Figura 6 Desenho utilizado no boletim da PA-150 para representar a luta dos posseiros contra os grileiros

Fonte: Boletim O GRITO da PA-150, Ano III, nº 13.

Para Hébette (2004), apesar dessa linguagem que seria mais adaptada à modernização messiânica do que ao confronto contra um Estado modernamente equipado, se conseguia fazer uma reflexão sobre os diferentes aspectos da realidade. Isto se confirmou na fala de um ex-agente de pastoral que atuou na região durante aquele momento histórico.

[...] o que foi marcante pra mim foi a CEB, porque eu acho, eu afirmo hoje que a CEB foi o pontapé inicial do povo, de modo geral, do povo humilde, lá da roça, principalmente da roça, que começava a perceber, através da discussão que eles tinham dos problemas para resolver, que eles começavam a assumir as coisas que eles queriam, praticamente, a terra. Então, a gente tinha reunião, cada comunidade tinha um, dois ou três animador(es) de comunidade e esses animadores de comunidade tinham uma reunião mensal ou bimensal - não me lembro bem - onde se estudava a Bíblia (Entrevista nº 09)

Os textos bíblicos eram, portanto, orientados à prática e ao processo organizativo das comunidades. Linguagem codificada, carregada de significado simbólico e político, que não passou despercebida aos militares. Nas áreas mais próximas aos focos da guerrilha, chegou-se a ponto de proibir as celebrações religiosas nas CEBs, o que gerou indignação da Igreja Católica e uma formalização de queixa à hierarquia superior do Exército. O bispo local usou todo o poder simbólico da Igreja para forçar o diálogo com os militares na tentativa de garantir o trabalho dos agentes de pastorais e animadores de comunidades. O momento de maior acirramento da relação do Estado com a Igreja foi a

prisão dos padres franceses que atuavam na região de São Geraldo do Araguaia⁶⁹, local muito visado pelo exército pela proximidade com alguns focos de atividade dos militantes do PC do B.

Com a forte pressão da Igreja, o Estado afrouxou a vigilância sobre os cultos. Os agentes de pastorais articulavam o trabalho religioso nos cultos com o trabalho de organização e fortalecimento das comunidades e dos grupos de posseiros. Esses posseiros que, em sua maioria, eram agricultores migrantes de outras regiões, principalmente do Nordeste, já desenvolviam ações como resistência à expulsão da terra pelo latifúndio, expropriação devido à construção de grandes obras e ocupações de terra. O apoio da Igreja e dos agentes de pastoral reforçavam essas ações e estimulavam outras, como a organização produtiva e a reivindicação de melhoria das condições de vida. Os momentos de cultos também foram porta de entrada das oposições sindicais. Voltaremos a este tema mais adiante.

Além da Igreja, partidos políticos que atuavam na clandestinidade deram uma forte contribuição ao processo de organização e resistência dos posseiros na região. Até onde sabemos, os militantes deslocados para o sudeste paraense integravam o PC do B, o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Segundo Hébette (2004c), o quanto esses partidos contribuíram, ainda é uma questão a ser desvendada. Prosseguia o autor, “a clandestinidade relativa a que foram obrigados até 1985 deixou pouco aparente seu verdadeiro trabalho...” (HÉBETTE, 2004c: 197).

A CPT, o MEB e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) foram espaços preferenciais para atuação desses militantes políticos. Apesar das diferentes “divergências de encaminhamentos”, na verdade das diferentes formulações ideológicas, os militantes clandestinos e o clero progressista se aproximaram em torno do apoio à luta dos posseiros. Segundo Hébette, “a repressão a qual eram igualmente submetidos o clero progressista e os partidos clandestinos promovia um clima de entendimento e de certa colaboração, meio desconfiada e vigilante, entre uns e outros” (HÉBETTE, 2004c:196). Segundo um militante político que atuou na região.

O bispo de Marabá era Dom Alano Pena, nesse período de 78 até meados de 80 [...] ele esteve aqui na região, e era aonde a gente tinha um apoio. Os nossos companheiros que eram perseguidos tinham esse apoio da Igreja. Apesar das divergências de encaminhamento, mas era com quem a gente se articulava para poder ter segurança de poder exercer as atividades junto aos trabalhadores (Entrevista n^o 24)⁷⁰.

⁶⁹ Figueira (1986), em *A justiça do Lobo*, descreveu em detalhes esse episódio.

⁷⁰ Nascido no Piauí, seus pais migraram para Marabá em 1953. Em Marabá seu pai trabalhava como encarregado de castanhais, uma espécie de gerente de produção, que organizava desde as turmas de coleta na mata até o embarque da castanha para transporte até Marabá e Belém. Morou em vários castanhais acompanhando os pais. Aos sete anos veio para Marabá estudar e nas férias escolares retornava aos castanhais. Estudou o segundo grau em Belém e se graduou em Agronomia, em 1977. No seu retorno para Marabá, em 1978, já graduado, ingressou no MEB. Por pressão da família, que temia pela sua vida, saiu de Marabá ainda em 1978. A família conseguiu um emprego na Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Piauí para onde o mandaram. Por descontinuidade do projeto da Companhia, retornou a Marabá após alguns meses. Aproximou-se de militantes de esquerda e fez parte do PRC que na época atuava na clandestinidade. Ajudou a fundar o MDB (1979) e depois o PMDB, partidos que alguns militantes clandestinos utilizavam para participar oficialmente da política. No retorno a Marabá foi trabalhar numa empresa de agrimensura que prestava serviços ao Inbra. Nesse trabalho tomou contato com as áreas de conflito, principalmente em São Geraldo do Araguaia. Em 1984, fez concurso para a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI). Foi aprovado e permaneceu trabalhando na região

O encontro dos agentes pastorais, religiosos (padres e freiras) e militantes políticos com as lideranças dos posseiros formaram um núcleo de resistência na luta pela terra. No entanto, em boa parte das ocupações que aconteceram nesse período, foram os posseiros, sem interferência de organizações representativas e entidades de apoio, que deram início ao processo. Os padres e agentes de pastorais ajudavam a manter o ânimo das famílias e divulgavam o conflito, advogados acionavam mecanismos jurídicos e militantes políticos produziam informes na tentativa de formar opinião junto à população. Sem STRs fortes e sob a pressão do regime, as ocupações começaram longe dos olhos da sociedade, no centro das matas, protegidas por um certo tempo pelas barreiras naturais, mas fragilizadas do ponto de vista político. Segundo uma liderança sindical:

Então, era difícil aqui em Marabá, nesse tempo [...] era dez dia de viagem com a *boroca*⁷¹ na costa, por que não tinha outra condução, mas como a gente via que o meio pra quem não tinha condição de comprar um pedaço de terra, o meio era esse, a gente enfrentou a realidade. Não tinha estrada. A estrada que tinha, era até essa fazenda Três Poderes. Até lá quando passava de oito dias com uma caminhonete, só um carro ia buscar e assim mesmo não era certo. Se a gente pegasse uma carona ou tivesse como falar com um cara e se ele se agradasse de sua cara ele te levava, se não se agradasse, não te levava. (Entrevista n° 06)⁷².

Era essa determinação em conseguir a terra *enfrentando a realidade* que levava os grupos familiares adentrarem as matas sem as mínimas condições de infra-estrutura. Falado calmamente numa entrevista, *enfrentar a realidade* tinha um significado que talvez uma análise *ex-post* dos fatos não conseguisse captar o significado em toda sua profundidade. A falta de perspectiva de conseguir a terra por meio das políticas governamentais; a realidade do ambiente totalmente desconhecido; os rigores do clima

de Marabá. O trabalho na Sagri permitia uma aproximação com as organizações dos agricultores e com os grupos de apoio e assessoria. Nesse período se envolveu com a discussão dos impactos dos grandes projetos na região, principalmente a construção da hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Carajás. Foi fundador do Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), em 1984. Após a abertura filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e foi eleito vereador pelo município de Marabá. Atualmente, reassumiu seu posto na SAGRI, continua atuando no CEPASP e não é mais filiado ao PT.

⁷¹ Nome dado a bolsas de diferentes materiais (plástico, lona, etc).

⁷² O entrevistado é filho de agricultor que migrou do Piauí para o Maranhão. Nascido em Olho D'Água das Cunhas no Maranhão, migrou para o estado de Goiás com parte do grupo familiar e um grupo de vizinhos antes de se dirigir ao Pará. No Maranhão, a família trabalhava no sistema de arrendamento de terras para o plantio de arroz. Parte do grupo familiar se dirigiu para o estado de Goiás à procura de terras mais fortes, "no Maranhão as terras estavam ficando fracas". Em Goiás, trabalhou na implantação de fazendas (derrubada e plantio de capim) recebendo como pagamento 70% da produção da primeira roça de arroz, antes que a pastagem fosse instalada. Com quase uma década trabalhando no estado de Goiás sem conseguir comprar uma terra, o grupo decidiu migrar para o Pará. Escolheram a região de Marabá em função da grande propaganda que corria em relação à existência de terras livres e porque lá já estava instalado um parente (tio). Em Goiás trabalhou como dirigente leigo da Igreja Católica junto às comunidades que se formavam nos arredores das fazendas. Migrou para o Pará com um grupo de trinta famílias e, juntos ocuparam uma área que se tornou a comunidade Josinópolis (provavelmente em alusão ao Pe. Josimo assassinado no Maranhão). No Pará, continuou a atividade de dirigente religioso e se integrou ao trabalho com as CEBs. Foi através das CEBs que tomou contato com as atividades sindicais. Tornou-se presidente da associação da comunidade Josinópolis e delegado sindical. Em 1997 foi eleito suplente de diretoria do STR de Marabá. No STR de Marabá, exerceu também a função de secretário de política agrária e foi eleito presidente em 2003.

numa mata fechada; a insalubridade dos primeiros anos de ocupação; o risco de enfrentar pistoleiros; a realidade de perder alguns membros do grupo por diversas razões, mas também a realidade de conseguir a terra.

Em alguns casos a migração demorou vários anos, como foi o caso do grupo familiar do entrevistado nº 06 que antes de formar uma comunidade no Pará, passou dez anos em Goiás trabalhando em sistema de arrendamento parecido com o que vivia no lugar de origem, o Maranhão. O que justificava a permanência num local que repetia as condições de dominação das quais fugiam, era a alta fertilidade das terras, que permitia boas colheitas e alimentava o sonho da terra própria. Produzindo mais, a família acumulava mais recursos para seguir a migração em busca da terra.

Para todas as categorias de trabalhadores, a década de 70 foi extremamente dura. Aproveitando-se do relativo esfacelamento das organizações dos trabalhadores do campo e confiantes no apoio do Estado, empresários, proprietários de grandes fazendas (sul e sudeste), donos de engenhos (nordeste) e fazendeiros e grileiros (norte, centro-oeste, sudeste), acionaram diferentes mecanismos para se livrarem de questões conflituosas com as diferentes categorias de trabalhadores. Multiplicaram-se os despejos de moradores e foreiros, níveis salariais não eram respeitados, direitos trabalhistas não eram concedidos aos trabalhadores.

Os sindicatos representavam o canal legal para onde as questões eram encaminhadas. Onde o distanciamento era maior entre os sindicatos e as lutas concretas dos trabalhadores, formas de organizações alternativas foram surgindo e ocupando o “espaço deixado pelos sindicatos assistencialistas” (MEDEIROS, 1989:104). Um exemplo desse tipo de organização foi o Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres (CDDP), criado em Pernambuco com a finalidade de encaminhar questões jurídicas (MEDEIROS, 1989) e da SPDDH no Pará. A falta de sindicatos ou a descrença nos existentes, não significou que não houvesse resistência dos agricultores. Vários exemplos de iniciativas locais foram registrados como as ocupações de terra por camponeses no sul e sudeste do Pará, a matança de gado pelos agricultores do Pindaré, liderados por Manuel da Conceição (CONCEIÇÃO, 1980)⁷³ e muitos outros cujos nomes não foram divulgados. Medeiros (1989) constatou que, nas áreas de ocupação antiga, afloraram também vários conflitos pela terra. Agora não mais pelo processo de expansão da fronteira agrícola e sim, em função da implantação de projetos de reflorestamento, construção de estradas, construção de barragens e programas como o Proálcool. Segundo Medeiros (1989).

Em todas essas áreas, as formas de enfrentamento, além da reação dos trabalhadores, de caráter restrito e fragmentado, muitas vezes passavam pelo recurso do sindicato em locais onde ele existia. A resposta da entidade, no geral, era encaminhar a defesa dos atingidos à justiça (ação de manutenção de posse, principalmente) e denunciar ao Incra, através das federações e da Contag (MEDEIROS, 1989:110)

⁷³ A reação dos camponeses do município de Pindaré-Mirim, Maranhão visando pressionar os fazendeiros a prenderem o gado que invadia e destruía as roças ficou conhecida como “matança de gado”. Apesar de um longo processo de negociação envolvendo os camponeses, fazendeiros e o poder público local, o gado continuou solto e promovendo estragos nas roças. Foi então, que os camponeses decidiram matar cada animal (bovino) que destruísse as roças.

O sindicato encaminhava as ações pelos caminhos legais, mas nem sempre acompanhava o outro processo desencadeado pelos próprios trabalhadores atingidos. Existia, portanto, um certo distanciamento entre o encaminhamento dado pelos sindicatos e os fatos no local onde o problema se desenrolava concretamente. Este foi o espaço que a Igreja e outros grupos que atuavam no campo encontraram para desencadear um processo de discussão e desenvolvimento de ações na busca de uma forma alternativa de ação sindical.

A visão predominante nas décadas do regime militar de “Estado Indutor do Desenvolvimento” passou a ser fortemente questionada. Seringueiros, índios, trabalhadores rurais, canavieiros, sem terras, ribeirinhos e outros grupos passaram a denunciar os impactos nefastos de políticas incentivadoras de desmatamentos e a resistir ao avanço da concentração fundiária decorrentes dessas políticas. Nesse período, a Amazônia passou a ocupar lugar de destaque na agenda internacional. Impactos negativos na biosfera foram associados de forma direta aos níveis de degradação dos recursos naturais da Amazônia, principalmente, ao desmatamento e às queimadas. Como afirmou Bobbio (2004), entraram em jogo novos direitos, direitos de *terceira geração*, ou seja, direito das populações futuras viverem num ambiente preservado e livre de poluição.

A década de 70 terminou, portanto, com muitas iniciativas em processo de amadurecimento e apontando para a necessidade de uma revisão da prática sindical desenvolvida até então pela Confederação, Fetags e STRs. Segundo Medeiros, “no final dos 70 reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical” (MEDEIROS, 1989:15). Mesmo com todo o peso da repressão do regime militar nas décadas de 60 e 70, os trabalhadores do campo atualizaram suas lutas por direito em todos os quadrantes do país. Dentre elas destacaram-se: as lutas por melhores condições de trabalho como aumento de salário, melhores instalações, onde a participação dos assalariados do campo foi marcante; as lutas pela valorização da produção, desenvolvido pelos agricultores familiares, principalmente no sul e sudeste do país e; as lutas pela permanência e acesso à terra, onde se envolveram atingidos por grandes projetos de infra-estrutura como hidrelétricas, trabalhadores sem terra e posseiros de várias regiões.

Apesar das inúmeras críticas à sua atuação, a Contag abrigou durante esse período sindicatos das mais variadas orientações políticas e interesses, constituindo assim uma imensa e complexa rede em nível nacional. Nessa rede, com um número incontável de nós, pontes e terminais, circularam e ainda circulam uma grande quantidade e variedade de informações, numa tentativa desesperada de conectar pessoas e instituições, articular lutas e manifestações, divulgar resultados e vitórias e, acima de tudo, influenciar a maneira de ver o mundo de milhares de trabalhadores rurais e camponeses.

2.3 O Sindicalismo dos Anos 1980: Transformações Internas e Consolidações de Novos Atores

Na década de oitenta a sociedade brasileira foi marcada por lutas que visavam a redemocratização do país. Alguns autores fizeram uma leitura crítica do uso desse termo, chegando a sugerir que a passagem do regime militar para o regime democrático não chegou a ser uma re-democratização, mas sim, uma liberalização. Os elementos que reforçaram estes argumentos foram: a abertura política foi na verdade um conjunto de concessões entre o setor brando e o setor moderado (oposição) do regime militar; a

agenda política de transição foi limitada pelos próprios militares (RICCI, 2001; citado por PAULA, 2005). Dentre as lutas marcantes dessa década, no âmbito da sociedade geral, pudemos assinalar a campanha pela anistia política, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte e pelas *Diretas já*. No campo sindical, presenciou-se um novo ciclo de lutas, surgiram novos mediadores no campo, novos temas foram colocados em evidência, novas categorias como *sem terra, atingidos, seringueiros, quebradeiras*⁷⁴, dentre outras, surgiram no meio rural e os sentidos dos direitos se modificaram (MEDEIROS, 2002).

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), em agosto de 1981 em Praia Grande, São Paulo, deu a largada para significativas transformações do campo sindical. Como disseram Silva e Ferri (1981):

A Conclat levanta as bandeiras do conjunto dos trabalhadores brasileiros, como a estabilidade no emprego; salário mínimo real unificado; amplas liberdades democráticas; liberdade e autonomia sindical e Reforma Agrária; A Conclat aponta urgentes medidas necessárias ao estabelecimento de dignas condições de vida e trabalho para todos os brasileiros. A Conclat reafirma a luta dos trabalhadores junto aos demais setores democráticos da sociedade brasileira pela conquista de amplas liberdades democráticas, da justiça social e da preservação dos interesses nacionais (SILVA & FERRI, 1981:18).

Nesta Conferência, houve uma significativa participação dos *rurais*, tanto em termos numéricos, quanto nas diversas temáticas discutidas. Participaram da conferência 1.091 entidades sindicais e 5.036 delegados representando 348 sindicatos do campo, 17 federações e 1.200 delegados, além da representação da própria Contag (NOVAES, 1991). A autora descreveu este momento com a seguinte narrativa.

A expressiva delegação “dos rurais”, sua participação efetiva nos grupos de trabalho e uma atuação conjunta no plenário, orquestrada pela Contag, chamou a atenção não só de operários fabris, funcionários públicos, assalariados médios e trabalhadores de serviços ali presentes, como também de estudiosos do sindicalismo no Brasil, para muitos dos quais as lutas no campo se resumiam à história das Ligas Camponesas, reprimidas e desbaratadas após o golpe militar de 1964 (NOVAES, 1991:173).

Pelo menos duas questões marcaram fortemente a realização dessa I Conclat: a montagem de uma estratégia para criação de uma Central Sindical e o começo da projeção da ação sistemática do *novo sindicalismo*. Estas questões já vinham sendo amadurecidas durante o final da década de 1970 tanto no sindicalismo rural quanto no urbano (GIANNOTTI & NETO, 1991). No que concerne ao sindicalismo rural, vinha-se questionando a hegemonia da direção da Contag, a inoperância de inúmeros sindicatos que, presos às práticas assistencialistas, conseguiam no máximo acompanhar as lutas através de expedientes administrativos. Já no meio urbano, ocorriam as greves no ABC Paulista, onde várias questões foram recolocadas para o conjunto dos trabalhadores, entre elas a crítica à estrutura sindical, bem como o debate sobre comissões de fábrica e paralisações (MEDEIROS, 1989:116 e 117). Medeiros (1989), identificou no discurso do presidente da Contag na época, os principais elementos norteadores dessas demandas. Na busca pela autonomia se fazia necessário:

⁷⁴ Nos anos 1970 predominaram as categorias como *posseiro, arrendatário, parceiro, assalariado, camponês*, dentre outras (MEDEIROS, 2002).

[...] lutar pela reformulação do modelo sindical brasileiro, desatrelando-o dos princípios fascistas contidos no título V da atual CLT, em busca da plena autonomia e liberdade sindical, permitindo que os trabalhadores única e exclusivamente, estabeleçam normas de funcionamento de suas entidades sindicais, mediante alteração do artigo 166 da Constituição Federal e a ratificação da convenção nº 87 da OIT, assegurando o direito de constituição de organizações, com a única obrigação de observar os estatutos da mesma [trecho do discurso do presidente da Contag, José Francisco da Silva durante o III Congresso, citado por MEDEIROS (1989:118)].

Apesar dos apelos à autonomia e da manifestação da necessidade da criação de uma central sindical fazerem parte das resoluções do III Congresso da Contag, a tradução para a realidade não se apresentou como uma tarefa fácil. Após a I Conclat, envidaram-se esforços para a criação da Central sindical. No estado do Pará as oposições sindicais rurais se fortaleciam e se inspiravam no *novo sindicalismo*. Voltaremos a esse tema no capítulo seguinte.

As novas categorias que surgiram no meio rural se integraram e influenciaram as dinâmicas regionais e nacionais. No campo sindical, os agricultores familiares com terra, mesmo que muitos deles sem titulação, como era o caso da região norte do país, começaram a ocupar espaços na estrutura sindical que antes eram ocupados por assalariados (MEDEIROS, 2002). Essa gradativa substituição da direção sindical era importante para entender as mudanças ocorridas quanto ao sentido dos direitos reivindicados e aos encaminhamentos das lutas. Nas décadas anteriores o foco da discussão sobre o direito a terra passava pela definição de leis que regulamentassem o acesso. Nos anos oitenta, noções como direito de permanecer na terra, direito de uso de recursos, direito de receber “terra por terra”, foram incorporados por várias categorias, dentre elas os seringueiros do Acre, as quebradeiras de coco do Maranhão e os atingidos por obras de infra-estrutura em vários estados. Cabe lembrar aqui o que havia dito Bobbio, quando tratava do relativismo dos direitos em função do momento histórico vivido pelos atores sociais:

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. (BOBBIO, 2004:38).

A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, imprimiu uma nova dinâmica ao sindicalismo de trabalhadores rurais tanto em relação às formas de lutas quanto ao teor das reivindicações. Favareto (2001) recuperou a partir da trajetória de líderes sindicais de diferentes regiões do país, elementos que sugerem a estreita ligação entre essas trajetórias e a criação de uma porção rural da CUT, bem como do *novo sindicalismo*. Segundo esse autor dois aspectos foram também determinantes: um primeiro, que dizia respeito aos conflitos vivenciados pelos agricultores nas diferentes regiões frente ao novo padrão de organização da agricultura brasileira gerado a partir de um conjunto de políticas públicas e que a Contag não conseguia dar encaminhamentos a esses conflitos. Um segundo dizia respeito à forte ação da Igreja pós Puebla e Medellín, que possibilitou a criação de uma rede de indivíduos com uma nova percepção de mundo, influenciada por um novo quadro de referências teóricas (FAVARETO, 2001).

A criação da CUT, no entanto, não era consenso no sindicalismo de trabalhadores rurais. Segundo Novaes (1991), a Contag se empenhou de todas as maneiras para garantir a unidade de suas “bases”. Entretanto, durante o transcurso das discussões, a própria Contag foi se colocando gradativamente do lado dos que achavam precipitada a decisão da criação da Central. Um segmento dos sindicalistas da Contag argumentava que não havia acúmulo suficiente, e corria-se o risco de se criar uma entidade com pouca representatividade em nível nacional (MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1991). Enquanto nos meios sindicais as discussões ganhavam corpo em torno da legislação e estrutura sindical e da criação de centrais sindicais, no campo e nas cidades eclodia um conjunto de lutas dos trabalhadores.

Um novo ciclo de lutas iniciou em todo o território nacional. Trabalhadores permanentes e temporários das lavouras de café e laranja em São Paulo, da lavoura da cana na zona da mata no Nordeste e no Rio de Janeiro, da lavoura do cacau na Bahia, atualizaram as lutas em torno da legislação trabalhista; agricultores integrados ou não se organizaram em torno de melhores condições para a produção e comércio, aumento do valor real dos preços mínimos, esclarecimentos sobre o sistema de classificação dos produtos (integrados) e redução das taxas de juros dos créditos para a produção; camponeses sem terra, posseiros, filhos de agricultores mini-fundiários e pequenos proprietários ameaçados pela construção de barragens, lutaram uns para permanecer e outros para ter acesso à terra (SANTOS, 1989).

Apesar dos resultados conseguidos com o início do ciclo de mobilizações, Medeiros (1989) chamou a atenção para a existência de uma grande variedade de sindicatos, e o que funcionava em alguns municípios podia não funcionar em outros, principalmente no caso dos assalariados. Além disso, sucesso das mobilizações por si só não garantia automaticamente ganhos reais. Os trabalhadores vitoriosos nas greves, por exemplo, tinham que se manter mobilizados para garantir o cumprimento dos acordos firmados. Surgiram as “*lutas pelo cumprimento*”: quando os acordos não eram cumpridos, os trabalhadores tinham que entrar com ações na justiça, realizar paralisações ou fazer novos acordos.

Enquanto no Nordeste as greves seguiam o “modelo de Pernambuco”⁷⁵, em estados como Minas Gerais e São Paulo, desenvolveram outro padrão de greve. Os agricultores do Sul do país passaram a questionar os resultados práticos da política agrícola que impulsionava a modernização da agricultura. A discussão sobre dívidas, condições de financiamento e preço de produtos, incluía não só as indústrias e os produtores, mas acima de tudo colocava o Estado numa posição central, já que pesava sob sua responsabilidade a definição de políticas agrícolas (PAULILO, 1990).

Os processos desencadeados regionalmente foram geradores de diferentes impactos econômicos, políticos, ambientais e sociais, que influenciaram o surgimento de novos personagens no meio rural. As lutas se diferenciavam regionalmente de acordo com os atores envolvidos e os interesses em jogo. Na região Sul surgiu o MST (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). No Nordeste e Sul, a política de geração de energia e a implantação de grandes projetos de irrigação, deram origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens⁷⁶ (MAB). A Amazônia ainda dividida pela noção de pólos de desenvolvimento, gerou “palcos de conflitos” em diferentes espaços, deslocou o

⁷⁵ Greve com grande número de trabalhadores parados.

⁷⁶ MAB se constituiu no Nordeste em torno dos complexos hidroelétricos de Moxotó, Sobradinho, Itaparica; no Sul, na bacia dos rios Paraná e Uruguai e; no norte em função da hidrelétrica de Tucuruí (GRZYBOWSKI, 1987).

centro de poder, modificou as relações sociais locais, introduziu novos atores econômicos e sociais, exigindo dos grupos locais criatividade quanto à forma de se organizar e de agir perante as novidades. Como exemplo desse processo surgiu o Movimento dos Seringueiros no Acre. Estes novos personagens se relacionaram de maneiras e graus de intensidade diferenciados com os sindicatos existentes em cada região.

Segundo Fernandes, a “gestação” do MST, começou a ser preparada desde 1979, a partir das primeiras experiências de ocupação e dos encontros que proporcionaram a sua criação em 1984 (FERNANDES, 2000). Apesar de ter surgido no Sul do país, os elementos determinantes da constituição do MST estavam diretamente relacionados tanto a processos micro-regionais quanto a processos macros das políticas governamentais (GRZYBOWSKI, 1987). Do ponto de vista micro-regional, destacaram-se fatores como a insuficiência de terras para garantir a reprodução das famílias, o que gerou um grande contingente de trabalhadores “precarizadamente integrados na produção” (MEDEIROS, 1989:147). Do ponto de vista macro, destacaram-se os incentivos governamentais direcionados ao modelo empresarial de exploração agrícola, que provocou uma rápida concentração fundiária, diminuiu postos de trabalho, precarizou as condições de trabalho e incrementou o êxodo rural. O incentivo à construção de grandes obras de produção de energia também contribuiu nesse processo.

A ampliação do MST em nível nacional teve como ponto de apoio fundamental a ação da CPT. Ao mesmo tempo em que a CPT apoiava as lutas localizadas de resistência, atuava como uma mensageira das experiências nos diferentes estados, socializando avanços e entraves da diversidade de estratégias experimentadas em situações separadas geograficamente. Segundo Fernandes (2000).

Desde 1979, quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre trabalhadores de quase todo o país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados (FERNANDES, 2000:75).

O aprendizado da luta do MST não se restringia, no entanto, às experiências vivenciadas no presente e ao processo de formação levado a cabo pela CPT. Segundo Fernandes (2000), foi realizado um esforço de sistematização para o conhecimento de experiências do passado, principalmente das décadas de 50 e 60. As experiências das Ligas Camponesas, do Master e da Ultab, são algumas das iniciativas históricas que inspiraram líderes ao longo do processo de construção do MST. A relação entre o MST e os sindicatos de trabalhadores rurais foi diferenciada em função das situações locais.

A necessidade de gerar energia em larga escala para alavancar e consolidar o modelo de desenvolvimento industrial preconizado pelo governo da época, culminou com a decisão de se construir grandes complexos hidroelétricos em calhas de importantes bacias hidrográficas de norte a sul do país. As três principais bacias hidrográficas nos anos 70 e 80 foram as do rio São Francisco, a bacia dos rios Paraná e Uruguai e bacia do Tocantins/Araguaia (GRZYBOWSKI, 1987). Pela urgência e entendimento, que tinham os governantes, sobre a importância dessas obras, o processo de desapropriação de grandes áreas foi acelerado.

A construção de grandes barragens para a produção de energia provocou o desaparecimento de vilas e povoados, separou grupos familiares e de vizinhança, ameaçou o equilíbrio de um elevado número de espécies animais e plantas e interferiu significativamente na paisagem regional, nas formas de sociabilidade e no imaginário da população local. O MAB, se constituiu a partir da luta de milhares de famílias afetadas por esse processo. Para manter-se na terra ou garantir a terra em outra região (terra por terra), preservar suas relações de vizinhança, garantir justa indenização de bens materiais e simbólicos construídos ao longo de suas vidas, era necessário um processo constantemente de mobilização. Comissões de negociações, formas de pressão variadas como a ocupação de espaços públicos e acampamentos prolongados em áreas das próprias companhias responsáveis pelas obras, foram se alternando como forma de resistência.

Nesse processo de evolução e consolidação do MAB de norte a sul, a mediação, tanto dos sindicatos como da Igreja, foi fundamental. Em determinados locais, a luta dos atingidos ajudou à constituição de sindicatos fortes e ao surgimento de lideranças sindicais atuantes. No estado do Pará, vários municípios atingidos pela hidroelétrica de Tucuruí, se articularam para enfrentar a situação. Alguns sindicatos incorporaram as lutas dos atingidos e atuavam de forma articulada, outros negligenciavam nos encaminhamentos que diziam respeito aos atingidos. Mas, independente dos sindicatos, os atingidos, chamados na região também de *expropriados*, participavam ativamente das comissões de negociação com a Eletronorte.

Neste processo de constante negociação e mobilização foram aos poucos surgindo lideranças. Assim como no caso dos seringueiros, a Igreja foi atuante em vários locais onde os atingidos estavam se organizando. Com o tempo, estas lideranças que surgiram no processo de negociação e que eram na maioria agricultores filiados ao sindicato, assumiram cargos no interior da organização sindical, forçando a modificação de seu comportamento. Para Guerra (2001), as lideranças mais expressivas do sindicalismo de trabalhadores rurais de alguns sindicatos do sudeste do Pará surgiram neste período.

Segundo Medeiros (1989), os movimentos organizados por diversas categorias de trabalhadores, não se restringiram aos marcos legais. Pelo contrário, a ação dos trabalhadores ultrapassou esses marcos e até mesmo adiantou-se aos próprios sindicatos. Esta ação além dos marcos legais e da representação, gerou “novos fatos políticos” no interior do próprio sindicalismo, que questionavam o modelo priorizado pelos sindicatos apoiados pela Confederação. Ainda segundo a autora, o conjunto de questionamentos surgidos a partir de novos fatos políticos, foi fundamental para o surgimento de “novos padrões de ação e luta sindical”.

Esterci (1991), após analisar as experiências de posseiros, seringueiros e dos sem terra, apontou quatro conclusões merecedoras de destaque e de reflexão, quais sejam: a presença dos sindicatos nas lutas por terra foi significativa; as lutas por terra foram constitutivas e renovadoras do movimento sindical; através de um certo tipo de prática foi possível romper os limites da estrutura sindical formal e, para os trabalhadores, os sindicatos representavam a lei e a ordem que se opunham ao ilegalismo e ao poder arbitrário dos patrões.

As autoras, cada uma à sua maneira, concordavam que a presença do sindicalismo foi marcante nos diferentes processos que desencadearam movimentos de resistência, de luta por direitos e de conquista da terra. A luta pela terra, portanto, assumiu uma dimensão central para a maioria dos movimentos no campo e, de uma maneira ou de outra, os sindicatos passaram, em maior ou menor intensidade

dependendo da região, a incluí-la na ordem do dia. Em algumas situações, experiências que iniciaram fora dos sindicatos passaram a ser apropriadas por estes. A partir de ângulos diferentes, as autoras concluíram que a luta pela terra, criou condições para o aparecimento de dinâmicas e processos com potenciais de transformação do próprio sindicalismo. Dessa forma, através “dos novos fatos políticos” (MEDEIROS, 1989) e “das práticas que rompiam estruturas” (ESTERCI, 1991), “novos padrões de ação e luta sindical” (MEDEIROS, 1989) se estabeleceram e modificaram a “estrutura formal sindical” (ESTERCI, 1991), na década que se avizinhava.

CAPÍTULO III OS SINDICATOS NA CENA POLÍTICA DO SUDESTE PARAENSE

A formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no sudeste paraense foi um processo complexo resultante da articulação de diferentes atores sociais, principalmente da ação de milhares de agricultores e posseiros, que organizaram lutas de resistência e pelo acesso à terra. Militantes políticos e de direitos humanos, organizações não governamentais (ONGs) com diferentes inspirações e principalmente a Igreja Católica tiveram um papel importante e decisivo nessa construção. As entidades de representação (associações, sindicatos e outras formas de organização) assumiram um lugar de destaque em função de sua importância no processo de construção e inserção dos agricultores como um ator político no cenário regional. Essas entidades se constituíram marcadas pelos complexos processos socioeconômicos regionais, mas estreitamente relacionados a macro-processos, que lhes atribuíram características próprias. Neste capítulo, traçamos em grandes linhas a ação desses atores sociais para consolidação de suas entidades de representação política, principalmente os sindicatos de trabalhadores rurais.

3.1 Das Comunidades Eclesiais de Base à Formação das Oposições Sindicais no Sudeste Paraense

Vimos anteriormente, que os sindicatos de trabalhadores rurais do sudeste paraense foram criados num momento particular da história nacional. Não bastasse o domínio político e econômico das oligarquias locais e a política econômica imposta pelo regime militar, associada a uma forte repressão aos direitos civis, conformou um quadro desfavorável à organização de segmentos da população, em especial os camponeses dessa região. Os primeiros sindicatos criados num clima de liberdade vigiada eram obrigados a implementar a política de assistência determinada pelo Estado. Havia uma certa ambigüidade na relação das famílias de agricultores com os sindicatos. Como responsável pela implementação de programas assistenciais, era valorizado pelas famílias pela possibilidade de acesso a alguns serviços. Como entidade de luta por direitos não tinha a mesma credibilidade. A organização em estruturas paralelas como associações, grupos de vendas, caixas agrícolas, sendo essas formais ou informais, foi uma das maneiras que os agricultores utilizaram para lutar por direitos antes de se apropriarem das entidades sindicais.

Nesse sentido, a articulação das oposições sindicais no meio rural teve um papel preponderante. A organização de oposições sindicais iniciou em fins dos anos 1970 e início dos 1980, seja nos espaços regionais seja em nível nacional. Alguns fatores foram determinantes para esse processo, dentre os quais enumeramos três: i) o processo de abertura política; ii) o crescente debate em torno do modelo de desenvolvimento herdado do período populista e do regime militar e seus impactos no meio rural e iii) a ação da Igreja Católica, por meio das CEBs, das pastorais sociais e da CPT.

Apesar de uma forte articulação em nível nacional, as oposições sindicais caminharam de forma diferenciada conforme as particularidades de cada região. Na região Sul do país, por exemplo, os STRs se articularam numa estrutura interestadual, criando a Articulação Sindical Sul, dinamizando um conjunto de lutas. A ação dessa articulação somada a outros eventos foi decisiva para a criação da CUT e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central (FAVARETO, 2001).

No Pará, particularmente, na região sudeste do estado, a luta dos posseiros apoiada pela Igreja Católica e outras agências de mediação, teve um papel determinante no surgimento e consolidação das oposições sindicais e na construção de um sindicalismo ativo e aguerrido. Grupos informais como as CEBs e formais como associações se articularam em torno de um intenso debate sobre os sindicatos, suas atribuições e sua forma de ação. Os espaços criados pela ação da Igreja Católica ampliaram esse debate. Os chamados *animadores de comunidades*⁷⁷ tiveram um papel importante e talvez possam ser considerados os precursores da formação das oposições sindicais no sudeste paraense. No primeiro número do informativo da PA-150, essa função dos *animadores* começou a se esboçar.

Nos dias 1 e 8 de junho, se realizará um encontro de animadores da PA-150. Esse tipo de encontro vai ser realizado pela primeira vez, desde o São Félix (distrito de Marabá) até o Km 180 da estrada (próximo a Goianésia). O encontro terá como lugar o Arraia (hoje Nova Jacundá). Contará com a participação de um representante de cada comunidade. Cada representante deverá trazer sua rede e qualquer coisa para ajudar na alimentação. Não esqueçam que esse encontro será muito importante, pois dará condições para que as comunidades fiquem mais ligadas entre si, e os representantes fiquem se conhecendo melhor, e comecem a compreender e sentir a caminhada dos outros, e a perceberem que não estão sozinhos, que a luta é de todos (Informativo da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980).

O boletim, assinado pela equipe pastoral, não fazia referência em nenhum momento aos STRs da região, apesar de abranger vários municípios que integravam a base da diocese de Marabá. No entanto, tinha uma página inteira sobre a Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, que havia sido fundada em fevereiro daquele ano (1980). O aviso do boletim informava que a Associação estava se firmando, “tratando de suas questões legais e jurídicas, para que de fato possa logo servir concretamente aos seus associados” (Informativo da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980: 5). Essa ausência dos STRs nas páginas do informativo *Grito da PA-150*⁷⁸, não significava a ausência de debate sobre os mesmos. Pelo contrário, a mensagem tinha uma forte conotação simbólica: tratava-se do não reconhecimento das diretorias dos STRs pelos agentes pastorais e pelos *animadores de comunidades*⁷⁹. Religiosos e agentes pastorais viam alguns STRs e suas lideranças com certa desconfiança, como mostrou o depoimento de um dos primeiros religiosos a trabalhar na criação de CEBs na região.

O sindicato, no começo, aparecia sempre como pelego. Então a gente tinha desconfiança dos sindicatos. O sindicato, toda vez que esses lavradores subiam, muitas vezes perdiam até o pique que tinha. Por isso, primeiro investimos no animador de comunidade, que era escolhido nas comunidades. Sendo assim eleito, se ele se vende, teria que tirar ele três meses depois. A gente tinha desconfiança do

⁷⁷ Animadores de comunidades eram agricultores escolhidos em suas comunidades que tinham como função auxiliar os trabalhos dos agentes de pastoral nas atividades desenvolvidas no âmbito da CEBs. Faziam parte dessas atividades a celebração de culto, a reflexão sobre os problemas da comunidade, organizar eventos da Igreja, zelar pela vida em comunidade, etc. Em geral, esses agricultores passavam por um processo de capacitação, organizado pelos agentes de pastoral e eram uma espécie de porta vozes da Igreja dentro da comunidade.

⁷⁸ O informativo da PA-150 era um instrumento de comunicação dos agentes pastorais que atuavam no entorno da estrada PA-150 que liga Belém a Conceição do Araguaia no sul do estado. A partir do número dois o informativo passou a se chamar *Grito da PA-150*.

⁷⁹ Muitos deles se tornaram lideranças sindicais posteriormente.

sindicato, porque me parece que não tinha ainda uma consciência, tinha uma consciência secundária. Ao nível da luta pela terra, da ocupação da terra, todo mundo compreendia, mas quando era a organização global, pouca gente tinha consciência... (Entrevista n° 21)⁸⁰.

Parte dos problemas dos STRs era atribuída à falta de lideranças sindicais “bem formadas politicamente”, o que levou a Igreja a investir na formação de novos líderes. Os religiosos depositavam na formação do *animador de comunidade* a esperança de uma nova geração de líderes com uma “consciência política” superior. Além disso, acreditava-se que sendo o líder indicado pelas próprias comunidades, facilitaria o processo de afastamento caso se desviasse da rota.

Além dos encontros de animadores de comunidades, a Igreja Católica realizava todos os anos uma grande reunião conhecida como *Assembléia do Povo de Deus*. Além dos *animadores de comunidades*, um grande número de famílias católicas integrantes das CEBs participava dessas *Assembléias*. Mais que os *Encontros de Animadores*, as *Assembléias* tinham um grande potencial de socialização das reflexões sobre temas como a resistência dos posseiros na terra, a luta contra o latifúndio, as ocupações de terra e os impactos das políticas do governo. Tanto nos *Encontros* quanto nas *Assembléias*, as lideranças rurais eram apresentadas para um conjunto de indivíduos que extrapolava seu grupo familiar, sua comunidade, seu município. À medida que essas lideranças dominavam os assuntos tratados nos *Encontros e Assembléias*, intervinham em nome de suas comunidades e assumiam responsabilidades coletivas, se legitimavam como porta vozes e representantes de grupos como a comunidade, a ocupação, a associação e a delegacia sindical. Essa legitimidade das lideranças, baseada nos princípios da Igreja Católica e construída nos espaços das CEBs, dos *Encontros* e das *Assembléias*, era transferida para as entidades onde eles atuavam.

Os temas discutidos nas *Assembléias* eram bem variados. A 4ª *Assembléia do Povo de Deus*, realizada em 1980, por exemplo, discutiu os seguintes temas: i) prática de celebração de cultos; ii) definição de temas para o boletim Grito da PA-150; iii) questões sindicais; iv) a prática do mutirão nas comunidades; v) cursos e círculos bíblicos; vi) encontros de conscientização; vii) saúde e; (viii) caixas comunitárias (O Grito da PA-150, Ano I, n° 7, novembro de 1980). Portanto, as imbricações entre dimensões religiosas, organizativas, comunitárias, econômicas e políticas, eram evidentes.

⁸⁰ Nascido no oeste da França, o entrevistado teve sua infância e educação muito ligada ao campo. Ainda jovem ingressou na congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, uma congregação que havia se especializado em suas ações no Pólo Norte, no Sri Lanca e África do Sul. Chegado o momento de escolher uma área para desenvolver atividades concretas, o entrevistado optou pelo Pólo Norte. Para sua surpresa, no entanto, foi enviado no início dos anos sessenta para o Uruguai. Lá permaneceu por oito anos e trabalhou com assalariados rurais de grandes fazendas produtoras de lã. Sua ação era direcionada para a catequese de jovens que habitavam esses *pueblos de ratas*, denominação pejorativa para identificar os povoados onde se concentravam os assalariados. Ainda no Uruguai, tomou contato com o método Paulo Freire. No final da década de sessenta, outros membros da congregação Oblatos de Maria Imaculada, convidaram-no a trabalhar na região sudeste do Pará. No começo dos anos setenta chegou a Marabá e se dedicou junto com outros padres e freiras ao trabalho de catequese nas comunidades. Sua experiência anterior com o método Paulo Freire e a experiência de resistência ao regime militar no Uruguai, ajudaram a iniciar as atividades de organização das CEBs. Desde então, o entrevistado reside na região. Atualmente é pároco no município de Novo Ipixuna.

A crítica à prática sindical, considerada assistencialista e distanciada da luta pela terra, era feita tanto em documentos produzidos pela equipes de pastorais quanto nesses tipos de encontros. O texto da convocatória deixava em evidência duas noções que foram, a meu ver, norteadoras das ações das oposições sindicais que tiveram o apoio da Igreja Católica: a solidariedade (*cada representante deverá trazer sua rede e qualquer coisa para ajudar na alimentação*); a unificação das lutas (*Não esqueçam que esse encontro será muito importante, pois dará condições para que as comunidades fiquem mais ligadas entre si, e os representantes fiquem se conhecendo melhor, e comecem a compreender e sentir a caminhada dos outros, e a perceberem que não estão sozinhos, que a luta é de todos*).

Como afirmou Bourdieu sobre o poder mágico das palavras: “Na política, nada é mais realista do que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar de outra é mudar a visão do mundo social e, com isso, contribuir para transformá-lo” (BOURDIEU, 2000:62). Nesse caso, o objetivo das palavras dos agentes de pastoral era “fazer ver” e “fazer crer” que existia um conjunto de problemas comuns a todas as comunidades e que a organização, “o agir”, era o caminho para a superação (BOURDIEU, 2000). Seguindo o mesmo raciocínio do autor, diríamos que a magia da palavra só foi eficaz porque existiam condições sociais propícias a transformações: a situação de opressão em que se encontravam os agricultores e posseiros.

Nesse sentido, o “investimento” feito pela Igreja na formação dos *animadores* tinha como objetivo o despertar de uma nova geração de líderes a partir das comunidades rurais. Independente da ação da Igreja, existia lideranças nas próprias comunidades que atuavam em defesa de seus próprios interesses e de suas comunidades. Entretanto, uma questão que se colocava era como passar da ação desses indivíduos atomizados para a ação de um grupo. Isto não poderia ser feito sem um processo de legitimação social e de delegação de poderes a indivíduos para representar o grupo. Como já vimos, no caso aqui tratado, um grupo podia ser a comunidade, a ocupação, a associação, a delegacia sindical e, posteriormente, o sindicato. O grupo era composto efetivamente por aquelas famílias e indivíduos em lutas concretas seja pela terra, construção de infra-estrutura, melhoria de preço dos produtos, etc. Os *Encontros de Animadores* e as *Assembléias do Povo de Deus*, se constituíam em espaços que serviram a esse propósito, intencionalmente ou não. Por meio desse processo de legitimação e de delegação de poderes, os *animadores de comunidades* passaram a representar os interesses de um grupo mais amplo e diversificado, os agricultores e os posseiros. Segundo Bourdieu, o ato de um indivíduo ou um grupo delegar poderes a outros para agir em seu nome era um ato complexo, um processo em que ocorria uma espécie de “transcendência social”, onde um conjunto de indivíduos (grupo) delegava poderes a uma pessoa para que falasse e tomasse decisões em nome deles (BOURDIEU, 1990).

A mensagem do boletim *O Grito da PA-150*, definia o *Encontro de Animadores* como um espaço capaz de criar as condições para que as comunidades ficassem mais *ligadas* e compreendessem que existia uma *caminhada* coletiva a ser trilhada. O estímulo à criação de Delegacias Sindicais a partir das discussões nas CEBs foi o sinal para se avançar na construção de uma oposição sindical. A prática do intercâmbio, incentivada pelos agentes de pastoral e bastante difundida nas CEBs, aproximou as oposições sindicais de municípios como São João do Araguaia, Marabá, Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia e Santarém, este mais a oeste do estado, reforçando a reflexão e contribuindo para uma dinâmica em nível estadual. A reflexão em torno da questão sindical levou esses novos líderes comunitários a uma decisão importante: deixar de “dar as costas” para as entidades sindicais e lutar para assumir o seu controle

político. Claro que isto não aconteceu como um passe de mágica. Um conjunto relativamente grande de eventos como reuniões nas CEBs, conversas nas paróquias, celebrações, conversa entre vizinhos e entre lideranças, festividades nas comunidades e tantos outros, contribuíram para se formar uma consciência dessa necessidade.

Mesmo criticados, os sindicatos ofereciam inúmeros atrativos aos filiados. Numa região de fronteira, com infra-estrutura básica deficiente, o acesso a serviço médico, hospitalar e aposentadorias, por exemplo, era um forte atrativo. Além disso, os sindicatos eram reconhecidos pelo Estado e pelas autoridades políticas locais. No entanto, esse reconhecimento não se convertia em benefícios para a diversidade das categorias existentes no campo. Sua ação se pautava dentro de limites legais e pelos limites políticos impostos pela oligarquia local que, ao fim e ao cabo, conflitava com os interesses dos camponeses, por exemplo. Um exemplo clássico dos conflitos de interesse era a questão da posse da terra, tratada em várias passagens desse texto. Mesmo identificando essas questões e criticando veementemente a ação sindical, a Igreja recomendava aos agricultores e posseiros que se filiassem aos sindicatos e os reconhecessem como entidades de representação. Mesmo sem a recomendação da Igreja as famílias já procuravam os sindicatos pela possibilidade de acesso a serviços.

Politicamente, essa decisão decorria do entendimento de que ficando fora dos sindicatos, as chances de influenciar suas ações eram mínimas. A legislação garantia o direito de funcionamento das entidades sindicais independentemente se elas atendiam ou não as necessidades de uns ou de outros grupos. Nesse sentido, entrar na estrutura era o primeiro passo para forçar mudanças. Essa orientação coincidia com a orientação das oposições sindicais em nível nacional que decidiu combater as práticas sindicais indesejáveis ocupando os espaços internos (cargos e funções), ou seja, mudar o perfil da atuação sindical por dentro de sua própria estrutura (MEDEIROS, 1989). Apesar de seguir uma dinâmica semelhante, cada sindicato trilhou seu próprio caminho em função das características dos atores sociais locais, das relações estabelecidas com o exterior e do jogo político que os envolviam.

A seguir, faremos uma breve descrição de como a oposição sindical, comandada em sua maioria por lideranças (porta vozes) dos agricultores e posseiros formados nos processos descritos anteriormente, foi se estruturando em diferentes municípios da região sudeste do Pará. Para um melhor entendimento, escolhemos quatro municípios da região, São João do Araguaia, Jacundá, Conceição do Araguaia e Marabá que, a nosso ver, sintetizavam diferentes situações de como mediadores contribuíram para a organização de um sindicalismo que fazia da luta pela terra sua principal motivação. Os casos não estão numa seqüência temporal bem definida, pois se trata apenas de ilustrar situações possíveis, que estão longe de esgotar o complexo universo local.

No caso de São João do Araguaia, quem assumiu o comando da oposição sindical foi uma liderança carismática, cuja formação politicamente se deu nos espaços das CEBs. A discussão central da oposição sindical nesse município, girava em torno das ocupações dos castanhais, que era uma área dominada por algumas famílias da chamada oligarquia dos castanhais (EMMI, 1999) e a onda de violência que se desencadeou contra posseiros e lideranças rurais, muitos deles *animadores de comunidades*. Município às margens do rio Araguaia e atravessado pela Transamazônica, São João do Araguaia⁸¹ era ponto de partida de muitas famílias em

⁸¹ Nesse município em 1985 ocorreu a chacina do Castanhal Ubá. Um grupo de famílias ocupou a fazenda Ubá de propriedade do Sr. José Edmundo Ortiz Virgulino em 1985. Entre os dias 13 e 18 de junho de 1985, um grupo de pistoleiros armados, liderado por Sebastião da Terezona (assassinado anos depois numa rebelião no presídio onde se encontrava preso), a mando da família Virgulino, assassinaram 8 pessoas, sendo uma adolescente e uma mulher grávida, numa seqüência de crueldade que ficou conhecido

direção às terras do polígono dos castanhais. Essas famílias haviam cruzado o Tocantins depois dos anos 1960 vindas de diferentes pontos do Nordeste e de Goiás. Esses últimos, já haviam percorrido caminhos a partir de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (HÉBETTE, 2004a). As ocupações eram realizadas por pequenos grupos compostos por familiares, vizinhos e conhecidos no processo de migração. Segundo Hébette (2004a), as famílias definiam inicialmente o tamanho dos lotes em função da disponibilidade de terras públicas e das necessidades futuras de suas famílias. Tempos depois passaram a adotar o padrão de 100 hectares definido pelo Incra. Um entrevistado, animador de comunidade da época, descreveu a situação da seguinte maneira:

O sindicato tava na mão de uma pessoa que logo se aliou a eles (se referindo aos chefes de repartições públicas), que não apoiava os trabalhadores. Aí começaram a surgir ocupações. Aí eu digo: eu já tenho esse trabalho de comunidade, de animador de comunidades. Pra eu trabalhar no sindicato, não vai dar certo. Eu vou ter que fazer uma coisa ou outra, porque eu não posso fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Então pra eu representar essa vila aqui, com essa área de colonização todinha, eu tenho que tirar um tempo pra dar assistência mesmo. Não dá pra eu ficar aqui fazendo as duas coisas. Aí eles (os padres) disseram: você vai pro sindicato e entra outra pessoa pra trabalhar na comunidade. Aí eu entrei na delegacia (sindical). Aí fomos pras lutas. E aí haja perseguição, haja perseguição. Aí eu morava lá no meu lote, ficava no lote, saía pra fazer viagem, Belém, Brasília, Marabá mesmo, lá no PIC. Mas sempre voltava pra lá (Entrevista n° 03).

Submissa aos funcionários do governo e aos fazendeiros, a direção do sindicato fechava os olhos para os conflitos envolvendo os posseiros. Não agindo, o sindicato tornava-se ponto de apoio para os latifundiários. A perseguição, da qual falava o entrevistado, era praticada de diferentes maneiras: pressão para comprar posses; soltar gado nos roçados; ameaça direta; apresentação de títulos falsos para pressionar a saída das famílias; envio de policiais e oficiais de justiça para expulsar posseiro; contratação de pistoleiros para matar posseiro (HÉBETTE, 2004b). A primeira forma de resistência foi à construção de solidariedades entre os próprios posseiros. A luta de resistência pela terra foi o fio condutor dessa construção, mas se mostrava frágil para enfrentar o peso do aparato privado do latifúndio que tinha a conivência do aparato do Estado. Nesse sentido, construir outros espaços de resistência se tornava imperioso.

Os diversos tipos de associações, que surgiram com o apoio da Igreja, se transformaram na principal ferramenta de solidariedade e luta. Organizados em associações, enfrentavam ameaças de pistoleiros e da polícia, buscavam o apoio de agências do governo e fora dele, como afirmou Hébette:

Todo o seu vigor residia na combatividade de seus membros e do espírito de decisão de seus líderes naturais; a união infundia aos camponeses a coragem de resistir. Uma vez associados, os posseiros não lutavam mais isolados; com os companheiros, defendiam suas posses, armas nas mãos se fosse necessário; com os companheiros e companheiras iam exigir da delegacia de polícia a libertação do sócio preso; juntos, dirigiam-se ao escritório do Incra para reivindicar seus direitos; unidos, iam expor seus problemas e reclamar justiça ao prefeito, ao governador (HÉBETTE, 2004b: 193).

na região como a chacina da Ubá. O mandante só foi julgado em 2006, condenado por 7 das 8 mortes e teve uma pena de 152 anos (19 anos por morte) com direito a recorrer da decisão judicial.

Essa situação perdurou até o começo da abertura política, quando o sindicato voltou a ser uma possibilidade concreta para a defesa dos interesses camponeses. As associações desempenharam um papel fundamental na luta de resistência dos posseiros, mas careciam de mecanismos de articulação que transcendesse o espaço local, coisa que era característico do sindicalismo pela sua própria natureza e funções. Apesar de seu caráter assistencialista, atrelamento às elites políticas locais e à tutela do Estado, os sindicatos ofereciam a possibilidade de ação mais ampla à medida que sua estrutura permitia a organização nos níveis local, municipal, estadual e nacional. Além disso, seu estatuto oficial o transformava no principal interlocutor com o Estado. O desafio era: como fazer para que essas vantagens favorecessem os agricultores e posseiros. O acúmulo de experiência das lideranças nas associações, nas CEBs e em outras formas de sociabilidade, foi fundamental na organização e dinamização da base sindical. A ampliação do número de delegacias sindicais, orientadas politicamente por essas lideranças, foi uma das estratégias mais eficazes de fortalecimento das oposições sindicais.

Como já vimos, no espaço das CEBs e em toda a dinâmica que girava em torno delas, os *animadores de comunidades* recebiam capacitação e formação política para lidar com dinâmica de grupos, fazer análise de conjuntura, articular as lições bíblicas com o cotidiano dos posseiros e estimular trabalhos cooperativos. O trabalho de *animador de comunidade* funcionava, portanto, como preparação metodológica e política para a ação das futuras lideranças sindicais. Era no espaço das CEBs que as lideranças rurais se apropriavam de um “corpus” de saberes (BOURDIEU, 2001) que lhes permitia atuar em outras esferas da sociedade para além de sua comunidade. Obviamente, nem todos os *animadores de comunidades* fizeram essa passagem para a atividade sindical, mas a maioria das lideranças sindicais teve nas CEBs seu espaço de formação.

Foram quase dez anos (1974 a 1984) de organização e de muitos enfrentamentos para que a oposição se fortalecesse a ponto de vencer a eleição sindical em São João do Araguaia. Esse processo de fortalecimento das oposições sindicais se desenvolvia paralelamente em outras regiões do estado e do país. Até aquele momento as delegacias sindicais seguiam o padrão das diretorias dos STRs, que estavam comandadas por pessoas que não se identificavam com os posseiros. O trabalho da oposição sindical consistia não só em ampliar o número de delegacias sindicais sob sua influência como reverter o processo de dominação existente nas delegacias sindicais já existentes. Dominação, conseguida por meio de diferentes tipos de relações sociais. Segundo o entrevistado:

Tinha delegacia, que o delegado era o delegado de polícia e o delegado sindical. Delegado de polícia aqui e delegado sindical. A gente batalhou, batalhou, mobilizou o povo até que conseguiu tirar ele. No Brejo Grande tinha outra delegacia [...] um fazendeiro é que era o delegado sindical. No São Domingos tinha outro delegado, era uma pessoa que não era fazendeiro, era trabalhador rural, mas desses que eram [...] comprado, exatamente, pelego. E assim, aí nós fizemos uma mobilização nas delegacias, em defesa da causa dos trabalhadores. Aí eu ia no Bom Jesus, ia lá no Abel Figueiredo, rodava pelo São Félix⁸²...(Entrevista n° 03).

⁸² As Delegacias Sindicais de Brejo Grande, São Domingos, Bom Jesus e Abel Figueiredo, citadas nesse trecho do depoimento do entrevistado n° 3 são atualmente municípios que foram desmembrados do território de São João do Araguaia.

O trabalho de organização das delegacias sindicais projetava as lideranças que ascendiam das CEBs, tornando-os candidatos potenciais para comandar a oposição sindical em nível do município e concorrer aos cargos de direção. Em alguns casos, essas lideranças se tornaram referências regionais, como foi o caso do próprio entrevistado. A primeira vez que uma chapa de oposição concorreu às eleições sindicais em São João do Araguaia foi em 1984. Por meio de mecanismos escusos e autoritários, aproveitando-se da falta de conhecimento de muitas lideranças dos regulamentos eleitorais, a diretoria não registrou a chapa de oposição, fato que se repetiu por duas vezes. Esse mecanismo foi utilizado pelas diretorias de outros sindicatos da região. Para conseguir registrar a chapa, a oposição teve que recorrer judicialmente junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT)⁸³.

[...] a DRT era quem homologava e era quem dava toda a palavra final na questão sindical. Nós tivemos que correr pra lá com advogado, bater em cima da DRT, até que a Zefinha conseguiu afastar ele. E convocou uma junta governativa, nós encaminhamos e demos o nome das pessoas que era pra compor a junta governativa. Que era um daqui, dois da Vila Santana. Era o Gino, o Domingos Pardini e o Adelson Mota. Eles compuseram a junta governativa, e eu tava na delegacia (sindical). Aí com 3 anos já de delegado, aí eles indicaram meu nome. Eles fizeram assim uma pesquisa, com todos os delegados. Aí o pessoal indicou meu nome pra direção do sindicato. Naquele tempo era uma coisa que poucas pessoas queria, que era muito perigoso. A pressão (era) muito grande. Morrendo trabalhador pra todo lado. Aí eu aceitei a luta, tava já metido na luta, aceitei. Aí o povo me elegeu. Tive que acompanhar mais de perto, aí a pressão aumentou mais... (Entrevista n° 03).

A DRT que historicamente contribuiu para controlar os STRs estava mudando de comando. Em 1984 alguns ventos do processo de redemocratização já faziam efeito no Pará e alguns espaços governamentais diminuía sua rigidez. A nova diretoria da DRT se mostrava mais aberta às questões dos posseiros. Essa “brecha” na DRT foi aproveitada pela oposição sindical para denunciar irregularidades das diretorias autoritárias e, em muitos casos, conseguir a intervenção nos STRs, com base na própria legislação que combatiam. Conseguida a intervenção, constituía-se uma junta governativa, quase sempre indicada pela oposição, e se convocava uma nova eleição. Esse mecanismo foi utilizado pela oposição sindical no município de São João do Araguaia, que chegou à direção do STRs em 1985.

No caso de Jacundá, quem liderou a oposição sindical, foi uma mulher, o que tornou o caso ainda mais singular. A mulher trabalhadora rural, muitas vezes, subjugada histórica e culturalmente no espaço privado, sempre foi discriminada nos espaços públicos. Na esfera sindical, era considerada dependente do marido e não tinha direito de se filiar ao sindicato; na esfera das instituições governamentais, não era reconhecida como interlocutora para tratar de assuntos relativos aos filiados do sindicato. Apesar disso, a mobilização dos agricultores do município de Jacundá, com o apoio das CEBs e da CPT, elegeu uma mulher para secretária do STR, ainda numa direção *pelega*. Influenciada politicamente pelas CEBs e pelo PT, essa liderança sindical dinamizou as ações do STR de Jacundá ao desempenhar suas funções com independência em relação aos órgãos do Estado e aos políticos locais. Essa atitude foi de extrema coragem numa

⁸³ O perfil de funcionamento da DRT mudou ao longo dos anos em função dos ocupantes da pasta. De uma postura inicial atrelado aos ditames da lei de segurança nacional e observação da legislação sindical, passou a uma postura mais aberta ao diálogo com os segmentos dos trabalhadores. No período da eleição do STR de São João, ocupava a pasta uma gestora com esse perfil.

região onde a tensão dominava os espaços públicos e privados. A filiação ao PT aproximou a liderança do sindicalismo cutista. Dessa forma, a CUT começou a agir no município sem ter ocupado postos na direção dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Na eleição seguinte (1985), essa liderança foi eleita presidente do STR de Jacundá e os problemas se agravaram. A primeira resistência foi do grupo de sindicalistas remanescente da direção anterior; em seguida dos órgãos do governo com os quais a presidência do STR devia tratar na condição de representante legal dos agricultores e dos fazendeiros, que a consideravam uma ameaça em função de sua ligação com a Igreja. Nas palavras da própria sindicalista essas resistências se manifestaram de diferentes maneiras e em diferentes esferas:

Resistência entre os sindicalistas [...] dia dezenove de janeiro de 1985 aí nós fizemos a Assembléia que a DRT autorizou. Aí eu comecei a assumir de fato o sindicato como presidente, aí veio que veio chumbo grosso. Por que alguns deles [...] que era um grupo minoritário, mas tinha os dele (do ex-presidente), não aceitaram ficar no sindicato, eu sendo presidente [...] diziam que não iam ficar em um lugar que mulher mandava.

Resistência dos gestores públicos [...] com o Funrural, na época era Funrural [...] por que todas as aposentadorias que eu mandava, endossada, mais de uma vez eles diziam que não. E das outras vezes (antes da sindicalista assumir a presidência), eles entregavam diretamente para o presidente, pro presidente fazer outra. E agora que tinha de ser eu mesma? E não tinha outro. Aí, eu tive que fazer uma confusão muito grande com o tenente Rui (responsável pelo Funrural) na época, para ele aceitar. Quando ele viu que não tinha jeito, ele começou a aceitar por que eu falei que eu ia denunciar ele, se ele rejeitasse mais aposentadorias.

O Getat não queria atender nenhum trabalhador que fosse acompanhado por mim, que dizia que não me reconhecia como representante dos trabalhadores e o que eles respeitavam era só senhor Antônio (presidente), só aceitavam audiência com a presença dele [...] eles diziam que não aceitavam por que eu era mulher, que mulher não podia ser sindicalista, que ela só era dependente do homem e que ela não podia assumir cargo.

Resistência dos políticos [...] Na época, o próprio Guilherme Mulato, que era o prefeito, não conseguia aceitar que eu fosse presidente (do STR). Coisas que às vezes eu precisava encaminhar, ou alguma pendência que dependia da palavra lá da prefeitura ou de qualquer outra forma de atendimento, ele não queria de jeito nenhum me aceitar.

Resistência dos fazendeiros [...] muitas vezes eu fui ameaçada de morte, muitas vezes eu ia pra audiência do Incra e os fazendeiros vinham todos armados. O fazendeiro às vezes levantava a camiseta e mostrava assim, na cintura dele, dizia que era o que tinha pra mim, o que sindicalista tem aqui é isso aqui, e mostrava assim, o cabo do revólver na cintura, na frente do Incra, muitas vezes (Entrevista nº 18)⁸⁴.

⁸⁴ Nascida em Barra do Corda, no Maranhão, veio para a região sudeste do Pará no final de 1980. Filha de agricultores, entrou para o convento das Franciscanas Capuchinhas com a intenção de ser freira e ajudar os pobres do campo. Apesar de gostar do ensino religioso, pretendia uma ação mais ligada à vida do povo, o que a fez deixar o convento e se aproximar das pastorais que atuavam nas CEBs. Chegando na região de Marabá, se identificou logo com o trabalho desenvolvido pelo Pe. Paulo, Pe. Humberto e a Irmã Dorothy Stang (assassinada em 2005). O município de Jacundá, onde fixou moradia, era uma das regiões de conflitos fundiários muito intensos. O trabalho nas CEBs, sua coragem no enfrentamento dos conflitos existentes, sua ação educativa no campo sindical, e sua condição de filha de agricultor, a transformaram

Os obstáculos enfrentados pela liderança de Jacundá não eram apenas pelo fato de ser mulher, apesar de que essa condição agravava a situação, mas devido ao que representava politicamente a ascensão de lideranças ligadas às CEBs, à Igreja e aos posseiros. As intimidações e as dificuldades burocráticas tinham um objetivo claro: impedir que os STRs ou qualquer outra forma organizativa fortalecessem o processo de ocupação das áreas de castanhais e das fazendas, iniciado há anos pelos posseiros. Enquanto os STRs tivessem uma atuação dentro dos marcos legais estabelecidos, sem se aventurar nas lutas concretas dos agricultores e dos posseiros, não representavam uma ameaça à forma autoritária e tendenciosa como o Estado tratava o processo de apropriação dos recursos naturais da região, principalmente, a terra. Nesse período, havia uma clara orientação do Estado no sentido de favorecer os grandes empreendimentos capitalistas. Os incentivos fiscais, a distribuição e legalização de terras e o estímulo à implantação da pecuária extensiva, como vimos anteriormente, não beneficiavam todos os que foram atraídos para a região pela propaganda governamental. Dificultando a ação das lideranças e STRs em ascensão, o Estado e os fazendeiros tentavam retirar sua legitimidade e representação.

Mais ao sul de Marabá, em Conceição do Araguaia, os posseiros começaram a organizar a oposição no final da década de 1970. O STR de Conceição do Araguaia foi criado em 1971 com 213 associados. Em 1972 contava com 900 filiados. De 1975 a 1985, esteve sob intervenção militar, tendo em sua direção um ex-sargento da Aeronáutica, por nome Bertoldo Siqueira Lira (PEREIRA, 2004a). Segundo Pereira:

Em 1979, com o apoio da CPT, foi iniciada a organização da oposição sindical em Conceição do Araguaia. Em uma das primeiras reuniões para esse intento, foi feito um levantamento das áreas de conflitos e de tensão social. Foram realizados diversos encontros e reuniões de capacitação de posseiros para esse fim [...] Uma das estratégias da CPT era a criação de delegacias sindicais em povoados e vilas localizadas nas zonas críticas de conflitos, nada fácil para um órgão controlado pelas forças de poder em desfavor das lutas pela terra. Uma outra estratégia era o “trabalho de base”, realizado diretamente nas comunidades, com o objetivo de convencer os trabalhadores acerca da importância do sindicato e seu controle. Este trabalho ia desde cursos bíblicos e legislação agrária a batizados e casamentos (PEREIRA, 2004a:91).

Nesse período, os conflitos pela posse da terra⁸⁵ pipocavam em todos os quadrantes do município. O trabalho de base foi feito pelos agentes de pastoral nas comunidades e a ampliação do número de delegacias sindicais sob controle de lideranças rurais orientadas pela CPT. A oposição sindical foi se constituindo à medida que esse trabalho avançava. Antes de completar um ano de organização da oposição sindical, ocorreu o primeiro golpe. Em maio de 1980, a principal liderança da oposição sindical, Raimundo Ferreira Lima, conhecido entre os agricultores como “Gringo”, foi assassinado quando retornava do Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), em São Paulo, onde representou a região. Gringo era candidato a presidente do STR na chapa de oposição. O boletim da equipe pastoral da PA-150 estampava em suas folhas o

numa liderança entre as comunidades rurais. Em 1984, a entrevistada se associou ao STR de Jacundá e concorreu na chapa para eleição do sindicato. Foi eleita secretária do STR e um ano depois, devido ao afastamento do presidente, se tornou a primeira mulher a assumir a presidência de um STR no estado do Pará. Após anos de militância sindical, entrou para a militância partidária elegendo-se vereadora em Jacundá.

⁸⁵ Sobre os vários significados do termo luta pela terra, ver Esterici (1987).

luto manifesto pela morte da liderança: *Companheiro Gringo teu martírio reforça nossa luta e esperança*. A violência contra os posseiros e a eliminação seletiva de lideranças rurais começou a se tornar uma prática corriqueira em toda a região do Bico do Papagaio.

O país vivia o momento da transição e o risco de uma ação militar pairava sempre no ar. Nesse contexto, o ENOS juntou trabalhadores do campo e da cidade com o objetivo explícito de unificar lutas, trocar experiências e discutir formas de aumentar a autonomia dos sindicatos (GIANNOTTI & NETO, 1991). A experiência da resistência dos posseiros e da luta contra o latifúndio na região sul e sudeste do Pará foi levada para os espaços nacionais. Em contra-partida, a experiência da luta sindical dos trabalhadores urbanos, acumulada nas greves do ABC paulista foi absorvida pelas lideranças sindicais regionais.

Em julho de 1980, já com uma nova liderança na cabeça da chapa de oposição, realizou-se a eleição. Devido a um conjunto de irregularidades praticadas pela diretoria, na tentativa de impedir a eleição da chapa de oposição, a eleição foi anulada. Quase um ano depois, em maio de 1981, finalmente a eleição foi realizada e a oposição pôde apresentar seu candidato à direção do STR. Segundo Pereira (2004a):

Nessas eleições, o Getat havia colocado a sua máquina administrativa a favor da chapa 1. Tratores limpavam estradas vicinais e caminhões transportaram eleitores. Pequenos comerciantes, pedreiros, garimpeiros e motoristas sindicalizados pela chapa 1 também votaram. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, realizou em diversas regiões conflituosas como Mata Geral, Rio Maria, Xinguara e Floresta do Araguaia, comícios prometendo títulos de terras e carteiras de garimpeiros para exploração de ouro em Serra Pelada para quem votasse na chapa 1. No dia da eleição, em um helicóptero do exército, percorreu todos os lugares onde existiam urnas de votação, pedindo voto para Bertoldo. As paredes da catedral de Conceição do Araguaia amanheceram revestidas de panfletos acusando a Igreja, a CPT, o Gringo e sua viúva de terroristas, subversivos e de pregarem a luta armada, além de acusações de aspecto moral. A chapa 1 saiu vitoriosa com 1.032 votos contra 684. Bertoldo só deixou a presidência da entidade, em 1985, após o enfraquecimento do aparato que o sustentava, quando finalmente a oposição composta por lideranças de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tendo à frente Felipe Alves Macedo, o Filipinho, venceu a eleição (PEREIRA, 2004a:92).

O aparato físico e ideológico do Estado era colocado a serviço dos interesses de um segmento da sociedade, os latifundiários. As estratégias de desenvolvimento do Estado não incluíam a pequena propriedade como opção viável de sustentação econômica. Os grandes projetos do setor mineral e agropecuário conformavam a linha mestra da ação estatal. A criação dos Pólos Agro-minerais e Agropecuários era para o governo federal uma maneira de manter a taxa de crescimento econômico elevada mediante a produção de bens de capitais. Portanto, os investimentos do Estado se voltavam para projetos com potencial de produção em larga escala de produtos exportáveis e retorno financeiro rápido (MONTEIRO, 2005).

Nesse contexto, a crescente mobilização dos posseiros no sentido de assumir a direção política das entidades de representação associada ao fortalecimento da luta pela terra, soava de forma incômoda para o regime. Alguns dos melhores quadros da repressão haviam sido deslocados para essa região com o objetivo de controlar o avanço desse processo organizativo. As lideranças sindicais, religiosas, políticas e as entidades que se contrapunham a esse processo eram criminalizadas e demonizadas, conforme visto no caso da eleição sindical em Conceição do Araguaia. A situação era tão tensa que uma eleição sindical, como visto na descrição de Pereira (2004a), transformava-se

em “campo de batalha”, onde o aparato militar e de inteligência era acionado imediatamente.

No caso de Marabá, apesar de centro político regional e um dos municípios mais antigos da região, a presença ostensiva do regime militar e o domínio da oligarquia local haviam retardado uma organização formal dos agricultores e posseiros (PETIT, 2003). O município centralizava as agências governamentais que atuavam na região, tanto estas com objetivo de implementar as várias políticas do governo quanto aquelas que tinham o objetivo de vigiar os cidadãos. Até mesmo a fundação do STR foi dificultada durante anos. Além do peso da repressão do Estado, da oligarquia política local e dos fazendeiros, a Fetagri⁸⁶, entidade de representação estadual, não demonstrava interesse em criar o sindicato no município. Esse desinteresse da Federação foi registrado pelo *Grito da PA-150* da seguinte maneira:

Desde janeiro de 1979 que apenas uma delegacia sindical provisória reconhecida pela federação, Fetagri, vinha representando os lavradores e/ou trabalhadores do município. Agora os lavradores dizem que: como a Federação é pelega e não queria reconhecer nosso sindicato, nós conseguimos assim mesmo, agora nós podemos enfrentar melhor nossos inimigos que é o Getat, os grileiros, a polícia, o juiz e o IBDF (O GRITO da PA-150, Ano I, nº 8, dezembro de 1980).

O STR foi criado à revelia da vontade da Fetagri. O momento de criação do STR era muito tenso devido às inúmeras ocupações de terra pelos posseiros. Uma marcou especialmente esse período: a ocupação do castanhal Pau-Seco/Cametaú descrito por Hébette (2004c). Como na maioria dos casos da região, foram os posseiros envolvidos no conflito do Castanhal Pau-Seco/Cametaú, que forçaram a criação do STR de Marabá. A eleição reuniu 400 agricultores de várias localidades em clima tenso. A pressão do regime militar e da oligarquia local ainda era tão forte que o local escolhido para a Assembléia foi o distrito de Morada Nova a 12 km da cidade de Marabá, onde, após a sua fundação, permaneceu como sede por algum tempo.

O apoio da Igreja e de militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)⁸⁷, foi fundamental para garantir a eleição da primeira diretoria do STR de Marabá. Uma liderança dos posseiros de Pau-Seco/Cametaú assumiu a direção do sindicato. O grande desafio era resistir à pressão que a oligarquia regional exercia sobre o STR. Até meados da década de 1980, o STR de Marabá resistiu a essa pressão e manteve-se ligado politicamente ao núcleo do MR-8, mesmo tendo um de seus militantes, Adelina Braglia, assumido vice-prefeitura de um governo municipal conservador. Em meados da década de 1980, as forças políticas conservadoras do município assumiram o controle da entidade e a dominaram por mais de uma década. Segundo Leroy (2000), esse domínio foi facilitado pelo desentendimento interno do sindicalismo combativo, como confirmou o depoimento abaixo:

[...] em 85 concorremos à eleição. Perdemos, tomaram na marra [...] A eleição não deu quorum, assim que eles tomaram da gente. Aí em 88 tornamos a embarcar em outra eleição. Perdemos de novo por que a oposição tinha duas chapas, uma do

⁸⁶ Nessa data, ainda com um perfil conservador e atuando basicamente na assistência médica, hospitalar e aposentadorias.

⁸⁷ Entre os militantes desse pequeno núcleo do MR-8 destacava-se a atuação do advogado Gabriel Pimenta que foi assassinado poucos meses depois da criação do STR e do sucesso da ocupação do castanhal Pau-Seco/Cametaú e da professora Adelina Braglia, responsável pelo Projeto Rondon em Marabá (HÉBETTE, 2004c).

Luís Carlos e a outra do Gatão⁸⁸. E eu estava do lado do Gatão. Já tinha o racha, desde 86 que tinha o racha [...] aqui já tinha dois lados. Tinha o lado ligado ao Gatão, Solino e Raimundinho era o PRC (Partido Revolucionário Comunista) [...] e tinha o que chamava, naquela época, a turma do Ganzer. Então, já tinha um racha aqui em Marabá. E eu participei de outra época, e eu era desse outro grupo. E em 88 nós perdemos, aí todos largaram de mão. E eu achei que não tinha que largar tinha que encarar. (Entrevista nº 11)⁸⁹.

As manobras eleitorais apoiadas pelas forças políticas conservadoras aliadas à disputa interna da esquerda, levaram a oposição sindical a sucessivos fracassos. O que foi descrito apenas como “falta de quorum” pelo sindicalista foi antes o resultado da manipulação das informações pela diretoria, mecanismo exaustivamente utilizado no período autoritário. Segundo sindicalistas desse período, as listas de filiados com direito a voto eram elaboradas pela diretoria quase sempre à revelia dos estatutos e por meio de critérios duvidosos. Mediante esse mecanismo se mantinha o controle político da entidade pelas oligarquias.

Meios violentos também foram usados para barrar o processo organizativo dos posseiros, dificultando a ascensão da oposição sindical. O que estava em jogo não era simplesmente o controle político das entidades sindicais, mas principalmente o potencial que essas entidades representavam num ambiente de democratização e fortalecimento da sociedade civil organizada. Os posseiros fortalecidos pela ação da Igreja e de outras entidades de apoio buscavam cada vez mais o espaço das organizações formais como mecanismo de reconhecimento político, afirmação de suas demandas, acesso a recursos das políticas públicas.

Os grupos de esquerda que atuavam no apoio às entidades sindicais rurais, no entanto, não comungavam os mesmos procedimentos e propostas. Havia uma disputa entre as tendências internas do PT em torno do poder de orientar politicamente as entidades sindicais. As lideranças sindicais entravam nessa disputa, aderindo a uma ou outra corrente, enfraquecendo a capacidade de ação da oposição sindical. Nesse caso, ficar do lado da “turma do Ganzer”, como vimos no depoimento anterior, significava uma filiação ao campo majoritário do PT, a tendência Articulação. Ao contrário, a proximidade com a “turma do Gatão”, representava uma filiação mais à esquerda dentro do PT, nesse caso ao PRC. Se considerarmos que o embate e a defesa de posições fazem

⁸⁸ Liderança sindical, quadro do PRC, deslocado de Oeiras do Pará para apoiar o sindicalismo de trabalhadores rurais da região de Marabá. Na década de 1990, tornou-se presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

⁸⁹ Nasceu em Grajaú, no Maranhão. Filho de agricultor, começou trabalhos de dirigente de comunidades católicas em 1976, no município de Grajaú. Em 1979 foi eleito delegado sindical de sua comunidade em Grajaú, vindo a ser posteriormente da diretoria do STR. Envolveu-se na luta pela terra através da Igreja Católica que atuava no município de Grajaú. Migrou para a região de Marabá em 1983. Trouxe consigo uma carta de recomendação do sindicato de Grajaú, o que lhe permitiu se integrar imediatamente na vida sindical em Marabá. Sua migração, assim como a de muitos, foi motivada pela esperança de conseguir uma terra. Chegando em Marabá logo se integrou a um processo de ocupação de uma área da Companhia Industrial Brasileira (CIB), onde se tornou delegado sindical e mentor da ocupação. Por duas gestões foi secretário do STR de Marabá, de 1989 a 1994. Em 1994 foi eleito presidente do STR, quando a oposição sindical assumiu a direção. Em 1996 saiu do STR de Marabá para presidir a FATA. Foi diretor da Fetagri Regional sudeste na segunda gestão (1998 – 2000). Em 2000, em função de divergências internas, deixa a Fetagri Regional Sudeste, se desfilia do PT, e se integra a Central de Associação de Marabá. Em 2003, já bastante integrado ao movimento das Centrais de Associações, se elegeu presidente da Federação de Associações do Estado do Pará – FECAP. Em 2005 se integra a discussão das Federações de Agricultores Familiares – Fetraf, passando a ser o elo local com a discussão em nível nacional. Em 2006, a FECAP é extinta para dar lugar a Fetraf-Pará, tendo o entrevistado como articulador estadual.

parte do aprendizado do fazer política, muitos dirigentes foram iniciados nas regras de funcionamento do campo da representação política, ou seja, começaram a ter domínio prático da lógica do campo (BOURDIEU, 2001), por meio desses embates.

Se por um lado, as disputas de posições politizavam a discussão sindical, por outro, impediam uma estratégia unificada e numericamente capaz de derrotar as forças conservadoras que atuavam no interior do STR. Para que a oposição sindical conseguisse vencer as eleições, foi preciso uma rearticulação de todos os setores da esquerda. Um assessor que vivenciou aquele momento descreveu-o da seguinte maneira:

[...] eu diria que foi assim uma operação, operação de guerra. Foi um negócio dos mais bonito que eu já vi ser feito naquela região. Primeiro que a gente conseguiu envolver todo mundo. Não tinha qualquer divergência [...] A meta era conquistar o sindicato [...] Então, naquele momento, eu não me lembro bem, mas acho que era o último sindicato na mão da direita e era um símbolo, porque os Mutran mandava. Os Mutran ficavam dentro do sindicato. Tinha dentista [...] Vavá Mutran, o Guido, não sei o que, não sei o que, Júnior, os caras tavam lá direto [...] Tinha uns bate-paus deles que não saíam de lá de dentro. Eram donos do sindicato [...] O PT estava fortalecido, já tinha uma articulação regional, já tinha a FATA, já tinha o CAT, o Cepasp estava forte, tinha o CNS e a Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (Coocat) estava no auge, com estrutura, carro... E nós fizemos um trabalho assim de mobilização, de articulação. Primeiro um trabalho de articulação dos comandos, das entidades, da universidade, dos centros de apoio, igreja. Foi criado um comitê, assim bastante tempo antes da eleição. Teve uma reunião que ...deveria ter sido filmada aquela reunião. Foi uma reunião assim inesquecível. Foi um negócio assim muito forte, político e emocionalmente. As pessoas rasgavam as agendas na mesa e diziam: “Ninguém vai fazer mais p. nenhuma. A meta é o sindicato...” e tiramos um calendário pesado. A meta era 100%. Todas comunidades tinham que ser visitadas, grandes grupos e pequenos. Aí fizemos um calendário de carro, de gente, de técnico. Parou tudo praticamente. E foi uma disputa muito legal que por dentro teve todo um processo de preparação de lideranças, de formação, de articulação política. Tinha o comitê de boatos, era um negócio assim bem, bem pensado, era uma disputa muita bem feita, bem, sei lá, bem produtivo o negócio [...] Acho que foi o grande elemento já lá atrás que ajudou a deflagrar este processo mais articulado que um pouco mais prá frente deu na Fetagri, deu na criação do FERA (Fórum de Entidades pela Reforma Agrária), deu assim nos 4 anos de trabalho altamente intensivo e bem articulado. (Entrevista nº 16)⁹⁰.

⁹⁰ Nasceu em Barbacena, Minas Gerais, e veio para a região em 1985. Em Barbacena, João foi militar da aeronáutica por 4 anos. Durante esse período ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores na cidade. Como sua promoção para sargento da aeronáutica estava demorando, o entrevistado resolveu dar baixa e se mudou para o Pará. Sua primeira estadia foi em Belém, onde trabalhou como cobrador de ônibus e vendedor ambulante nas praias. Após um ano foi tentar a sorte no garimpo, permanecendo alguns meses em Itaituba. Com dinheiro conseguido no garimpo montou um bar numa praia próxima a Belém. O entrevistado nutria uma curiosidade pelos indígenas amazônicos o que o levou a fazer um concurso para a Funai, em 1985, no qual foi aprovado para trabalhar no posto de Altamira. No mesmo ano conseguiu transferência para trabalhar na Funai de Marabá. Durante três anos rodou toda a região em atividades de campo da Funai. Essa andança lhe rendeu um profundo conhecimento da região. Aproximou-se do PT, e ajudou a fundar o partido em vários municípios. Em 1989 foi convidado pela FASE/Belém para fazer um diagnóstico da situação da região. O diagnóstico tinha como objetivo avaliar as condições para inserção da FASE na região. Coursou a faculdade de pedagogia no Campus da UFPA em Marabá e em 1990 foi contratado para compor a equipe da FASE-Marabá. Desde então trabalhou na assessoria ao MSTR da região através de diferentes projetos da FASE.

A família Mutran defendia interesses de um grupo mais amplo de fazendeiros que tinham uma trajetória similar em relação à forma de apropriação de grandes porções de terra. A luta não era apenas contra a família Mutran, mas o que essa família representava: acesso ilegal de terras, muitas vezes com a conivência dos aparelhos do Estado; uso da violência privada no trato com os posseiros; trabalho escravo; uso da estrutura pública em benefício de poucos; ingerência na aplicação de recursos públicos; influência nos poderes executivos (prefeituras), legislativos (câmara de vereadores) e judiciário (juízes e magistrados), dentre outros aspectos.

A oposição ao STR de Marabá unificou por algum tempo as correntes de esquerda que apoiavam o sindicalismo de trabalhadores rurais da região. *Rasgar as agendas*, articular as competências e abrir mão dos interesses de cada grupo redefiniu também a forma de atuação política dos grupos. O fortalecimento das entidades sindicais era também um meio de fortalecer os grupos de esquerda que estavam alijados do poder político local. A união dessas correntes era uma forma de mudar o equilíbrio do jogo político na sociedade local. Com a eleição da oposição sindical em Marabá, fechou-se um ciclo de mobilizações que colocou entidades sindicais definitivamente na arena política regional.

3.2 Os novos Rumos do Sindicalismo no Estado.

A grande mobilização das oposições sindicais nos municípios se transformou, no final da década de 80, numa oposição sindical estadual. A experiência acumulada pelos STRs que faziam oposição à direção estadual desde o fim dos anos 70 foi também o pilar de criação da Secretaria Rural da CUT no Pará, logo após o I Congresso Nacional da central. Um ano após sua criação, a Secretaria Rural da CUT no Pará já comandava a oposição sindical em nível estadual. As lideranças sindicais rurais de Santarém, de Conceição do Araguaia, do sudeste paraense e de alguns municípios no entorno de Belém deram o tom na consolidação da Secretaria Rural da CUT. Nesse sentido, reforçar os STRs que já faziam oposição e “ganhar” o maior número possível, era fundamental para “tomar” a Federação e implementar uma nova concepção de sindicalismo baseado nos princípios da CUT, que resumidamente eram: sindicalismo livre da interferência do Estado, classista e de base; autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; democracia interna nas instâncias da Central; internacionalismo sem alinhamento e socialismo como objetivo final da luta sindical (GIANNOTTI & NETO, 1991).

A contribuição dos sindicalistas do Pará no processo de criação da CUT foi importante, em especial as lideranças sindicais de Santarém. A oposição sindical de Santarém se organizou em torno de uma articulação que ficou conhecida como *Corrente Sindical dos Lavadores Unidos*, lançada publicamente em 1979 por um grupo de sindicalistas de várias delegacias sindicais (LEROY, 1991). Segundo Hébette (2004b), as lideranças desse movimento viajaram pelo Brasil afora socializando suas experiências de luta e buscando informações sobre a ação sindical nas outras regiões. Internamente, a *Corrente* socializava o debate sobre o movimento sindical, utilizando-se de um boletim informativo denominado *Lamparina*⁹¹, que se tornou também o símbolo da oposição sindical em Santarém (HÉBETTE, 2004b; LEROY, 1991:91).

À simbologia da luz representada pela *Lamparina* juntava-se um lema de efeito, *Nossa Força é Nossa União* e um hino para ser entoado nos momentos de socialização,

⁹¹ Utensílio doméstico confeccionado em metal e um pavio de algodão, alimentado por querosene ou óleo diesel, utilizado freqüentemente no Nordeste brasileiro para iluminar o interior das residências.

que falava da importância da terra, da união, da esperança, do bem vencendo o mal e do movimento como fruto do trabalho de todos (LEROY, 1991). No encontro de lançamento da oposição sindical santarena, foram tomadas as seguintes decisões:

Lutar por um sindicato que seja nosso; sem perigo de ser dominado pelas autoridades, e sem influência dos pelegos; um sindicato livre;

Aumentar a presença nas assembleias do sindicato;

Não aceitar os projetos da direita que não são de necessidade para os lavradores;

Tirar da cabeça as idéias usadas, que mandam o povo sofrer com paciência dizendo que é assim que Deus quer;

Alertar as comunidades para que não aceitem o sofrimento da opressão, porque ele rebaixa a dignidade dos lavradores;

Fazer todo esforço para defender os direitos de todos os lavradores, conscientes de que esta é uma luta que pertence a cada um;

Estar sempre junto e apoiar os companheiros ameaçados de perder a terra onde trabalham, contra os grandes que querem tomá-las;

Visitar outras comunidades para levar um melhor conhecimento da realidade e chamar mais gente para participar da nossa luta;

Reforçar a organização dos grupos de revenda, grupos de mães, grupos de jovens, delegacias sindicais e outros, não aceitando a participação de quem não é lavrador (LEROY, 1991: ; citando um extrato do *Lamparina* nº 4, ago. 1979).

As decisões tomadas pela *Corrente* orientaram as oposições sindicais em outras regiões do estado, como vimos no segmento anterior. Sindicatos autônomos, livres das influências de autoridades e pelegos, criação de delegacias sindicais como espaço de articulação e acúmulo de forças, maior participação na vida dos STRs e o trabalho de formação foram elementos encontrados mais tarde na oposição sindical do sudeste paraense. Esses STRs tentaram se contrapor à direção da Federação nas eleições de 1981 e 1984, tendo obtido sete e quinze votos respectivamente nas duas eleições. Nesse período, a eleição sindical era colegiada, ou seja, só as diretorias executivas através dos delegados representantes tinham direito a voto. Após essas tentativas, a retomada da oposição sindical aconteceu com a criação da Secretaria Rural da CUT em 1984.

Em janeiro de 1986, em Abaetetuba, cidade localizada nas proximidades de Belém, os STRs filiados ou simpáticos à CUT decidiram como prioridade para aquele ano “a luta pela conquista da Fetagri” (CUT, 1986a). Nesse mesmo ano realizou-se o segundo Congresso Nacional da CUT. As resoluções e textos do segundo Congresso teciam críticas à Nova República e desqualificavam o PNRA. Para a CUT, que propunha uma reforma agrária socialista o PNRA não passava de um pacto social no campo⁹². O segundo Congresso da CUT abriu o debate sobre novas formas organizativas que atendessem à diversidade de situações relatadas pelas experiências trazidas pelas diferentes regiões. A contribuição das oposições sindicais de todas as regiões foi fundamental para esse debate.

No plano estadual, a conquista da Fetagri se constituía num importante passo para o avanço do pensamento cutista no contexto da organização sindical rural paraense. Em documentos da época, a CUT, sugeria um formato de organização sindical onde a central articulava horizontalmente (entre categorias), e os sindicatos verticalmente (de cima para baixo e de baixo para cima) no interior das categorias (CUT, 1986b). No caso do Pará, a proposta ia além. Segundo a Secretaria Estadual da CUT, a Fetagri deveria se tornar uma instância de articulação vertical da CUT no estado, ou seja, um “Departamento”, cuja finalidade maior seria “desenvolver as atividades da CUT por

⁹² Com uma postura diferente, a Contag apoiava o PNRA (FAVARETO, 2001).

ramos de atividade”, “organizar os trabalhadores por ramos de atividade” para conquista dos sindicatos e “desenvolver e fortalecer a consciência de classe” (CUT, 1986b: 6). Esse nível de debate estava articulado diretamente com a Executiva Nacional, por intermediação do seu vice-presidente, Avelino Ganzer, sindicalista do Pará.

Durante todo o ano de 1986, sob a coordenação da Secretaria Rural da CUT-PA, as lideranças sindicais realizaram vários seminários e encontros para organizar e fortalecer a luta pela tomada da Federação. Enquanto a Federação se mantinha numa linha de ação assistencialista e pouco crítica em relação às ações do governo, em várias regiões do estado as direções dos STRs já estavam sendo substituídas por lideranças ligadas ao sindicalismo mais combativo, como era o caso do sul, sudeste e oeste paraense, tendo como cidades pólos Conceição do Araguaia, Marabá⁹³ e Santarém respectivamente. Como vimos anteriormente, a oposição sindical “tomou” o STR de Conceição do Araguaia em 1985 (PEREIRA, 2004). Nesse período, os STRs das proximidades de Marabá, começavam a fortalecer o processo de oposição. A primeira mulher a assumir a direção de um STR no estado do Pará, descreveu a participação do sudeste do estado no processo eleitoral que levou a oposição sindical à direção da Fetagri da seguinte maneira.

[...] tinha eu, né (Jacundá), tinha o Manoel Monteiro de Itupiranga, o Gatão já estava aqui em Marabá, fazendo oposição sindical em Marabá. Eu sei que a gente juntou alguns sindicatos aqui, que a gente conseguiu ao longo do processo, também...tomar das mãos dos pelegos, tipo Tucuruí. E nós juntamos um grupo ao nível de estado, articulamos e conseguimos naquela época montar uma primeira chapa, que não conseguimos (ganhar a eleição). Depois montamos a segunda e tomamos. Porque era uma estrutura que precisava estar a serviço dos trabalhadores. Os sindicatos se resumiam a delegacia sindical; só essas delegacias sindicais, os sindicatos e a Federação, posteriormente, a Contag. Era essa estrutura sindical brasileira. Mas a gente não podia ficar com essas instâncias, que eram tão importantes, desligadas do povo, a serviço de um outro grupo. E quando nós tomamos a federação, foi mais fácil assim...(Entrevista n° 18)⁹⁴.

Os representantes do governo, militares ou não e os fazendeiros constituíam o que a entrevistada considerava o *outro grupo*. A ação dos sindicatos *desligada do povo* representava a medida da ligação dessas organizações com os interesses do *outro grupo*. Em todo o estado a situação era semelhante. No sudeste paraense o peso do *outro grupo*

⁹³ Apesar de Marabá funcionar como centro político regional, nesse período o STR estava sob a influência das oligarquias políticas locais. Citamos Marabá como referência devido ao fato das discussões de uma maneira ou de outro convergirem para esta cidade. A maioria das entidades de apoio e agências de mediação que apoiavam as oposições sindicais no sudeste do Pará, estavam sediadas em Marabá.

⁹⁴ Nascida em Barra do Corda, no Maranhão, veio para a região sudeste do Pará no final de 1980. Filha de agricultores, entrou para o convento das Franciscanas Capuchinhas com a intenção de ser Freira e ajudar os pobres do campo. Apesar de gostar do ensino religioso, pretendia uma ação mais ligada a vida do povo, o que a fez deixar o convento e se aproximar das pastorais que atuavam nas CEBs. Chegando na região de Marabá se identificou logo com o trabalho desenvolvido pelo Pe. Paulo, Pe. Humberto e a Irmã Doroty Stang. O município de Jacundá, onde fixou moradia, era uma das regiões onde os conflitos fundiários eram muito intensos. O trabalho nas CEBs, sua coragem no enfrentamento dos conflitos existentes, sua ação educativa no campo sindical, e sua condição de filha de agricultor, a transformou numa liderança entre as comunidades rurais. Em 1984, a entrevistada se associou ao STR de Jacundá e concorreu na chapa para eleição do sindicato. Foi eleita secretária do STR e um ano depois, devido ao afastamento do presidente, se tornou a primeira mulher a assumir a presidência de um STR no estado do Pará.

se fazia sentir pela ação do Estado na figura do Getat, do Exército e do Conselho de Segurança Nacional, dos grandes projetos, dos fazendeiros e dos jagunços. Como visto em outro segmento desse texto, neste período tanto a violência privada (a mando de fazendeiros e grupos econômicos) quanto a violência do Estado (praticada pelo Getat, militares e agentes do CSN) contra os trabalhadores, lideranças sindicais e apoiadores chegaram a índices alarmantes. Fazer oposição sindical nesse contexto e mesmo assumir a direção de um STR era uma atividade de risco.

Segundo dados da Secretaria da CUT no Pará (1986b; 1986c), em junho de 1986, seis meses após o I Encontro das oposições sindicais, dos 82 STRs existentes no estado, 29 já estavam sendo dirigidos pela corrente sindical filiada à CUT, havia 16 oposições sindicais organizadas e três juntas governativas coordenadas pela oposição sindical. Na região sul e sudeste, que na época contabilizava 12 STRs, apenas três eram filiados à CUT (Jacundá, Conceição do Araguaia e São João do Araguaia) e uma junta governativa (Itupiranga); quatro eram considerados pelegos (Redenção, Santana do Araguaia, Rondon do Pará e São Félix do Xingu) e quatro eram alinhados diretamente à Contag (Rio Maria, Marabá⁹⁵, Tucuruí e Xinguara). O panfleto de propaganda da “chapa 2”, chapa de oposição cujo lema era “nossa força é nossa união⁹⁶”, resumia a atuação da Fetagri da seguinte maneira:

Em todos esses anos (1968 a 1986), a Federação não tem lutado pelos interesses dos trabalhadores rurais de nosso estado. O seu trabalho, hoje, tem se caracterizado na omissão de tudo que diga respeito às reivindicações, sejam imediatas ou em longo prazo, referentes à luta dos trabalhadores. Podemos perceber claramente esta ação deliberada da direção da Federação nas mínimas situações. Como por exemplo, os conflitos de terra que acontecem no estado provocando inúmeras mortes de trabalhadores rurais e lideranças sindicais que lutam pela posse e defesa de suas terras. Os sindicatos, mola mestra da Federação, quase nunca são chamados para discutir e decidir alguma coisa. As questões como: política agrícola, defesa da terra, melhores condições de vida, etc. sequer são tratadas pela Federação. Toda e qualquer decisão é tomada sem levar em conta as dificuldades que os trabalhadores enfrentam no campo (Panfleto da Chapa 2, 1986a)

Apesar dessa atuação criticada pela oposição sindical, a Federação mantinha uma influência forte sobre a maioria das direções dos STRs. Prova disso foi que apesar da chapa de oposição (chapa 2) ganhar a eleição, a diferença em relação à chapa da situação (chapa 1) foi de apenas dois votos (O LIBERAL, 28 de fevereiro de 1987). Pelo regimento eleitoral da época, a chapa era eleita por maioria simples, ou seja, 50% mais um dos votos. A chapa de oposição foi montada com sindicalistas de 32 municípios da maioria das mesorregiões do estado e do território federal do Amapá. As principais lideranças da oposição sindical do sul e sudeste do Pará⁹⁷ faziam parte da chapa.

⁹⁵ O STR de Marabá já estava sob o comando da oligarquia local, apesar de filiado à Contag.

⁹⁶ Lema da oposição sindical do STR de Santarém e assumido pela oposição em nível do estado.

⁹⁷ As lideranças do sul e sudeste do Pará que compunham a chapa 2 eram: Almir Ferreira Barros, Vice-Presidente (STR de São João do Araguaia); Advonsil Cândido Siqueira (Dozinha), Diretoria Executiva (STR de Conceição do Araguaia); Atanagildo de Deus Matos (Gatão), Diretor Adjunto (Oposição sindical de Marabá); Maria de Jesus da Silva Aguiar, Diretora Adjunta (STR de Jacundá); Manuel Monteiro, Suplente de Delegado representante junto à Contag (STR de Itupiranga).

Quadro 5 Origem dos integrantes da chapa de oposição nas eleições da Fetagri Pará em 1987

Nº	Municípios	No de integrantes da Chapa 2	Mesorregião	Total por região
01	Abaetetuba	01	Guajarina	06
02	Barcarena	01		
03	Bujaru	01		
04	Moju	02		
05	Tomé-Açu	01		
06	Alenquer	01	Baixo Amazonas	06
07	Juruti	01		
08	Óbidos	01		
09	Praíha	01		
10	Santarém	02		
11	Baião	02	Tocantina	08
12	Cametá	03		
13	Limoeiro	01		
14	Oeiras	01		
15	Mocajuba	01		
16	Benevides	01	Salgado	04
17	Santo Antônio do Tauá	01		
18	São Francisco do Pará	02		
19	Bonito	01	Bragantina	09
20	Bragança	01		
21	Irituia	01		
22	Paragominas	02		
23	Paragominas	02		
24	Timboteua	02	Sul	03
25	Conceição do Araguaia	02		
26	Rio Maria	01	Sudeste	04
27	Itupiranga	01		
28	Jacundá	01		
29	Marabá	01		
30	São João do Araguaia	01	Ilhas	02
31	Gurupá	01		
32	São Sebastião	01	Amapá/Afuá	01
33	Macapá ⁹⁸	01		
TOTAL		42		42

Fonte: Adaptado do Panfleto da “Chapa 2”.

A região do Baixo Amazonas, onde fica localizado o município de Santarém e as regiões sul e sudeste do Pará, onde se localizam Conceição do Araguaia e Marabá, participaram com 31% dos integrantes da chapa de oposição à direção estadual. A região Bragantina, cujo sindicalismo era o mais antigo no estado, teve o maior número de integrantes da chapa (21%). Um dado importante revelado pela composição da chapa foi a grande base sindical de oposição. Eram ribeirinhos e extrativistas como os agricultores pertencentes à Região das Ilhas e do Baixo Amazonas, posseiros e migrantes recém chegados do sudeste e sul do Pará, colonos da região de Altamira (colonização oficial feita pelo Incra), agricultores familiares estabilizados do nordeste paraense (migrantes nordestinos do início do século XX).

A participação de sindicalistas dos municípios de Moju e São Francisco do Pará, indicava a presença de assalariados ou, pelo menos, da representação dos interesses desses trabalhadores. No município de Moju se concentravam grandes empresas de

⁹⁸ Macapá enquanto Território Federal, não tinha Federação.

produção de coco e dendê e em São Francisco do Pará as grandes propriedades da Goodyear, produtora de látex a partir de monocultura de seringueira. Essa diversidade refletida na composição da chapa de oposição, além de garantir uma base política diversificada de sustentação ao sindicalismo emergente no Pará, indicava a necessidade de uma plataforma de luta abrangente.

O rumo do sindicalismo rural no âmbito estadual influenciava e era influenciado pelos acontecimentos em nível nacional e internacional. No âmbito internacional vivenciava-se a crise dos regimes socialistas do leste europeu, afetando internamente a CUT que, nesse período, já não apontava em direção ao socialismo como nos Congressos anteriores. No plano nacional, o sindicalismo cutista formulou a tese da “unidade na diversidade” embasada na leitura da existência de uma grande ‘diversidade dos trabalhadores do campo’⁹⁹ (FAVARETO, 2001). Nesse período, ocorreu um grande debate no âmbito interno da Central no sentido de definir o lugar dos rurais. Duas posições se confrontaram: uma que ficou conhecida como ‘CUT-organização’ e outra como ‘CUT-movimento’ (FAVARETO, 2001). A primeira, defendida por sindicalistas inspirados no modelo das centrais européias, colocava em dúvida se a Central deveria acolher as entidades de representação dos produtores autônomos. Segundo os defensores dessa posição, encampar as lutas desse segmento, assim como dos pequenos proprietários urbanos, seria colocar em risco o caráter classista da Central. A segunda, argumentava que justamente pelo seu caráter classista, a Central tinha como tarefa principal articular as lutas imediatas das diferentes categorias urbanas e rurais numa perspectiva de construção da classe trabalhadora, ou seja, articular os trabalhadores do campo e da cidade que de uma forma ou de outra se encontravam submetidos ao processo de reprodução e exploração capitalista¹⁰⁰.

No plano nacional o sindicalismo rural de base cutista se afirmou, mediante a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR). Em nível estadual a legitimidade com base nas lutas dos agricultores começou a ser recuperada e se ampliou a base social do sindicalismo, concretizada pela eleição de uma direção cutista para a Federação. As prioridades da nova diretoria davam uma idéia da perspectiva de atuação desse sindicalismo: a) uma reforma agrária que garantisse a terra para quem nela trabalhava; b) fim da violência contra trabalhadores rurais; c) titulação imediata e definitiva das terras ocupadas pelos trabalhadores; d) todo apoio aos Sem Terra, posseiros e assalariados rurais; e) financiamento bancário acessível, sem burocracia, sem juros, sem penhora da terra; f) estradas e ramais conservados e abertura de vicinais; g) garantia de preços justos para a produção; h) técnicas e educação adaptadas às formas de produção de pequenos produtores de cada região; i) saúde gratuita para todos os trabalhadores rurais e assistência médica planejada¹⁰¹; j) intransigência absoluta na defesa de todos os direitos dos trabalhadores; l) publicação periódica de todas as vitórias e dados da realidade dos camponeses do estado (Panfleto da Chapa 2, s/d).

A nova direção defendia, portanto, uma plataforma de lutas genéricas e amplas visando atender uma demanda reprimida de várias décadas. No discurso de posse da diretoria eleita, o presidente anunciou: “Viemos como porta vozes de todas as regiões dos estados do Pará e Amapá, com a proposta de tornar esta Federação um instrumento real e representativo de defesa dos interesses da categoria” (FETAGRI, março de 1987a: 1).

⁹⁹ Tese formulada no 3º Congresso, em 1988.

¹⁰⁰ Para maiores esclarecimentos, ver Vencelau (1989) e Novaes (1989).

¹⁰¹ Estrutura médica hospitalar integrada nos diversos níveis: Local: para todos os casos de primeiros socorros; Regional: para todos os casos de internamento e cirurgia. Na capital para todos os casos que não pudessem ser tratados nas unidades municipais e regionais.

“Porta vozes” de um conjunto heterogêneo, com necessidades diferenciadas, esse talvez tenha sido o grande desafio dos primeiros anos de gestão do sindicalismo cutista ao assumir a direção da Federação¹⁰². As lutas definidas como prioritárias para a ação da primeira diretoria cutista da Federação se tornaram embriões das lutas que afloraram nos anos noventa. A bandeira da reforma agrária foi atualizada; a luta pela regularização de terras ocupadas, pela melhoria da infra-estrutura, pelas condições diferenciadas de acesso ao crédito e políticas sociais, se transformou em prioridades. Algumas dessas lutas receberam tratamento especial como foi o caso do acesso ao crédito diferenciado para a produção.

A diretoria cutista também se preocupou com a estrutura e funcionamento da Federação. Nesse sentido, a primeira ação da Federação que a diferenciou de imediato do período anterior foi a criação de secretarias específicas para dinamizar a ação e descentralizar as decisões internas. Já no discurso de posse da nova diretoria foi anunciada a criação das seguintes secretarias: Pequenos proprietários; Sem terra; Assalariados rurais; Política sindical; Política agrícola e Finanças. Essa decisão se coadunava com as orientações da CUT nacional em relação ao atendimento da diversidade de situações dos trabalhadores do campo e da democracia interna das entidades sindicais. Buscava-se mediante o funcionamento das secretarias criar um ambiente de maior discussão das ações da Federação, como mostrou o trecho do discurso de posse, transcrito abaixo.

Cada secretário (vice-presidente), a partir das bandeiras gerais da chapa eleita, elaborará um plano de trabalho de sua secretaria, a curto, médio e longo prazo. Esse plano será discutido e apresentado à direção e secretarias para as reformulações necessárias e, levado à Assembléia Geral para discussão e aprovação (FETAGRI, março 1987a:1 e 2).

O estatuto de vice-presidente, imputado aos secretários, demonstrava uma intenção de horizontalizar as relações entre os diretores da instituição sem que ainda o *viés* presidencialista personalizado tivesse sido abolido totalmente. O discurso de posse também previa uma maior articulação entre a *base* e a *direção*, estimulando o diálogo entre as delegacias sindicais e os sindicatos e propondo a criação de *delegacias regionais* que fariam uma maior aproximação com a direção estadual. Além disso, alertava para a necessidade de articulação das lutas dos trabalhadores rurais com as lutas gerais de todos os trabalhadores e a capacitação das lideranças sindicais. Pregava-se a *aliança campo e cidade*, o trabalho específico com jovens e mulheres, a criação de direções coletivas, a discussão sobre os estatutos e a estrutura sindical e o apoio à luta dos povos indígenas. Finalmente, outro aspecto importante a ser ressaltado foi o forte engajamento da Federação na campanha pela realização da Assembléia Nacional Constituinte e principalmente na coleta de assinaturas de apoio à realização da reforma agrária (FETAGRI, março de 1987a).

Em 1990 foi realizado o primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará e Amapá¹⁰³ sob a direção cutista. A própria realização do Congresso foi considerada como uma ação positiva dessa nova fase do sindicalismo (FETAGRI, 1990). O I Congresso Estadual indicava avanços na luta pela reforma agrária, na

¹⁰² Não podemos esquecer que o apoio e a contribuição de entidades como a CPT, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE), SPDDH, Universidade Popular (UNIPOP), Comissão de Bairros de Belém (CBB), bem como de partidos políticos de esquerda, foram determinantes para criar as condições para que a direção da Fetagri Estadual viesse a ser assumida em 1987 por essa linha do sindicalismo cutista.

¹⁰³ O Amapá só deixou de fazer parte da Fetagri em 2005.

articulação do sindicalismo de trabalhadores rurais e na participação nas instâncias decisórias da Contag, inclusive influenciando a programação das atividades. No entanto, nesse primeiro período, as energias dos dirigentes sindicais foram drenadas para solucionar uma lista interminável de problemas herdados das gestões anteriores. Segundo esse relatório, os principais entraves no primeiro triênio de gestão da direção cutista foram: i) dificuldade de unir as forças envolvidas na conquista da Federação; ii) as divergências entre dirigentes dificultaram a integração na atuação da Federação; iii) pouca participação dos sindicatos nas reuniões da Federação e baixo índice de quitação; iv) pouca discussão com as bases sobre os projetos apresentados pela Federação; v) atraso no recebimento das convocatórias por parte dos filiados; vi) falta de apoio do Conselho para a assistência contábil; vii) a fraca presença da Federação em vários sindicatos e falta de informação sobre os trabalhos desenvolvidos pela Federação; (viii) afastamento dos órgãos oficiais e; ix) o não encaminhamento por parte da Federação da articulação do trabalho sindical no sul do Pará (FETAGRI, 1990)

O primeiro entrave estava fora da esfera de decisão do sindicalismo paraense. O país atravessava um momento de grandes transformações com a abertura política e a perspectiva da democratização. Nesse contexto, os diferentes grupos de esquerda procuravam se fortalecer e se afirmar politicamente, o que certamente dificultou o apoio amplo que a Federação esperava para o momento pós-eleitoral. A própria divergência entre as diferentes correntes políticas que disputavam espaço internamente na CUT dificultava esse apoio massivo que algumas lideranças sindicais almejavam. A disputa entre as diferentes correntes cutistas se reproduzia internamente na composição dos cargos de direção. A Diretoria Executiva da Federação foi montada a partir de uma composição de forças de esquerda que estavam abrigadas na legenda partidária do PT e que também estavam disputando a hegemonia do sindicalismo cutista.

O distanciamento da direção estadual em relação aos municípios e aos sindicatos não foi superado no primeiro momento, seja pelas limitações financeiras, seja pelos problemas geográficos do estado, seja pela falta de um método de trabalho apropriado. O desconhecimento das necessidades concretas de sua base persistia, como mostrou o trecho abaixo.

A criação de mecanismos capazes de realizar a integração de todos os sindicatos de trabalhadores rurais do estados do Pará e Amapá é a missão da qual a Fetagri não pode se afastar. Para tal, deverá ser realizado um seminário estadual, com a ajuda de entidades de apoio e participação de estudos no Brasil e no mundo para discutir temas ligados aos pequenos e médios produtores, assalariados rurais e sem terra, para tirar uma linha de ação política. Deve ainda, viabilizar a criação de uma Comissão Especial para realizar logo após a posse da nova diretoria da Fetagri, visita a todos os STRs para conhecer suas necessidades e rediscutir com todos a Reforma Agrária (FETAGRI, 1990:5).

Portanto, os dirigentes sindicais tinham uma percepção da fragilidade do processo de integração dos sindicatos, mas não sabiam ainda como superá-los. Como visto anteriormente, a nova base social da Federação era composta por uma grande diversidade de situações: posseiro, sem terra, assentado, colono, ribeirinho, assalariados, dentre outros. Os dirigentes que estavam atuando isolados em seus municípios e regiões, foram alçados à condição de dirigente estadual sem conhecer de fato a realidade das diferentes regiões. Os dirigentes estavam expostos ao seguinte dilema: olhar para a sua região ou olhar para o estado. Houve uma tendência desses dirigentes priorizarem as especificidades de suas regiões de origem o que dificultava a integração e unificação

das lutas estaduais. Os dirigentes sindicais estavam entrando numa nova etapa de aprendizagem.

Duas outras questões discutidas no I Congresso Estadual mereceram comentários. A primeira, referente ao distanciamento em relação aos órgãos oficiais e a outra, referente especificamente à articulação sindical no sul e sudeste do estado. Em relação à primeira questão, podia-se atribuir esse distanciamento ao forte processo de ideologização da ação sindical ocorrido com a ascensão de dirigentes cutistas, processo este talvez necessário para consolidar uma ação com autonomia e independência em relação ao Estado. A segunda questão, que se referia à articulação da ação sindical no sul e sudeste do Pará, demonstrava a preocupação que a nova gestão da Federação tinha com essa região do estado. A preocupação justificava-se por diferentes razões: tratava-se de uma região onde a disputa pelos recursos naturais, principalmente a terra, era intensa e, na maioria das vezes, violenta. Nessa disputa se defrontavam posseiros, sem terra, índios, fazendeiros, empresários e o próprio Estado. Além disso, havia o impacto da concentração de algumas políticas governamentais na região e a prática sindical diferenciada de parte dos STRs da região.

O I Congresso da Fetagri, em 1990, reafirmou as determinações do III Congresso da Contag, realizado em 1979, ao definir como princípio orientador de sua gestão o lema “a terra deve ser daqueles que trabalham ou nela desejam trabalhar” (FETAGRI, 1990:6)¹⁰⁴, ou seja, a luta pela reforma agrária. Finalmente, o novo discurso da Federação entrou em sintonia com a prática dos posseiros e de alguns STRs, que já vinham realizando a reforma agrária a sua maneira, como diz Hébette (2004b), em relação à situação no sudeste paraense:

Ela (a reforma agrária) está se fazendo – pelos posseiros e os sem-terra: latifúndios são retalhados, distribuídos e postos a produzir alimentos. Os posseiros distribuem entre si as terras que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) lhes negou. No perímetro do Grande Carajás, são dezenas, centenas de latifúndios classificados pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) “áreas de conflitos” – mais de um milhão de hectares pretendidos por latifundiários, mas efetivamente ocupados por posseiros e produzindo alimentos pelo trabalho deles (HÉBETTE, 2004b:262).

A ação dos posseiros levou os STRs a entrar na luta pela reforma agrária. A mudança de orientação política da Fetagri aproximou sindicalismo de sua base social que tinha uma prática e encampava lutas mais avançadas que a sua direção. Não foi por determinação da nova direção que a reforma agrária se tornou a principal bandeira de luta, mas porque ela vinha sendo feita à revelia, inclusive, da ação do Estado. Obviamente, que a um custo muito alto, como visto anteriormente. Ao incluir a reforma agrária como bandeira de luta, a Federação a colocou efetivamente na arena da disputa pelas políticas do Estado. Sobre essa questão, o documento do I Congresso se posicionava assim:

[...] o I Congresso reafirma a disposição dos Trabalhadores Rurais de lutar até a sua conquista definitiva (da reforma agrária), independente ou não dos governantes pondo fim à praga do latifúndio, considerando que os camponeses devem ter assegurado o direito ao acesso à terra, à água e outros recursos naturais e por isso também estes devem ter garantidos, tanto pelo governo federal, estadual e municipal, uma política de incentivo à permanência do homem na terra, com condições de trabalho, à preservação ambiental que permita o uso da terra sem

¹⁰⁴ Lembrava a palavra de ordem do Master nos anos 60.

comprometer o sistema ecológico, indispensável à vida tanto humana como animal e vegetal (FETAGRI, 1990:7).

Esse Congresso apontou para um conjunto de questões chave para os processos que foram se desencadear ao longo da década de noventa: o acirramento da luta pela terra em várias regiões; a definição de uma relação mais próxima dos órgãos governamentais na busca de políticas públicas diferenciadas e a busca por propostas de desenvolvimento que levassem em consideração as questões ambientais.

Em 1993, a realização do II Congresso Estadual foi permeada por uma atmosfera de crise. Essa leitura regional decorria de uma leitura de situação de crise em nível nacional. Em documento de 1994, uma consulta sindical realizada pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) com a participação de dirigentes sindicais, líderes de movimentos sociais e assessores, identificou os principais problemas que caracterizavam a crise. A consulta apontava para uma crise multidimensional e complexa envolvendo diferentes atores. Sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais foram detectados impactos provenientes de três dimensões: mudanças no processo de acumulação capitalista, onde a tecnologia, a gestão da força de trabalho, os investimentos de capital e o processo de urbanização, influenciaram as relações internas e externas do sindicalismo rural; emergência de novos movimentos sociais no campo que geraram uma crise de mediação no sindicalismo de trabalhadores rurais e surgimento de novas propostas de organização sindical que se contrapunham ao modelo estabelecido pelo sistema Contag (CESE, 1994). No âmbito estadual o documento de base do Congresso descreveu a crise do sindicalismo nos seguintes termos:

O sindicalismo brasileiro renasceu nos últimos 15 anos, com forte identidade combativa e classista em contraposição a concepções e práticas sindicais de caráter governamental e patronal com forte estilo assistencialista e anti-democrático [...] No entanto, após este ciclo de ascenso, uma crise generalizada, tomou conta do sindicalismo rural. As bandeiras e formas de mobilizações do período anterior mostram-se limitadas e insuficientes diante dos novos desafios que o processo de redemocratização impunha, e a reestruturação capitalista exigia respostas políticas e organizativas (FETAGRI, 1993:1).

Analisado fora do contexto regional, essa afirmativa do documento da Fetagri levava a crer que a região estava mergulhada numa apatia geral. Esse discurso genérico influenciado pelos documentos de análise do sindicalismo nacional, pareceu deslocado do contexto regional. Quando analisamos textos produzidos por outros pesquisadores ou nos defrontamos com os dados da pesquisa de campo, o que verificamos foi uma dinâmica forte das novas formas de organização e do próprio sindicalismo de trabalhadores rurais em várias regiões do estado do Pará. Nesse período criou-se o Comitê Rio Maria (PEREIRA, 2004a), o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (HENCHEN, 2002), o Grito do Campo ampliava suas conquistas (TURA, 1996), o MST começou sua atuação na região (FERNANDES, 2000), o MAB se fortalecia e empreendia um conjunto de ações, o CNS se instalou na região, criou-se o movimento de mulheres e jovens rurais e proliferaram inúmeras experiências associativas de caráter econômico (FETAGRI, 1993). Especificamente na região sudeste do Pará um conjunto de sindicatos se articularam em torno da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia - FATA (HÉBETTE, 1997; 2000; 2004d).

O que estava por trás da chamada “crise”, pelo menos em nível nacional, era uma constatação da incapacidade do sindicalismo vigente atender as diferentes frentes de lutas e a diversidade de formas organizativas. De qualquer forma, os dirigentes

sindicais e seus principais assessores em nível do estado, que em geral estavam ligados a partidos políticos, temiam que a hegemonia da representação dos trabalhadores rurais que começava a se consolidar através dos STRs ligados à Fetagri e à CUT fosse quebrada. Este receio foi demonstrado na seguinte reflexão do II Congresso:

Os STRs vão assistindo impotentes ao abandono da maioria de seus sócios, as diretorias sofrem fenômenos de burocratização. O presidencialismo, evidencia-se com peso, a partidarização isola muitos STRs nos contextos municipais e a forte carga ideológica constitutiva do processo de formação da etapa anterior, dificulta o exercício do papel mediador dos STRs (FETAGRI, 1993:1).

Não se pode negar que a abertura política possibilitava o surgimento de vários novos canais de expressão da sociedade. Novas formas organizativas, novos movimentos e novas formas de lutas ameaçavam a hegemonia das antigas formas. Na consulta sindical realizada em 1994, identificou-se que o abandono da maioria dos sócios dos STRs devia-se principalmente à impossibilidade das entidades sindicais de dar respostas imediatas e eficaz aos problemas imediatos dos trabalhadores, a uma certa falência financeira dos STRs, atitude paternalista dos dirigentes sindicais, ausência de uma política para aplicação de recursos governamentais, ausência de uma política de auto-arrecadação, falta de transparência no uso dos recursos, dificuldade de qualificação e diversificação das pautas de lutas, dentre outras questões (CESE, 1994).

Neste sentido, as principais ações propostas visavam articular os segmentos explorados do campo; melhorar a formação e capacitação das lideranças sindicais; romper o isolamento e combater o localismo e o corporativismo; estabelecer alianças políticas; buscar a inserção em espaços institucionais; rediscutir as relações entre os STRs, os partidos políticos, a Igreja e as entidades de assessoria; integrar as dimensões econômicas, políticas e organizativa na ação sindical e mudar as relações entre o sindicalismo de trabalhadores rurais e o Estado (FETAGRI, 1993).

Durante a Consulta Sindical¹⁰⁵ foram identificados no meio rural um conjunto de entidades de representação e movimentos, dentre eles: Associações Comunitárias de Pequenos Produtores; Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu; Movimento dos Quilombolas; Movimento dos Ribeirinhos; Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica; Movimento dos “Brasiguaios” e “Brasivianos” e Conselho Nacional dos Seringueiros (CESE, 1994). O sindicalismo de trabalhadores rurais tentava se reconstruir como uma possibilidade de representação dentre as várias ofertas desse mercado político, no sentido discutido por Bourdieu (1990).

As resoluções do II Congresso deixaram transparecer também a necessidade das lideranças sindicais atuarem fora da esfera sindical. Se, por um lado, o congresso avaliava que a partidarização dos STRs¹⁰⁶ os teria colocado numa situação de isolamento nas lutas locais, por outro, estimulava as lideranças sindicais a se lançarem para os cargos eletivos no Legislativo e Executivo, como forma de garantir a execução de suas reivindicações. Nesse caso, a partidarização deve ser vista sob duas vertentes

¹⁰⁵ Encontro organizado CESE, que reuniu entidades de apoio e organizações sindicais (CUT, CONTAG e STRs) para discutir um conjunto de temas relacionados ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

¹⁰⁶ O termo partidarização no discurso da Fetagri, significou o domínio dos STRs por siglas partidárias de diversos matizes ideológicos.

diferentes: por um lado, muitos STRs eram tradicionalmente ligados a partidos políticos conservadores e não receberam atenção da Federação após a ascensão de dirigentes cutistas e, por outro, os STRs ligados ao sindicalismo cutista, incluindo os STRs ligados a diferentes partidos de esquerda, recebiam total atenção da Federação. Os dois casos levavam os STRs ao isolamento. No terceiro Congresso da Federação, foram admitidos os excessos da partidarização e definidos novos procedimentos.

Fruto de um processo de reconstrução fortemente influenciado pela luta contra a ditadura militar e pela organização dos espaços de participação e vida partidária no país, o MSTR assumiu feição ideologizada com forte sintoma de partidarização. Isto representou, em muitos momentos, a ausência da Federação em relação a aqueles sindicatos que, embora, filiados à Fetagri, não se alinhavam ao campo cutista. Após viver uma nova etapa no processo de avaliação e redescoberta do papel do sindicalismo, retoma-se a atenção para o conjunto do movimento sindical, independente de alinhamento ideológico-partidário. No período de 93/95 reconstrói-se a relação orgânica com todos os STRs, dando novos rumos ao movimento sindical e fortalecendo as propostas cutistas no campo, através da Fetagri (FETAGRI, 1996:7)

O não alinhamento ideológico-partidário contido nessa afirmativa da Fetagri funcionava na verdade como peça de retórica. Na prática, o que acontecia era uma consolidação da hegemonia do PT, através da corrente majoritária do sindicalismo cutista, a chamada "articulação sindical". Foi nesse período que as principais lideranças sindicais, ligadas à CUT e ao PT no estado se lançaram nas campanhas eleitorais. Na nova proposta percebeu-se um estímulo a um tipo exclusivo de partidarização - a ligação preferencial ao PT e dentro dele, a determinadas tendências. Neste sentido, o documento do Congresso sugeria:

Ampliaremos nossas abordagens de luta institucional cobrando do Estado, medidas concretas e imediatas para melhoria e ampliação da infra-estrutura rural e implementação de políticas agrária e agrícola que viabilizem a pequena produção. Para tanto nossa presença nos parlamentos municipais, estadual e federal, procurará ampliar as dotações orçamentárias para o setor, ampliar os mecanismos de participação na gestão da coisa pública e garantir a fiscalização na aplicação dos recursos públicos (FETAGRI, 1993:5).

A orientação para ocupação de espaços institucionais e de uma maior aproximação entre sindicato e partido político foi aos poucos se difundindo entre os STRs. Alguns sindicatos que ainda defendiam que não se deveria misturar política sindical com política partidária, passaram a assumir uma nova postura, questionando inclusive, o pouco empenho dos parlamentares muitas vezes eleitos com o apoio dos sindicatos. Essa orientação passou a ser hegemônica em todo o sindicalismo ligado à CUT, como mostrou o depoimento abaixo:

A nossa tendência era dizer não, nós do sindicato não trabalhamos discussões partidárias. Nem partidárias, nem religiosa e aí começa. Daí em diante é que a gente começou ver que, não adiantava ficar o tempo todo como reivindicação. Que nós tinha que ir pra prefeitura, pra câmara municipal, e não fazia nada porque a gente só tinha alguém do PT que a gente se articulava com ele. Mas não tinha a cabeça, sempre foi professor (se referindo as principais lideranças políticas do PT), não tinha a cabeça voltada para o que a gente queria. E aí tivemos algumas dificuldades e começamos a pensar em botar candidato a vereador lá do movimento

sindical dentro da câmara. Aí que nós começamos a pensar de 95 em diante (Entrevista n° 05)¹⁰⁷.

Na fala do líder sindical ressaltou-se o questionamento da mediação partidária e religiosa no campo da política. É como se os políticos fossem reprovados no processo de prestação de contas de seus atos, o que, na terminologia da Ciência Política, seria descrito como *accountability* de seus mandatos (MIGUEL, 2003). Em relação à mediação partidária, no caso específico do PT, a questão não era se o PT devia ou não ser a legenda exclusiva para abrigar as candidaturas e sim, a qual corrente interna os candidatos estariam ligados. No caso do sudeste do Pará, a disputa era pela definição das candidaturas em função da origem sindical dos pretendentes, isto é, se a origem era nas categorias urbana ou rural e sua vinculação com uma ou outra tendência interna. Essa posição assumida pelas entidades sindicais no sudeste paraense impulsionou a participação das lideranças sindicais rurais nos pleitos eleitorais a partir da metade da década de noventa, principalmente ligados à legenda do PT.

Durante a década de noventa, o sindicalismo de trabalhadores rurais e especialmente no sudeste do Pará, desencadeou um conjunto de transformações que redefiniram seu papel junto a sua base social e sua relação com a sociedade regional. Diferentes processos políticos, econômicos e sociais se desenvolveram simultaneamente exigindo de todos os atores envolvidos uma grande capacidade de reação e, acima de tudo, tomada de posição.

3.3 Sindicatos e Organizações no Período de Ajuste Estrutural e Crescimento Econômico

A década de 90 começou com sinais de uma retomada do crescimento econômico. Grandes modificações no mundo do trabalho foram operadas em função e para garantir este crescimento. O crescimento econômico, contraditoriamente, também gerou muitos problemas em todos os setores da economia. A perda de postos de trabalho foi talvez o que mais afetou todos os setores da economia. A modernização dos processos produtivos com a introdução de máquinas nos setores da indústria, agricultura¹⁰⁸ e serviços, foi um traço comum dessa fase. Na indústria, máquinas e robôs substituíram homens e mulheres; na agricultura, o preparo do solo, plantio, colheita, embalagem e outras atividades passaram a ser realizado em grande parte por máquinas; no setor de serviços, os terminais eletrônicos diminuíram sensivelmente a presença humana.

Além desses, outros fatores contribuíram para o agravamento da situação no campo. A falta de políticas abrangentes que permitissem o desenvolvimento econômico e social de todos os segmentos, os subsídios creditícios às grandes propriedades, a política de incentivos fiscais e as facilidades para aquisição de grandes áreas por grupos empresariais, nem sempre respeitando os limites da lei, foram alguns desses fatores que contribuíram para um quadro de desigualdades potencialmente gerador de conflitos. Somou-se a estes fatores o apoio dado aos produtos de maior importância para o equilíbrio da balança comercial, ancorado no chamado agronegócio. O efeito

¹⁰⁷ Nascido em Pindaré Mirim, no Maranhão, filho de uma família de agricultores, foi militante na Pastoral da Juventude (PJ). O pai foi coordenador da Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) ligada à Diocese de Bacabal/MA. A família migrou para Marabá devido às ameaças de morte sofridas no Maranhão. Em Marabá, se integrou ao movimento sindical. Foi delegado sindical de sua comunidade, diretor do STR de Marabá e diretor da Fetagri. No momento da pesquisa

¹⁰⁸ No caso do setor rural esse processo foi potencializado. O setor já vinha incorporando inovações desde a década de 70 com o processo de modernização da agricultura.

combinado da modernização da produção e do conjunto de fatores anteriormente mencionados gerou a exclusão de uma grande parcela dos produtores rurais, principalmente, dos pequenos produtores de base familiar.

Mesmo com este cenário em pleno desenvolvimento, a Contag modificou muito pouco suas práticas sindicais, continuando a se pautar pela experiência das décadas anteriores, enquanto os camponeses desenvolviam formas alternativas de resistência e luta. Multiplicavam-se acampamentos, ocupações de fazendas e lutas diferenciadas de assalariados rurais. Exemplo da diversidade das iniciativas e das demandas concretas dos trabalhadores do campo foi o que ocorreu na Amazônia no final dos anos 80. Com a participação e a articulação de setores do sindicalismo rural, foram realizados os seguintes eventos congregando amplos segmentos sociais na região norte do país: o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (realizado em Altamira-PA, de 20 a 25 de fevereiro de 1989) e o I Encontro dos Povos da Floresta (realizado em Rio Branco-AC, de 25 a 31 de março de 1989), sendo este último, realizado em conjunto com II Encontro Nacional dos Seringueiros. A proliferação desses eventos marcou o auge do que Almeida (1991) chamou de uma “política de conflito”. Segundo o autor, através de “alianças” e “acordos”, firmados nesses encontros.

[...] multiplicavam-se as formas de participação de vastos segmentos sociais, que vivem numa condição de semicidadania e, politizam, a despeito de impasses e tendências opostas, as diversas situações de confronto. Isto tanto pela universalização de lutas específicas e localizadas, quanto pela coesão dos “novos sujeitos” em conflitos abertos e declarados, inaugurando, talvez, modalidades de enfrentamento com efeitos pertinentes sobre o centro de poder (ALMEIDA, 1991:106).

No final dos anos 80 e início dos 90, a ação sindical da Contag passou por um desgaste em nível nacional. A perda de espaço na condução da luta por uma reforma agrária ampla e sinais de diminuição da eficácia de outras lutas como as campanhas salariais, contribuíram para esse desgaste. Contou para esse desgaste ainda, o fato da Contag ter apoiado o I PNRA do governo Sarney. Enquanto isso, verificava-se um crescimento e fortalecimento de organizações de caráter mais específico como seringueiros, quebradeiras de coco e quilombolas (ALMEIDA, 1995). Segundo Medeiros (1989), tratou-se de “um quadro de crise de representação e um questionamento profundo do modelo de ação sindical que se constituiu ao longo dos últimos 20 anos” (MEDEIROS, 1989:206). Para Ricci, o sistema confederativo “perdia legitimidade como instituinte de normas e condutas de ação sindical” (RICCI, 1999:198).

Na visão de muitos dirigentes sindicais cutistas, vários fatores contribuíram para a crise do modelo sindical contaguiano, dentre eles: as transformações ocorridas no meio rural e no mundo do trabalho; a instalação de uma crise de mediação ocasionada justamente pelo surgimento de outros atores sociais no meio rural como o MST, CNS, MAB e outros movimentos mais regionalizados; a aproximação da Contag com o Governo Sarney motivada pela proposição do Plano Nacional de Reforma Agrária; as fraudes ocorridas na eleição direta para a direção da Contag em 1988, que colocou por terra a credibilidade da entidade e a criação da CUT em 1983, com uma organização específica de trabalhadores rurais, a Secretaria Nacional de Trabalhadores Rurais¹⁰⁹,

¹⁰⁹ Que veio a se constituir no final da década de 80 no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais.

com uma identidade própria e de oposição clara às políticas e às ações desenvolvidas pela Confederação¹¹⁰.

Postas todas essas questões, pudemos concluir que a crise do sindicalismo “contaguiano” não foi um processo de ruptura abrupta. Ela se desenhou ao longo das décadas de 70 e 80 e teve seu aprofundamento nos anos 90. Além dos aspectos levantados por Medeiros e Ricci anteriormente, deve-se levar em consideração também a dificuldade de se construir consensos em meio à grande diversidade dos movimentos rurais em franco processo de emergência. Neste sentido, a I Conclat, no início dos anos 1980, foi um marco importante para trabalhadores e trabalhadoras de todas as categorias (SILVA & FERRI, 1981). Foi a partir das discussões, dos conflitos e dos consensos no interior da I Conclat, que se criaram as bases para a discussão de novas estruturas como as centrais sindicais, CUT e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). O debate intenso entre as centrais, os sindicatos, mediadores e agentes governamentais, em torno de temas como a liberdade sindical, imposto sindical e os sindicatos únicos, marcaram limites entre tipos de procedimentos, formas organizativas e ações.

No âmbito da CUT, a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR-CUT), criou as condições para o desencadeamento de discussões intensas no interior do sindicalismo rural e na articulação desse com o sindicalismo urbano. O lema “construir a unidade na diversidade”, definido no I Congresso do Departamento DNTR-CUT em 1990, colocou em discussão velhas e novas definições que foram alvos de disputas no interior do próprio sindicalismo de trabalhadores rurais e entre este e outros tipos de entidades no campo, bem como com o sindicalismo urbano. Na interpretação feita por Novaes (1991).

[...] optou-se por afirmar que “nem os assalariados são revolucionários por natureza e os pequenos produtores conservadores, nem, ao contrário, os pequenos produtores são anticapitalista e os assalariados reformistas. Uma política sindical classista deve construir a unidade política dos explorados sem idealizar ou mistificar um ou outro segmento” (NOVAES, 1991:191).

Setores do sindicalismo de trabalhadores rurais passaram a incorporar a chamada “unidade na diversidade” em todos os espaços de ação. A consolidação da abertura política e a nova Constituição, apesar de permitir maior liberdade às manifestações da sociedade civil, não foram suficientes para garantir o pleno direito dos trabalhadores se organizarem e de autodefinirem a conformação de suas entidades de representação. Tanto do ponto de vista legal quanto da ação de parte do sindicalismo de trabalhadores rurais, permaneceu muito do modelo corporativo que predominou por décadas no sistema federativo. À revelia da orientação sindical e política da Contag e da própria lei, trabalhadores pertencentes a diversas categorias e apoiados por diferentes mediadores, empreenderam ações que a obrigaram a posicionamentos diferentes de sua prática habitual. Os acampamentos, as ocupações, as grandes passeatas, os empates, as greves de assalariados fugindo ao “padrão de Pernambuco”, foram expressões de lutas que colocavam a prática sindical da Contag em discussão. Entretanto, apesar de ter desenvolvido um sindicalismo de caráter corporativo, a Contag foi e continuou sendo a principal via de representação política para um conjunto significativo de trabalhadores do campo.

¹¹⁰ Este documento foi produzido em resposta a outro documento elaborado por parte da executiva da CONTAG, em 08/10/2001, intitulado: **A filiação da CONTAG à CUT e a estratégia para o setor rural: um debate urgente e necessário.**

O DNTR/CUT passou a desempenhar um papel importante na discussão do modelo sindical. Havia um entendimento de que a diversidade de situações indicava a necessidade de um modelo mais flexível que pudesse atender diferentes aspirações. O Departamento cuidava para que as experiências localizadas servissem de exemplo para começar a pensar uma nova prática sindical. Pela interpretação de Novaes (1991), havia uma certa cautela nessa tentativa do Departamento no que se referia à implantação da CUT em meio aos rurais.

Em seu Congresso o DNTR-CUT optou novamente para a recomendação de avaliações localizadas: trata-se de avançar politicamente na implantação da CUT no campo, analisando em cada caso a realidade, a experiência de luta e de organização dos trabalhadores. Não há regra que indique a manutenção do sindicato único por base municipal. Mas também não se trata de fundar sindicatos específicos por categorias sem que estejam dadas as condições para isto (NOVAES, 1991:192).

Medeiros (1989), no entanto, mostrou que se tratava de uma estratégia definida ainda na década de 80 pela CUT, “de modificar a estrutura sindical por dentro”, ou seja, atuando e disputando a direção de sindicatos e federações. Dessa forma, a estrutura corporativa, foi sendo minada aos poucos a partir da própria ação das diferentes categorias de trabalhadores e das “brechas” que se abriram no ambiente institucional. Podemos dizer que a década de 90 não escapou a uma tensão entre um modelo sindical tendendo a um perfil democrático e renovador, como apontavam várias iniciativas gestadas na década anterior e um modelo com fortes traços da cultura sindical corporativa. Mais que uma disputa pelos aparelhos sindicais, estava em jogo uma disputa de concepções simbólicas. Tratava-se, portanto, de dar encaminhamento a uma enorme variedade de experiências sindicais e não sindicais que convergiam para a CUT, gerando uma diversidade que ela própria tinha dificuldade de operar. Para uma central que se dizia classista, um desafio estava posto: como conciliar o caráter classista da central com a diversidade que colocavam, no cotidiano das lutas, a necessidade de re-fazer a categoria classe bem como as formas de luta.

A diversidade de situações, de lutas e de formas organizativas que foram se constituindo no início da década de 90, deu mostras de ser um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos pelo sindicalismo contaguiano e para os quais o sindicalismo cutista também tinha dificuldades de encontrar soluções. Segundo Grzybowski, “o próprio sindicato enquanto organização e o sindicalismo de trabalhadores rurais enquanto prática não parecem ser adequados à diversidade de situações e lutas existentes no campo” (GRZYBOWSKI, 1991:63). Assim como no norte do país, novas formas organizativas também foram criadas no sudeste e no sul. Em São Paulo, os assalariados rurais criaram o Sindicato de Empregados Rurais (SER), para enfrentar os problemas da agroindústria canavieira e da laranja. No sul, os pequenos produtores integrados criaram organizações por ramo de atividade. Os fumicultores, suinocultores e avicultores foram os exemplos mais expressivos (PAULILO, 1990). Tanto no primeiro quanto no segundo caso, estas novas organizações ameaçaram a representatividade dos STRs do “sistema Contag”.

A luta pela terra e a defesa de direitos constitucionais foram os esteios da hegemonia dos STRs nas décadas anteriores. Na década de noventa, a reivindicação de políticas públicas de forma mais ampla passou a ser uma característica marcante. Neste sentido, os traços de identidade que conferiram a coesão aos trabalhadores rurais organizados em torno dos sindicatos, se modificaram ao longo das décadas em resposta às transformações da sociedade geral e fundamentalmente em função das

transformações no espaço social local. As transformações da sociedade geral, articuladas às transformações no espaço local, criaram novas dinâmicas sociais, organizativas, econômicas que deram forma e sentido às ações dos atores sociais concernidos.

Existiam fortes evidências que nos levaram a acreditar que um conjunto de fatores e não apenas um e/ou outro contribuíam para a manutenção de uma representação hegemônica por parte dos sindicatos. Porém, existiam indícios de que esta hegemonia tinha que ser vista com uma certa cautela, ou pelo menos, deveria ser mais bem compreendida. Primeiro, tivemos que ter em conta que sempre existiu uma oposição forte aos sindicatos nas décadas anteriores, principalmente, na de 1980. Segundo, não se podia negar o fato de que o percentual de sindicalizados em relação ao total de trabalhadores da região sempre foi muito baixo. Terceiro, a existência já nos anos 80 de entidades como associações, caixas agrícolas e algumas iniciativas menos formais como grupos de revenda articulados ou não aos STRs. De uma maneira geral, podemos considerar que os sindicatos eram vistos como “porta-vozes” dos trabalhadores rurais: tanto daqueles que se reconheciam nos sindicatos (os associados) quanto daqueles “indivíduos atomizados” (não associados), no sentido durkheimiano do termo (DURKHEIM, 1969), que findavam por se beneficiar da ação da parcela organizada.

Uma primeira vista sobre o quadro das entidades de representação dos pequenos agricultores nos anos noventa, em nível nacional e em particular na região de Marabá, mostrou uma tendência à fragmentação da atividade de representação. Durante a década de 90, multiplicaram-se as formas de entidades de representação, quando comparado com as décadas anteriores (Ver anexo 1). O surgimento dessas novas entidades foi fruto de um processo complexo de deslegitimação/legitimação dos aparelhos sindicais tradicionais e o surgimento de novas estratégias de grupos em construção, com interesses diferenciados. Apesar dos sindicatos de trabalhadores rurais, fortemente influenciados pela pressão da luta dos posseiros, terem desempenhado um papel de articulador das lutas pela posse da terra nas décadas anteriores, encontrava-se com dificuldade de responder a todos os tipos de problemas dos grupos emergentes no meio rural. Isto poderia ser interpretado como um sinal de que as práticas sindicais tivessem chegado a uma situação limite, ou como disse Champagne (1996), tenham chegado a um alto grau de rotinização. Mas, a complexidade dos processos sociais desencadeados nas últimas décadas nos impõe a necessidade de buscar explicações além da rotinização.

Ao longo desse capítulo percebemos que os camponeses, independente de sua situação e denominação, tencionaram fortemente suas entidades de representação provocando profundas mudanças. No sudeste do Pará, em particular, esse processo parece ainda totalmente em construção e transformação. O sindicalismo de trabalhadores rurais da região, foi transformado pela ação de uma base social que se manteve mobilizada durante décadas. As mudanças na conjuntura política, econômica e social dos anos 1990, provocaram novas mudanças no espaço social e nas formas de atuação das entidades de representação. Nos próximos capítulos, discutiremos as principais transformações que ocorreram (algumas ainda estão em curso) no campo da representação e nas formas de ação coletiva dos agricultores familiares do sudeste paraense.

CAPÍTULO IV DISPUTA PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E NOVA PRÁTICA SINDICAL

O objetivo desse capítulo é de compreender a emergência de novas entidades de representação dos agricultores familiares na região sudeste do Pará e refletir sobre a formação de um campo de disputa, a produção de novas questões e formas de ação. As entidades sindicais se constituíram como a principal *porta voz* dos posseiros e agricultores durante um longo período, seja na relação com a sociedade local seja na interlocução com as agências governamentais em diferentes níveis. A legitimidade dessas entidades, ou seja, o direito e o poder de falar pelos agricultores foram construídos a partir do papel desempenhado em processos como a luta pela permanência e pela posse da terra, a luta contra a violência privada e do Estado e a luta por melhores condições de vida.

A emergência de novos atores coletivos como o MST, Associações, Centrais de Associações e Federações de Centrais ao longo da década de 90, contribuíram para redefinir o lugar social e político do sindicalismo de trabalhadores rurais no cenário regional. As transformações ocorridas no Estado e nas políticas públicas modificaram o espaço social. Diante dessas transformações, as entidades de representação dos segmentos rurais, redefiniram seus interesses, reestruturaram suas organizações, geraram novas formas de ação e construíram novas solidariedades.

4.1 Atuação Regionalizada: Fortalecendo o Papel de Representação do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais

A organização das oposições sindicais, como vimos no capítulo anterior, projetou lideranças das CEBs na disputa sindical, possibilitou o intercâmbio entre dirigentes sindicais de diferentes regiões do estado, aproximando experiências até então isoladas geograficamente e estimulou a participação de dirigentes sindicais da região nas discussões no âmbito nacional. O fortalecimento das oposições sindicais em nível dos municípios contribuiu com a mobilização que levou a oposição sindical de orientação cutista à direção do sindicalismo de trabalhadores rurais em nível estadual no final dos anos 80. A ascensão de dirigentes sindicais forjados nas atividades das CEBs e na relação com militantes políticos, consolidou as entidades sindicais como legítimos representantes dos interesses da maioria dos camponeses e trabalhadores rurais no estado e nos municípios.

A experiência das oposições sindicais, sedimentada na ação de milhares de agricultores e posseiros, transformaram o sindicalismo de trabalhadores rurais em nível estadual a partir da inclusão em sua pauta de um conjunto de lutas, tais como a luta pela terra; contra a violência do latifúndio; contra a impunidade e parcialidade do aparato jurídico do Estado; contra a política de incentivo aos grandes projetos; a luta por políticas de incentivo à produção. A presença na direção das entidades sindicais de dirigentes surgidos a partir das lutas concretas de posseiros, ribeirinhos, agricultores, colonos, extrativistas, dentre outros, deu uma nova legitimidade às entidades sindicais¹¹¹. A questão que se colocava para os dirigentes sindicais era como essas entidades, principalmente a Federação Estadual, dariam conta de encaminhar as diferentes demandas surgida a partir de uma base social tão ampla e diversificada. Uma

¹¹¹ A primeira diretoria de orientação cutista que assumiu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Pará e Amapá, tinha 5 dirigentes sindicais do sudeste paraense, inclusive, o vice-presidente.

das soluções pensadas foi a criação de *Delegacias Regionais da Federação*, que se encarregariam de encaminhar as demandas dos sindicatos de uma determinada região, assistir os sindicatos do ponto de vista operacional e político e agilizar os processos no âmbito estadual e federal. A idéia central era sair de uma atuação fragmentada e isolada dos sindicatos para uma atuação articulada regionalmente. Na visão de alguns sindicalistas, as disputas internas entre as diferentes correntes sindicais dificultaram a implementação dessa estratégia. De acordo com um dos entrevistados,

[...] já houve várias tentativas de organização na regional, na verdade o Almir¹¹² passou por esse processo aqui da briga do Polígono dos Castanhais, toda aquela história ele acabou virando vice-presidente da Federação (estadual) na época, época que foi tomado também a Federação [...] Então, quando o Carlito (Zelito) virou presidente da Federação, era aquela visão petista e tal. Até uma época houve uma idéia de descentralização da Fetagri, que foi criada a Delegacia Regional da Fetagri, que o Almir respondia, só que por conta do processo da época não foi possível fazer um papel de descentralização [...] e o Almir não conseguiu, até fracassou nesse negócio [...] fiquei imaginando a dificuldade que o Almir teve na época. Na época os sindicatos eram mais complicados do que hoje, não tinha esse conjunto de entidades que pudesse ajudar, então eu imagino as dificuldades da época (Entrevista n° 12)¹¹³.

A participação nas situações de cada região do estado legitimou os dirigentes sindicais dos municípios para a direção estadual. Entretanto, o retorno com a ascensão desses dirigentes não foi o esperado. A conquista da direção estadual não se traduziu de imediato numa ação enérgica sobre os problemas regionais. Por outro lado, nem todos os sindicatos haviam rompido com as práticas anteriores. Nesse período, apenas quatro STRs entre os 12 da região estavam alinhados politicamente com o movimento de oposição que se fortalecia em todo o estado. O termo *complicado* usado no discurso do dirigente sindical, expressou em certa medida a dificuldade de articulação regional. Além disso, pesava sobre os sindicatos e seus dirigentes uma forte pressão dos latifundiários e a tentativa de tutela por parte do Estado. Além da iniciativa direta da Federação, um setor da CUT também tentou articular os STRs da região em torno de uma estrutura regional:

[...] logo depois houve outra tentativa com o Manoel Monteiro¹¹⁴ e o Joaquim, que era mais organizado através do Gatão¹¹⁵, do CNS¹¹⁶. Mas, na verdade, na época a estratégia não era de organização da Fetagri, a estratégia era de organização do

¹¹² Ex-animador de comunidade e líder da oposição sindical no município de São João do Araguaia.

¹¹³ Nascido em Grajaú no Maranhão, filho de família de agricultores, migrou para a região em 1979. Seu tio, entrevistado n° 03, já estava na região há bastante tempo e coordenou a oposição sindical em municípios da região. Os pais eram sindicalizados desde o Maranhão e participavam das atividades da CEB. Muito jovem começou a participar das atividades da CEB e da delegacia sindical de sua comunidade, chegando a ser o mais novo delegado sindical do STR de seu município. Defendia que os jovens agricultores (com menos de 18 anos) tivessem o direito de se associarem. Foi secretário do STR de São João do Araguaia, presidente do STR de São Domingos do Araguaia (após a divisão dos municípios em 1988) e primeiro Coordenador Regional da Fetagri Regional Sudeste.

¹¹⁴ Liderança sindical do município de Itupiranga e era delegado representante da Fetagri (não foi entrevistado).

¹¹⁵ Gatão (Atanagildo de Deus Matos), sindicalista originário de Oeiras do Pará, militante político do PRC, transferido como quadro para atuar na região sudeste do Pará (não foi entrevistado).

¹¹⁶ Nesse período o Gatão era da oposição sindical de Marabá, só na década de noventa ele passou a representar o CNS localmente.

CNS pra região, por isso não funcionou. Então passava todo aquele processo das regionais da CUT, que foi um processo fracassado e quando funcionou lá no

escritório da SDDH, junto à SDDH [...] só que quem era que tava por trás do negócio, era a organização da CUT regional. Então como não era uma proposta clara de regionalização da Fetagri, não deu (certo) assim o negócio (Entrevista nº 12).

O conjunto de forças que ajudou a alçar a oposição sindical ao comando da Fetagri Estadual no final dos anos oitenta não tinha uma visão unificada de como prosseguir no processo organizativo e no fortalecimento do sindicalismo no estado. Segundo o entrevistado "[...] passava pelo debate, que era o processo que tinha a *CUT pela base*¹¹⁷, todo esse negócio [...] tinha a briga com os Ganzer¹¹⁸, com a Maria de Jesus¹¹⁹ aqui que era ligada ao Paulo Rocha¹²⁰..." (Entrevista nº 12). As correntes internas da CUT disputavam a orientação política do sindicalismo de trabalhadores rurais em nível regional, reflexo do embate entre as tendências internas do PT pela hegemonia do processo de implantação da CUT na região¹²¹.

Nesse período a corrente majoritária do PT se fragmentou criando duas "Articulações" no estado: uma comandada por lideranças sindicais de origem rural ligada aos irmãos Avelino e Valdir Ganzer, que mais tarde daria origem à tendência *PT pra valer* e a outra ligada ao sindicalista gráfico e deputado estadual Paulo Rocha, que deu origem à tendência *Unidade na Luta*. Elas divergiam nos procedimentos operacionais da condução da política partidária no nível estadual, regional e municipal, particularmente quando se tratava de definir candidaturas. Outras tendências menores também disputavam espaço político¹²².

O grupo liderado pelos irmãos Ganzer tinha uma base eleitoral centrada no sindicalismo rural, principalmente na região de Santarém e o grupo liderado pelo Paulo Rocha tinha uma base eleitoral urbana, mas com uma inserção crescente no meio rural, principalmente na região das ilhas no entorno de Belém. O processo de implantação da CUT na região sudeste era hegemonizado pela tendência *CUT pela base*. Enquanto as tendências se debatiam na discussão da implantação da CUT regional, os dirigentes sindicais da região colocaram em marcha outro processo de articulação, a criação da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), no âmbito do programa do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)¹²³. Segundo um dirigente sindical da região:

¹¹⁷ A *CUT pela base* manteve no início dos anos 90 um discurso classista e de construção da Central a partir das bases, ou seja, um sindicalismo de baixo para cima. No III Congresso em 1988, as teses defendidas pelo movimento dos seringueiros do Acre e de alguns sindicatos paulistas foram incorporadas aos princípios norteadores dessa tendência. Era a 2ª força nacional dentro da Central.

¹¹⁸ Sindicalista da região de Santarém, ligada à tendência hegemônica Articulação do PT

¹¹⁹ Sindicalista, ex-presidente do STR de Jacundá, ligada à tendência Unidade na Luta do PT.

¹²⁰ Sindicalista da categoria dos gráficos e, na época, da direção estadual da CUT.

¹²¹ Essa disputa local refletia o processo em curso em nível nacional.

¹²² A Articulação (Unidade na Luta e PT pra Valer), tendência majoritária do PT, disputava a hegemonia partidária no estado com outras tendências como a Força Socialista (que se transformará na Democracia Socialista - DS), a Convergência Socialista (CS – parte de seus militantes criaram o PSTU no estado), a Tendência Marxista (TM) e a Nova Esquerda (ambas derivadas do antigo PRC) e outros grupos menores como o que articulava parte do Movimento de Bairros de Belém.

¹²³ O Programa CAT foi fundado em 1989 a partir de uma iniciativa de pesquisadores ligados a Universidade Federal do Pará, pesquisadores franceses no âmbito de uma cooperação franco-brasileira e um grupo de sindicalistas da região sudeste do Pará. O programa era composto de dois componentes: um que reunia os quatro sindicatos mais importantes da região (Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia) em torno de uma fundação (FATA) e outro denominado Laboratório Sócio Agrônomo do Araguaia Tocantins (LASAT) reunia pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa e extensão

[...] o Manoel (Monteiro) saiu desse processo de lá do sindicato de Itupiranga, nesse debate da CUT regional pra vim pra criação da FATA, que foi um outro momento de organização regional também, mas só que já era tendo outra visão, que não tinha essa história da Fetagri e tal, era criar um instrumento de representação dos sindicatos aqui da região que não levava em conta então essa história da federação. Então o estranho nesse negócio era, estranho no bom sentido de novo, é que era o Almir, a Maria de Jesus e o Manoel Monteiro e, na época, o Chico, eram de grupos políticos diferentes (Entrevista nº 12).

A própria fundação da FATA pode ter atropelado a dinâmica de discussão para implantação da CUT regional. Um grupo de dirigentes sindicais de grande expressão regional se aglutinou em torno da criação da FATA, esvaziando a discussão da CUT regional que foi assumida por outros segmentos como os trabalhadores na educação e alguns assessores, ligados às tendências marxistas do PT. A *CUT pela Base* e a FATA buscavam uma articulação regional sem se preocupar com a relação em nível do estado. A *CUT pela base*, por entender que o sindicalismo devia se organizar de baixo para cima e considerando a diversidade dos processos organizativos locais. A FATA, por não se propor a ser uma instância de decisão política e sim um espaço de discussão regional sobre o desenvolvimento agro-ambiental em prol do campesinato. Tanto os discursos dos dirigentes sindicais quanto dos pesquisadores envolvidos na proposta assumiam que a FATA não deveria substituir os STRs em suas funções políticas (HÉBETTE, 2004d).

O grupo que deu origem a FATA era bastante heterogêneo. Os dirigentes sindicais do STR de São João eram ligados politicamente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto os de Jacundá, Marabá e Itupiranga eram militantes petistas, porém estavam alinhados em tendências internas diferentes. O elemento que dava coesão era a luta dos posseiros, contra os grandes projetos e a busca por alternativas para os que já tinham a terra garantida. Outro fator importante é que a FATA nascia com total autonomia financeira em relação à Fetagri Estadual, portanto, livre de amarras burocráticas e da pressão dos diferentes grupos internos.

Apesar da Fetagri Estadual diagnosticar os problemas causados pela falta de uma atuação mais próxima das realidades regionais, não conseguiu implementar ações para solucioná-los. Essa fragilidade da Fetagri, permitiu que várias iniciativas com características locais e sob a coordenação dos STRs das regiões comesçassem a emergir. Sem abandonar a luta pela terra, a FATA centralizou sua ação em torno das condições agroecológicas¹²⁴ de permanência das famílias camponesas na terra. Essa decisão tem um significado importante por indicar uma mudança nas prioridades das lutas sindicais. A luta pela terra, que até então era a principal reivindicação do sindicalismo de trabalhadores rurais vai cedendo lugar a reivindicações por políticas públicas de apoio à produção, políticas sociais e melhorias da infra-estrutura interna dos municípios. Isto mostrou um determinado grau de independência de pensamento dos dirigentes sindicais da época em relação à condução do processo de luta no nível local. Mas, significou

brasileiras (NAEA, IDESP, EMBRAPA, EMATER, SAGRI, FCAP) e estrangeiras (DAC/UAG – Guadalupe, INRA – Guiana Francesa e IICT – Lisboa). Segundo os princípios do programa, os dois componentes deveriam atuar de forma autônoma porém articulados. Os recursos financeiros que deram suporte inicial ao programa foram captados numa cooperação franco-brasileira entre o *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* (GRET), do lado francês e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no lado brasileiro. Para maiores detalhes sobre o programa CAT ver Hébette & Navegantes (2000); Hébette (2004d); De Reynal *et al* (1995);

¹²⁴ Refere-se às condições de reprodução dos sistemas de produção considerando práticas ambientais não degradantes.

também um desencontro entre a proposta política de estruturação da CUT regional “por dentro” do sindicalismo de trabalhadores rurais. Os princípios cutistas de atendimento às especificidades regionais e a luta pela autonomia sindical, eram interpretados de forma diferente pelos grupos locais.

Além das experiências regionalizadas como CUT e a FATA, houve uma tentativa de implantação do CNS na região. Mas, porque a presença do CNS onde não havia seringueiros? Três fatos ajudaram a jogar luz sobre essa particularidade: primeiro, a presença de um sindicalista da região na direção do CNS, Atanagildo de Deus Matos (Gatão). Isto se explica pelas ligações políticas desse sindicalista com o grupo que estava na direção do CNS; segundo, algumas lideranças sindicais da região e assessores já estavam bem próximos do discurso ambientalista, como demonstrou a própria criação da FATA; terceiro, vislumbravam-se maiores possibilidades de acesso a políticas diferenciadas a partir de uma vinculação ao CNS. A crença nessa possibilidade estava ligada a questões como: a criação das Reservas Extrativistas (RESEX); a crescente pressão internacional para criação de mecanismo de proteção a floresta e; o aceno por parte do governo para a criação de programas governamentais de apoio à preservação ambiental.

Neste contexto, o CNS se oferecia como mais uma possibilidade de representação regional, principalmente para os agricultores cujas áreas tinham grandes extensões de floresta. Nessas áreas, o CNS com o apoio do Cepasp, buscou incentivar a criação de um tipo de assentamento denominado agro-extrativista. Tratava-se de uma proposta de assentamento que combinava a produção agrícola com a exploração extrativa de produtos florestais de uso múltiplo. Semelhante à proposta das Reservas Extrativistas, o uso da terra seria por unidades familiares e a posse da terra, coletiva (PAULA, 2005). Essa modalidade de assentamento não foi bem aceita na região. Atualmente existe apenas um projeto agro-extrativista em toda a região de Marabá. A nosso ver dois fatores influenciaram fortemente: a dificuldade de encontrar grandes extensões de floresta continua e a característica da população da região, predominantemente migrantes, com pouco conhecimento de exploração do potencial da floresta.

As tentativas de atuação regionalizada do movimento sindical, o surgimento de entidades novas como o CNS, a criação da FATA e a tentativa frustrada de organização da CUT, não era apenas uma discussão em torno da capacidade de ação das entidades sindicais em atender às mudanças em curso no meio rural. Tratava-se de uma disputa pelo poder de representar os agricultores. Apesar dos dirigentes locais assumirem que o sindicalismo tinha dificuldade de encaminhar as lutas regionais, não havia uma unidade de pensamento em relação à forma de superar esse impasse.

Cada uma dessas experiências contribuiu de uma forma ou de outra para na reflexão dos dirigentes sobre os limites das entidades sindicais. A FATA se propunha a atuar junto a um número limitado de sindicatos sem perspectivas de ampliação. Os STRs integrantes da FATA operavam em condições financeiras muito diferentes dos outros STRs da região, devido ao aporte de recursos externos. Esta situação gerava, inclusive, críticas por parte de algumas lideranças que pensavam um projeto regional mais abrangente. A proposta da *CUT pela base* não foi aceita pelos sindicalistas rurais de forma ampla. E a atuação do CNS se resumia ao atendimento às áreas com perfil extrativista, o que, de certa forma, não atendia à complexidade da situação regional. Todas essas questões aprofundaram a discussão em torno da inadequação da estrutura e da ação sindical na primeira metade dos anos noventa.

Até a primeira metade da década de 90 as instâncias de representação do sindicalismo de trabalhadores rurais, eram as seguintes: a delegacia sindical nas

comunidades, os STRs nos municípios, a Fetagri e a Contag. A vinculação dos STRs com as discussões estaduais se dava através dos delegados representantes, que tinham a função de participar dos eventos estaduais promovidos pela Federação Estadual (manifestações, negociações, eleições sindicais), geralmente era um membro da diretoria. O longo intervalo entre estes eventos e a dificuldade de comunicação impedia uma reação da instância estadual em relação às demandas locais e regionais imediatas, ficando isto a cargo das capacidades locais dos STRs.

Em 1996, durante o Congresso Estadual da Fetagri, os dirigentes sindicais questionaram este modelo de organização e deram início a uma discussão sobre flexibilização da estrutura e criação de espaços intermediários.

Cada região desenvolveu dinâmicas próprias em função das características dos processos sociais, econômicos e ambientais ali desenvolvidos. Na região oeste paraense, onde Altamira era um pólo articulador, os STRs centravam a discussão em torno de políticas públicas para a produção e de um novo modelo de assentamento que não colocasse em risco o patrimônio florestal, assumindo um *viés* ambientalista. No nordeste paraense, a discussão se aglutinava em torno do processo de recuperação de áreas degradadas, políticas públicas para a produção e o mercado de produtos agrícolas. Nessas duas regiões o problema do acesso à terra não era tão gritante como na região sudeste, o que faz dessa última o foco dos conflitos e da violência. Enquanto nas outras regiões o fluxo de pessoas tendia a se estabilizar, no sudeste paraense a chegada ininterrupta de famílias de agricultores, a intensidade dos conflitos, as transformações econômicas, exigiam agilidade na tomada de decisões e na definição de formas de enfrentamento dos diferentes problemas que afluíam no dia a dia. A Federação não conseguia atender a essa dinâmica, mesmo após ser assumida por uma direção alinhada à corrente sindical cutista.

Como vimos, antes mesmo da Federação tomar a decisão de colocar em prática uma proposta de atuação regionalizada, as próprias regiões já estavam construindo esses espaços. No sudeste, a experiência da FATA, fundada em 1989, já apontava nessa direção. Na região de Altamira, o sindicalismo de trabalhadores rurais se articulava regionalmente no Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST)¹²⁵, criado no final dos anos oitenta (HENCHEN, 2002). Nesse trecho da rodovia Transamazônica, o sindicalismo de trabalhadores rurais se constituiu como força política desde o final dos setenta, quando o governo federal reduziu drasticamente o apoio aos projetos de colonização oficial. Nesse período só existiam na região delegacias sindicais regionais que foram fortemente influenciadas pelo sindicalismo do município de Santarém (LEROY, 1991).

Enquanto procuravam adaptar localmente suas estruturas, os STRs se integravam a ações mais amplas, como o Grito do Campo. A participação nos Gritos conectava as lutas locais com as lutas regionais. Por meio dos Gritos, muitas reivindicações gerais das entidades sindicais rurais foram alcançadas. No entanto, muitas lutas regionais mais localizadas não conseguiam avançar. Um exemplo era a política de criação e regulamentação dos assentamentos que permaneceu sem muita alteração até metade da década de noventa. Essas iniciativas regionais, que fortaleceram os STRs, forçaram em certa medida uma mudança de postura da Federação. Em meados dos anos 1990 a possibilidade de criar instâncias de representação regionais voltou a entrar na pauta de discussão dos dirigentes sindicais.

A decisão de regionalizar a atuação da Federação por meio da criação de Coordenações Regionais só foi tomada oficialmente no III Congresso Estadual, em

¹²⁵ O MPST reunia 10 STRs, 23 associações, 5 cooperativas agrícolas, movimento de jovens e de mulheres e sindicatos de professores da Transamazônica (LAET, 2003).

março de 1996. Diferente do II Congresso, o terceiro começava embalado por avaliações positivas tanto nos aspectos da organização sindical quanto das conquistas políticas e econômicas. Segundo documento de circulação interna da Fetagri.

A estratégia que tem fornecido o combustível alimentador deste processo são os Gritos do Campo. Estes representam uma construção coletiva dos trabalhadores, através da Fetagri/CUT/DNTR e suas entidades parceiras não-governamentais, partidas do campo democrático e inúmeros colaboradores técnicos [...] O MSTR no período ampliou sua cultura política e organizativa, aprendendo a trabalhar a luta de ruas, a mobilização massiva, com o plano institucional, pois foi baseado na idéia de que o sindicalismo existe para organizar, defender e conquistar vantagens para a classe. O econômico e o político são faces da mesma moeda e inseparáveis quando se trata de buscar as respostas às demandas de reprodução dos trabalhadores (FETAGRI, 1996:7).

A superação da chamada “crise do sindicalismo” que foi alardeada no segundo Congresso pareceu ter sido obra dos Gritos do Campo. Mas, como afirmou Tura (1996), esses processos não podiam ser entendidos sociologicamente como “formas acabadas” e nem como dinâmicas dadas *a priori*. Eles foram construídos na ação, ou seja, o sindicalismo “se transformou” e “se compreendeu” na medida em que colocou as ações em prática (TURA, 1996). Muitos processos regionalizados que vinham acumulando experiências mesmo antes dos Gritos contribuiriam para que esse processo de mobilização fosse adquirindo, ao longo dos anos, formatos e conteúdos que o dinamizaram.

O próprio Grito do Campo surgiu de uma iniciativa coletiva que teve sua origem no sul e sudeste do estado, o Comitê Rio Maria. O Comitê Rio Maria era um fórum de discussão que foi criado após o assassinato do presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro, em 1990¹²⁶. Segundo Tura (1996), numa reunião do Comitê Rio Maria, identificou-se a necessidade de uma “ação de peso” para que o Comitê atingisse seus objetivos que eram: discutir a reforma agrária, a violência no campo e na cidade; elaborar um programa de luta a partir das reivindicações dos trabalhadores do campo; pensar a questão agrária no estado do Pará com o objetivo de apresentar propostas concretas e elaborar e executar tarefas concretas de ação conjunta (TURA, 1996:66). Sobre a “ação de peso”, Tura lembrou:

Foram planejadas várias atividades e, entre estas, foi apresentada uma proposta, por entidades da região Bragantina (integrantes do Comitê Rio Maria), de uma manifestação em Belém com trabalhadores rurais de todas as regiões do Pará, com o intuito de dar uma resposta unificada de todo o estado à violência. Esta proposta indicava a realização de quatro atividades nos dias 30 de abril e 1º de maio, aproveitando-se as comemorações do Dia do Trabalho: a) caminhada ao Palácio Lauro Sodré (sede do governo); b) audiência com o governador; c) debates sobre a violência e; d) ato público contra a violência urbana e no campo. Posteriormente, esta acabou sendo assumida pelo Comitê Rio Maria, e no desenvolvimento das discussões decidiu-se denominar esta manifestação de *Grito do Campo* [...] O I Grito do Campo, então, que ocorreu no dia 30 de abril de 1991, foi coordenado pelo Comitê Rio Maria e concebido, inicialmente, como uma marcha contra a violência e impunidade no campo (TURA, 1996:67)

¹²⁶ O Comitê reunia um conjunto de entidades como sindicatos de várias regiões do estado, a CUT, Fetagri, CBB, CPT, CNBB, Igreja IECLB, Organização dos Advogados do Brasil, seção Pará (OAB-PA), SPDDH, FASE-PA, PT, PSB, PC do B, PSDB e Unipop (PEREIRA, 2004a).

A predominância do tema da violência revelava o acirramento da disputa regional pelos diferentes recursos regionais, principalmente a terra, pelo poder de influenciar as políticas governamentais e pelo poder político. A ação do Estado era fortemente contestada por uma parcela do sindicalismo e pelas entidades de apoio. Segundo estes, a prioridade dada pelo Estado ao grande capital era a origem da alta concentração de terras na região, da concentração de riqueza e do alto índice de violência registrado na área rural e urbana. No sudeste paraense crescia o número de desempregados, aumentava a violência dos conflitos fundiários, faltava apoio aos agricultores instalados e a atividade industrial ligada ao complexo mineral e metalúrgico se incrementava.

A proposta de criação de coordenações regionais foi apresentada por uma das chapas que concorria à eleição no III Congresso Estadual. Os documentos do III Congresso apresentavam um discurso genérico sobre a continuidade da construção de um sindicalismo combativo através da formação dos militantes e dirigentes sindicais e do fortalecimento da organização de base; da defesa das riquezas naturais da Amazônia e do papel da agricultura familiar, dos pescadores artesanais, dos extrativistas, dos índios e dos assalariados rurais; do papel articulador da CUT, reconhecendo a necessidade da atuação conjunta dos trabalhadores do campo e das cidades; do fortalecimento da Contag enquanto representação em nível nacional e; a criação de regionais da Fetagri em todo o estado. No entanto, a análise detalhada das resoluções do III Congresso revelou que essa modificação na estrutura sindical foi meramente burocrática. Não havia previsão de recursos para funcionamento e implantação da infraestrutura das regionais. Ao Conselho de Delegados da Federação foi delegada a incumbência de discutir as cidades que seriam sedes das regionais e viabilizar os recursos para funcionamento. Ficou deliberado que seria responsabilidade do IV Congresso avaliar e propor adaptações no processo de criação das regionais, caso julgasse necessárias (FETAGRI, 1996).

Apesar da fragilidade da discussão, foram criadas as regionais do Baixo Amazonas, Bragantina, Guajarina, Ilhas do Marajó, Salgado, Sul do Pará, Sudeste do Pará, Tocantina e Transamazônica. Inicialmente, cada regional seria coordenada por um sindicalista com *status* de vice-presidente e um suplente. O número de municípios e a forma de organização das regionais seriam definidos em função das especificidades de cada situação. Na região de Marabá foi criada uma regional que passou a se chamar Fetagri Regional Sudeste (FRS), composta por 17 municípios. Em 1999, durante o IV Congresso da Fetagri Estadual, estavam em funcionamento dez Coordenações Regionais (ver quadro 9). A regional com maior número de STRs e de associados era a Bragantina. Situada no nordeste paraense era a região de colonização mais antiga do estado e onde surgiram os primeiros STRs. A menor regional foi criada mais recentemente, a Alto-Tocantina, que passou a articular cinco STRs no entorno de Tucuruí. A regional sudeste, foi formada por 17 STRs e somava 13.743 filiados.

Quadro 6 Número de STRs e de filiados por regional

Regional	Número de STR	Número de Sócios*
Alto Tocantins	04	2.532
Bragantina	28	27.231
Baixo-Amazonas	17	22.486
Guajarina	09	10.506
Ilhas do Marajó	15	7.034
Salgado	18	17.589
Sul	15	7.483
Sudeste	17	13.743

Tocantina	07	13.847
Transamazônica	11	6.964
TOTAL	141	129.415

*Informações do V Congresso (FETAGRI, 2001a).

As regionais que mais se fortaleceram foram aquelas que já tinham dinâmicas próprias fortalecidas, como a sudeste do Pará, tendo como centro articulador a cidade de Marabá, a região oeste do estado na Transamazônica, cuja cidade pólo era Altamira e o Baixo Amazonas com sede em Santarém. No caso do oeste do estado, a base da organização foi o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) com mais de 10 anos de atuação. A coordenação regional, nesse caso, foi integrada a um forte movimento com dinâmicas estabelecidas e aglutinando mais que o sindicalismo de trabalhadores rurais (HENCHEN, 2002).

No sudeste do Pará não havia um movimento formalizado nos moldes do MPST, mas existiam experiências de organização regional como a FATA, que reunia apenas sindicatos de trabalhadores rurais. Os dirigentes desses sindicatos tomaram a frente do processo de implantação da regional. No entanto, a experiência da FATA era muito limitada do ponto de vista geográfico. Por determinação da coordenação do programa no qual a FATA estava inserida e, de comum acordo com um certo número de dirigentes sindicais, a área de atuação da fundação deveria permanecer restrita aos seis municípios que a fundaram¹²⁷. A nova dinâmica regional apontava para uma amplitude maior do espaço territorial. Segundo depoimento do primeiro coordenador da FRS:

Então como é que tu regionaliza o processo se tu tem que conversar com 15 e só conversa com cinco? Então, como é que tu regionaliza [...] na verdade foi em torno ali do programa (CAT), por isso que eu acho que não funcionou. Bom, o programa visava atender a região de Marabá, quatro municípios. Na verdade são quatro municípios e por essa questão de divisão e criação de municípios foi para 6, mas na verdade a área é a mesma [...] como regionaliza a partir do Marabá, Itupiranga, São João e Jacundá? Depois a gente tem 17 municípios e a gente vê que a gente é limitado do ponto de vista da regionalização, porque é a região do sul do Pará. Por um erro cometido pela Fetagri estadual aí, nós temos problema hoje, porque a regional não é sudeste do Pará. A regional é sul do Pará, então são 40 municípios. Eu acho que quando todo mundo tiver isso na cabeça, vai analisar e tem que responder sobre as reivindicações das necessidades e saber conviver entre esses vários atores que existem... (Entrevista nº 12).

Se fizéssemos uma sobreposição das áreas correspondentes às três regionais, sudeste, sul e Alto Tocantins, veríamos que correspondia ao que seria a proposta de criação do estado de Carajás, caso a proposta de divisão do estado do Pará fosse aprovada pela Câmara Federal¹²⁸. Estas coincidências nos levaram a concluir que existia uma certa expectativa dos dirigentes sindicais em relação à criação de um novo estado, o que levaria à criação de uma nova estrutura sindical de abrangência estadual, e Marabá certamente seria o centro administrativo dessa nova unidade.

¹²⁷ Originalmente os STRs que compunham a FATA eram os de Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia. No processo de criação de novos municípios, foram incluídos São Domingos do Araguaia e Nova Ipixuna. A área de abrangência da FATA permaneceu a mesma já que a área dos novos municípios foi desmembrada dos 4 municípios antigos.

¹²⁸ Um conjunto de parlamentares apoiados pela Amat vem tentando colocar em votação uma proposta de divisão do estado do Pará. A região que hoje corresponde a aproximadamente o sul e sudeste do Pará (40 municípios) seria transformada no estado de Carajás.

A proposta de criação do estado de Carajás ganhou força à medida que um grande número de órgãos da administração federal se instalou na região. A presença da UFPa, através de um Campus Universitário que abrange o sul e sudeste do estado, a criação da Superintendência do Incra, a instalação de uma Regional do Ibama, do Ministério Público Federal, de um posto avançado do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), dentre outros órgãos, estimularam a discussão em relação à criação do novo estado. A criação do estado também redefiniria a correlação de forças políticas à medida que se formaria um novo parlamento abrindo a possibilidade de vagas para deputados estaduais, federais e senadores e um novo governador.

Outras mudanças na estrutura governamental e nas políticas destinadas à região estavam ocorrendo simultaneamente. O aumento da violência no campo, cuja maior demonstração foi o massacre de Eldorado dos Carajás, apressou as medidas emergenciais do governo federal. Em nível nacional, o governo havia criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. No nível regional, foi criada a Superintendência regional do Incra (SR27)¹²⁹. A Superintendência foi criada em novembro de 1996, sob forte pressão dos sindicatos de trabalhadores rurais e do MST.

Do ponto de vista do acúmulo de experiência em processos de articulação regional vale a pena mencionar mais um fato que contribuiu para consolidar a visão dos dirigentes sindicais sobre a pertinência de uma atuação regionalizada: a formação do Comitê Rio Maria, mencionado páginas atrás. Como vimos, a atuação do Comitê Rio Maria extrapolou a esfera local e se projetou em nível estadual e nacional. Reuniões, manifestações, elaboração de estratégias de divulgação e esclarecimento à população, negociações com órgãos da segurança pública foram ações das quais os dirigentes sindicais tomaram parte e onde afloraram sua capacidade de intervenção em diferentes situações. A percepção dos dirigentes sindicais sobre os problemas e as ações em escala regional, assumia contornos distintos daquele acumulado pela percepção isolada dos problemas dos municípios.

A cidade de Marabá, pela sua posição geográfica e econômica estratégica, concentrava um conjunto de organizações não governamentais. Além disso, o município também protagonizava uma boa parte dos conflitos em torno da posse da terra. Em função disso, havia um grande número de organizações não-governamentais com sede nessa cidade que se integraram ao Comitê Rio Maria:

Mas em Marabá por conta da luta contra os Mutran, da própria violência sindical, de vez em quando *quebravam* (destaque nosso) um trabalhador, e por estarem ali as entidades acho que isto foi o fator determinante, o fato de as entidades estarem em Marabá, levou a que o Comitê Rio Maria de Marabá fosse talvez o mais dinâmico do ponto de vista de captar recurso, envolveu todo mundo. O MST estava chegando já na época, também participou, e aí teve um trabalho muito interessante bem destacado da SDDH, neste período na coordenação do Comitê Rio Maria, da FATA, especialmente do Manu¹³⁰. O Manu sempre foi um cara assim catalisador e ajudou a articular muita coisa. Então eu acho que este comitê também foi um outro momento, um outro modelo de organização que respondeu bem a esta coisa de estar articulando todo mundo (Entrevista n° 16)¹³¹.

¹²⁹ O estado do Pará é um dos estados que têm três superintendências: a SR27, com sede em Marabá e área de atuação no sul e sudeste do estado, a SR30 em Santarém e a SR01, com sede em Belém e área de atuação no restante do estado.

¹³⁰ Agente pastoral e coordenador da CPT na região por vários anos desde sua fundação.

¹³¹ Nasceu em Barbacena, Minas Gerais, e veio para a região em 1985. Em Barbacena, o entrevistado foi militar da aeronáutica por 4 anos. Durante esse período ajudou a fundar o PT na cidade. Como sua promoção para sargento da aeronáutica estava demorando, resolveu dar baixa e se mudou para o Pará. Sua primeira estadia foi em Belém, onde trabalhou como cobrador de ônibus e vendedor ambulante nas

A partir da ação de iniciativas como o Comitê Rio Maria as discussões dos principais problemas regionais romperam fronteiras. As entidades sindicais, principalmente os sindicatos assumiram um papel importante por representar regionalmente a parcela da população que mobilizava a solidariedade de diferentes atores, à medida que representava os posseiros, os agricultores familiares, os agregados e agricultores sem terra.

Os processos anteriormente descritos influenciaram transformações importantes na região sudeste paraense: as entidades de representação dos agricultores passaram a ser reconhecidas em diferentes espaços da sociedade; os dirigentes sindicais se projetaram em discussões para além do nível municipal; as agências de mediação se diversificaram e a Igreja diminuiu seu poder junto às entidades sindicais, apesar da forte presença da CPT; a presença do Estado na região se modificou, principalmente pela instalação de órgãos da administração federal de forma mais efetiva na região e das mudanças na orientação das políticas; mudou a relação das entidades de representação dos trabalhadores com outros atores sociais.

Foi em meio a esse quadro de transformações que a Fetagri Regional Sudeste iniciou suas atividades na segunda metade dos anos 90. No momento de sua instalação, os dirigentes enfrentaram dois tipos de dificuldades: uma financeira e a outra de ordem política, que de certa maneira evoluíram estreitamente ligadas. A primeira dificuldade foi o fato de não haver estrutura física para instalação da nova instância organizativa. A Fetagri Regional recebeu convite para se instalar nas outras organizações como o STR de Marabá, o CNS, a FASE e a SDDH. Apesar do apoio que a nova coordenação tinha dos vários grupos da região, aceitar o abrigo de um ou outro podia ser tomado como alinhamento político pelos demais. Mas, as circunstâncias não deixavam opção a não ser aceitar a ajuda de um desses grupos ou entidades, como mostrou o depoimento abaixo:

[...] vim (do III Congresso) com a faixa de coordenador e, então a gente começou a imaginar, então como é que nós vamos fazer esse processo deslanchar. Bom, temos que ir atrás dos parceiros [...] Bom, nós andamos com o “pires” na mão aí pra ver se o pessoal ajudava a gente financeiramente a implantar a Fetagri Regional. Por um trisco a gente não ficou em mais uma tentativa [...] Então eu fui lá pra FASE, não tinha nem onde dizer que era pra ficar, aí não tinha dinheiro [...] O dinheiro que tinha, era do sindicato, e os caras já tinham levado lá pro sindicato. Se quiser eu tenho uma mesa pra ti lá na minha sala. Não tinha outra opção, ou eu dormia na Cabanagem¹³² e, bom aí foi aquele negócio que eu te falei, eu e o Gatão. Aqui a gente conversou, a idéia de levar lá pro CNS. Parece que na época, o Batista do sindicato de Marabá, defendeu que fosse numa sala do sindicato de Marabá, mas eu

praias da região. Após um ano, foi tentar a sorte no garimpo, permanecendo alguns meses em Itaituba. Com o dinheiro conseguido no garimpo, montou um bar numa praia próxima a Belém. O entrevistado nutria uma curiosidade pelos indígenas amazônicos o que o levou a fazer um concurso para a Funai, em 1985. Foi aprovado e conseguiu transferência para trabalhar na Funai de Marabá. Durante três anos rodou toda a região em atividades de campo a serviço da Funai. Essa andança lhe rendeu um profundo conhecimento da região. Aproximou-se do PT em Marabá, e ajudou a fundar o partido em vários municípios. Em 1989 foi convidado pela FASE/Belém para fazer um diagnóstico da situação da região. O diagnóstico tinha como objetivo avaliar as condições para inserção da FASE na região. Coursou a faculdade de Pedagogia no Campus da UFPa em Marabá e em 1990 foi contratado para compor a equipe da FASE-Marabá. Desde então, dedicou-se ao trabalho de assessoria as entidades sindicais da região por meio de diferentes projetos.

¹³² Espaço físico para realização de encontro das entidades sindicais. A Cabanagem tinha uma infraestrutura mínima com cozinha e dormitórios.

já tinha a visão de se funcionar na sala do sindicato, a Fetagri não vai ter *visão própria*...(Entrevista nº 12).

A Fetagri Regional aceitou se abrigar na estrutura física da FASE¹³³. De certa maneira, a atuação da FASE na assessoria de alguns STRs e dirigentes sindicais a credenciava e legitimava essa relação. Mas essa escolha de certa forma contradizia o discurso da “visão própria” constante nos discursos dos dirigentes sindicais, já que a FASE era identificada com um dos grupos políticos que atuavam no interior do PT, o “PT pra valer”¹³⁴. Como as diferenças políticas já eram mais bem toleradas entre os diferentes grupos que apoiavam a Fetagri Regional, este fato não constituiu um empecilho ao apoio de todos à sua instalação e consolidação.

A decisão de ficar ao abrigo de uma entidade de apoio e não do STR de Marabá, por exemplo, pode ser entendido como uma preocupação de não vincular a ação da Regional a um ou outro município especificamente, ou seja, passar a idéia de atuação para o conjunto de STRs da região. Para que a Fetagri Regional se fortalecesse era preciso ficar acima das disputas políticas municipais, construir um novo espaço onde os STRs pudessem se sentir representados sem levar em conta divergências políticas localizadas. A partir de 1996, a Fetagri Regional Sudeste se tornou a principal referência dos 17 sindicatos da região junto às instituições governamentais e outros atores regionais.

Paralelo a esse processo desenrolava-se um conjunto de transformações. Nas “comunidades”¹³⁵ e nos assentamentos, o número de associações se multiplicava; nos municípios, novas entidades de representação como as centrais de associações, as cooperativas e outras organizações estavam se estruturando (trataremos dessas instituições no item IV.3); regionalmente, o MST se fortaleceu e foi criada a Federação de Centrais e Associações (Fecap). A multiplicação de formas organizativas e a disputa pela representação provocaram transformações significativas nas entidades sindicais. As relações do sindicalismo de trabalhadores rurais com as novas entidades de representação foram se construindo no curso dos acontecimentos. Um processo nem sempre harmônico, mas extremamente rico do ponto de vista social e político.

4.2 A Inserção do MST na Região Sul e Sudeste do Pará: Relações Tensas e Aprendizados Mútuos

O MST surgiu no Brasil a partir da ação de um conjunto variado de atores e da vasta experiência de luta pela terra (FERNANDES, 2000). Para efeito de associarmos aos fatos da região em estudo, nos guiamos pela seqüência cronológica contida no trabalho de Fernandes (2000). Segundo o referido autor, o movimento começou a se formar em 1979 com a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Os fatos que se desenrolaram a partir dessa ocupação até o ano de 1984, compuseram o que Fernandes (2000), chamou de “período de gestação do MST”. Apesar de não constar nos registros de Fernandes (2000), uma militante do MST entrevistada no Pará, afirmou que nesse período já havia no estado, pessoas sondando a possibilidade de organizar o movimento:

¹³³ Alguns anos depois, toda a estrutura física da FASE foi comprada pela Fetagri Regional e transformada em sua sede regional.

¹³⁴ O “PT pra Valer” foi criado a partir de uma fragmentação da corrente Articulação no estado do Pará.

¹³⁵ Áreas que não foram transformadas em Projetos de Assentamento.

[...] o MST chega em 1979 no Pará, chega através da luta pela terra que já existia [...] antes do 1^o Congresso, já havia a articulação do MST aqui na região [...] já existia a articulação aqui através dos trabalhadores que participavam a nível nacional que na época não era consolidado (o MST), não era, mas na 1^a reunião nacional que teve a nível nacional, o MST Pará participou [...] só tinha 16 estados presentes, o Pará teve participação. O pessoal de Conceição participava (Entrevista n^o 13)¹³⁶.

“O pessoal de Conceição”, referido pela entrevistada, era um grupo de sindicalistas do STR de Conceição do Araguaia que participava ativamente, com o apoio da CPT local, do processo de oposição sindical em nível nacional. Foi esse grupo, como veremos mais adiante, que apoiou as primeiras ações concretas do MST no estado do Pará.

Em 1984, durante o primeiro Encontro Nacional, realizado em Cascavel, no estado do Paraná, oficializou-se a existência do MST. Um ano depois se realizava o primeiro Congresso dando início a sua expansão para todo o território nacional. Lideranças sindicais do Pará participaram dos dois eventos (FERNANDES, 2000). Do primeiro Congresso em 1985, até 1990, considerado por Fernandes (2000), como o período da “institucionalização do MST”, o movimento se consolidou em 18 estados da federação, ampliando suas ações para o território nacional. Em meado dos anos oitenta, a coordenação nacional enviou os primeiros militantes ao Pará. A função dos militantes que vieram para o estado era de articular apoios institucionais, definir os locais para dar início ao trabalho de base¹³⁷ e identificar áreas passíveis de ocupação¹³⁸. A CUT estadual em Belém, através do Departamento Rural, deu o apoio logístico inicial para instalação do MST (BRITO FILHO, 2006). Instalado em Belém, em meados dos anos

¹³⁶ A entrevistada nasceu em Marabá (situação rara entre os dirigentes de entidades representativas). Seu pai veio de Pedreiras, no Maranhão, para trabalhar em garimpos de ouro e diamante na região de Marabá. Seu pai pretendia se tornar um homem rico. Após inúmeras decepções nos garimpos, o pai da entrevistada passou a trabalhar nos castanhais. Casou-se com uma filha de Marabá e conseguiram a primeira terra na região. Lá constituíram uma família numerosa, 14 filhos, sendo a entrevistada uma das mais novas. A família mudou de terra várias vezes. A necessidade de estudo dos filhos e problemas de doenças fez a família investir na compra de uma casa na cidade de Marabá. Após alguns anos mudaram definitivamente para Marabá onde, principalmente, as filhas puderam dar continuidade aos estudos. Apesar de um baixo grau de escolaridade formal, o pai da entrevistada sabia ler e escrever e acompanhava o desenvolvimento das filhas no colégio. Além disso era atuante nos grupos de discussão da Igreja Católica do bairro onde residiam. Ainda jovem, estudante secundarista, a entrevistada participava de atividades de grupos de jovens ligado à Igreja, de grupo de discussão do PT e do núcleo do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ) de Marabá, cuja sede era no bairro onde sua família residia. Quando os militantes começaram a fazer o trabalho de base nos bairros de Marabá, seu pai foi um dos primeiros colaboradores sem que a família soubesse. A entrevistada também começou a participar de discussões com militantes do MST. Como era de se esperar, descobriu que o pai era um dos colaboradores do trabalho de base que o MST desenvolvia. Após uma ocupação frustrada na fazenda Rio Branco, 1500 famílias do MST montaram um acampamento em frente ao Incra, em 1992. A entrevistada e um grupo de jovens foram para o acampamento colaborar com as famílias acampadas. Durante o acampamento ela e outros jovens foram convidados pelos militantes do MST a fazerem curso de formação. Do acampamento saiu um grupo de 20 jovens para fazer formação no estado do Maranhão onde o MST estava mais organizado. Voltando do curso de formação no Maranhão, a entrevistada passou a integrar a coordenação estadual do MST, mas ficou atuando na região de Marabá. De 1998 a 2002 cursou graduação em pedagogia na Unijuí (Curso Pedagogia da terra para militantes do MST). Atualmente integra a coordenação estadual do MST.

¹³⁷ Trabalho desenvolvido em áreas urbanas, em geral bairros da periferia, e rurais visando cadastrar famílias interessadas em ingressarem no movimento. Dentre as atividades desenvolvidas destacavam-se as palestras e reuniões para explicar os objetivos do MST, tratar da questão da reforma agrária, da situação das famílias frente ao desenvolvimento do capitalismo, dentre outros temas.

¹³⁸ Fazendas com histórico de apropriação irregular, latifúndios improdutivos, dentre outras.

80, o Movimento demorou vários anos até definir uma estratégia de expansão para o estado.

O forte dinamismo do sindicalismo de trabalhadores rurais no final da década de oitenta, inclusive, com a tomada da direção estadual pela corrente sindical cutista, talvez seja uma explicação para uma expansão lenta do MST no estado. Além disso, parte dos sindicalistas rurais do Pará, presentes no 1º Congresso do MST, não estavam convencidos da necessidade de organização do Movimento no estado, dificultando assim sua inserção nas áreas do interior. Segundo esse grupo, a estratégia de ocupação de terra dos posseiros era diferente da estratégia do MST, o que poderia criar atritos (LEROY, 2000). A nosso ver, essa resistência estava mais ligada a um receio de se abrir uma frente de disputa por espaço político e pela representação dos camponeses do que uma divergência na maneira de proceder ocupações.

Os dirigentes sindicais de Conceição do Araguaia eram mais próximos do MST. A história de luta dos posseiros, a estreita relação dos posseiros e dirigentes sindicais com a CPT talvez tenham sido fatores motivadores da escolha dessa região para as primeiras ações do MST. Outros aspectos que certamente influenciaram essa decisão foram: a constatação de um grande número de latifúndios na região e o fato de, nas décadas de setenta e oitenta, Conceição do Araguaia ter sido palco de muita violência e de resistência dos posseiros.

Do ponto de vista político, o momento em que o MST decidiu ampliar sua ação para a região Norte foi singular. No final da década de oitenta, a expectativa de um governo de esquerda que viesse ao encontro com as reivindicações de trabalhadores foi substituída por um sentimento de perplexidade diante da eleição do presidente Fernando Collor de Melo e das ações de efeito do seu governo. O governo Collor desencadeou uma onda de repressão aos movimentos sociais, especialmente ao MST e suas lideranças. As Polícias Militar e Federal foram autorizadas pelo governo a agir com extrema força para coibir as manifestações e as ações do MST. Segundo Fernandes (2000), o MST teve que recuar em sua estratégia e das palavras de ordem *ocupar, produzir e resistir*; apenas a terceira passou a dominar a cena no primeiro ano do governo Collor. *Resistir* à ação violenta da polícia, *resistir* ao isolamento e à falta de políticas, *resistir* à contra-propaganda do governo, *resistir* às ações judiciais de despejo, *resistir* às péssimas condições de vida nos acampamentos em beiras de estradas.

A atuação inicial do MST no Pará foi bem tímida. Brito Filho (2006), relatou o caso da ocupação de uma fazenda em Xinguara no ano de 1989, município próximo a Conceição do Araguaia, como a primeira ação concreta. Essa ocupação foi realizada por agricultores sem terra organizados pelo STR de Conceição do Araguaia, com o apoio do MST¹³⁹. Segundo relatou o referido autor, apesar da resistência dos posseiros, o fazendeiro conseguiu provar a titularidade da terra e o Incra se recusou a iniciar o processo de desapropriação. Por fim, os agricultores fizeram um acordo para receber uma indenização pelas benfeitorias construídas durante o período que permaneceram na fazenda e se retiraram (BRITO FILHO, 2006). Apesar do “fracasso” da ocupação, surgiram ali as primeiras lideranças paraenses do MST¹⁴⁰.

Com o apoio dos sindicalistas de Conceição do Araguaia, o MST iniciou o primeiro trabalho de base em três municípios do sul do Pará, ainda no ano de 1989:

¹³⁹ Segundo as informações levantadas junto a lideranças do movimento, o MST não havia realizado, como de praxe em sua ação, um trabalho de base para cadastramento de famílias, tendo sido essas mobilizadas pelo STR de Conceição.

¹⁴⁰ O militante Onacílio Araújo Barros (Fusquinha) que foi assassinado em 1998, numa ação de pistoleiros e proprietários da fazenda Goiás II, no município de Parauapebas. Valentim Serra (Doutor) foi assassinado na mesma ação (CPT, 1998).

Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Foram cadastradas 95 famílias (Entrevista n° 13). Nesse mesmo ano, o MST realizou o primeiro encontro estadual elegendo uma coordenação composta por militantes vindo de outros estados e por sindicalistas ligados ao STR de Conceição do Araguaia. Após o encontro a secretaria executiva do MST passou a funcionar em Conceição do Araguaia (BRITO FILHO, 2006). Com a constituição de uma coordenação estadual e da secretaria executiva iniciou-se o processo de identificação e formação da militância local. Militantes do MST, vindos de Goiás, Maranhão e São Paulo, apoiavam os trabalhos de mobilização e cadastramento de famílias na periferia das cidades, identificação de latifúndios com características passíveis de desapropriação e a formação de militantes locais.

Em janeiro de 1990, com a ocupação da fazenda Ingá, o MST fincou concretamente sua presença na região (FERNANDES, 2000; INTINI, 2004). Segundo Brito Filho (2006), essa ocupação foi feita com as 95 famílias mobilizadas pelo trabalho de base nos municípios citados anteriormente. O grupo de famílias mobilizadas pelo MST era composto por filhos de antigos migrantes vindos do Nordeste, agricultores que por algum motivo haviam perdido suas terras, ex-garimpeiros e pessoas desempregadas atuando em diversas atividades autônomas como borracheiros e pequenos comerciantes.

Uma parte da fazenda Ingá estava ocupada havia anos por posseiros ligados ao STR de Conceição. O MST ocupou a outra parte, unindo-se assim à luta dos posseiros. No mesmo ano, 45 famílias, que foram cadastradas na continuidade do trabalho de base do MST nos municípios da região, ocuparam a fazenda Canarana também no município de Conceição do Araguaia. Como forma de pressionar a realização dos procedimentos como vistoria, desapropriação e constituição do Projeto de Assentamento, as famílias ocuparam a Unidade Avançada do Incra em Conceição do Araguaia. Devido ao isolamento e às limitações de funções da Unidade Avançada, o fato não teve uma grande repercussão. Dois anos se passaram até que as duas áreas fossem transformadas em Projetos de Assentamento.

Com a desapropriação garantida e o processo de criação dos assentamentos em pleno andamento, posseiros liderados pelo STR de Conceição do Araguaia e militantes do MST se desentenderam em relação aos procedimentos para a divisão e distribuição dos lotes entre as famílias. Os posseiros liderados pelo STR queriam a delimitação imediata dos lotes para que as famílias fossem instaladas e dessem início aos processos de produção enquanto tramitava no Incra a parte legal de criação do projeto de assentamento; os militantes do MST, no entanto, queriam que as famílias permanecessem acampadas, formassem grupos para discussão da forma de utilização das terras do assentamento e só quando o Incra terminasse a demarcação dos lotes, os lotes seriam distribuídos entre elas (BRITO FILHO, 2006).

Estas duas propostas revelavam as primeiras divergências entre a lógica de ocupação dos posseiros apoiados pelo STR e a lógica do MST. Para os primeiros, a conquista da terra já era um grande passo e, portanto, definido o direito à posse do lote, o próximo passo era começar a roça imediatamente. Para os militantes do MST, a conquista da terra era o primeiro passo, no entanto, outros teriam que ser dados imediatamente, como por exemplo: a definição da forma de apropriação da terra (o MST propunha a posse coletiva da terra), a luta pelo crédito agrícola, a definição de como e o quê produzir (O MST propunha produção coletiva), a luta por infra-estrutura, pelo preço mínimo dos produtos, eram exemplos dos passos imediatos após a conquista da terra (FERNANDES, 2000).

No momento da decisão, a maioria das famílias aderiu à proposta apresentada pelas lideranças dos posseiros e pelo STR. A CPT, que apoiava tanto as lideranças

sindicais quanto o MST, se posicionou a favor da proposta do STR. A relação de confiança dos posseiros com o STR e com a CPT, uma certa distância das famílias em relação à discussão da posse e da produção coletivas, a fragilidade da discussão sobre a política agrícola, a urgência das famílias para começar a produção de alimentos, dentre outras questões, foram decisivas para a adesão à proposta do STR. Um pequeno grupo de famílias ligadas ao MST permaneceu acampado e solicitou que a área que lhes coubesse fosse titulada coletivamente, proposta que foi recusada veementemente pelo Incra.

Com a permanência de grupos de famílias na área, o MST pretendia por em prática a idéia de titulação e produção coletiva. No entanto, a posse individual da terra predominou sobre a posse coletiva, seja pela determinação da maioria das famílias, seja pela não aceitação do Incra em fazê-la. A estratégia de produção com base na unidade familiar predominou em relação a uma estratégia de produção coletiva, mesmo que a base de trabalho continuasse sendo familiar. Segundo Brito Filho (2006), em função dessas divergências, “o MST tirou sua bandeira do assentamento”. A tentativa inicial de atuação articulada entre entidades sindicais e MST, dão lugar a uma disputa pela condução das ações. O gesto de ter a bandeira içada no assentamento liderado pelo MST é um dos simbolismos e marcas da organização. Retirar a bandeira é reconhecer a perda de hegemonia sobre a condução política do assentamento.

As divergências entre os militantes do MST e as lideranças do STR, a pouca visibilidade das duas primeiras ocupações e a baixa repercussão das ações de ocupação de prédios públicos como o Incra, levou o MST a rever sua estratégia de inserção no estado. Segundo Brito Filho (2006), o MST junto com os posseiros liderados pelo STR de Conceição chegaram a ocupar a Unidade Avançada do Incra naquela cidade, pelo menos cinco vezes no intervalo de dois anos, sem que o impacto da ocupação fosse o esperado. O relativo isolamento de Conceição do Araguaia (não havia na cidade nenhum jornal de circulação regional), a timidez da ação (poucas famílias mobilizadas para a ocupação) e a falta de autonomia da Unidade Avançada do Incra para negociar e decidir (todas as questões teriam que ser negociadas e decididas em Belém), contribuiu para essa falta de visibilidade da ação inicial do MST. Diante disso, a coordenação estadual do MST resolveu transferir a secretaria executiva para Marabá.

Marabá, como cidade pólo regional do sudeste paraense, concentrava um maior número de instituições do governo, concentrava os principais veículos de comunicação do sul e sudeste do Pará, apresentava uma maior dinamicidade econômica e estava em pleno processo de ampliação do parque industrial¹⁴¹. Segundo um integrante da CPT, em depoimento a Intini (2004):

O MST acabou não se fixando em Conceição do Araguaia e se deslocou no início da década de noventa para Marabá. Certamente a posição geográfica, estrategicamente era melhor estar em Marabá que é uma cidade pólo de que numa cidade de fronteira como Conceição do Araguaia (INTINI, 2004:109).

A mudança da secretaria executiva do MST para Marabá, em 1990, foi monitorada pelo sistema de informação do governo através da ação da polícia federal e do exército. O trabalho de base, o trabalho de formação política, a formação de grupos de discussão, a identificação das fazendas passíveis de ocupação, levou entre cinco a sete meses e rendeu o cadastramento de 3.000 famílias (BRITO FILHO, 2006). Em 1991, o MST decidiu fazer a primeira ocupação na região de Marabá. O alvo escolhido foi a fazenda Ponta de Pedras no município de São João do Araguaia, município vizinho

¹⁴¹ A indústria metalúrgica e a agroindústria.

a Marabá. As Polícias Federal e Militar realizaram uma mega operação e impediram que as famílias consumassem a ocupação. Os acessos à cidade de Marabá foram interditados e aconteceu uma grande movimentação de veículos militares. Os caminhões que levavam as famílias que iriam montar o acampamento na fazenda foram interceptados antes de sua chegada ao local.

O local onde funcionava a sede do MST foi cercado, e os integrantes da coordenação estadual do movimento foram presos e toda documentação confiscada. Segundo Fernandes (2000), as lideranças foram acusadas de serem *guerrilheiros* e de promoverem *ocupações em série* na região. Segundo informação da CPT de Marabá, as lideranças ficaram mais de seis meses presas nos presídios de Marabá e Belém. A operação militar reacendeu lembranças tristes da época do regime militar onde a região foi transformada em área de segurança nacional, e o serviço de informação do governo atuava auxiliando na repressão às lideranças dos posseiros e dirigentes sindicais, religiosos e militantes de partidos de esquerda. A prisão dos militantes do MST despertou a solidariedade dos dirigentes sindicais, das entidades de apoio como a SPDDH e da CPT¹⁴² que diferente de outras regiões mantinha uma certa distância em relação ao movimento.

Apesar da solidariedade e do apoio das entidades sindicais nesse episódio, o deslocamento do MST para a região de Marabá gerou conflitos com os dirigentes sindicais. Os sindicatos eram desde os anos oitenta os principais articuladores das lutas dos posseiros e agricultores e a principal entidade de representação desse segmento da sociedade. O MST se dirigia a um público que, historicamente, convergia em um momento ou outro para os sindicatos. As famílias que estavam nos bairros pobres das cidades da região, em sua maioria, eram migrantes que, de uma maneira ou de outra, tinham raízes no campo. Boa parte dessas famílias migrou para o Pará motivadas pela propaganda dos grandes projetos ou pelo sonho da conquista da terra. No imaginário dessas famílias a região lhes possibilitaria melhoria de vida via emprego ou terra. Para muitos, não aconteceu nem uma coisa, nem outra. O Estado, principal responsável pela divulgação da região como fonte de solução para o desenvolvimento, se mostrou incapaz de atender à demanda gerada com a chegada permanente de famílias. Uma coordenadora estadual do MST descreveu o momento nos seguintes termos:

[...] era interessante naquela época que tinha aquela febre da Serra Pelada. A Serra já estava fechando tudo, e tinha muito garimpeiro desesperado sem saber prá onde ir [...] E a outra era a questão da Companhia Vale do Rio Doce que naquela época também... naquela questão de muito emprego [...] Atraindo gente com muitas empreiteiras [...] empresas que vinham prestar serviços pra Vale e emprego pra todo mundo. Então, o trem de ferro trazendo maranhense ...(Entrevista nº 13)

Não havia emprego e nem o acesso a terra era facilitado para milhares de famílias que chegavam de trem, de caminhão e de ônibus na região. Essas famílias se tornavam posseiras à medida que se envolviam nas ocupações de terras e se tornavam bases do sindicalismo quando recebiam apoio dos STRs. Durante muitos anos os sindicatos entravam na história dessas famílias após o processo de ocupação. A chegada do MST na região interferiu nesse processo. Diferente dos sindicatos, o Movimento se antecipava e se apresentava como opção para as famílias antes de se efetivar uma ocupação. Esse procedimento fazia parte do arcabouço metodológico-político do

¹⁴² No início dos anos 90 quando o MST direcionou suas ações para o sudeste paraense, a CPT de Marabá não deu apoio ao movimento. Toda a ação da CPT estava voltada para as CEBs e as áreas de atuação dos STRs. Com a mudança na equipe da CPT em meados dessa década, os laços com o MST foram estreitados, e a CPT passou a apoiar explicitamente o MST.

movimento. O trabalho de base realizado nos bairros constituía o primeiro contato com as famílias. A ocupação de terra emergia como uma opção para as famílias a partir da reflexão de sua própria condição de deserdada do sistema, sujeitas a condições de vida degradante nas periferias das cidades.

O MST levantava uma bandeira de luta que o sindicalismo de trabalhadores rurais carregava há bastante tempo na região: a reforma agrária. A coincidência de bandeiras de lutas não criou aproximações, pelo contrário, criou-se um distanciamento entre dirigentes sindicais e militantes do movimento. Na verdade, a disputa pela representação aparecia de forma mais clara. A experiência mal sucedida de Conceição do Araguaia de certa forma contribuiu para acirrar essa disputa. Por outro lado, a Fetagri Estadual dava a entender que uma relação mais próxima com o MST atrapalharia o sindicalismo de trabalhadores rurais no estado. Na leitura da entidade, os sindicatos estavam presentes em todos os municípios da região, e a entrada do MST oferecia risco à hegemonia do sindicalismo. Para agravar a situação, havia divergências entre militantes do movimento e sindicalistas em relação à política partidária. Ambos se relacionavam com o PT, mas aderiam a tendências partidárias diferentes. O sindicalismo era mais próximo da tendência majoritária mais moderada do partido e o movimento, mais próximo das tendências mais radicais do partido.

Aqui mereceu aprofundar um pouco mais uma discussão sobre o alvo da ação das entidades sindicais e do MST. Uma leitura apressada talvez passasse uma visão de homogeneidade do público que compunha a base social de ambos. Buscamos entender a distinção dessa base social a partir do significado que assumia a reforma agrária para as entidades sindicais e para o MST. No caso das entidades sindicais, o seu interesse se voltava para as ações de regularização das áreas ocupadas recentemente ou as mais antigas e os programas de consolidação dos assentamentos. Nesse sentido, os programas de crédito, a assistência técnica, a política de previdência e a infra-estrutura assumiam papel de destaque. No caso do MST, todas essas questões eram importantes, mas o diferencial era que assumiam uma postura reivindicativa pela desapropriação de terras mais agressiva que as entidades sindicais. Depreendia disso que a ação das entidades sindicais se voltava mais para as famílias que já possuíam terra, mesmo que em situação jurídica precária, e a ação do MST se voltava mais para as famílias sem terra, com ou sem experiência camponesa, que se acumulavam nas periferias das cidades.

Apesar do conjunto de problemas descritos anteriormente, houve uma grande mobilização em torno da prisão dos integrantes da direção do MST. O efeito de divulgação e projeção do movimento com a prisão de suas lideranças foi maior que as ocupações realizadas na região de Conceição do Araguaia nos anos anteriores. Além disso, aproximou o movimento das entidades sindicais e de agências de mediação. A CPT, já renovada, centrou sua ação em apoio à luta contra a violência dos conflitos agrários e o trabalho escravo, garantindo trânsito livre entre as entidades sindicais e o MST. Foi a própria dinâmica regional e a participação da CPT de Marabá como mediadora entre o MST e o sindicalismo de trabalhadores rurais que se encarregaram de fazer a aproximação entre ambos. O depoimento abaixo mostrou a percepção de um sindicalista sobre as diferenças e os elementos que propiciaram a aproximação:

[...] é um aliado nosso (o MST), que tem sua organização própria diferenciada da nossa, a nossa diferenciada deles. Mas o que fez a gente se aliar com o MST, foi realmente quando o governo endureceu mais. Aí nós se aliamos com eles, e eles vieram junto, aí foi duas forças que se juntou. Juntou a força da Federação com mais gente, mais assentamento, mais acampamentos; com o MST que estava em pouca gente na região ainda, mas que veio somar em alguns acampamentos. Aglomerou essas forças, mas na realidade, nós tinha uma pauta, e eles tinha outra

pauta. Nós apresentava uma, eles apresentavam outra [...] Se fosse um negócio mais mole, se fosse um governo mais mole, eles ficavam acampando, nós acampando, e talvez nós não se encontrasse. Foi a necessidade que obrigou as organizações a se encontrarem (Entrevista n° 15)¹⁴³.

A diferença começava já com o trabalho de base e se estendia aos acampamentos e às ocupações. No trabalho de base, a reflexão sobre a questão da terra era feita junto com uma análise mais global da evolução da sociedade. Nos acampamentos, a dinâmica rígida de estudos e compartilhamento de atividades promovia a iniciação e a socialização das atividades cooperativas. Nas ocupações, eram iniciadas as ações visando a organização da produção, com ênfase para processos coletivos, a estruturação do assentamento e a formação da militância. No momento pós-ocupação, os grupos de produção já começavam a discutir formas de apoio para a produção, discutia-se com as prefeituras a implantação das escolas de ensino fundamental e buscava-se apoio para a questão da saúde (FERNANDES, 2000)¹⁴⁴.

O deslocamento do MST para a região de Marabá foi fundamental para sua visibilidade regional. Marabá era sede de dois jornais de circulação regional, o *Correio do Tocantins* e o *Opinião*, vários canais de televisão associados a grandes grupos como a Rede Globo e o SBT e vários correspondentes de jornais importantes como o do grupo O Liberal e o Jornal do Brasil (JB) atuavam de forma permanente. As ações locais do MST passaram a ser pauta constante das diferentes mídias, principalmente após a prisão de seus militantes no começo da década de 90. Além disso, a projeção nacional do MST nos grandes meios de comunicação tornava-o localmente o foco das atenções. Enquanto o MST aproveitava esse aparato de comunicação existente na região para se projetar junto à sociedade, as entidades sindicais procuravam se distanciar. Até metade da década de noventa, as entidades sindicais evitavam que as ocupações fossem divulgadas com antecedência. A imprensa só era mobilizada quando os conflitos estavam numa fase bastante avançada e muitas vezes após a morte de alguma liderança ou no caso de massacres, como foi o caso do castanhal Ubá¹⁴⁵. Uma liderança sindical tentou explicar essa situação da seguinte maneira:

¹⁴³ Pernambucano de Oiricuri, filho de uma família de pequenos agricultores (pais e avós). Migraram para o Maranhão na década de oitenta durante um período de estiagem prolongada na região de origem. Estabeleceram-se nas proximidades de Imperatriz, no Maranhão, com o objetivo de trabalhar na agricultura. A escolha dessa região foi motivada pela presença de outras famílias de Oiricuri que haviam migrado para lá durante outro período de estiagem na década de setenta. Após o estabelecimento da família, o entrevistado sai à procura de trabalho nas grandes obras em andamento na região. Trabalhou na finalização da barragem de Tucuruí como ajudante de obras, no projeto Carajás como borracheiro e mecânico. Após casar com uma filha das primeiras famílias que migraram para o Maranhão, o entrevistado segue para a região de Marabá. Só veio a se filiar ao sindicato após sua chegada em Marabá. No mesmo período que se filiou ao sindicato, também iniciou atividades como animador de comunidades. Após alguns anos se tornou delegado sindical de sua comunidade, entrou para a diretoria do STR de Marabá e em 199.. se elegeu presidente. Após a criação do município de Nova Ipixuna, sua comunidade passa a fazer parte desse município. Em 19...se elege presidente do STR de Nova Ipixuna e em 2004 se elege vereador (mais votado) pelo PT.

¹⁴⁴ Essa dinâmica própria do MST em âmbito nacional apresentou um conjunto de limitações no âmbito regional. Infelizmente não houve tempo nessa pesquisa para aprofundar uma análise sobre os entraves para a plena execução dessa dinâmica, mas temos conhecimentos que muitos grupos de produção e atividades coletivas não conseguiram se sustentar por muito tempo após a conquista da terra. Presenciamos por ocasião de outras atividades de pesquisa, que estruturas como laticínios totalmente financiados com recursos do Pronaf, foram terceirizadas para poder se manterem produtivas.

¹⁴⁵ O castanhal Ubá ficava localizado no município de São João do Araguaia e foi ocupado por posseiros. Em 1985, pistoleiros fizeram uma emboscada e assassinaram oito posseiros. Até 1998, todos os réus

[...] porque se vai pra mídia, todo mundo tá sabendo [...] A opinião pública vai comentar em todos os momentos. O sindicato tem sede própria, tem sede fixa [...] O diretor todo dia está ali, o MST não tem nada disso, tá certo? Na época o MST não tinha nada disso. Botou na mídia, mas me fala onde está o cara responsável por isso? Ninguém sabe de nada. Quando vai para o sindicato, o sindicato sabe de tudo [...] pra nós não era interessante botar na mídia. Por que (a polícia) sabia onde é que estava, todo mundo estava ali. Era só chegar e colocar no sindicato e acabou-se. Acabou todo mundo de uma só vez. Então a gente dizia, na mídia não... (Entrevista nº 05).

Na fala do dirigente sindical ressaltava-se o cuidado em preservar as lideranças da exposição pública. Isto era compreensível quando se fazia parte de uma sociedade dominada historicamente por uma oligarquia acostuada a “fazer justiça com as próprias mãos”. Mesmo no início do século XXI continuaram a acontecer assassinatos seletivos de lideranças sindicais e de outras pessoas que apoiavam a luta pela terra, como foi o caso da religiosa Dorothy Stang, em 2005¹⁴⁶.

Apesar dessas restrições à ampla divulgação algumas ações do sindicalismo de trabalhadores rurais da região, houve momentos de grande projeção nos meios de comunicação. Os acampamentos dos desalojados da barragem de Tucuruí, a ocupação da ponte sobre o rio Tocantins foram exemplos. Prevalencia uma organização e uma comunicação intensa para o interior das organizações sindicais, compreensíveis, para quem conviveu e sentiu na pele a força da repressão. A divulgação junto à sociedade, através dos veículos de comunicação de massa, não era visto pelas entidades sindicais como a melhor estratégia, pelo menos numa determinada fase dos conflitos. A chegada do MST com maior experiência no uso da mídia na divulgação de suas ações, forçou as entidades sindicais a assumir uma postura diferente. Apesar dos riscos, a exposição à mídia ajudava a legitimar as ações das entidades de representação.

A posição individual de alguns dirigentes sindicais com grande influência na região sudeste ajudou também a melhorar a relação entre o MST e as organizações sindicais. Um dos principais dirigentes da Fetagri Regional, assumiu uma posição que de certa forma se contrapunha à posição da Fetagri Estadual e de outros dirigentes, como mostrou seu depoimento:

Tem gente, companheiro de dentro da Fetagri que pensa diferente de mim, sobre o que eu vou colocar aqui. Então, mas eu vejo assim, eu vejo bem esse negócio. Eu acho que o MST nos ajudou [...] se você pegar do período de 80, lógico que eles ajudaram. Eles fazem de um jeito, nós fazemos de outro. Então, tem a gente e o MST. Então, nós temos que qualificar nossa ação, porque se nós não qualificar ela, o MST vai qualificar e vai levar a maior parte do bolo. Então eu acho que a vinda do MST pra região foi de bom tamanho [...] eu acho que eles nos ajudaram, assim *a peitar...* (Entrevista nº 12).

A abertura de dirigentes sindicais como o coordenador da Fetagri Regional permitiu que se reconhecessem as competências, as diferenças e as potencialidades de cada ator social. O reconhecimento do outro e o auto-reconhecimento que está embutido na frase *eles fazem de um jeito, nós fazemos de outro* foi o que permitiu quebrar as

estavam soltos e o processo parado (CPT, 1998). Em 2005 o mandante foi julgado e condenado a 152 anos de prisão.

¹⁴⁶ Missionária americana radicada no Pará há mais de uma década, foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005 por denunciar a exploração ilegal de madeira no município de Anapu e defender a implantação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, reunindo um conjunto de associações.

barreiras no relacionamento entre o MST e as entidades sindicais. De um processo de *deslegitimação recíproca*, passou-se a um processo de *reconhecimento recíproco* e de aliança. Além disso forçou uma reflexão sobre as diferentes *maneiras de fazer* embutida na prática política de cada um. A nosso ver, o fator determinante para essa aproximação foi a necessidade de ambos se fortalecerem para enfrentar o Estado. Inevitavelmente se estabeleceu uma comparação da eficiência das diferentes maneiras de uma e outra força, mas com um significado positivo. A necessidade de *qualificar* a ação das entidades sindicais a partir da experiência do MST, mostrava a abertura e a permeabilidade dessas entidades para o novo. Além disso, se reconheceu que a ação conjunta favorecia o enfrentamento nas arenas de disputa com outros atores sociais. Na visão do dirigente sindical, o aprendizado tinha um sentido concreto no cotidiano da luta:

Por exemplo, a Fetagri nossa aqui, não tem nada de comunicação. É um problema nosso. Não adianta a gente ficar reclamando, porque é o MST que vai. Ele vai nessa história porque é mais preparado que nós. Se tiver 1000 bandeiras no evento, o MST tem uma e apaga as nossas. Então não adianta reclamar. Sindicato, na hora traz a tua bandeira, faz uma bandeira lá de 20 metros e faz uma bandeira decente que na hora que o MST botar a dele de 5, aparece a tua de 20 (metros). Tu não traz, aí o MST traz. Tu não traz a bandeira do sindicato, aí chega na manifestação, bota a bandeira do MST nas costas e vai carregar porque tu não tem uma (Entrevista n° 12).

A presença do MST na região impôs um repensar dos símbolos e dos instrumentos de comunicação das entidades sindicais. Não que não houvesse símbolos próprios ou mecanismos de comunicação entre os sindicatos e seus associados. Tratava-se, portanto, de qualificar esses símbolos e aperfeiçoar os instrumentos de comunicação, além de incorporar novos elementos, no novo contexto de maior liberdade política. Nesse sentido, aprender com a prática do outro significou também um reconhecimento do outro. O reconhecimento da força política do MST pelas entidades sindicais indicou o quanto o relacionamento melhorou ao longo dos anos noventa, apesar de mantidas diferenças no campo político-ideológico. As entidades sindicais passaram a adotar estratégias próprias do MST como a realização de acampamento em fazendas ocupadas, o uso de símbolos melhor elaborados como bandeiras, bonés e camisetas e divulgação massiva das ações. Também foram definidas ações em conjunto, como mostrou o depoimento abaixo:

[...] uma outra coisa que a gente sabe de certeza, que com o MST a gente *junta* (destaque nosso). Eu acho que a gente do movimento social, na hora de organizar pra requerer os direitos que a gente tem, a gente *junta* muito bem. Inclusive, hoje está *juntando* as três: a Fetagri, o MST e a própria associação aqui das centrais. A Federação que é a Fetagri das associações. Mas, poder de força se diz Fetagri e MST, poder político de força mesmo são esses dois mesmo... (Entrevista n° 06).

Juntar interesses não significou eliminar as diferenças. O MST continuou com uma dinâmica diferenciada das entidades sindicais e de outras organizações que foram se formando ao longo dos anos noventa como a Federação de Associações que veremos no próximo segmento. No entanto, estreitou relação com essas entidades nos embates travados no âmbito das arenas de disputa pelas políticas públicas.

Pelo visto até esse momento, pudemos considerar que uma primeira fase do relacionamento entre as entidades sindicais e o MST foi marcada pelo desentendimento, onde as negociações aconteciam de forma separada e por tentativas de deslegitimação

recíproca. Havia uma disputa aberta pela representação política dos agricultores. Nesse período, as entidades sindicais também não tinham uma pauta de negociação regionalizada. Quando ocorria alguma ação de caráter regional, se reuniam freqüentemente os seis sindicatos integrantes da FATA. Esse período correspondia ao momento da chegada do MST até meados dos anos 90. Numa segunda fase, o MST e o sindicalismo de trabalhadores rurais unificaram as lutas em torno da política de assentamento, mobilizaram conjuntamente os agricultores, realizaram ações coletivas de grande envergadura como os Grandes Acampamentos, para reivindicar modificações e inclusões na Programação Operacional (PO) do Incra e conseguiram ampliar o leque de apoio em torno das mobilizações dos agricultores familiares. Esta fase correspondia ao período entre 1997 e 2001. Uma terceira fase, na qual prevaleceu uma relação de confiança estabelecida com base nas ações desenvolvidas em conjunto (apesar de haver em determinados momentos quebra de confiança de ambos os lados), se estendeu de 2001 até os dias atuais.

O impacto das ações das entidades sindicais e do MST tanto sobre a questão fundiária quanto sobre as políticas de consolidação dos assentamentos da região, despertou em outros grupos regionais um grande interesse em “lutar” pelos agricultores familiares. Um conjunto de políticas governamentais estimulou os agricultores com e sem terra a se organizarem de forma independente das entidades de representação existentes, seja as sindicais seja de outros tipos. Aproveitando-se desse conjunto de possibilidades, indivíduos e grupos de indivíduos com interesses políticos divergentes das entidades sindicais e do MST, mobilizaram agricultores e criaram novas possibilidades de representação local e regional, como veremos no próximo segmento desse texto.

4.3 Associações de Produtores, Centrais de Associações e Federação de Associações: Disputando o Acesso as Políticas Públicas a Representação dos Agricultores

No caso da região sudeste do Pará, a presença de associações de produtores rurais datou do final dos anos 70 e início dos 80. O debate apontado por Pacheco e Leroy (1991) em nível nacional se reproduzia regionalmente. Para uns as associações representaram a força de mobilização no momento em que os sindicatos estavam totalmente atrelados ao Estado e não despertavam confiança dos posseiros e agricultores (HÉBETTE, 2004b). Para outros, apesar de reconhecer a crescente demanda das famílias instaladas em suas posses para tratar de questões ligadas à produção e comercialização, mantinham-se em posição de desconfiança. Segundo assessores da época, estas associações findaram servindo de mecanismos de dominação política e de esvaziamento dos sindicatos. Assim como as cooperativas incentivadas pelo Incra¹⁴⁷ no início da década de setenta, essas associações também não se consolidaram. No entanto, durante um certo tempo interferiram diretamente na organização dos STRs. Segundo um assessor do sindicalismo de trabalhadores rurais que vivenciou essa época:

[...] elas (as associações) vinham sendo usadas como instrumento político, ou seja, um candidato a deputado e não sei o quê, conseguia uma máquina de arroz e levava pra associação, e lá na associação, os associados já não participavam mais dos sindicatos, valorizavam a associação por que tinha máquina de arroz, tinham caminhão, tinham não sei o quê. Então [...] começava a enfraquecer o movimento

¹⁴⁷ O Incra, responsável pela criação de assentamentos na região, estimulava a criação de cooperativas de produção nas áreas dos Projetos Integrados de Colonização.

sindical, por conta dessas associações que eram viabilizadas, por causas imediatas de questões econômicas e aí os sindicatos ficavam esvaziados. Então, nós fizemos o seguinte, vamos criar uma outra modalidade, chamamos de Caixa Agrícola e criamos a Caixa Agrícola. Só poderia ser sócio da Caixa Agrícola quem estivesse em dia com o sindicato. Então, até hoje no estatuto da Caixa Agrícola reza esse artigo. Só pode ser associado, quem estiver em dia com o sindicato. Pra quê? Pra justamente, não esvaziar o sindicato e fortalecer a organização econômica dos trabalhadores (Entrevista nº 24).

O depoimento acima deixou clara a disputa que havia, declarada ou não, entre os diferentes grupos pelo controle da base do movimento sindical: os políticos locais buscavam enfraquecer os STRs estimulando a criação das associações; o Incra difundia as cooperativas controladas pelo Estado ou atuava diretamente sobre os STRs; os grupos de assessoria propunham outras modalidades de organização como a caixa agrícola, que era uma organização “híbrida” de cooperativa e associação. Apesar da criação de caixas agrícolas ser reivindicado como uma criação da assessoria regional, o próprio governo militar incentivou a criação dessas entidades (TURA, 2000). No entanto, ao contrário das caixas agrícolas incentivadas pelo governo, entidades de apoio como o Cepasp, tentavam fazer uma vinculação orgânica dessas com os STRs, por meio da filiação obrigatória.

A Igreja também chegou a utilizar instrumentos semelhantes. Incentivava-se a criação de associações para que as comunidades pudessem comprar máquinas de beneficiar arroz, por exemplo, com recursos da cooperação cristã internacional. O que estava em jogo era uma disputa pela representação, mas também uma disputa por modelos de desenvolvimento. O modelo do Estado mais voltado à produção em larga escala, com pouca clareza em relação ao papel dos pequenos produtores e tendendo a exportação, e o modelo incentivado pelas assessorias e a Igreja Católica que, apesar de estimular o comércio dos produtos, centrava-se mais na produção de alimentos, baseada na melhoria das pequenas propriedades de base familiar e na garantia do alimento.

Esse debate inconcluso na década de oitenta manteve as associações numa posição modesta dentro do cenário organizativo e representativo dos trabalhadores rurais paraenses. As associações funcionavam como nicho das oposições sindicais como foi o caso de Jacundá. A FASE estimulou a criação de cantinas agrícolas constituindo sua base política na região através destas estruturas. A FATA organizou durante 5 anos a comercialização de arroz envolvendo 800 famílias em 1994. Nos anos noventa, em outro contexto organizativo, político e econômico, as associações voltaram à cena política. Uma característica similar ao contexto das décadas anteriores foi a permanência pela disputa da representação dos pequenos produtores ou agricultores familiares, como vêm a ser denominado a partir da década de noventa. Dentre os fatores que mais contribuíram para a criação de associações de produtores, o crédito para a produção foi um dos mais importantes. As políticas de crédito para a agricultura familiar sejam elas ligadas à política de reforma agrária (Procerá e depois Pronaf) ou a outras modalidades como o FNO, vinculavam a liberação de recursos à existência de entidades legalmente constituídas que pudessem responder juridicamente pelos financiamentos. Essa exigência visava atender a uma preocupação das instituições bancárias, que buscavam mecanismos de garantia dos financiamentos. Para as entidades sindicais, no entanto, tornava mais complexo o processo organizativo. Segundo Tura:

A conquista e implementação do FNO-Especial vêm acompanhando um processo de re-configuração das organizações de produtores familiares rurais e das suas relações entre si, gerado por necessidades concretas de reformulação dos conceitos

e práticas de intervenção social. No momento de implantação dos primeiros projetos do FNO-Especial, essas organizações apresentavam limites estruturais que dificultavam seu apoio político-econômico aos projetos financiados (TURA, 2000:273).

A autora se referiu à inadequação das delegacias sindicais responderem juridicamente pelos projetos de financiamento do FNO-Especial¹⁴⁸. As associações de produtores, pelo seu estatuto jurídico, podiam desempenhar esse papel. Essa prerrogativa conferia um estatuto diferenciado às associações frente às entidades sindicais, principalmente as delegacias sindicais. Políticos, representantes das agências do Estado, lideranças sindicais e os próprios agricultores passaram a incentivar a criação de associações, dando início a uma disputa pelo seu controle.¹⁴⁹

Tratava-se do controle político, do direito de representar, de influenciar na tomada de decisão de onde comprar ou não comprar itens financiáveis pelos créditos, de decidir sobre a escolha de fornecedores, formando um conjunto de interesses que extrapolavam os projetos das famílias de agricultores.

Esses interesses estavam ligados a questões que passavam pela política local e regional (favorecimento e formação de currais eleitorais), pela articulação de redes de interesses econômicos (canalização de recursos acessados pelas associações) e por necessidades mais imediatas das famílias (créditos, infra-estrutura, etc). As linhas de crédito da reforma agrária (instalação, custeio e investimento), previam uma injeção muito forte de recursos na região destinados à compra de materiais de construção, máquinas agrícolas, sementes e mudas, insumos para agricultura e pecuária, que ao mesmo tempo em que atendia as demandas dos agricultores, despertava o interesse dos comerciantes e de outros grupos sobre as associações.

O gráfico abaixo mostra quão forte foi este processo no sudeste do Pará. Verificou-se que, no período entre 1991 e 1996, o número de associações criadas a cada ano permaneceu quase estável, chegando a diminuir o ritmo em alguns anos. Nesse período as poucas políticas governamentais direcionadas ao estrato familiar rural eram insignificantes. Pouquíssimos assentamentos foram criados e algumas poucas famílias haviam recebido algum tipo de financiamento, seja do FNO, Procefa e outras modalidades de crédito. A partir de 1996, verificou-se um crescimento acelerado no número de associações, possivelmente como resultado conseguido com a primeira grande mobilização dos trabalhadores rurais depois da criação da FRS: os acampamentos no Incra (ver capítulos V e VI).

¹⁴⁸ O FNO-Especial foi considerado pelas entidades sindicais como a primeira conquista econômica dos Gritos do Campo.

¹⁴⁹ Alguns dos políticos que apoiaram a criação dessas organizações foram: Elza Miranda – deputada estadual (PSDB); Asdrúbal Bentes – deputado federal (PMDB); Mário Moreira - prefeito de Redenção (PTB).

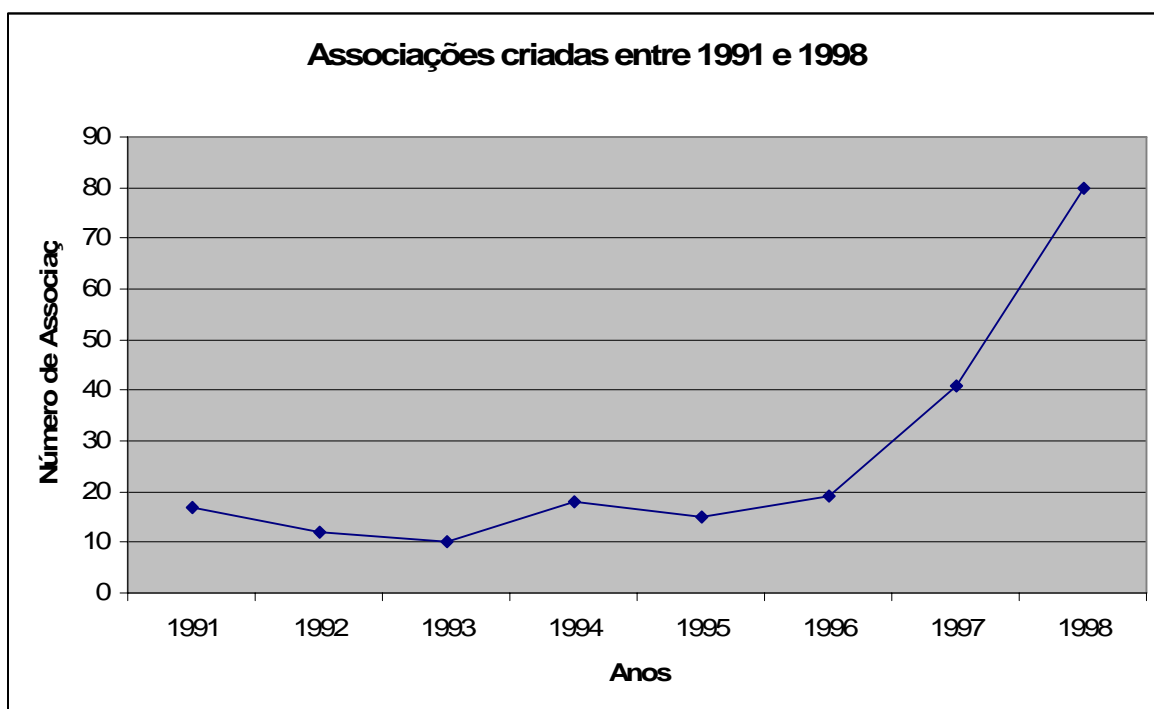


Gráfico 4 Evolução do número de associações no sudeste do Pará
Fonte: FETAGRI Regional Sudeste, 1999.

Enquanto as entidades sindicais dispunham de uma rede de relações baseada na sua história e assentada numa estrutura organizativa com grande capilaridade no meio rural, os outros segmentos como os políticos locais e funcionários governamentais se baseavam em relações clientelistas (PICARD, 1994). Nesse contexto, esses outros atores sociais precisavam estabelecer novas relações. A criação de associações e de centrais de associações se apresentava como uma porta de entrada.

As associações foram criadas no espaço das comunidades e assentamentos se sobrepondo a estrutura tradicional da organização sindical, a delegacia sindical. As associações, pela sua natureza jurídica e poder de representar os agricultores em diferentes situações, tirou o sentido das delegacias sindicais, base de sustentação do sindicalismo nas comunidades e assentamentos. Como as associações emergiram de forma explosiva e estimulada por diferentes atores, portadores de interesses diferenciados, quebrava um elo da teia de relações estabelecida ao longo de muitos anos pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

Apesar da discussão interna em torno do caráter vertical da estrutura sindical, era essa estrutura que garantia havia muito tempo, a hegemonia da representação dos agricultores. A criação de entidades por fora dessa estrutura ameaçava a hegemonia do sindicalismo. Contribuía para isso o fato de que o tema da luta pela terra estava progressivamente saindo da pauta de reivindicação, na mesma medida em que as famílias tinham sua situação regularizada. Outras demandas surgiam e eram facilmente conduzidas por outros grupos.

Percebendo essas transformações no cenário político, as entidades sindicais, articuladas pela Fetagri Regional Sudeste, definiram uma estratégia ampla de controle das associações transformando-as em unidade organizativa de base do sindicalismo em substituição as delegacias sindicais. A base dessa estratégia era a assinatura de um *Termo de Filiação* firmado entre as associações, os STRs e a Fetagri Regional, cujo objetivo era assim definido:

O presente Termo de Filiação das associações do município de [...] junto ao sindicato de trabalhadores rurais de [...] tem por objetivo fortalecer as organizações dos produtores familiares rurais na defesa de seus direitos, através da unificação dos debates sobre políticas de gestão interna e de um projeto de desenvolvimento para produção familiar rural (FETAGRI, 2000: 2)¹⁵⁰.

Nos objetivos específicos, o *Termo de Filiação* previa auxílio ao aperfeiçoamento do sistema de controle financeiro dos STRs, a unificação do debate em torno de alternativas de desenvolvimento, fortalecimento da representatividade e maior comunicação entre as diferentes instâncias de coordenação entre as entidades sindicais (FETAGRI, 2000). O *Termo de Filiação* foi uma inovação no cenário do sindicalismo de trabalhadores rurais do estado. No que se referia à estrutura, o *Termo de Filiação* propunha que a unidade organizativa de base do sindicalismo passasse a ser a associação em substituição à delegacia sindical. No que se referia à forma de ação, o principal elemento inovador proposto foi a *centralização do debate e a descentralização das ações*, conforme visto no extrato do *Termo de Filiação* transcrito acima¹⁵¹. Diferente de outras regiões do estado, os dirigentes sindicais da região sudeste do Pará assumiram uma postura agressiva em relação às associações, transformando-as em unidades organizativas de base, dificultando a ação tanto de grupos políticos antagônicos às entidades sindicais quanto dos funcionários das agências do governo, principalmente do Inkra.

O ciclo de mobilizações, organizado pelas entidades sindicais e o MST, que teve início com o acampamento de 1997 (ver capítulo V e VI), legitimou as associações na arena de disputa das políticas públicas. As associações passaram a opinar sobre temas cruciais para a região como: a proposição de fazendas a serem vistoriadas e desapropriadas; a definição de prioridades infra-estruturais como construção e recuperação de estradas; a indicação de assentamentos prioritários para o atendimento pelas diferentes linhas de crédito e serviços de assistência técnica. As próprias entidades sindicais criaram os mecanismos de legitimação das associações por meio do *Termo de Filiação*. Muitas associações que emergiram por fora das relações do sindicalismo foram abraçadas por meio do *Termo de Filiação*. A conjugação desses fatos, dentre outros, gerou uma reação de setores antagonistas às entidades sindicais. Funcionários de agências governamentais, políticos com interesses eleitorais e grupos dissidentes das entidades sindicais, buscavam junto às lideranças das comunidades e as associações que estavam fora da influência dos sindicatos e do MST, a legitimidade para atuar nesse cenário.

A cooptação de dirigentes de associações por políticos conservadores e funcionários do Inkra visava diminuir o controle dessas pelas entidades sindicais. O fato das associações se transformarem “no canal” por onde os recursos chegariam aos assentamentos, aumentou o interesse pelo seu controle. As entidades sindicais e o MST, mediante uma ação articulada começaram a direcionar a aplicação dos recursos se fortalecendo politicamente junto a suas bases sociais. O fortalecimento político das entidades sindicais enfraquecia a ação de políticos conservadores e dos dirigentes do Inkra. O enfraquecimento dos políticos se dava pela quebra de “currais eleitorais” mantidos por meio de relações de dominação como o assistencialismo e paternalismo. O enfraquecimento de funcionários do Inkra se dava pela diminuição da autonomia que os mesmos desfrutavam na tomada de decisão em temas como desapropriações, vistorias

¹⁵⁰ O Termo de Filiação começou a ser pensado em 1997 e foi finalizado em 2000.

¹⁵¹ O Termo de Filiação trata também das atribuições e competências de cada entidade.

de fazenda e definição de prioridades nos programas de implantação de infraestrutura. A participação das entidades sindicais em espaços de tomada de decisão foi decisiva para isto. Esses políticos insatisfeitos e os funcionários do Incra foram os principais incentivadores da criação das centrais de associações (INTINI, 2004).

As associações que não se alinharam ao MST e nem aos sindicatos, nesse caso mediante o *Termo de Filiação*, ficaram isoladas e dependendo dos favores dos políticos e dos funcionários do governo. No nível municipal, da região e do estado, a influência continuava sendo das entidades do tipo sindicatos e federação. Este limite espacial da atuação das associações levou os grupos não alinhados com as entidades sindicais a propor a criação de entidades que pudessem atuar em outros níveis do espaço social. As Centrais de Associações e a Federação de Centrais de Associações (FECAP) surgiram nesse contexto, como veremos a seguir.

Os principais fatores que contribuíram para a criação das Centrais de Associações foram: i) a existência de um grande número de famílias assentadas, organizadas em associações que não se vinculavam a nenhum movimento ou entidade de representação; ii) a insatisfação de parte dos agricultores assentados com a atuação da Fetagri Regional Sudeste em relação à definição de prioridades no âmbito das negociações com as agências do governo, principalmente com o Incra; iii) o crescimento acelerado do número de associações nas regiões sul e sudeste do estado e; iv) a forte ligação da Fetagri Regional Sudeste com o PT, ou seja, a partidarização das entidades sindicais.

Dados do Incra mostraram que o número total de famílias assentadas na área de jurisdição da SR27 era de cerca de 49.421 (INCRA, 2004). Para os dirigentes das Centrais, seria impossível que as entidades sindicais e o MST atuassem junto a esse contingente. Em 2003, estimava-se em aproximadamente 500 o número de associações nas regiões sul e sudeste do Pará. O principal argumento das lideranças dissidentes era que dificilmente as entidades sindicais como a Fetagri Sul e Sudeste e o MST conseguiriam atender a demanda de todas as associações. Ouvia-se com frequência a seguinte afirmativa: “tem lugar pra todo mundo” (Entrevista n° 11). Em relação ao grau de insatisfação com a atuação da Fetagri Regional Sudeste, alegava-se uma forte centralização no que se referia, principalmente, aos aspectos ligados às deliberações das negociações em torno da política de assentamentos:

Mas o problema foi o seguinte: o poder da Fetagri ficou muito grande. Um poder igual o do Fidel Castro, muito alto. Quem não concordasse com o *Zé da Fetagri*, tava isento de tudo não pegava nada...Então, a Central criou o clube dos insatisfeitos da Fetagri, os dissidentes, aqueles que não concordavam com as idéias da Fetagri, a forma que a Fetagri estava conduzindo. Foi se reunindo, quatro, cinco, seis, sete ... Corremos e fizemos outra coisa, e isso, na verdade, eram os insatisfeitos de dentro da Fetagri (Entrevista n° 11).

O depoimento acima mostrou o grau de complexidade das relações entre Centrais de Associações e entidades sindicais. O *clube dos insatisfeitos* questionava a autoridade e a legitimidade das lideranças sindicais representar a totalidade dos agricultores familiares da região. A alegação de que os discordantes não seriam beneficiados, foi utilizada para buscar adesão das famílias menos informadas das áreas onde os sindicatos e o MST não tinham influência. Um jogo arriscado que só as pessoas que conheciam bem a ação sindical poderiam fazer.

A ligação de dirigentes sindicais com partidos políticos não era uma novidade. Desde o momento em que a oposição sindical em nível estadual se formou que os STRs da região se vincularam politicamente ao PT. Identificamos diferentes discursos dos

dirigentes sindicais sobre esse tema. Apesar da maioria dos dirigentes ter familiaridade com a prática da política partidária, parte deles avaliava negativamente a ligação das entidades sindicais com os partidos políticos, como vimos a seguir:

[...] se a pessoa não participasse das reuniões do PT, que uma das coisas que a Fetagri fez foi trazer o PT pra região, então, ele não tinha o mesmo acesso que tinha um outro. Então começou por aí. Se você não concordasse com a idéia da CPT e da Fetagri, você estava isolado do resto, não tinha nada pra você. E os caras começaram a dizer que não era assim, que a reforma agrária era pra todos e não só pra quem é de um partido (Entrevista n^o 11).

Esse discurso deve ser visto com cautela à medida que os próprios dirigentes ligados às centrais de associações admitiam que: “a base pode se filiar a qualquer partido, mas tendemos (os dirigentes) aos partidos de centro-esquerda” (Entrevista n^o 11). Construíram-se discursos de deslegitimação em cima das relações dos dirigentes sindicais com os partidos políticos. As versões de um e de outro grupo circulavam nas rodas de conversa, seja nos centros urbanos, seja nas comunidades e assentamentos, formando o que Elias (2000) chamou de um verdadeiro “moinho de fofocas”, no caso do estudo comparativo entre bairros proletários na Inglaterra.

Em maior ou menor grau os dirigentes se conheciam e conheciam muita gente formando uma intrincada rede de relações relativamente coesa. O que esses dirigentes falavam, se tornava de interesse público, e era comentado por outros integrantes das entidades sindicais e políticas se espalhando na rede. De um lado, os dirigentes ligados ao PT acusavam os outros dirigentes de servirem aos interesses da direita e dos inimigos históricos da reforma agrária na região. De outro, os dirigentes ligados aos partidos conservadores, acusavam os partidários do PT de autoritarismo e centralismo. Assim como nos bairros operários estudados por Elias (2000), o “moinho de fofocas” funcionava aqui tanto para circular “fofocas elogiosas”, quanto “fofocas depreciativas”. Segundo Intini (2004), essa disputa entre dirigentes favoreceu a aproximação de alguns deles com os políticos conservadores que apoiaram a criação das centrais na maioria dos municípios do sul e sudeste do Pará, principalmente de partidos como o PSDB e o PDT.

Em meio ao cenário descrito anteriormente, as centrais de associações foram se constituindo. O município de Redenção, localizado mais ao sul não tinha a mesma força organizativa das entidades sindicais da região sudeste paraense. O STR de Conceição do Araguaia, que havia experimentado nas décadas anteriores uma forte organização sindical e liderado a resistência na luta pela terra, também estava desmobilizado. Os STRs do sul do estado que haviam lutado com os posseiros pela conquista da terra, não conseguiam elaborar uma agenda de luta para os agricultores com terra. A maioria sem documentação legal, mas com terra. Esse foi o cenário escolhido para a criação das Centrais de Associações. Segundo Intini:

Desde o Congresso da Fetagri em 1996, que criou as regionais da federação, os STRs da região sul do Pará nunca tinham conseguido uma articulação política que pudesse manter uma coordenação regional atuante. Isto ajuda a explicar porque as centrais surgiram no sul do Pará e não no sudeste. Lá não havia um movimento sindical forte que inibisse a fundação das centrais (INTINI, 2004:128)

Esse vazio relativo das entidades sindicais naquela região favoreceu a expansão das centrais de associações com apoio de políticos conservadores¹⁵². A primeira central

¹⁵² O prefeito de Redenção, neste período, era presidente da Amat, organização que representava os interesses dos prefeitos da região junto ao Incra e a outros órgãos governamentais.

de associações foi criada em 1998, no município de Redenção, no sul do Pará e depois se expandiram para o sudeste. Em 2003, 14 municípios das regiões sul, sudeste do Pará já haviam fundado centrais de associações. Na área de influência da rodovia Transamazônica e PA-150 existiam várias em processo de fundação. Depois de 2003, a criação de centrais se estendeu para outras regiões como o nordeste e o oeste paraense¹⁵³ (Entrevista n° 11).

Na busca para encontrar o lugar das centrais de associações no contexto regional, seus dirigentes construíram um discurso que marcava diferenças com as entidades sindicais e com o MST. Esses dirigentes consideravam que as centrais não eram nem “entidades de classe” e nem “movimento”. Definindo-se como “não classista” as centrais marcavam a diferença em relação às entidades sindicais; definindo-se como “não movimento” as centrais marcavam a diferença em relação ao MST. Este jogo de legitimação/deslegitimação pela diferença tinha o objetivo de criar uma identidade política para as centrais tentando fazer crer que a postura adotada pelas entidades sindicais e pelo MST não tinha mais razão de ser naquele contexto político. Não se identificando com posturas políticas mais duras, esperavam também não entrar em confronto com os grupos políticos conservadores que lhes davam apoio. A visão sobre o futuro dos STRs na região contida na fala de um dirigente da Fecap, evidenciou o quanto se apostava no novo tipo de organização que surgiu na década de 90: “Os STRs estão quase ficando sem função. O STR está funcionando como um centro de estágios para o próximo passo. Todas as negociações passam agora pelas associações, centrais e federações, os STRs ficam sem função” (Entrevista n° 11).

Os dirigentes afastavam propositadamente as centrais das ações mais politizadas e tentavam aproximá-las mais de ações técnicas relacionadas à produção. Neste sentido, os dirigentes das centrais definiram como o principal papel das centrais de associações: i) a dinamização da produção nos assentamentos; ii) a melhora da comercialização dos produtos, através da formação gerencial de seus associados e da busca por uma assistência técnica permanente (Entrevista n° 11). O discurso mais centrado nos aspectos produtivos e menos em questões polêmicas como a reforma agrária e a violência rural, visavam uma aproximação mais estreita com os organismos da gestão municipal como secretarias municipais de agricultura e prefeituras. As entidades sindicais e o MST não faziam essa separação entre os aspectos políticos e técnicos. A reforma agrária era vista como pressuposto fundamental para uma proposta de desenvolvimento regional. Esse era um elemento que os diferenciava das centrais e da Fecap.

Apesar das críticas às entidades sindicais, as centrais não se desvinculavam totalmente destas. Segundo informações de seus diretores, as centrais orientavam seus associados a se manterem filiados e/ou se filiarem aos STRs. A permanência da filiação aos STRs tinha o objetivo explícito de garantir o acesso a direitos conquistados por meio da luta sindical como aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade e outros benefícios das políticas sociais. Os STRs participavam ativamente do processo de concessão desses benefícios fornecendo documentos comprobatórios, homologando petições e encaminhando os processos junto aos órgãos competentes. Esse não era o único tipo de limitação das centrais de associações. Nesse período, elas estavam

¹⁵³ Municípios que criaram centrais de associações entre 1998 e 2003: Redenção, Marabá, Banach, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Água Azul do Norte, Nova Ipixuna, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Eldorado do Carajás, Curionópolis, Parauapebas; municípios que criaram centrais de associações depois de 2003: Palestina, Brejo Grande do Araguaia, Piçarra, Repartimento, Tailândia, Moju, Anapu, Pacajá, Bom Jesus do Tocantins.

distribuídas nos espaços municipais e não tinham uma estrutura de representação regional a exemplo das entidades sindicais e do MST.

Esse formato de organização das centrais limitava sua participação nos espaços de tomada de decisão em nível regional, especialmente no âmbito da SR27E como a Comissão do Procer/Lumiar e a Unidade Técnica de Articulação (UTA). A Comissão do Procer/Lumiar tinha como principais atribuições coordenar a política de financiamento para as áreas de assentamento a partir do Procer e implementar o programa de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Incra, denominado Projeto Lumiar. A Comissão era composta por agentes financeiros como o Banco do Brasil, o BASA, o Incra, a Universidade, um representante do MST, um representante das entidades sindicais (Fetagri Regional Sudeste) e um representante dos assentados (INTINI, 2004).

Foi mediante a participação nessa Comissão que as entidades sindicais e o MST começaram a influenciar o destino dos recursos e apresentar propostas para melhoria e execução das políticas. Durante o período de existência da Comissão, travou-se um forte debate sobre temas que até então eram exclusividade dos técnicos e dos agentes do governo. Exemplo desses debates foram os seminários com agências bancárias e técnicos do sistema oficial de Ater sobre os parâmetros técnicos que orientavam a elaboração de projetos de crédito¹⁵⁴. O corpo de funcionários do Incra, principalmente os funcionários mais antigos, resistia veementemente a esse mecanismo.

Os políticos regionais acostumados a um tratamento e atendimento privilegiado pelas agências do governo também estranharam esse tipo de funcionamento. A Comissão do Procer/Lumiar se transformou num palco de disputa. A Comissão funcionou do início de 1998 a início de 2000 quando foi substituída pela Unidade Técnica de Articulação (UTA), instituída pelo MDA. A UTA manteve a mesma composição da extinta Comissão Procer/Lumiar acrescentando um representante da Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (Amat). A inclusão da Amat na UTA foi uma imposição do MDA, supostamente pela pressão de políticos ligados a essa instituição. Do ponto de vista da agenda de trabalho, o MDA restringiu as atribuições da UTA unicamente às questões relativas à modalidade de crédito “Pronaf-A”. A mudança de correlação de forças imposta pela presença da Amat na UTA e a restrição de suas atribuições indicaram a intenção do MDA de diminuir o impacto da ação das entidades sindicais e do MST nesse espaço¹⁵⁵.

A Federação de Centrais de Associações (FECAP) nasceu nesse contexto de disputa pelo poder de decidir sobre a alocação de recursos dos programas oficiais de assentamentos. A Fecap foi criada em 2001 no município de Redenção e pretendia articular as centrais de associações existentes bem como fomentar a criação de novas centrais em municípios onde ainda não existiam. A primeira diretoria ficou sediada em Redenção, região sul do estado, mas já tinha em seu corpo ex-dirigentes sindicais da região sudeste. Conforme um desses ex-dirigentes, quando a Fecap foi criada, não tinha uma *identidade* definida, era mais um *ajuntamento* de entidades e pessoas que estavam *insatisfeitas* com a Fetagri Regional Sudeste (Entrevista nº 11). Essa falta de identidade tinha a ver com o processo de criação que envolvia interesses estratégicos que não

¹⁵⁴ Segundo Intini (2004), o seminário foi realizado em 1999, teve a duração de 10 dias e contou com a participação de 70 pessoas, reunindo representantes dos agricultores assentados, das agências bancárias, técnicos das prestadoras de serviços de Ater, entidades de assessoria (CPT, FASE, CEPASP, LASAT), pesquisadores da Embrapa, técnicos da Emater, representante da Sagri e representantes de Secretarias Municipais de Agricultura. Produziu-se a partir desse seminário um documento denominado “Novas bases técnicas do Pronaf-A”.

¹⁵⁵ Para maiores detalhes sobre o funcionamento desses espaços e das disputas travadas em seu interior, ver Intinni (2004).

necessariamente se referiam ao conjunto de agricultores que constituíam a sua base social. O primeiro presidente da Fecap era um ex-técnico da Emater com fortes ligações com os grandes fazendeiros. Segundo Intini (2004), a criação da Fecap passou também pela necessidade do próprio Incra em equilibrar forças no interior da UTA.

Em 2002, a presença de vários ex-dirigentes sindicais da região sudeste nos quadros da Fecap imprimiu uma nova dinâmica de discussão interna. Com base em depoimentos de diferentes lideranças sindicais, concluímos que os ex-dirigentes sindicais se integraram aos quadros da Fecap, alegando diferentes motivos, dentre eles: i) divergências políticas na condução da ação sindical; ii) disputa entre dirigentes, pelos cargos de maior importância na estrutura sindical (poder de mando); iii) suspeita de uso indevido de recursos. Independente do tipo de motivação, a integração de ex-dirigentes aos quadros da Fecap, re-definiu um conjunto de atribuições e deu um novo perfil de atuação para a entidade. Segundo depoimento de um ex-dirigente sindical que se elegeu diretor da Fecap:

Quando chega 2002, a primeira coisa nossa foi discutir com os municípios, todas as secretarias de agricultura do sudeste do Pará. A gente teve uma audiência para discutir rumos e apoio [...] com isso aí também nós fomos apontar o rumo de melhorar a produção [...] e pensar alguma coisa no rumo de melhorar as leis do campo e por terceiro o beneficiamento. Como nós entendemos, que se nós começasse só com beneficiamento, nós se quebrava; nós não podíamos competir com o grupo da Fetagri que tava montada na sede com a Fecat, com uma estrutura boa e nós com nada. Então, se nós fosse competir com esse pessoal aí, nós se lascava. Então, nós trabalhamos o primeiro ano na federação todinho, articulando as entidades e associações pra vir pro nosso lado. Quando eu entrei na Federação, ela tinha 84 associações ligadas a ela. Passou pra 98. Aí nós demos uma aumentadazinha. Nós estamos com 206 associações ligadas a Fecap (Entrevista nº 11).

A eleição de ex-dirigentes sindicais para o comando da Fecap foi fundamental para uma nova dinâmica. Os ex-dirigentes sindicais tinham muita prática acumulada na relação com o Estado e conheciam as estratégias das entidades sindicais. Do ponto de vista geográfico procuraram os locais onde a presença das entidades sindicais e do MST estavam fragilizadas, evitando assim embates diretos; do ponto de vista das articulações institucionais e dos espaços de discussão das políticas, priorizaram espaços como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e as Secretarias Municipais de Agricultura. As instituições do nível municipal, se tornaram as principais interlocutoras da Fecap. Os STRs tinham uma participação débil nesses Conselhos, e o MST não participava. A participação da Fecap na UTA, ligada diretamente ao Incra foi imposta por este como condição para que a unidade funcionasse.

Em 2002, a estrutura organizativa da Fecap já tinha uma abrangência regional considerável abarcando mais de 200 associações em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará. O modelo organizativo era muito parecido com o modelo vigente no sindicalismo. As associações atuavam em nível dos Projetos de Assentamentos (PAs), as centrais e uniões de associações atuavam em nível municipal e a Fecap, no nível regional e estadual.

Com a expansão das centrais e a consolidação da Fecap, as entidades sindicais assumiram uma postura de aproximação visando manter coeso um maior bloco de interesses dos agricultores e assentados nos espaços de negociações com os órgãos públicos como, por exemplo, a UTA. O depoimento de um dirigente da Fetagri Regional Sudeste, sobre a Fecap deixou clara essa intencionalidade de formação de um

bloco de interesses nos processos de negociação, ainda que divergentes do ponto de vista político e da gestão de recursos oriundos das políticas públicas:

Então, eu acho que o fato de criar a Central aqui na região, demarcou um monte de campo, porque têm um bocado de associação aí que nós não concordamos com elas, que nós denunciemos elas no Incra, denunciemos no Ministério Público e na Polícia Federal por desvio de recursos, que eles tão dentro da Central hoje [...] eles não são importantes? São. Eu articulei com a Fecap pra ver se no acampamento ela *vinha pra nós*. E muita gente me xingou, até meus próprios companheiros. Agora, porque que eu fiz isso? E a Fecap veio. Porque se a Fecap não tivesse vindo, vinha a Fetagri e o MST e a Bernadete (Superintendente do Incra) se escorava na Fecap pra dizer que os trabalhos deles tá dividido. É por isso que a Fecap tinha sido vendida. O povo diz: “não, mas esse tanto de pelego junto com nós”. O pessoal são pelegos, mas são da agricultura familiar. Se eles não vêm, a Bernadete *pega eles* [...] Aí nós metemos o pé e juntamos Fecap, MST e Fetagri e dissemos: -“ não vamos pra esse negócio de planejamento lá com a Bernadete que isso é papo furado”. A Bernadete *pegou* (destaques nosso) um tal de Sindiplan¹⁵⁶ [...] que ninguém nem conhece, e que se você [...] pegar a imagem do plano regional, tinha 200 pessoas, 100 pessoas desse tal de Sindiplan (Entrevista nº 12).

O depoimento do dirigente sindical apontou para duas questões cruciais: uma primeira, que revelou a intenção de compor uma frente coesa para garantir força no processo de negociação com as agências do governo, mesmo que para isso questões ideológicas sejam deixadas de lado; uma segunda, que revelou as manobras do Incra na busca de garantir legitimidade social para suas ações.

Apesar das restrições às associações que tiveram comportamento indevido em relação à gestão dos créditos¹⁵⁷, o dirigente sindical considerou que é melhor tê-las bem próximas, do que permitir que sejam instrumentalizadas pelo Incra. Definir a base social da Fecap como agricultura familiar foi uma forma de buscar um entendimento entre as diferentes organizações e formar um bloco de atuação coeso, mesmo que politicamente as divergências continuassem, como pudemos perceber no discurso do diretor da Fetagri Regional Sudeste. Ele assumiu uma postura de amenizar o peso das divergências para ganhar equilíbrio no momento das negociações. Essa decisão não era consenso entre os dirigentes sindicais e uma parte dos assessores. Alguns deles sempre tiveram uma postura de radicalização política e de enfrentamento com grupos considerados moderados e de direita. Entidades sindicais e MST optaram claramente por fazer uma aliança tática com a Fecap para os momentos de negociação com as agências do governo.

Mesmo aceitando a convivência e conferindo legitimidade às novas organizações que vem sendo criadas como as centrais e a Federação de Centrais, no nível regional a estratégia das entidades sindicais passou pelo controle político das associações.

¹⁵⁶ O Sindicato dos Produtores da Reforma Agrária (Sindiplan) foi criado por um grupo de famílias a partir de uma articulação do Incra para se contrapor à estrutura sindical existente. A iniciativa não logrou êxito e teve pouco tempo de vida.

¹⁵⁷ A Fetagri realizou várias denúncias de mau uso do dinheiro das diferentes linhas de crédito vinculadas aos assentamentos, dentre elas: superfaturamentos de obras, desvio pelos presidentes de associações, compra de material inferior ao previsto nos projetos para construção de casas e uso de materiais inferiores para a construção de pontes. Em algumas dessas operações irregulares houve participação de presidentes de associações.

4.4 Associações e Delegacias Sindicais: Definindo o Papel da Organização de Base

De forma proposital ou não, a criação das associações nos assentamentos se sobrepuja, do ponto de vista organizacional às delegacias sindicais, estruturas tradicionais da organização de base do sindicalismo. Depois da segunda metade dos anos noventa, enquanto as associações se fortaleciam, aumentando o número de sócios e sua estrutura de funcionamento, as delegacias sindicais pareciam perder a sua função, diminuindo drasticamente a sua influência no espaço local. A delegacia sindical, em função de seu estatuto não jurídico (informal), perdeu a capacidade de intervir nas questões que envolviam fluxo de recursos financeiros e acordos institucionais formais como os convênios com prefeituras e outros órgãos públicos, direcionados às localidades. As discussões sobre apoio à produção e à infra-estrutura local passaram a ser “canalizadas” via associações. O depoimento abaixo de uma presidente de associação sobre o por quê da criação da associação em sua comunidade, ilustrou bem como essa questão começou a ser percebida:

Bom, um dos motivos é porque sem criar a associação ficava muito difícil a gente conseguir os créditos para a habitação. Porque a gente não tinha casa lá. Esse foi um dos motivos que fez porque os colonos de lá de dentro se interessassem mais em criar essa associação. Aí, o sindicato levou este plano para a gente lá, e a gente já se interessou e já começou a criar a associação. Através disso aí: porque facilitava muito, porque a gente não tinha estrada... Agora a gente já conseguiu a estrada... Apesar de não ser muito, mas a gente já conseguiu a estrada. Já tem 48 habitações, já tem feito lá em Belo Horizonte I. Lá em Belo Horizonte II a gente está correndo atrás agora. Já conseguiu, só que já tá em Relação de Beneficiário (RB) 42 pessoas, 41 pessoas já está em RB. Então, agora só falta a gente receber o apoio, o crédito de apoio (Entrevista n° 20)¹⁵⁸

Esta situação gerou um debate regional entre dirigentes sindicais e assessores de diferentes entidades de apoio sobre o papel da organização de base do sindicalismo. Aflorou o debate dos anos oitenta sobre o papel dos sindicatos, das delegacias sindicais e das associações.

As mudanças no contexto regional das políticas públicas, a liberdade de se organizar sem as pressões características do regime militar, a maior facilidade de contato dos agricultores com as instituições e grupos urbanos, uma maior circulação de representantes de instituições governamentais no meio rural e uma maior facilidade na circulação das informações, criaram as condições para o surgimento de iniciativas das próprias comunidades, sem a intermediação dos sindicatos e dos grupos de assessoria:

Independente até da própria estratégia do movimento sindical, a própria comunidade acaba criando a associação por si só. Que também tinha vontade de

¹⁵⁸ Agricultora, nascida em Araguaína/Tocantins (anteriormente estado de Goiás), filha de agricultores nascidos em Barra do Corda/MA. Veio para o Pará com a família em 1997 em busca de terras melhores que as do Tocantins. A entrevistada e o esposo nunca haviam se filiado a nenhum sindicato. Chegaram na comunidade Belo Horizonte no momento em que estava sendo fundada a associação. Filiaram-se ao STR, com o intuito de participar da associação de sua comunidade para se beneficiar dos programas ligados ao projeto de assentamento que estava sendo criado. Apesar de não ter experiência com nenhum tipo de organização formal, o casal era bastante ativo nas atividades comunitárias. Foi a partir dessas atividades que a entrevistada foi indicada para concorrer à presidente da associação. Eleita presidente, se envolveu nas ações coletivas como os acampamentos e participou de vários cursos de formação organizados pelo STR.

administrar seus investimentos que iam pra lá. Então, o quê que acontece? A Fetagri fica num dilema, o movimento sindical fica num dilema. Entre ficar dependendo dessa estrutura que eu diria que é de forma mais hierarquizada, mais rígida de delegacias sindicais ou [...] romper com essa lógica e construir uma lógica de organização do movimento sindical que fosse mais, que a gente chama assim, mais diversificada. Ou seja, você mantém a unidade na diversidade. Então, até aí inclusive, uma das bases que a gente foi se alimentar para poder construir esse argumento foi na própria CUT. Que era diversidade com liberdade e autonomia. Aí teve alguns dos mais tradicionais, as figuras mais tradicionais ligadas ao movimento, eles foram contra (Entrevista n° 22)¹⁵⁹

Diante desse quadro, a Fetagri Regional Sudeste, com mandato legítimo para articular as questões sindicais em nível regional, se viu na obrigação de repensar a estrutura organizativa. Aproveitando os diversos fóruns de discussão regional, a Fetagri Regional Sudeste foi aos poucos amadurecendo uma proposta de reorganização da base sindical. As associações passariam a desempenhar um papel que em muito se confundia com as funções da delegacia sindical, mas novas funções lhes foram atribuídas. O debate começou a ser feito internamente na Fetagri Regional Sudeste e tomou corpo junto aos STRs da região. Segundo um dirigente,

Qual é o papel da associação? Nós temos uma associação aí que luta por terra, é esse o papel da associação? Nós temos uma associação que luta por estradas, mas nós temos uma associação que já discute organização da produção. Não tenho dúvida, essa associação que já discute a organização da produção, que está preocupada com isso, ela vai dar lá na cooperativa. Ela vai entrar na cooperativa. E a associação que luta por terra como é que vai ser isso? Então é um conflito. Porque o conflito? Porque nós [...] estamos numa região que tem a associação que já tem projeto de assentamento e que a infra-estrutura não existe. Então a associação em vez de lutar por outra coisa, ela ainda vai correr pra legalizar lá no Incra os assentados. Ela corre lá ainda pra tirar a demarcação daquela propriedade. Então ela ainda caminha mais pra esse campo do sindicato, bom, aí vai apagando, se os sindicatos e os assentamentos não tivessem essa ligação com as associações, tava apagado, apagado. Então essas associações vão transformar esses futuros sindicatos aqui no quê? O sindicato de Itupiranga tem 40 associações filiadas. Essas associações vão transformar esse sindicato no quê? (Entrevista n° 12).

¹⁵⁹ Gaúcho, do município de Estrela, região predominantemente de Agricultura Familiar, administrador de empresa formado pela UFRGS. Sua mãe era funcionária da EMATER-RS daquela região. Fez seu primeiro contato com pessoas da região de Marabá durante um curso de cooperativismo oferecido pela UNISINOS – São Leopoldo, em 1997. Depois de formado, sem emprego, decidiu fazer um curso de cooperativismo para ampliar os horizontes de emprego. Durante o curso conheceu João Correa (João da FASE) e algumas lideranças sindicais da região de Marabá que estavam inscritos no curso. O contato com as pessoas da região de Marabá despertou seu interesse. Foi informado que o Projeto Lumiar selecionando técnicos para atuarem na assistência técnicas aos assentamentos da região de Marabá. Por sugestão do pessoal de Marabá, o entrevistado enviou *curriculum* para o Projeto Lumiar, tendo sido aprovado para compor uma equipe técnica local. Deslocou-se para a região em agosto de 1997. Devido a problemas burocráticos do Lumiar as equipes não foram contratadas de imediato. Sem emprego, foi convidado pela FRS para auxiliar em algumas atividades. Durante esse período aconteceu o primeiro acampamento no Incra realizado pela FRS e MST. O entrevistado e outros técnicos que estavam esperando o início do Lumiar foram integrados como colaboradores nas atividades de organização do acampamento. Deu-se assim seu contato com o movimento sindical da região. Atualmente, o entrevistado é técnico de uma prestadora de serviço que presta assessoria técnica aos assentados.

O discurso do dirigente sindical mesclou diferentes elementos na busca de uma afirmação positiva do papel da associação e mostrou também a diversidade de situações às quais as entidades sindicais foram demandadas a atuar. As dimensões políticas e econômicas foram se imbricando no discurso dos dirigentes. A situação dos projetos de assentamentos era muito diversificada no sudeste do Pará. Alguns tinham estrutura como estrada, escola, posto de saúde; outros não tinham nem a área dos lotes demarcada com clareza; a maioria não recebeu ou recebeu de forma fragmentada os créditos previstos na política de assentamento.

Um conjunto de fatores contribuiu historicamente para esse quadro diverso de situações: a ação governamental fragmentada, do ponto de vista do desenvolvimento das políticas de implantação de projetos de assentamentos; o grande número de ocupações recentes em áreas de floresta; o grande número de ocupações antigas que não receberam nenhum tipo de ação governamental; a precariedade da infra-estrutura de uma maneira geral e a falta de políticas para o meio rural em nível dos municípios. As associações passaram a ser referência nas diferentes situações, principalmente, nas que se vislumbrava a intervenção governamental.

Os dirigentes sindicais deram início a um processo de discussão sobre o papel e a forma da organização de base do sindicalismo. Ainda fazia sentido manter a delegacia sindical como unidade de base da organização sindical? Qual o papel da associação? Qual o papel da delegacia sindical? Foram questões que passaram a ser discutidas em todos os encontros e reuniões promovidas pelas entidades sindicais. Mas, essa não era uma questão de consenso. Havia diferentes percepções entre os atores envolvidos. O trecho extraído da entrevista de um dirigente sindical retratou bem esta complexidade:

É, foi muito conflito, muito conflito dentro da seguinte realidade: por que historicamente aqui a região tem muitas entidades [...] Cada entidade que existia tinha uma lógica de organização pra trabalhar para os trabalhadores, por exemplo, a questão das delegacias sindicais, então, quem teve um papel fundamental nesse processo foi a FATA, que vinha daquela experiência do CAT. Se você pegar, por exemplo, uma outra entidade, o Cepasp, a lógica de organização já era outra, era Caixa Agrícola. Se você pega a CPT é uma outra, já não tinha muita formalidade, eram mais grupos, que organizava mais grupos ao nível de comunidade e até foi uma das primeiras que entrou nessa questão das associações, a própria CPT, em função que a própria CPT tinha um papel nessa questão da produção, tinha esse papel também [...] Então, eu sei que tinha várias formas, várias estruturas. E como tinha o sindicalismo mais histórico, então, todo esse grupo aí achava que o caminho era manter a delegacia sindical, por que as associações tinham um fim econômico e de que o sindicalismo ia então, cumprir um papel, que não era mais do movimento sindical, deixava de ter um papel político para ter um papel econômico. (Entrevista n^o 25)¹⁶⁰

¹⁶⁰ Filho de Maranhense, do município de Grajaú, o entrevistado, veio para a região na companhia da família em 1984. Antes, porém, o pai veio para a região motivado pela propaganda dos grandes projetos e a possibilidade de trabalhar em algum garimpo. Após tentativas frustradas no garimpo da Serra Pelada, seu pai se integrou na ocupação da área Mãe Maria, onde houve um conflito entre os índios Gaviões e posseiros. Com a intermediação do STR de São João do Araguaia e do Getat, a área foi desocupada e os posseiros transferidos para um castanhal que se tornou o primeiro projeto de assentamento da região, o Castanhal Araras. Ainda criança, o entrevistado acompanhou toda a luta do pai e do conjunto de famílias que foram assentadas no PA Araras, inclusive participou de acampamentos na cidade de Marabá. Em 1992, começou a atuar na pastoral da juventude, ligada à Igreja Católica. Coursou o segundo grau morando no assentamento e viajando todos os dias para a cidade de São Domingos do Araguaia. Em 1996, substituiu o delegado sindical de sua comunidade que havia se afastado para concorrer a vereador. Em 1997, foi eleito diretor do STR de São João do Araguaia e no mesmo ano foi fazer parte da diretoria da

A complexidade dessas posições tinha a ver com as orientações políticas e metodológicas do conjunto de forças que se aglutinavam em torno do movimento sindical. De certa forma, essa diversidade política e metodológica, foi um elemento dinamizador da discussão sobre a unidade organizativa de base do sindicalismo na região. Os dirigentes sindicais conviveram com posições diferentes que os ajudaram a refletir sobre as transformações conjunturais. Por trás do debate sobre a organização de base do sindicalismo se mesclaram as concepções políticas mais amplas dos grupos de apoio. Na maioria dos casos, o debate político entre os diferentes grupos de apoio foi velado, permeado de simbologias e discursos universalizantes, como veremos mais adiante. O debate se mostrou tão complexo e intenso que as entidades sindicais tiveram que enfrentar oposição de aliados históricos, como mostrou o depoimento abaixo:

A própria FASE de certa forma também questionou isso, o CNS também questionou assim de forma veemente isso aí. O Cepasp também. No caso o CNS e o Cepasp eram os maiores questionadores dessa lógica. E também a própria FATA também ficou assim, eu diria, em cima do muro e tal, e meio que questionando também. Então, eram esses os atores que questionavam. No caso da CPT, ela comungou no primeiro momento com a idéia, então, na verdade a CPT tinha uma proximidade justamente nessa lógica dos assentamentos. Mas eu acho que foi rico esse questionamento. No primeiro momento eu acho que foi rico, no sentido de embalar melhor a discussão. Eles (os contrários à extinção das delegacias sindicais) diziam assim: pessoal qual é a base científica dessa proposição. Então, de certa forma nos forçou a pensar um pouco mais... (Entrevista nº 22).

Segundo os defensores da permanência das delegacias sindicais como organização de base do sindicalismo de trabalhadores rurais, elas tinham um papel político a desempenhar que as associações não dariam conta por se preocuparem principalmente com as questões econômicas:

E a nossa grande discussão, é que o sindicalismo na região estava tendendo a partir da orientação da Fetagri, a um viés economicista e se afastando da luta política que pudesse estar travando. É tanto que, quem fortalece as ocupações, são as associações. Por que elas vinham, motivavam os associados, porque por trás estava a possibilidade do crédito. Crédito de infra-estrutura, crédito de tudo mais e tal. Passa-se a ter um movimento via crédito, não é questionar pela instituição do Incra, não é mais isso. É um movimento via crédito. Isso por nossa compreensão política, isso ia levar um desgaste, uma situação difícil num curto prazo. Por que historicamente as associações só sobrevivem enquanto têm o crédito, elas não conseguem montar a estrutura para o longo prazo. Elas são imediatistas. E como nós sabemos da incapacidade ou a não formação da nossa companheirada da zona rural dos princípios da cooperação, eles se associam em função de uma lógica de proposta, só pode receber crédito se tiver associação. Não é por que ele tem vontade de se associar, desenvolver o sentido da cooperação. Então, na nossa compreensão isso ia dar com os burros na água o mais rápido possível (Entrevista nº 24).

Na visão do assessor as entidades sindicais não discutiam política como na década de oitenta, em que os congressos da CUT discutiam propostas políticas em

Fetagri Regional Sudeste. Atualmente é assessor da Secretaria Municipal de Agricultura do município de São João do Araguaia.

diferentes níveis. O discurso do assessor dificilmente se sustentava perante a análise das pautas de reivindicação das ações coletivas desencadeadas pelas entidades sindicais na década de noventa. As pautas não se resumiam à solicitação de créditos. Tratavam da questão da infra-estrutura, das políticas sociais (saúde, educação e lazer) e previdenciária, da assistência técnica, das desapropriações de latifúndios, do trabalho escravo e do combate à violência dentre outras (ver Capítulo 5 e 6). Essa constatação exigia uma análise mais abrangente do que se estava denominando “economicismo” do sindicalismo regional.

Não se podia resumir a pauta de reivindicação das entidades sindicais e do MST a uma simples negociação de caráter econômico, por mais que o crédito tenha sido um elemento motivador e de fortes conseqüências imediatas. Mas, as mobilizações anuais se fortaleceram em função da possibilidade de se conseguir as diferentes modalidades de créditos vinculados ao Programa de Reforma Agrária e a outras políticas governamentais, que pela sua dimensão, complexidade e pelas disputas de interesses nelas implícita já caracterizava uma luta política. Reduzir todas essas questões a um simples “economicismo implícito” da ação sindical teria sido não perceber a complexidade das mudanças em curso.

Dirigentes mais antigos também se posicionaram nessa discussão de forma semelhante aos assessores que não viam com bons olhos a transformação da associação em unidade organizativa de base do sindicalismo. Os defensores ferrenhos da permanência das delegacias sindicais sejam eles dirigentes sindicais ou assessores, repetiam um discurso que fazia questão de descolar o político do econômico; que insistiam na visão de um sindicato que defendia o trabalhador, mas que não lhe atribuía novos desafios frente às transformações que ocorreram nas últimas décadas; que percebiam e atribuíam a fragilização dos sindicatos à luta por conquistas econômicas; que tinham dificuldade de perceber qual o papel dos sindicatos no novo contexto, se agarrando a definições dogmáticas de um sindicalismo petrificado; que negavam ao sindicalismo o benefício da dúvida. Os traços desse discurso eram facilmente identificados no depoimento abaixo de um dirigente mais antigo:

[...] eu vejo como um grande problema: a febre do chamado crédito para a agricultura [...] se criou uma imposição, que pra mim foi uma das coisas que o movimento se deixou levar [...] só adquiria crédito o assentamento que criasse uma associação. Essa associação é quem ia conseguir o recurso, pra sair em nome da associação, pra distribuir para os seus associados. Isso implicou em uma divergência entre a associação e o sindicato, e isso criou o enfraquecimento nos sindicatos, porque pelo dinheiro o pessoal vai tudo [...] Se você tem que ficar ou com um ou com outro, o posseiro só quer ficar com a associação, porque lá tem dinheiro. Porque o sindicato não tem dinheiro [...] não repassa recurso, porque ele não mexe com financiamento. Ele organiza, fiscaliza, ele briga pelo crédito [...] o sindicato? Ele é uma coisa simplesmente pra defender o trabalhador, mas é quem tem que mexer com o crédito é a associação. Quem tem que fazer isso é a associação; quem tem que buscar aquilo é a associação. Os projetos são feitos em nome da associação [...] E isso fez com que o trabalhador deixasse de participar do sindicato. Aí, o que é que aconteceu? As delegacias foram se acabando, foi se acabando, ninguém mais fez delegacia sindical [...] a associação agora substituiu o sindicato. E como as associações são dentro dos assentamentos, então o sindicato foi lá pra baixo. Perderam toda aquela bandeira que eles tinham, aquele entusiasmo do movimento, foi enfraquecendo, enfraquecendo e começou a enfraquecer o movimento sindical...(Entrevista n° 03).

Os elementos contidos no discurso do ex-dirigente sindical tornaram a separação entre político e econômico sem sentido. Foi a mobilização dos grupos que garantiu o acesso à política que poderia modificar sua condição econômica e suas condições de vida. Tratava-se de por meio da luta política criar as condições de democratização do acesso às políticas governamentais. No âmbito estadual e nacional também não havia um acordo em relação ao que as lideranças sindicais do sudeste do Pará propunham. Apesar da discussão em torno da estrutura sindical não ser nova, não havia consenso. Em vários Congressos e outros tipos de encontros, a estrutura sindical foi tema debatido. Um dirigente local expressou assim esta falta de acordo sobre o tema:

É, além dos conflitos locais, isso gerou vários conflitos no âmbito das estruturas superiores, seja da Fetagri estadual, seja da Contag. Como eu estou afirmando, nessas duas instâncias superiores prevalece a unicidade, onde não permite essa estrutura, como por exemplo, a nossa federação a nível estadual. Existe até hoje o departamento de associativismo e cooperativismo certo. Enquanto que a gente aqui entende que a associação já é orgânica da estrutura sindical. Então, é um espaço de representação do sindicalismo, e inicialmente, a gente fez esse casamento que a legalidade não garantia o Termo de Filiação, mas nós estamos adaptando isso agora pra dentro do estatuto do sindicato [...] a questão da unicidade, que até hoje a nível nacional, ainda prevalece. Ainda prevalece, e daí que saiu a Federação da Agricultura Familiar, primeiro em São Paulo e no Paraná [...] tentaram se filiar à Contag; a Contag não se abriu pra isso, por que já tinha uma Federação de Trabalhadores Rurais. E então, que criou esse processo. Então, hoje a gente está mais pra estrutura não oficial do que estrutura oficial do sindicalismo no Brasil (Entrevista nº 25).

Independente das deliberações nacionais, o sindicalismo no sudeste paraense começou a mudar significativamente sua estrutura. Já no seu primeiro Congresso, a Fetagri Regional Sudeste colocou em pauta uma discussão em torno do papel das delegacias sindicais e das associações. Na visão da Fetagri Regional Sudeste as delegacias sindicais *esfriaram*, deixaram de mobilizar os trabalhadores rurais enquanto as associações se fortaleceram tanto numericamente quanto na ação. Um trecho do documento de base do I Congresso da Fetagri regional sudeste descreveu essa situação assim:

A delegacia sindical passou a ser, na maioria dos casos, um espaço vazio em termos de organização e de debates. Mesmo nos STRs que possuem várias delegacias sindicais organizadas, o movimento esfriou e as associações continuam a crescer e a mobilizar as bases. Hoje as associações fazem mobilizações e acampamentos para ocupar terra, organizar a produção, buscar crédito e assistência técnica (FETAGRI REGIONAL SUDESTE, 1999:1).

A Fetagri Regional Sudeste tentava construir um novo papel para as associações em que a dimensão política e econômica estavam imbricadas, sem a separação pretendida por alguns assessores e dirigentes. A própria inatividade em que se encontrava boa parte das delegacias sindicais em contraste com a dinamicidade assumida pelas associações, forneceu os elementos para a comparação entre o papel de uma e de outra organização, como mostrou o depoimento anterior. As principais lideranças sindicais regionais começaram a construir um discurso de legitimação das associações combinando, portanto, os aspectos econômicos e políticos. Ao mesmo tempo em que o discurso tentava neutralizar a dicotomia entre econômico e político,

nivelava a importância de um e do outro, valorizando a necessidade de atender a diferentes contextos.

De certa forma, o discurso de legitimação de uma implicava a deslegitimação da outra. Essa construção visava claramente romper com o dilema criado em torno do papel das organizações de base do sindicalismo rural. Nos anos oitenta, as associações eram vistas como organizações econômicas que distanciavam os trabalhadores rurais de seus objetivos políticos. Cabia à delegacia sindical a defesa e a definição das lutas políticas. Nas discussões do I Congresso da Regional Sudeste o econômico e o político eram parte da mesma discussão: o fortalecimento político visando a garantia de conquistas econômicas. Nessa imbricação do político com o econômico, a delegacia sindical perdeu espaço para as associações. O I Congresso da Regional Sudeste propunha que as associações fossem *as organizações de base do movimento sindical* e lhes atribuiu as seguintes funções: referencial de base por comunidade ou núcleo comunitário; desenvolver atividades para executar um amplo planejamento de todas as necessidades e lutas das comunidades; organizar a produção de suas bases para efetuar uma comercialização coletiva com as cooperativas; efetuar diagnósticos e levantamentos necessários para a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável, articulado pelo STR; realizar a formação de base, segundo os planos municipais e regionais discutidos e elaborados com o STR (FETAGRI REGIONAL SUDESTE, 1999:1).

A proposta sugeria a extinção das delegacias sindicais e que as associações assumissem um conjunto de funções que, necessariamente, não eram as mesmas desenvolvidas pelas delegacias. A organização da produção e o planejamento do desenvolvimento eram ressaltados como novas funções ou como funções prioritárias. Nos trabalhos de grupos, as discussões passavam por questões como a definição do papel das associações na Fetagri, nas cooperativas e na sociedade. A discussão enveredou não só pelo *viés* econômico. Foram agregados elementos de maior amplitude como a formação de base, o lazer, o esporte, a educação, a cultura e a infra-estrutura de uma maneira geral. O I Congresso Regional se esforçou ainda para definir também as funções dos sindicatos e da própria Fetagri Regional Sudeste. O Congresso propôs que os sindicatos desempenhassem as seguintes funções:

Coordenar e articular os diagnósticos e levantamentos para elaboração do plano de desenvolvimento rural como um projeto alternativo de desenvolvimento municipal; Ser o referencial político-metodológico-organizativo das associações e organizações de base; Ser o grande mobilizador de toda a sociedade nos municípios, articulando os atores sociais para fazer a luta política; Ser o agente propositivo e fiscalizador dos serviços públicos, principalmente os relativos ao meio rural; Articular a ocupação dos latifúndios improdutivos em cada município; Divulgar e encaminhar as decisões tomadas no IV Congresso dos Trabalhadores Rurais da Federação (FETAGRI REGIONAL SUDESTE, 1999:2).

Segundo o documento, essas novas funções se encarregariam de resgatar o papel político histórico dos sindicatos. A partir dessas novas funções, caberia aos STRs um papel na sociedade que extrapolava o rural. A questão deixava de ser os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e passava a ser a busca de uma proposta de desenvolvimento que passava pelo rural, mas que não se restringia a ele. Além de propor para si a tarefa de articular a ocupação dos latifúndios improdutivos, as entidades sindicais se consideravam potencialmente aptas a serem os mobilizadores da sociedade local e coordenador de um projeto de desenvolvimento municipal. Quando se atribuiu ao STR o papel de *referencial político-metodológico-organizativo das associações e*

organizações de base, as entidades sindicais enviaram uma mensagem para as novas formas de organização que estavam em gestação na região. Nesse mesmo sentido, o I Congresso propunha para debate que as funções da Federação Regional Sudeste fossem:

Articular os diagnósticos e levantamentos municipais para a construção das pautas regionais de luta; Fortalecer os sindicatos para que os mesmos cumpram seu papel de agente mobilizador municipal; Divulgar e ajudar na construção de um referencial político, metodológico e organizativo firmado em uma estratégia clara de implementação do projeto alternativo para a agricultura familiar; Construir as estratégias articuladas de ocupação dos latifúndios improdutivos da região visando a redução do desemprego e o aumento da produção rural; Ser o grande agente mobilizador de toda a sociedade regional, articulando os atores sociais para fazer a luta política; Elaborar uma proposta de política agrícola baseada na realidade da agricultura familiar, que possa atender os critérios de assistência técnica, organização da produção e comercialização; Buscar articulação permanente com as demais regionais da federação visando a construção da autonomia organizativa e financeira de todas; Contribuir no debate da construção e no encaminhamento de políticas estaduais gerais a serem implementadas pela direção estadual; Divulgar e encaminhar as decisões tomadas no IV Congresso dos Trabalhadores Rurais da Federação (FETAGRI REGIONAL SUDESTE, 1999:2).

O objetivo desse conjunto de funções articuladas era de fortalecer um movimento de nível regional sob a coordenação da Fetagri Regional Sudeste. Em certa altura do documento de base do I Congresso afirmou-se: “muitas conquistas somente serão possíveis através de uma força regional bem organizada e preparada” (FETAGRI REGIONAL SUDESTE, 1999:2). As entidades sindicais atribuíram a si o protagonismo dessa *força regional*. Nos próximos capítulos analisaremos os fatos decorrentes dessa postura das entidades sindicais.

CAPÍTULO V ORGANIZAÇÕES EM MOVIMENTO E AÇÃO COLETIVA

Ao longo das últimas décadas milhares de famílias camponesas, posseiros e agricultores do sudeste paraense envolveram-se em ações coletivas visando garantir o direito à terra e às condições mínimas de sobrevivência no campo. Sem pretensão de exaustividade, procuramos mostrar nesse capítulo, alguns processos que contribuíram para a construção de *um repertório de ações coletivas* por esse segmento social (TILLY, 1984;1986). Segundo Tilly (1984), o *repertório de ações coletivas* de uma determinada época, apesar de apresentar uma grande diversidade, se limitavam a um certo número e guardavam uma certa relação com períodos anteriores. No caso dos agricultores familiares do sudeste paraense, diferentes formas de ação coletiva se sucederam, inicialmente por meio de uma organização baseada em relações primárias (HÉBETTE, 1997) e depois sob o comando de entidades representativas como associações e sindicatos. Foi nesse contexto que esses atores sociais e suas entidades representativas construíram novas solidariedade e transformaram suas formas de ação.

Nos anos 1990, o debate em torno da reforma agrária, o fortalecimento e a expansão do MST, além de uma retomada das ações das entidades sindicais, associados a outros fatores como a pressão internacional, forçaram o governo a intervir no campo por meio de um conjunto de medidas, programas e instrumentos jurídicos administrativos. Os fortes conflitos na região sudeste paraense exigiram do governo medidas diferenciadas em comparação com outras regiões. A de maior impacto foi a criação de uma Superintendência especial do Incra em Marabá que passou a gerir a política fundiária do governo na região. Assim como outros atores sociais, as entidades de representação dos agricultores familiares se mobilizaram para exercer influência sobre as novas estruturas governamentais e seus programas. Após um breve percurso pelos principais processos sócio-econômicos que transformaram a região, podemos afirmar que esse segmento social consolidou sua posição no espaço social regional.

5.1 As Ações Coletivas no Contexto Regional

A definição de um fenômeno social como uma ação coletiva envolve três condições fundamentais: uma identidade coletiva, um adversário claramente definido e um campo de disputa comum. Autores como Melucci (2001) e Touraine (1999a), consideravam que estas três condições permitiam diferenciar a ação coletiva de outros fenômenos sociais. Ledesma (1994) definiu ação coletiva como “gente que se reúne para atuar em favor de suas queixas, esperanças e interesses compartilhados¹⁶¹” (LEDESMA, 1994:64). Encontramos em Tilly (1996), uma diferença entre ação coletiva, protesto e desordem. Essa diferença decorria de uma preocupação do autor com a naturalização do termo ação coletiva e com a confusão no uso de outras categorias para caracterizar formas de ação social. Para tanto, ele introduziu as noções de “enfrentamento” e de “descontinuidade” ao conceito de ação coletiva. Estas noções deram uma nova dimensão ao conceito, diferenciando-o de outras formas de ação social. Assim, a ação coletiva descontínua de enfrentamento assumiu a seguinte dimensão: “As pessoas não só se reuniam para atuar em favor de seus interesses, se não mais ainda o

¹⁶¹ Tradução livre do autor.

faziam de forma que afetasse de uma maneira direta, visível e significativamente a realização por outros indivíduos de seus próprios interesses” (TILLY, 1996:3)¹⁶².

Dois aspectos dessa definição se tornaram importantíssimos para a análise da ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a pluralidade e a continuidade das formas de ação. A pluralidade não significava formas inesgotáveis de ação. Tanto Tilly (1984/1986) quanto Tarrow (1994) e Melucci (2001) consideravam que as formas de ação coletiva de uma certa época, apesar de apresentarem uma grande diversidade, eram limitadas a um certo número. Foi Tilly (1984) quem avançou mais no aprofundamento da análise combinando essas categorias. O autor denominou um certo número de formas de ação de uma determinada época de *repertórios de ação coletiva*. Tratava-se pois, de aplicar ao mesmo tempo a noção de diversidade e limitação ou como dizia Ledesma, se referindo às formas de ação coletiva:

[...] hay varias posibilidades entre las que elegir, pero el número de opciones no es ilimitado. Quienes participan en los enfrentamientos, sea cual sea su objetivo, cuentan en cada momento con un repertorio bien definido, adquirido por ellos a través de un proceso de aprendizaje, dentro del cual solo están permitidas ligeras variaciones (LEDESMA, 1994:65).

Guiados pelas noções tratadas anteriormente, buscou-se entender os fatores e os processos locais e extralocais que foram determinantes para o surgimento de novas formas de ação coletiva bem como dos seus significados sociais no sudeste do Pará. Apesar de nos referirmos a ações coletivas localizadas num espaço geográfico definido (sudeste do Pará), entendemos que a construção das identidades e a percepção dos opositores, sofreram influência de processos que transcendiam o espaço social local. Na impossibilidade de tratar todos os fatos e processos escolhemos alguns que, ao nosso ver, ajudaram a compreender a construção do *repertório de ação coletiva* dos agricultores familiares no sudeste paraense na década de 90.

As famílias de agricultores que formaram as comunidades rurais¹⁶³ no sudeste paraense, tinham algumas características em comum: i) elas eram na sua grande maioria migrantes; ii) mantinham um relativo isolamento em relação à sociedade regional e nacional; iii) boa parte dessas famílias se envolveu em conflitos pela posse da terra e; iv) em alguns casos sofreram violência privada e/ou do Estado. Estas particularidades reforçaram o desenvolvimento de relações tipicamente primárias baseadas no parentesco, nas relações de interconhecimento e de vizinhança. A mediação com o exterior das comunidades, em geral, era feita por indivíduos de destaque da própria comunidade ou por religiosos, comerciantes e políticos (HÉBETTE, 1997).

Grupos de famílias, vizinhos e conhecidos, liderados por uma ou mais pessoas, se dirigiam às áreas identificadas com o objetivo de abrir as primeiras roças e explorar a região. Em geral, as mulheres e crianças ficavam em casa de parentes ou em cidades próximas esperando que se reunissem as condições mínimas como a abertura de caminhos, a construção de uma casa (barraco) de material rústico e o plantio de algumas culturas de ciclo rápido destinadas à alimentação. Na maioria das vezes, demorava meses até que a área fosse dada a conhecimento às pessoas fora desses grupos. Só após a colheita do primeiro ciclo agrícola e a formação de uma infra-estrutura mínima da comunidade, as famílias começavam a se recompor. Frequentemente, em meio a esse

¹⁶² Tradução livre do autor.

¹⁶³ Estamos chamando de comunidades rurais aquelas comunidades formadas antes de se iniciar a implantação de projetos de colonização e projetos de assentamentos.

processo, a área era requisitada por algum fazendeiro e, antes mesmo de se completar o primeiro ciclo agrícola, se instalava o conflito.

Foi dessa maneira que os agricultores migrantes se apoiaram mutuamente tanto nas tarefas cotidianas de formação de roçados, na construção de uma infra-estrutura mínima, quanto em atividades que visavam estabelecer novas famílias na região. Fortalecidos internamente pelas relações de parentesco, vizinhança, compadrios e de confiança, construíram estratégias de ocupação de fazendas e castanhais, de distribuição dos lotes entre as famílias e mais tarde organizaram a resistência à expulsão comandada por jagunços e policiais. As ocupações de castanhais e fazendas foram as primeiras formas de ação coletiva marcadas pelas características apontadas por Hébette (1997)¹⁶⁴, ou seja, sem uma mediação forte de entidades de representação formais como os sindicatos. Essa forma de proceder caracterizava as ocupações típicas dos posseiros.

A implantação dos grandes projetos atingiu, em várias dimensões a vida dos pequenos agricultores e dos índios do Pará¹⁶⁵. Como vimos no primeiro capítulo, construção de estradas, exploração mineral em larga escala, projetos agropecuários extensivos e a produção de energia, foram alguns desses grandes projetos governamentais que causaram grande impacto na região. A exploração mineral com a implantação da CVRD e a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, além de alterar a esfera da produção, da cultura e da vida material dos agricultores e indígenas, provocou mudanças drásticas na produção da força de trabalho regional. Segundo a Edna Castro, só as atividades de construção da hidrelétrica, chegaram a absorver diretamente 35.000 empregados (CASTRO, 1989)¹⁶⁶. O caso da construção da UHE de Tucuruí foi um exemplo emblemático da forma como os agricultores se mobilizaram diante dos impactos dos grandes projetos. Pela proximidade com a região de Marabá e o envolvimento direto de vários STRs dessa região, decidimos fazer uma breve descrição dos acontecimentos de Tucuruí. Podemos considerar que esse foi o marco inicial da realização de acampamentos como ação coletiva envolvendo sindicatos da região.

A mobilização dos agricultores começou quando eles perceberam que a Eletronorte, empresa que respondia pelo empreendimento, não cumpria os compromissos assumidos no momento anterior à construção da hidrelétrica. Antes do início da construção, funcionários da Eletronorte visitaram as famílias de agricultores da área que foi afetada, anunciando a chegada do desenvolvimento. Entre os compromissos assumidos pela empresa, os principais eram: todas às famílias seriam indenizadas de acordo com suas posses, incluindo terra, casas, benfeitorias; a infra-estrutura existente como as vilas, prédios de uso comum, estrutura de lazer e vias de acesso, seriam reconstruídas em outro local¹⁶⁷; as plantações existentes e as que deixassem de ser feitas no ciclo agrícola do ano da visita, seriam prontamente indenizadas (ARCA, 1982/1983). Com os trabalhos de construção da barragem já bastante avançados e algumas áreas já desabitadas, a empresa não assumira praticamente nada do que constava nos acordos. As famílias perambulavam desarticuladas na sede do município sem conseguir que a empresa assumisse os compromissos firmados.

¹⁶⁴ Para maiores detalhes, consultar Musumeci (1988); Leroy (1991); Hébette (1985, 1997 e 2000a,b); Guerra (2001); Velho (1981); Tura (1996); Da Mata & Laraia (1979); Martins (1986); Esterci (1987); Ianni (1979); Emmi (1999); Guerra & Acevedo (1990).

¹⁶⁵ Por apresentar inúmeros elementos não tratados no escopo dessa pesquisa, os impactos dos grandes projetos sobre as nações indígenas não entraram em nossa análise.

¹⁶⁶ Após a fase de construção a grande maioria desses empregados ficou a vagar nas cidades da região.

¹⁶⁷ As vilas atingidas pela cota máxima do lago foram: Breu Branco, Repartimento, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Areião, Jatobal, Chiqueirão, Coari, Canoal, Vila Bela, Vila Braba, Ipixuna, Santa Tereza do Tauri, além de aldeias dos grupos indígenas Gavião e Parakanã (CASTRO, 1989).

Foi a partir da mediação da CPT¹⁶⁸ e da SPDDH, que os agricultores começaram uma ação mais organizada e sistemática para pressionar a empresa pelo cumprimento dos acordos. Inúmeros documentos foram produzidos denunciando a situação e cobrando providência. Castro (1989) relatou que a situação se acirrou quando, em 1979, um agente de pastoral da CPT foi preso pelos seguranças da Eletronorte, durante uma reunião com cerca de 60 famílias que estavam elaborando uma ação judicial contra a empresa. A partir desse evento os agricultores formaram uma *comissão dos atingidos*¹⁶⁹ para negociar em nome de todas as famílias. Reuniões foram realizadas em Marabá, Belém e Brasília visando agilizar as decisões da Eletronorte.

Em 1980, comunidades do município de Itupiranga publicaram na imprensa o teor de um documento encaminhado à Eletronorte. Nele perguntavam: *Quando vamos ser indenizados? Quanto vamos ganhar? Onde estão os outros lotes? Quem vai ser e quem não vai ser indenizado?* Nos dois anos seguintes, documentos semelhantes foram enviados por famílias das Vilas de Repartimento, Breu Branco e outras vilas atingidas. Novas reivindicações foram acrescentadas, tais como: lotes de 21 alqueires; casa por casa; indenização justa e recuperação dos prejuízos dos anos proibidos de plantar; demarcação dos lotes; conclusão da infra-estrutura das vilas; construção das casas novas e mapas das novas vilas e dos lotes rurais (ARCA, 1982/1983). Essas perguntas e reivindicações direcionadas à empresa mostravam o grau de insatisfação das famílias atingidas com as ações da empresa. Os documentos foram enviados para Brasília onde a Contag os divulgou em programas de rádio e jornais.

Segundo Castro (1989), esses dois anos de lutas dos *atingidos* serviram para politização das lideranças e da construção da identidade *atingidos por barragem* na região (CASTRO, 1989:59)¹⁷⁰. De uma ação fragmentada, quase individual, as lutas dos *atingidos* foram tomando forma coletiva. Em 1982, o documento encaminhado à Eletronorte foi escrito num tom mais agressivo e delimitando prazos para resposta às reivindicações. No primeiro momento, o apoio de entidades como a CPT e SPDDH¹⁷¹ foram mais importantes para os *atingidos* que o apoio dos STRs¹⁷² do entorno da barragem. Segundo Castro (1989), o aprendizado das lideranças nas comissões de negociação foi determinante para a politização dos STRs. Como a empresa não apresentou resposta satisfatória, os atingidos decidiram ocupar o Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí (SPI-TUC)¹⁷³. Esta ocupação do SPI-TUC pode ser caracterizada como o primeiro acampamento realizado na região sudeste do Pará¹⁷⁴.

¹⁶⁸ Os agentes de pastoral que atuavam nessa região pertenciam à CPT ligada à Prelazia de Cameté à jusante do local onde se instalou a barragem.

¹⁶⁹ Essas comissões se assemelhavam às comissões formadas em outros estados da federação e que deram origem ao movimento dos atingidos por barragens (MAB).

¹⁷⁰ Em estados como a Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, o MAB também mobilizava milhares de famílias (SANTOS, 1989).

¹⁷¹ Outras entidades se integraram em graus diferentes de apoio, dentre elas a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), diretórios estudantis, CNBB, Sindicatos de Eletricitários e Contag. Algumas dessas entidades apenas se solidarizaram com o movimento. Entre entidades religiosas destacava-se o papel da Paróquia de Confissão Luterana de Belém (PCLB).

¹⁷² Eram os municípios de Itupiranga, Jacundá, Tucuruí e parte de Marabá. Como vimos em capítulo anterior alguns desses sindicatos ainda eram controlados pela elite política conservadora da região.

¹⁷³ Instância hierárquica da empresa, sem muito poder de decisão e que fazia a relação direta com os atingidos.

¹⁷⁴ Diferente dos acampamentos realizados na década de 90, não foram erguidas barracas de lonas e sim aproveitado a estrutura de um espaço físico da Eletronorte composto por barracões onde eram guardados máquinas e equipamentos. As famílias se instalaram nesses barracões. Nos acampamentos subsequentes os agricultores chegaram a montar barracas de palha e lona plásticas.

No trajeto da passeata os temas centrais da manifestação apareciam em grandes faixas brancas. Na primeira faixa o aviso: *Vimos buscar soluções para nossos problemas*. Seguindo o cortejo, as outras faixas anunciavam para a população da cidade os problemas e as reivindicações: *Terra por terra, Casa por casa, Vila por vila, Indenização justa e Recuperação dos prejuízos* (ARCA, 1982/1983). O primeiro acampamento rompeu o silêncio e mostrou a outra face da empresa para a sociedade local, mas não mudou quase nada a vida dos expropriados. Se não trouxe grandes mudanças no comportamento da empresa, o primeiro acampamento abriu a perspectiva de novas formas de organizar as lutas e enfrentar os problemas.

No ano seguinte com uma proposta mais amadurecida, com novas adesões e com uma mobilização mais ampla, os *atingidos* realizaram dois acampamentos. O primeiro, em abril de 1983, reuniu aproximadamente 2.000 participantes, e teve uma duração de 15 dias. O segundo foi em setembro de 1983, com o objetivo de pressionar a empresa a cumprir os acordos firmados em ata no acampamento anterior. Reuniu 3.000 participantes, e teve 28 dias de duração. É importante lembrar que em anos anteriores atingidos pelas barragens de Itaipu e Itaparica haviam realizado acampamentos. Portanto, em que pese a distância geográfica, havia um antecedente histórico sobre o uso desse instrumento de luta em situações similares.

No caso de Tucuruí, uma das dificuldades no processo de negociação era o fato do SPI-TUC não ter poder de decisão. Ocupava-se o escritório na cidade de Tucuruí para garantir negociações em Brasília, onde estava o centro de decisão. Esse era um mecanismo que, proposital ou não, quebrava a resistência dos atingidos. Essa situação permanecia pela absoluta falta de participação da sociedade local nas decisões do governo. Quase dez anos depois da construção da barragem, poucas vezes da sociedade se levantaram para questionar os impactos do empreendimento. O discurso desenvolvimentista do governo criou uma névoa sobre a construção da barragem que só foi rompida com as ações dos expropriados, com os acampamentos. As solicitações de reuniões, as matérias divulgadas na imprensa, os acampamentos e outras ações desenvolvidas pelos expropriados deu concretude a esse debate junto à sociedade local (CASTRO, 1989).

Em meados da década de oitenta, com a iminência do fechamento do lago, grupos de intelectuais, religiosos, movimentos populares urbanos e até setores conservadores ligados à Federação das Indústrias do Pará, despertaram para um debate que até então era levantado pelos expropriados. Quais os impactos à montante (a cima) e à jusante (a baixo) do fechamento das comportas e do enchimento do lago numa área de aproximadamente 170 Km de comprimento e 14 Km em média de largura? Nesse contexto, formou-se o Movimento em Defesa da Vida (MDV), cuja bandeira principal foi o pedido de adiamento do fechamento do lago até que se esclarecessem os impactos ambientais, sociais e econômicos. Diante do despertar de outras vozes, o governo em vez de adiar o fechamento do lago, antecipou-o¹⁷⁵.

Após o enchimento do lago o MDV se desmobilizou, mas a ação dos atingidos continuou por meio das lideranças que foram assumindo os STRs da região¹⁷⁶. Algumas lideranças foram cooptadas pelo Estado¹⁷⁷, outras entraram para a política partidária

¹⁷⁵ Castro (1989) discutiu alguns desdobramentos do fechamento do lago reservatório.

¹⁷⁶ Nesse período a CUT começou a atuar na constituição das oposições sindicais e influenciou lideranças do movimento de atingidos a concorrerem às eleições sindicais e depois filiando os STRs à Central.

¹⁷⁷ Utilizamos o termo nesse texto para caracterizar o processo no qual uma liderança qualquer abandona a luta dos atingidos para funcionar como um porta-voz do Estado. Havia diferentes mecanismos de cooptação como ajuda financeira e oferecimento emprego.

candidatando-se a cargos como vereadores, deputados e prefeitos¹⁷⁸. A ascensão das lideranças do movimento dos atingidos às direções dos STRs do entorno de Tucuruí, levaram a uma aproximação com os posseiros, garimpeiros, extrativistas e índios que se mobilizavam nos municípios do entorno de Marabá, fortalecendo o processo de politização regional. A articulação das lutas dos atingidos com os posseiros, índios, garimpeiros, extrativistas e setores urbanos organizados como associações de moradores e de bairros, formou o que Castro chamou de um campo de poder pela base (CASTRO, 1989). Esse campo de poder forçou o Estado a flexibilizar sua ação. Dessa forma, a luta dos atingidos pela barragem, dos posseiros, dos índios e das associações urbanas se tornaram em lutas mais gerais da sociedade regional.

Como vimos no capítulo anterior, a ascensão de dirigentes sindicais ligados à Igreja e à CUT para a direção dos sindicatos de trabalhadores rurais aproximou posseiros e agricultores dessas entidades. Antes disso, os posseiros e agricultores pouco puderam contar com os STRs em suas estratégias de enfrentamento seja com os latifundiários, jagunços e o próprio Estado, desenvolvendo suas formas de ação com base em relações primárias (HÉBETTE, 1997). O apoio da Igreja por meio das CEBs e da CPT foi fundamental para a resistência dos posseiros e agricultores e a definição de suas formas de ação. A imbricação entre relações de solidariedades internas e as formas de lutas coletivas incentivadas pela Igreja, ajudaram a consolidar ações como romarias, ocupações de fazendas e castanhais, resistência na terra (até mesmo pelo uso de armas), passeatas, assembléias, audiências públicas, apresentação de petições, ocupação de espaços públicos, etc. As ações dos posseiros e agricultores politizaram a ação dos STRs. A partir desse momento os STRs construíram uma legitimidade que consolidava sua hegemonia enquanto entidade de representação camponesa.

Na década de 1990, novos atores sociais se constituíram e contribuíram para a quebra dessa hegemonia. Um desses atores foi o MST. A instalação do MST nessa região introduziu inovações ao *repertório de ação coletiva* dos camponeses e das entidades sindicais. Acampamentos em beira de estradas, marchas pelas principais estradas da região, fechamento de estradas, ocupação de fazendas com um grande número de famílias e a prática de ocupação de prédios públicos para forçar a negociação com as agências do Estado foram algumas delas. Em muitos casos, essas ações se sucediam numa seqüência nem sempre programada. Após uma ocupação frustrada, as famílias podiam formar um novo acampamento na beira de uma estrada ou próximo a uma fazenda ou ocupar um órgão do governo como o Incra. Algumas famílias voltavam para bairros pobres das cidades da região, mas prontas para outras incursões quando recobrassem as forças e chegasse o momento.

Após a prisão de suas lideranças em Marabá¹⁷⁹, o MST intensificou os trabalhos de base para mobilização de famílias de sem terra e a prática de ocupação de fazendas na região. Os alvos eram os latifúndios cuja função social se colocava em dúvida ou com histórico de trabalho escravo e as áreas de grandes empresas como a CVRD. O Estado intercedia em geral concedendo a reintegração de posse e autorizando a Polícia a agir com violência. Além disso, milícias particulares de fazendeiros e “empresas de seguranças” pagas pelas grandes empresas agiam com truculência. Como forma de resistir à forte pressão, o movimento alternava as ações realizando ocupações de fazendas, montando acampamentos, ocupando prédios públicos, recrutando novos adeptos, fazendo formação, caminhadas e buscando a negociação com o Estado.

¹⁷⁸ Ao assumir cargos de administração pública mudaram a forma de relação com os atingidos.

¹⁷⁹ A repercussão conseguida com o caso não intimidou a militância do MST, pelo contrário, motivou-os.

Em nível estadual, a manifestação que ficou conhecida como Grito do Campo¹⁸⁰, organizada pelas entidades sindicais inaugurou formas de mobilização coletiva com pautas amplas que extrapolavam a tradicional “luta pela terra”, principal pauta do sindicalismo nos anos 70 e 80. Havia milhares de famílias que estavam na terra há mais de 10 anos, sem que as políticas governamentais lhes garantissem as condições mínimas de financiamento da produção e construção da infra-estrutura necessária a uma vida digna no campo. Portanto, temas como o crédito rural, a educação, a assistência técnica e direitos previdenciários passaram a predominar nas pautas de reivindicação com a mesma intensidade que exigência por terra. Houve um investimento das entidades sindicais no sentido de construir os argumentos para defesa desses novos temas. A pauta do Grito do Campo passou a apresentar números do passivo de crédito, da falta de infra-estrutura, do passivo da previdência, do passivo da educação etc¹⁸¹. Os Gritos foram também um “laboratório” para experimentar novas formas de relação entre as entidades de representação dos agricultores e as diferentes instâncias competentes no âmbito da administração estadual e federal.

Em nível nacional multiplicaram-se as ações coletivas das entidades sindicais de trabalhadores rurais. Ocupação de terras de norte a sul do país, caminhadas, marchas nacionais e regionais, ocupação de prédios públicos foram algumas das ações desenvolvidas tanto pelas entidades sindicais de trabalhadores rurais quanto pelo MST. No estado do Pará, ações coletivas como ocupação de castanhais e fazendas, interdição de estradas, ferrovias e pontes, romarias e procissões, reuniões públicas com órgãos estratégicos, ocupações de prédios públicos, e festejos comemorativos foram algumas das manifestações que permaneceram na memória dos trabalhadores da região e que ajudaram a moldar o *repertório de ação coletiva* contemporânea (TILLY, 1984). Algumas formas de ação eram mais características de certas entidades, outras foram desenvolvidas conjuntamente, algumas foram realizadas por um curto espaço de tempo e logo foram substituídas por outra ação (COMERFORD, 1999).

A partir de 1997, a cidade de Marabá passou a ser o palco das mais expressivas ações coletivas dos trabalhadores rurais do sudeste paraense, com a realização dos “Grandes Acampamentos”¹⁸². Os principais protagonistas dessas ações foram: os agricultores familiares organizados pelas entidades sindicais (Fetagri Regional Sudeste e Sul e os STRs a elas filiados) e os trabalhadores sem terra organizados pelo MST. Um conjunto de atores se envolveu a favor ou contra no palco das manifestações. Alguns desses atores foram: as entidades de representação dos prefeitos da região representados pela Amat; os fazendeiros e pecuaristas; os políticos com diferentes orientações ideológicas; os representantes do poder judiciário; os representantes de órgãos da administração municipal, estadual e federal e um conjunto muito diverso de entidades de apoio, dentre as quais a CPT.

O “Grande Acampamento” como um fato político de relevância regional obrigou os atores sociais a demarcarem posições e a tomarem decisões em função dos seus interesses. A característica mais marcante dessa ação coletiva, no entanto, foi a de ter sido desenvolvida pelas entidades sindicais, que detinham a filiação da maioria dos agricultores familiares e pelo MST que se encontrava ainda numa fase de consolidação na região. Sendo a cidade de Marabá o principal centro financeiro regional e sede da maioria das instituições da administração pública, atraiu para si o fluxo de

¹⁸⁰ A partir de 1993 passou a se chamar na região norte Grito da Amazônia (TURA, 1996)

¹⁸¹ No jargão sindical esse processo ficou conhecido como a qualificação da pauta.

¹⁸² Entre os anos de 1997 a 2001, só não foi realizado acampamento no ano de 1998. Portanto, eles tiveram uma periodicidade anual.

reivindicações e manifestações de diferentes esferas da sociedade. Entretanto, os acampamentos não se constituíram propriamente numa novidade dos anos noventa enquanto ação coletiva¹⁸³.

Diferentes grupos sociais lançaram mão dessa forma de ação para enfrentamento de problemas específicos, ficando marcada na memória coletiva dos agricultores e dirigentes sindicais da região em estudo. Dentre as várias possibilidades de ação existentes, no sentido descrito anteriormente por Ledesma (1994), o “Grande Acampamento” emergiu como uma síntese da aprendizagem social de diferentes grupos e foi eleito pelas entidades sindicais como a principal estratégia de sua ação a partir de meados dos anos noventa. A definição pelo “Grande Acampamento” não foi uma decisão aleatória. O caráter massivo, o potencial midiático da ação, os resultados dessa forma de ação coletiva em outras situações, a possibilidade de unificar a pauta de uma grande região, foram elementos importantes para a definição do acampamento como ação prioritária. Obviamente, que essa definição não foi uma revelação de iluminados e sim um processo de construção que demorou meses e envolveu muitos atores.

5.2 O Enterro Simbólico do Incra: Disputa Política e Construção de Legitimidade

Em meados da década de 1990 a questão agrária voltou a ser tema central na sociedade brasileira. Eventos sóciopolíticos internos e externos contribuíram para uma mudança de postura do Estado em relação a essa questão. Do ponto de vista interno, tanto o MST quanto as entidades sindicais intensificaram a ação como forma de pressionar o Estado a uma tomada de posição. Para tanto, multiplicaram-se as ocupações de terras em todas as regiões do país. Do ponto de vista externo, mudanças nas orientações da política de reforma agrária proposta pelo Banco Mundial¹⁸⁴, estimularam a elaboração de política de transferência de terras para setores mais eficientes por meio do estímulo ao mercado de terras (MEDEIROS, 2002).

O desencadeamento de um grande número de ocupações de terras provocou uma reação de setores privados ligados ao meio rural e do governo. Do lado do setor privado, aumentaram os casos de contratação de milícias e pistoleiros para impedir ou expulsar ocupantes de terra. Do lado do governo aumentou a repressão policial às ocupações. Nos dois casos houve um recrudescimento da violência contra ocupantes de terra e lideranças do MST, das entidades de apoio e das entidades sindicais. Os casos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás foram expressão maior dessa violência.

Diante da grande repercussão em nível da sociedade nacional e internacional, o governo assumiu uma postura mais ofensiva em relação à questão fundiária. A criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária e a retirada do Incra do âmbito do Ministério da Agricultura, indicavam a possibilidade de um novo tratamento dessa questão. Um problema é que o Gabinete não tinha estrutura funcional, vindo a se transformar quase um ano depois em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MEDEIROS, 2002). O Incra, integrado ao novo Ministério, sofreu pequenas mudanças para melhorar sua eficiência operacional. No sudeste paraense, a forte mobilização e o episódio de Eldorado dos Carajás, levou o governo a criar uma Superintendência Regional, a SR27E. Segundo Medeiros (2002), essas mudanças se inseriam num marco mais amplo de reforma do Estado que visavam a um só tempo a descentralização das ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização.

¹⁸³ Em nível nacional os acampamentos foram iniciados como uma prática do Master do Rio Grande do Sul nos anos 60. Os anos duros da ditadura impediram essa prática que só foi retomada nos anos 80 (SANTOS, 1989).

¹⁸⁴ Para maiores detalhes sobre a política do Banco Mundial para a reforma agrária ver Pereira (2004b).

Essa nova institucionalidade deu origem a novos espaços de disputa e exigiu dos atores locais a definição de novas estratégias. Após a criação da SR27/E o primeiro Superintendente designado foi um militar reformado¹⁸⁵, funcionário de carreira do Incra, com larga experiência profissional no estado do Paraná. Homem de inteira confiança do Ministro Raul Jungmann que, segundo o Jornal Correio do Tocantins (CT), foi “escolhido a dedo pelo próprio ministro, considerando sua competência técnica” (CPT & FETAGRI, 1997). A implantação da Superintendência Regional do Incra fazia parte da estratégia do governo de atuar de forma mais ostensiva nos focos dos conflitos fundiários. Entretanto, o argumento de que a ação do Incra deveria se pautar unicamente por aspectos técnicos, delimitava um campo restrito de diálogo com as entidades de representação dos agricultores. Predominava na Superintendência local do Incra uma visão mais burocrática e menos política da questão fundiária.

Durante os primeiros meses de criação da SR27/E, as entidades sindicais, representadas pela FRS, buscaram o diálogo com o Superintendente na tentativa de apresentar as necessidades regionais no que se referia à questão fundiária regional. Desse diálogo inicial frutificaram alguns acordos entre a Superintendência e as entidades sindicais tendo como mediação a CPT. Porém, os acordos não foram cumpridos ou apenas o foram de forma parcial. A justificativa para o não atendimento das demandas passou a ser os problemas técnicos e operacionais que, segundo a Superintendência, diziam respeito unicamente ao âmbito interno da mesma.

Os entraves dos procedimentos operacionais eram contraditórios com o discurso dos representantes nacionais do órgão, que pregavam a abertura para a participação dos movimentos e representações sociais rurais da região na definição das ações do governo. Por um lado, o gestor local diminuía os espaços de diálogo com as entidades de representação dos trabalhadores rurais e, por outro, se aproximava cada vez mais de segmentos como as prefeituras locais, políticos e fazendeiros, o que fazia aumentar o descontentamento dos primeiros. O anúncio de um Plano de Desenvolvimento Regional para o setor agrícola elaborado pelo Incra, Ibama, Embrapa e a representação das prefeituras, via Amat, caracterizava o tipo de aliança que o Superintendente pretendia estabelecer na região (CPT & FETAGRI, 1997)¹⁸⁶. Um setor da sociedade não estava lá representado, os milhares de agricultores familiares e os sem terra.

A relação entre instituições públicas e os diferentes setores da sociedade local podia ser considerada como situação ideal. No entanto, no caso da região sudeste paraense, não era tão simples assim. Na maioria dos casos, os cargos como prefeitos e deputados eram ocupados por fazendeiros ou pessoas por eles indicadas. No primeiro capítulo mostramos como as elites econômicas regionais utilizavam-se da política e das relações no campo da política para garantir privilégios e se apropriar de recursos os mais diversos, dentre eles a terra. Além de ocupar cargos no Legislativo e no Executivo, fazendeiros e empresários influenciavam a indicação de nomes para outras esferas da administração pública como, por exemplo, o Judiciário. Nesse sentido, a ausência ou permanência de um ou outro ator social nessas esferas, dizia muito sobre a orientação das ações do Estado e sobre o reconhecimento político desses atores.

A primeira demonstração pública de descontentamento das entidades sindicais da região, com a atuação do Superintendente da SR27E, aconteceu por volta de abril de 1997¹⁸⁷. Sindicatos de trabalhadores rurais, mobilizados pela FRS realizaram um ato

¹⁸⁵ Sr. Petrus Emile Abi-Abib, oficial da reserva do Exército Brasileiro e funcionário do Incra, originário do Paraná.

¹⁸⁶ Esse plano nunca foi divulgado ao público geral.

¹⁸⁷ Devido a divergências entre o MST e as entidades sindicais, esta ação foi organizada sem a participação do primeiro. O MST se integrou à ação posteriormente.

público na frente do Incra com o intuito de protestar contra a política de reforma agrária do governo FHC e o crescimento da violência no sudeste do Pará. O enterro de um caixão preto representando o Incra e a política de reforma agrária do governo FHC foi acompanhado por dezenas de dirigentes sindicais e agricultores de vários municípios, vereadores de partidos de esquerda da região, deputados estaduais e federais e representantes de entidades de apoio. O ato público ficou conhecido no meio sindical como *enterro simbólico do Incra*. Segundo um dirigente da FRS:

[...] nós fizemos uma manifestação lá na Superintendência, nós fizemos o enterro simbólico daquela política de reforma agrária. Então nós pegamos cruz, um monte de cruz¹⁸⁸ [...] Então nós fizemos o enterro simbólico. Nós pegamos um caixão assim de uns 3 metros, cavamos 2 metros de chão e enfiamos na frente do Incra. Foi em abril isso, reuniu umas 2000 pessoas (Entrevista n° 12).

A denúncia da violência foi simbolizada por um conjunto de cruzeiros negros fincadas ao lado do “túmulo” do Incra e da reforma agrária. Durante o ato, os discursos das lideranças sindicais e dos parlamentares ressaltaram a necessidade de uma nova política de reforma agrária, a abertura do diálogo com o Incra e davam um ultimato à intolerância do gestor do órgão. Após o enterro simbólico, os manifestantes fizeram uma passeata pelas ruas da cidade fazendo paradas em frente a instituições como o BB, o BASA e o INSS.

Se este ato simbólico não surtiu efeito imediato na forma de atuação das instituições, principalmente do Incra, nos dirigentes sindicais e agricultores despertou um sentimento de encorajamento para novas ações. A passeata pelas ruas da cidade, as paradas em frente aos órgãos públicos, os discursos dos dirigentes e de apoiadores, animavam os participantes da manifestação. O tom dos discursos em praça pública valorizando a importância do agricultor familiar como ator do desenvolvimento regional, teve um forte impacto nos participantes. O apoio recebido pelas entidades sindicais estimulou-os a ações mais ousadas.

A postura do Incra, no entanto, subtraía o reconhecimento das entidades sindicais. Não incluí-las no grupo de entidades que pretendiam elaborar um plano de desenvolvimento, não atendendo suas demandas e não dialogando com elas, a Superintendência lhes retirava o reconhecimento como interlocutores dos agricultores. Apesar de recém criada, a FRS foi a principal articuladora do *enterro simbólico do Incra*. A FRS precisava se legitimar e se afirmar no novo cenário político regional e sondar as possibilidades de sua ação. Após o ato público, os dirigentes da FRS se dirigiram aos municípios com esse intuito. A cada município visitado avolumava-se a discussão em torno da necessidade de enfrentar o problema do relacionamento das entidades sindicais com a superintendência do Incra em Marabá, ou seja, enfrentar o problema do reconhecimento e da legitimidade da representação das entidades sindicais frente ao Estado.

A estratégia para se fazer reconhecer levou os dirigentes das entidades sindicais a buscarem apoio fora da região. Para isso mobilizaram a Contag¹⁸⁹, a CPT Nacional¹⁹⁰ e parlamentares da bancada federal do Pará. A partir dessa articulação extralocal, os dirigentes regionais solicitaram uma audiência com o então Presidente do Incra, Milton Seligmann, para solicitar providências. A audiência aconteceu no dia 25 de agosto de 1997 e, após uma exposição de motivos por parte dos dirigentes sindicais, o Presidente

¹⁸⁸ Fazia 1 ano do massacre de Eldorado dos Carajás e as cruzeiros simbolizavam os mortos.

¹⁸⁹ Na época o vice-presidente da Contag era Avelino Ganzer, uma liderança sindical do estado do Pará.

¹⁹⁰ A CPT de Marabá acionou a representação da CPT Nacional em Brasília.

do Incra Nacional se comprometeu a transferir o Superintendente para outra região, em um prazo máximo de 20 dias. Ao ser comunicado da transferência, o Superintendente solicitou uma audiência com o Ministro Raul Jungmann e acionou um grupo de deputados e prefeitos da região para fazer sua defesa. Entre eles, Giovani Queiroz (PDT), Asdrúbal Bentes (PMDB) e Olávio Rocha (PSDB), considerados pelas entidades sindicais como inimigos da reforma agrária na região. A partir desse momento estabeleceu-se uma disputa política que extrapolava a esfera local. Manter ou afastar o Superintendente se transformou numa disputa simbólica pelo poder de influenciar decisões na esfera federal.

Em audiência, no dia 18 de setembro de 1997, e sob pressão dos políticos regionais, o Ministro desconsiderou o compromisso do Presidente do Incra/Brasília e reiterou a permanência de Petrus Emile na Superintendência Regional, numa clara demonstração de atendimento à demanda das elites políticas do sudeste paraense. A verdadeira disputa em curso era qual grupo social teria o poder de definir as ações de reforma agrária na região. Na medição de força inicial na esfera de decisão federal, as entidades de representação dos agricultores saíram perdendo, e o Superintendente foi mantido no cargo. Perante a sociedade regional, o Superintendente ampliava o discurso da competência técnica e sugeria que a reforma agrária na região era uma questão resolvível com medidas administrativas sérias e eficientes. O discurso do Superintendente agradava à elite política que o apoiava, mas abria um fosso entre o discurso do governo e as medidas operacionais do Incra na região.

Os resultados da reunião de setembro de 1997, entre o Ministro Jungmann, o Superintendente da SR27/E e os parlamentares que o apoiavam, agravaram a falta de diálogo em nível regional. Sentindo-se reforçado e apoiado pela decisão ministerial, o Superintendente passou a utilizar a imprensa local para, de um lado, desqualificar as reivindicações das entidades sindicais e do MST e, de outro, exaltar a ação da SR27/E na implementação da reforma agrária. No dia 15 de outubro de 1997, um jornal local estampou uma manchete com a seguinte frase: *Incra diz que falta sem-terra para assentamentos* (CPT & FETAGRI, 1997). A nota no jornal, de responsabilidade do Superintendente, tinha como objetivo exaltar a ação de alguns meses de sua gestão, insinuando que o passivo regional da questão fundiária estava solucionado. As lideranças sindicais questionavam o teor da nota e tinham outra avaliação em relação à política de reforma agrária, conforme o depoimento de um diretor da FRS:

[...] naquele momento, a leitura que se fazia era de que, do ponto de vista das políticas governamentais, o Incra, não atendia boa parte da demanda, da demanda dos trabalhadores, ou dos direitos que a Constituição Federal garantia ao assentado de reforma agrária e aqui naquele período já tinha 80 assentamentos, mas 90% dos assentados nunca tinham recebido o crédito apoio, nunca tinham recebido o crédito habitação, então, até aquele período, ser assentado era ter a terra [...] era só ter a terra. Enquanto que o conceito é muito maior [...] um assentado de reforma agrária, tem que ter direito à estrada, a crédito, à saúde, à energia [...] isso era garantido, era um direito garantido, mas na prática, não se tinha informação [...] não se tinha informação por parte do governo federal [...] e a leitura que a gente tinha é que o próprio governo, não tinha interesse de atender aquela demanda, aquele passivo tão grande, que naquele período já era aproximadamente 15 mil famílias que o Incra já tinha regularizado...(Entrevista nº 25).

Foi sobre essas limitações que se construiu e se massificou o discurso dos dirigentes sindicais como uma estratégia de fortalecimento progressivo para as futuras ações. Essa construção da legitimidade via discurso dos dirigentes tinha também o

objetivo de consolidar a FRS como representação regional. Da FRS (nível regional) o discurso se deslocou para os sindicatos (nível municipal) e associações (nível dos assentamentos e comunidades). Foi com base nessas limitações que se construiu também o discurso para fora do ambiente sindical, para a relação com a sociedade regional e para a disputa simbólica com os representantes dos órgãos públicos.

Ao mesmo tempo em que fechou a possibilidade de diálogo com as entidades sindicais, o Superintendente buscou, através da imprensa, fazer crer à sociedade que as atividades do Incra local estavam surtindo efeito na solução do mais grave problema regional, os conflitos pela posse da terra. O Superintendente escolheu três aspectos polêmicos para apresentar à sociedade os impactos do seu primeiro ano de gestão: i) o número de famílias assentadas; ii) a necessidade de diminuir o módulo para reforma agrária e; iii) o fim de trabalhadores sem terras na região. Alheio ao que as entidades sindicais reivindicavam, o Superintendente tentava criar uma imagem pública positiva da ação do Incra, via discurso na imprensa. Como afirmou Champagne:

[...] a política é, antes de tudo, uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos, fazer triunfar sua visão de mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira ao maior número possível daqueles que são, econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecidos (CHAMPAGNE, 1996:23/24).

Utilizando-se da imprensa local, o gestor do Incra tentou passar para a sociedade uma visão de calma, do fim dos conflitos fundiários e de eficiência governamental. Em várias matérias divulgadas na imprensa local, o Superintendente afirmava que o Incra já havia assentado 8.400 famílias de uma meta de 10.000. Segundo ele, com a meta quase cumprida o problema da reforma agrária na região estava perto do fim. As entidades sindicais e o MST reagiram a essas notícias. Segundo os dirigentes da FRS, muitas das áreas que estavam sendo contabilizadas como novos assentamentos eram, na verdade, áreas ocupadas nas décadas de 70 e 80 e a SR27/E apenas fez o cadastramento das famílias, ou seja, a maioria das áreas não foi desapropriada no exercício 1997¹⁹¹. Algumas destas áreas estavam ocupadas a mais de 10 anos de ocupação e ainda não tinham recebido nenhum tipo de assistência do Incra. Fruto de ocupação de castanheiras ou de fazendas, algumas dessas áreas já eram comunidades rurais estabelecidas com dinâmica própria e inserida na vida econômica e social da região.

Para se contrapor aos números do discurso do Superintendente, a CPT e a FRS apresentaram novos números sobre os assentamentos. Segundo essas entidades, apenas 16,5% das famílias dos assentamentos criados até aquela data receberam algum tipo de “benefício” do Incra¹⁹². Essa disputa midiática sobre a verdade ou não dos números projetou tanto a Superintendência quanto as entidades sindicais no espaço social mais amplo. A discussão finalmente saiu das salas do Incra e das reuniões sindicais para uma parcela maior da sociedade, via jornais. Segundo um diretor da FRS, “O Incra chega atrasado e com pressa para ir embora”¹⁹³ (CPT & FETAGRI, 1997). Outro dirigente sindical se referiu da seguinte maneira à atuação do Incra naquele período:

¹⁹¹ Estudo desenvolvido por Leite *et al* (2004), mostrou que de uma amostra de 92 assentamentos criados, 87 tiveram conflitos em sua origem. No caso do sudeste, em 100% da amostra houve conflito.

¹⁹² Para os dirigentes sindicais e os assessores (mediadores), benefício é qualquer ação do órgão ligado à política de reforma agrária como linhas de crédito (habitação, fomento, custeio, investimento), desapropriações, infra-estrutura, etc.

¹⁹³ Alusão ao fato do Incra só aparecer nas áreas após os conflitos e desaparecer rapidamente sem resolver o problema da desapropriação e implantar as etapas de constituição do assentamento.

[...] na grande maioria o Incra nem tinha ido lá, por que foi assim que se constituiu a reforma agrária aqui na região. Trabalhadores se organizam, enfrentam o latifúndio, a pistolagem, enfrentavam a polícia e cinco, dez anos depois é que o Incra [...] uma ação do Incra chegava. E qual era a ação do Incra? Era a desapropriação. Muitas vezes depois da desapropriação era um, dois, três anos, para que alguém do Incra fosse fazer emissão de posse naquele assentamento. Então, era toda uma morosidade e uma falta de interesse do governo federal naquele período através do Incra de atender às demandas dos trabalhadores aqui, que é uma demanda histórica. Que vinha se acumulando aí desde o início da década de 70 (Entrevista n° 25).

A divulgação ampla dos números de famílias assentadas e da notícia de que o sudeste paraense estava “livre de sem-terra”, fazia parte da preparação de uma grande festa que seria realizada quando da data de aniversário de um ano da Superintendência¹⁹⁴. Havia interesse do governo em divulgar de forma ostensiva a diminuição dos conflitos naquela região associando isso “ao êxito da reforma agrária”, como pregava o gestor local do Incra. Existia uma preocupação do governo federal em mostrar que tinha assumido o comando da reforma agrária em âmbito nacional, como forma de desfocar a atenção que os movimentos sociais rurais haviam conseguido como protagonistas da luta pela terra. Como afirmou Medeiros:

A ampliação das mobilizações colocava, para o governo, o desafio de minimizar o crescente poder social e a capacidade de mobilização do MST, de forma a reduzir seu papel de principal personagem na luta por terra. Como apontado, os movimentos sociais, em especial o MST, assumiram a dianteira na reivindicação de áreas a serem desapropriadas, acampando e forçando a desapropriação. Pela suas ações, aceleram o ritmo de obtenção de terras e de criação dos assentamentos (MEDEIROS, 2002:62).

No caso da região sudeste do Pará, tanto o sindicalismo de trabalhadores rurais quanto o MST desempenhavam um papel decisivo neste processo, daí a preocupação do governo em mostrar eficiência. O anúncio da eficiência no cumprimento das metas era acompanhado de medidas polêmicas que visavam dar sustentação às informações veiculadas pelo gestor do órgão. Por decisão unilateral e sem estudos prévios, a direção da SR27, reduziu o tamanho do módulo para efeito de assentamento de 50 para 25 hectares¹⁹⁵, sem uma justificativa técnica plausível dessa necessidade. Isto levou a crer que se tratava apenas de um raciocínio técnico-burocrático em relação à capacidade de resposta do Incra às demandas locais. A evidência disso foi que o módulo de 25 hectares passou a ser referência para o cálculo da capacidade de assentamento das áreas previstas para criação de projetos de assentamentos. Com este artifício, a Superintendência duplicava de forma puramente burocrática a capacidade de assentamento das áreas em negociação.

Dois casos foram emblemáticos para exemplificar esse raciocínio técnico-burocrático: o da Fazenda Bradesco e Bamerindus. Para a direção do Incra, aplicando-se o módulo de 25 hectares, a Fazenda Bradesco¹⁹⁶ teria uma capacidade de assentamento para aproximadamente 2.520 famílias e a Fazenda Bamerindus¹⁹⁷ um pouco mais de

¹⁹⁴ A data indicativa para a festa era 22 de novembro de 1997.

¹⁹⁵ Na década de 70 o módulo regional para os assentamentos era de 100 hectares, na década de 80, com a criação do Getat, o módulo foi reduzido para 50 hectares.

¹⁹⁶ Localizada no município de Conceição do Araguaia (sul do estado) com 63 mil hectares.

¹⁹⁷ Localizada no município de Parauapebas (sudeste do estado) com 59 mil hectares.

2.360 famílias e isto seria suficiente para atender a demanda de sem-terras da região. Para a FRS e o MST, a capacidade de assentamento das duas áreas era de apenas 2.440 famílias aproximadamente, considerando o módulo de 50 hectares. Segundo o Superintendente: “a lei fala que a fração mínima de parcelamento da terra é de 25 ha. O módulo para culturas temporárias – milho, arroz e mandioca – é estabelecido em 35 ha. O de culturas permanentes – cacau, seringueira – é de 30 ha. Teriam que mudar a lei” (CPT & FETAGRI, 1997).

Esse raciocínio do Superintendente era reforçado nos discursos de parlamentares e fazendeiros contrários à reforma agrária na região. O tema da eficiência produtiva e da necessidade de modernização da produção através do uso intensivo de tecnologia permeava todos os discursos. Havia uma intenção explícita de desqualificar os sistemas técnicos regionais de uso intensivo de mão-de-obra em favor de sistemas técnicos modernos de uso intensivo de capital e insumos. Por trás dessa discussão, estava em jogo a tentativa de legitimação da produção de grãos em grande escala através de métodos modernos, ou seja, a defesa do agronegócio como modelo a ser priorizado pela política do governo e uma tentativa de barrar as desapropriações. O sindicato rural, entidade de representação dos fazendeiros, divulgou nota acusando as entidades sindicais e o MST de utilizar recursos do governo para fomentar a ocupação de áreas produtivas. Segundo a entidade, o sistema atrasado que estava sendo incentivados nos assentamentos não tinha condição de alavancar o desenvolvimento. Estava em jogo uma disputa de modelos de desenvolvimento que em sua essência persistia na região por décadas: a prioridade absoluta para grandes empreendimentos agropecuários e industriais.

Com base nos números de assentados, um pouco mais de 8.000 famílias em menos de um ano, o Incra local assegurava que não existia mais demanda por terra no sul e sudeste do Pará. Esse número era contestado pelas entidades sindicais e pela CPT com dados levantados junto a 16 STRs da região e que mostravam o aumento das ocupações nos anos de 95, 96 e 97, conforme quadro abaixo.

Quadro 7 Ocupações em 1995, 1996 e 1997

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias envolvidas
1995	08	882
1996	14	2.517
1997	15	4.497
Total	37	7.896

Fonte: CPT e Fetagri (1997).

Considerando apenas as 37 novas ocupações entre 1995 e 1997, contabilizavam-se 7.896 famílias potencialmente clientes da reforma agrária¹⁹⁸. Tanto a FRS quanto a CPT, buscavam através dos números apresentados, legitimar e reafirmar junto à opinião pública e ao governo, a necessidade da implementação da reforma agrária na região. Em apoio ao Incra levantaram-se parlamentares, fazendeiros e entidades como o Sindicato Rural e a Amat; em favor das entidades sindicais e do MST levantaram-se as entidades de apoio como a CPT, CEPASP, FASE e outras. Durante várias semanas, os meios de comunicação local foram utilizados pelos diferentes grupos numa tentativa clara de legitimação/deslegitimação. Esse embate visava em grande medida o convencimento da população em geral, mas acima de tudo, visava aumentar a influência de cada grupo junto à esfera de decisão do governo.

¹⁹⁸ Sem contabilizar as famílias de sem terra cadastradas pelo MST.

A Superintendência sustentava também que as famílias que estavam nas áreas ocupadas, fossem elas organizadas pelas entidades sindicais ou pelo MST, não tinham perfil para serem assentadas. Em entrevista ao jornal *O Liberal*, o gestor do Inca questionava a veracidade da lista de famílias. Para ele, apenas 10% dos nomes apresentados pela FRS e MST eram clientes da reforma agrária: “o resto, era composto por donas de casa, desempregados e estudantes”. Na continuação da entrevista ele afirmava “a reforma agrária não é solução para o desemprego” (CPT & FETAGRI, 1997). Estas afirmativas se baseavam no fato de muitas famílias estarem desenvolvendo atividades nas áreas urbanas (pedreiros, açougueiros, mecânicos etc.) e até mesmo na área rural (empregados em fazendas). Segundo a direção local do Inca, o fato das famílias terem outras ocupações era indício de que a demanda por terra era menor do que a FRS e o MST apresentavam. Em depoimento a um jornal local, os dirigentes sindicais e lideranças do MST contestaram as afirmações do Superintendente.

O Inca, além de não ver como clientela da reforma agrária os ex-trabalhadores rurais demitidos dos latifúndios e que hoje residem na periferia das cidades, ainda faz a oficialização de latifúndios dentro dos assentamentos. Um exemplo é a existência de propriedades de até 500 hectares dentro do assentamento Paulo Fontelles, em São Domingos do Araguaia (Entrevista nº 12).

O discurso da direção local do Inca foi também reproduzido em esfera nacional através de parlamentares que apoiavam o Ministro e o Superintendente, como foi o caso do discurso do Senador Coutinho Jorge (PMDB), divulgado no jornal *A Província do Pará* de 11 de novembro de 1997. No seu discurso, o senador reproduziu todos os números divulgados nos jornais marabaenses e parabenizava o Governo Federal, o Ministro e a Superintendência de Marabá em especial, pelo desempenho exemplar no cumprimento das metas. Parlamentares da bancada federal ligados aos movimentos sociais da região rebateram estes discursos no nível nacional, com o contra-discurso:

Lembro, senhor presidente de ter vindo pelo menos três vezes a esta tribuna, para chamar a atenção das autoridades para o clima tenso na região, provocado pelo descaso, a prepotência e a sistemática intransigência do Superintendente regional do Inca, em relação aos trabalhadores e suas reivindicações. Além de meus pronunciamentos levei a problemática mais de uma vez ao Inca de Brasília. O senhor Petrus, senhoras e senhores deputados, simplesmente se recusou, por várias vezes, em receber lideranças sindicais e entidades representativas, enquanto as portas de seu gabinete eram abertas para fazendeiros, prefeitos e deputados contrários a Reforma Agrária. Entretanto minhas palavras não foram escutadas (Pronunciamento do deputado Geraldo Pastana (PT), na Câmara dos Deputados, em 11 de novembro de 1997).

Os meios utilizados pelos atores sociais para informar e convencer a sociedade foram múltiplos. Notas em jornais, cartas a população, pronunciamento em câmara de vereadores, nas câmaras estaduais e no Congresso Nacional, se sucediam. A escolha dos temas não era aleatória. Cada tema colocado em discussão era carregado de significado social. Cada grupo produzia seu próprio significado a respeito da reforma agrária na região sudeste do Pará. O trabalho intenso nos municípios e nos assentamentos levou os dirigentes sindicais a entenderem que havia uma problemática comum ligando todos os agricultores e que era possível organizar uma luta coletiva e regionalizada em torno da política de reforma agrária. Um ex-diretor da FRS descreveu essa questão da seguinte maneira:

[...] a gente conseguiu avançar do ponto de vista de uma consciência maior de que: as mesmas dificuldades e os mesmos problemas que o agricultor, posseiro, lá de São João do Araguaia sofria, era o mesmo que do Xingu sofria também, que o mesmo de Tucuruí e que o nosso adversário, essa era a palavra que a gente usava, o nosso inimigo era único. Então, criamos uma consciência que era necessária se unificar. Invés de ir um trabalhador só no Incra era muito mais importante para a organização, organizar mais trabalhadores e fazer uma pauta coletiva. Pensando naquele ditado de que se você pegar um graveto sozinho você quebra, se você pegar vários, você não consegue quebrar. Então, essa consciência também começou a ter um peso muito forte dentro das organizações de trabalhadores e é tanto que isso foi um grande marco pra gente puxar para o primeiro acampamento...(Entrevista nº 25).

Foi sobre essa realidade comum a vários municípios que os dirigentes sindicais começaram a produzir e reproduzir seus discursos e a construir novos significados para a reforma agrária. A construção de um problema comum visava aumentar a coesão social e criar uma identidade que fortalecesse as estratégias coletivas de enfrentamento. Mas, enfrentamento com quem? Nas décadas anteriores o latifúndio, o pistoleiro, a polícia eram facilmente identificados como adversários a se enfrentar. E na nova conjuntura? Em determinadas situações, o Estado, representado regionalmente na figura do Incra, era considerado um interlocutor privilegiado, mas que precisava também ser enfrentado. O Estado se tornou adversário, a partir de uma construção simbólica dos dirigentes sindicais atuando como porta-vozes dos agricultores. Bourdieu, refletindo sobre a construção do campo político, sugeriu que a produção dos produtos simbólicos estava entregue a um corpo de profissionais, ou seja, a uma unidade de produção dominada por profissionais (BOURDIEU, 2001), entendidos como um conjunto de pessoas que dominavam um certo número de instrumentos e conhecimentos sobre um determinado assunto.

Aqui nos pareceu pertinente aplicar o mesmo raciocínio aos aparelhos burocráticos das entidades de representação (as direções), para entender como estas unidades agiram na produção e distribuição de produtos, bem como para a permanência e transformação do campo. Os dirigentes sindicais tornaram-se esse corpo que produzia discursos, análises e outros produtos destinados aos agricultores familiares do sudeste paraense. A partir desse raciocínio, pudemos constatar que no campo da representação dos agricultores do sudeste paraense, os que dominavam a produção dos bens simbólicos (os dirigentes), criaram as condições de fazer valer (e podiam querer fazer) seus interesses institucionais, ligados à existência e persistência da instituição, como sendo os interesses dos representados, no sentido descrito por Bourdieu (2001). Procuramos discutir essas questões no próximo segmento.

5.3 Construindo Demandas e Mobilizando Aliados.

A política governamental direcionada à criação e consolidação dos projetos de assentamento tornou o Incra a instituição federal com atuação regional mais importante na interlocução com diferentes segmentos sociais por ter a responsabilidade de tratar com o tema mais sensível na região e desencadeou uma disputa entre os diferentes segmentos sociais pelo poder de influenciar suas ações. Apesar das importantes mudanças políticas operadas pelo governo FHC, as elites políticas conservadoras da região continuavam fortemente articuladas e com forte influência nas ações do Estado.

O Estado pregava uma ampla participação dos segmentos sociais enquanto as agências locais a restringiam. As entidades sindicais entendendo o papel central do Incra e apostando na possibilidade de uma nova dinâmica no tratamento da questão fundiária, se empenharam para entrar no jogo. Logo nos primeiros meses de existência da Superintendência Regional, as entidades sindicais entregaram um documento indicando áreas passíveis de vistorias, áreas prioritárias para desapropriação, inclusive pela suspeita de trabalho escravo e assentamentos não concluídos. Os dirigentes denunciavam ainda casos em que a ação do Incra havia se limitado à aquisição da área ocupada e à titulação. Entretanto, a influência das elites conservadoras desequilibrava a disputa política, fazendo com que a prática das agências governamentais não correspondesse ao discurso do Estado. Segmentos menos influentes politicamente continuavam aliados da participação no destino das políticas públicas.

Passaram-se meses e a Superintendência não apresentou nenhuma resposta ao pleito protocolado pelas entidades sindicais. Por outro lado, anunciava, através da imprensa local, convênios com as prefeituras da região para a implantação de um conjunto de projetos do tipo Casulo¹⁹⁹. O anúncio da possibilidade de repasse do governo federal diretamente aos municípios sem a participação dos interessados aumentou a tensão. Segundo as notícias veiculadas na imprensa, estes convênios visavam municipalizar a reforma agrária. Que isso fosse uma verdade ou só uma interpretação da política, havia o receio de que grandes propriedades que foram formadas de maneira ilegal fossem consideradas prioridade pelos prefeitos. O caso da desapropriação dos castanhais na década de 80, onde os latifundiários foram beneficiados e os posseiros entregues à própria sorte, ainda estava na lembrança dos dirigentes sindicais. As entidades sindicais, o MST e a CPT se contrapunham à municipalização temendo que os latifúndios fossem novamente “premiados” como no caso dos castanhais²⁰⁰.

A idéia de uma ação de maior impacto foi tomando corpo à medida que o diálogo entre as entidades sindicais e a Superintendência se mostrava impossível. Além de não receber os dirigentes sindicais, o Superintendente passou a destratar-los publicamente. A cada tentativa de diálogo, os dirigentes sindicais e assessores ligados à CPT eram recebidos com insinuações do tipo “isto é coisa do PT”, “sindicato não deve se envolver nessa questão da reforma agrária”, “essa coisa de ocupação de terra e de pressão sobre o governo é coisa de moleque” (Entrevista nº 12). Por meio da deslegitimação dos dirigentes a direção do Incra buscava deslegitimar a crescente demanda por terra e a tensão social decorrente.

Havia pouco tempo que o sindicalismo de trabalhadores rurais decidira atuar regionalmente, criando as Fetagris Regionais. Os dirigentes sindicais tinham noção dos problemas gerais enfrentados pelos agricultores dos diferentes municípios, mas não tinham noção do que esses números representavam em nível regional. Sabia-se que os

¹⁹⁹ Segundo a *homepage* do Incra, o Projeto Casulo era uma modalidade descentralizada de assentamento do Incra, realizada em parceria com os municípios para exploração agropecuária, gerando emprego e renda e aumentando a oferta de alimentos no mercado regional. A iniciativa de aderir ao Projeto Casulo partia do próprio município, que identificava a demanda, indicava os beneficiários em potencial e a área a ser utilizada, além de buscar parcerias para viabilizar assistência técnica e capacitação das famílias assentadas. O município avalizava os créditos concedidos pelo Incra por meio do Projeto Casulo. O projeto liberava créditos para alimentação, fomento, apoio, material de construção e habitação, de forma a viabilizar a consolidação e sustentabilidade dos assentamentos. (<http://www.incra.gov.br/reforma/balanco99/casulo.htm>).

²⁰⁰ Referindo-se às desapropriações de castanhais pelo Mirad no período da gestão do político paraense Jader Barbalho.

problemas eram semelhantes na maioria dos municípios, mas não se sabia sua dimensão. Estimulados pelas entidades de apoio, principalmente pela CPT, os dirigentes sindicais chegaram à conclusão de que a primeira coisa a ser feita seria elaborar um quadro regional de necessidades a partir das realidades dos municípios da área de abrangência da FRS (17 municípios). Com o avanço da discussão se cogitou a possibilidade de se articular os sindicatos da regional sul, que totalizariam aproximadamente 40 municípios, ou seja, toda a área de jurisdição da SR27. Até esse momento, o “Grande Acampamento”, no formato como ele se realizou, ainda não era uma proposta clara.

Ainda sem definição do tipo de ação a ser realizada, a prioridade passou a ser o levantamento de dados sobre os problemas enfrentados nos poucos assentamentos criados e nas áreas ocupadas. Coincidentemente, nesse momento a coordenação da CPT estava sendo assumida por um ex-seminarista, um dos últimos a ser formado nos princípios da Teologia da Libertação no extinto Instituto Pastoral Regional (IPAR)²⁰¹, em Belém, cujos conhecimentos metodológicos sobre diagnósticos de realidades locais foram aplicados para apoiar as entidades sindicais. A partir de informações coletadas na rede de relações das entidades sindicais, elaborou-se um quadro da realidade regional²⁰². O depoimento abaixo tentou mostrar a metodologia proposta:

Quando você chega numa realidade nova, antes de ensinar as práticas da Teologia da Libertação, o primeiro passo é o conhecimento da realidade. É tentar construir um diagnóstico da realidade. E uma das primeiras tarefas que eu me preocupei aqui, foi fazer um levantamento do que tinha na CPT sobre os conflitos, sobre áreas ocupadas, sobre assentamentos, ficar monitorando isso, ficar mapeando todas essas informações. E, num segundo momento, um trabalho de campo, quando se visitam as ocupações e assentamentos. Aí nesse momento que a gente começa a costurar uma discussão com o de Assis²⁰³, com a Fetagri Regional, na época. E ampliar esse levantamento, fazer um levantamento de todas as áreas ocupadas, a situação dos assentamentos e os que existiam aqui na região. Então, foi uma primeira tarefa coletiva nossa. Eu, ele e outras pessoas entramos aí pra esses municípios no ‘canetão’ mesmo, a gente começou a fazer um levantamento de todas as ocupações e assentamentos existentes. Esse trabalho foi um trabalho importante, porque, inclusive, resultou na construção da primeira pauta coletiva do movimento sindical aqui, que resultou no primeiro acampamento aqui, se eu não me engano, em novembro de 1997 (Entrevista n° 17)²⁰⁴.

²⁰¹ O Ipar surgiu de uma cisão entre bispos progressistas e conservadores do estado do Pará. Enquanto a Igreja mantinha um seminário nos moldes tradicionais, os bispos de Conceição do Araguaia, Santarém, Marabá, Óbidos, Cametá e Altamira, fundaram o Ipar que atuava na formação de agentes de pastorais baseado nos princípios da Teologia da Libertação e do método Paulo Freire. Os agentes pastorais formados pelo Ipar, atuavam nas paróquias junto às CEBs nas dioceses dos bispos progressistas. O Ipar foi fechado em 1995 por determinação do Vaticano (Entrevista n° 17).

²⁰² A participação da CPT no tratamento dos dados e elaboração de documentos foi fundamental.

²⁰³ Primeiro coordenador da Fetagri Regional.

²⁰⁴ Nascido no Vale do Jequitinhonha, no Arraial da Piedade, onde havia um grande garimpo de turmalina. A dureza das intempéries naturais levou a família a migrar em diferentes direções. Os homens para São Paulo e Paraná em busca de trabalho nas lavouras de café, cana e algodão; as mulheres se dirigiam para Belo Horizonte onde trabalhavam como domésticas. Nesse período as crianças ficavam sob a guarda de familiares. Cansados dessa dinâmica que se repetia todos os anos a família decidiu migrar definitivamente para o estado de Goiás. No começo da década de 70 saíram de uma só vez mais de cem famílias da região do Arraial da Piedade em direção ao Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. A família trabalhou durante alguns anos na produção do arroz no sistema de terça. Após reunir algumas economias, a família decidiu migrar mais uma vez para o Sul do Pará e estabeleceram-se no município de Conceição do Araguaia. Chegando ao município a família se integrou ao processo de ocupação de terras. Atualmente todos os membros da família possuem terra. Sendo um dos filhos mais novos, o entrevistado

O depoimento mostrou ainda a maneira estreita em que se desenvolveu a atuação da CPT junto à FRS e ao MST no processo de discussão e preparação da mobilização que culminou com os “Grandes Acampamentos”. O primeiro coordenador da FRS, ex-presidente do STR de São Domingos do Araguaia, foi também um dos principais negociadores e articuladores de todo o processo. As lideranças sindicais estavam muito preocupadas em rebater a ofensiva da SR27 na imprensa com números respaldados por levantamentos mais amplos possíveis. Era comum ouvir entre os dirigentes sindicais que conhecer bem todos os aspectos da realidade local era uma necessidade para fazer uma *discussão mais qualificada* com a SR27. Neste sentido, a colaboração da CPT, da FASE, do Cepasp e de outras entidades de apoio foi fundamental.

Para levantamento da realidade de cada município, decidiu-se pelo que as lideranças chamaram de *seminários municipais*. A direção da FRS auxiliada pelas entidades de apoio²⁰⁵ elaborou uma programação para cada município. Nele, o seminário era organizado pelo STR (convites, mobilização, transporte das pessoas, alimentação) com apoio das associações. Antes dos *seminários municipais*, os diretores do STR recebiam orientações sobre como coletar as principais informações sobre a sua base territorial e social. Esta orientação se dava: oralmente em reuniões na sede da Fetagri Regional em Marabá; nas visitas de diretores da Fetagri Regional e assessores aos municípios mais desarticulados; por meio de cartas enviadas aos STRs ou visita de assessores credenciados pela Fetagri Regional. Levantavam-se informações sobre a situação das áreas de assentamentos, ocupações, violência contra trabalhadores, trabalho escravo, infra-estrutura e crédito. O depoimento de uma presidente de STR permitiu verificar como foi o envolvimento dessas entidades:

A gente faz reuniões, coloca a necessidade que nós temos de tá se organizando pra tá fazendo esses acampamentos, pra tá pressionando o Incra, pra fazer as vistorias das áreas do município que é pra ser destinada ao programa de reforma agrária, pra tá assentando o nosso povo. Também os recursos pra tá vindo para os assentamentos, como as estradas, a eletrificação rural, o crédito de um modo geral e a assistência técnica. A gente discute nesse nível, a necessidade que nós temos, ainda, pra tá reunindo em frente ao Incra, pra tá pressionando o nosso órgão federal e até mesmo estadual. Então é uma necessidade que nós temos de tá buscando, fazendo nossas reivindicações, junto com os trabalhadores, pra tá vindo esses recursos para o município. Porque não basta a gente só botar o povo lá na terra, sem ter condições. E a sustentação desse pessoal na terra? E se têm recursos via

trabalhou na terra da família até os 14 anos de idade quando foi morar na cidade para estudar. A família decidiu que pelo menos 1 dos 4 filhos deveria estudar e o entrevistado foi o escolhido. Começou os estudos na cidade em um colégio interno mantido pela Igreja Católica. O colégio servia como um tipo de “triagem” para identificar meninos com vocação para Padre. Mesmo sem pretensão de se tornar Padre, o entrevistado foi um dos escolhidos para ser encaminhado ao Seminário Menor. No Seminário Menor, em Conceição do Araguaia, o entrevistado concluiu o segundo grau e foi encaminhado para estudar teologia em Belém no Instituto Pastoral Regional (IPAR). Saindo do IPAR, o entrevistado ficou alguns anos em Xinguara, onde lecionava na escola pública e atuava em colaboração com a CPT. Após alguns anos prestou vestibular para Direito no Campus da Universidade Federal do Pará, em Marabá. Após o massacre de Eldorado dos Carajás, o entrevistado foi convidado para trabalhar na CPT de Marabá, onde permanece até o momento.

²⁰⁵ O apoio das ONGs se dava de diversas maneiras: veículos; combustível; assessores para ajudar nos seminários; sistematização de informações; coleta de informações; apoiar as reflexões feitas pelos dirigentes durante os seminários e reuniões.

governo federal, porque não a gente fazer toda essa mobilização pra tá buscando esse recurso? (Entrevista n° 19)²⁰⁶

O envolvimento direto dos presidentes dos STRs e dos dirigentes de associações nas atividades de levantamento dos dados sobre os assentamentos serviu também para difundir entre eles à possibilidade de uma ação de massa de âmbito regional. Talvez isso não fosse tão claro para os dirigentes regionais e os assessores. Após os levantamentos feitos nos municípios foi organizado um encontro regional com todos os municípios onde ocorreram os seminários municipais. Este tipo de encontro realizou-se em Marabá²⁰⁷ onde os representantes dos municípios fizeram uma apresentação da realidade local e das demandas levantadas nos seminários municipais. Para este encontro foram convidadas as lideranças de áreas ocupadas, dirigentes de STRs, de associações e cooperativas, de forma que todas as situações encontradas nos municípios fossem contempladas. Nos anos seguintes, este encontro ficou conhecido como *Encontro dos 300*²⁰⁸, numa alusão ao número aproximado de participantes. Em 1997, ano do primeiro acampamento, foram realizados quatro encontros desse tipo. Pela estimativa participaram 1600 agricultores dos 17 municípios (FETAGRI, s/d).

O envolvimento dos presidentes de associações, cooperativas, delegados sindicais e agricultores de praticamente todos os municípios, difundiu a discussão em toda a região criando as condições para a futura ação de massa. Além disso, termos como *vitorias, desapropriações, créditos, fomento, investimento e trabalho escravo*, passaram a fazer parte do universo vocabular dos dirigentes e das entidades, gerando uma uniformização do discurso dos principais dirigentes. A discussão em torno da reforma agrária tomou outra dimensão. Deixou de ser um discurso político genérico e se aproximou mais da realidade dos milhares de famílias de agricultores em diferentes situações na região.

Durante os encontros regionais, as informações sobre os municípios eram completadas com dados coletados junto ao Incra e outras instituições. É bom ressaltar que, até 1997, qualquer informação de órgãos governamentais na região era conseguida com extrema dificuldade. Nem a programação e nem o orçamento do órgão era divulgado regionalmente. A herança do período que a região viveu sob a doutrina da Segurança Nacional criou uma cultura de sigilo das informações pelos órgãos públicos²⁰⁹. O sigilo dos dados também era uma forma de exercer o poder de decidir, de esconder as decisões direcionadas a poucos beneficiados, de perpetuar a dominação.

²⁰⁶ A entrevistada é natural do Maranhão, município de Urbano Santos, filha de agricultores. Em 1984, ela e seu esposo J. D. estavam em São Luis do Maranhão, onde J.D. trabalhava no porto da CVRD. Nesse mesmo ano ele ficou desempregado e resolveram se juntar aos pais da entrevistada que já residiam num município da região de Marabá. Enquanto a entrevistada ficava na cidade, J.D. começou a trabalhar de assalariado em diversas atividades. Em 1990, assumiu seu primeiro cargo no STR daquele município, como membro do conselho fiscal. Apesar de filiada, a entrevistada não assumiu nenhum cargo no STR. De 1993 a 1999, J. D. foi presidente do STR, onde desenvolveu uma forte luta contra o latifúndio daquela região. Em 2001, como diretor de política agrária do STR, organizou uma série de ocupações de latifúndios. Nesse mesmo ano foi assassinado a mando de fazendeiros da região. Após a morte do esposo, a entrevistada resolveu se candidatar a presidente do STR e dar continuidade à luta. Atualmente, pela sua atuação frente ao STR, a entrevistada é um dos nomes na lista dos jurados de morte pelo latifúndio da região.

²⁰⁷ Além de estar geograficamente bem localizada em relação aos outros municípios (cruzamento das rodovias Transamazônica e a PA-150), concentrava a sede das instituições políticas e econômicas mais estratégicas para a execução de políticas públicas como BB, BASA, Incra, INSS e o Ibama.

²⁰⁸ Este tipo de encontro voltou a se realizar nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

²⁰⁹ DL 1.131 de 30 de outubro de 1970, que vigorou até 1985. Durante este período os prefeitos eram nomeados pelo governador do estado com aprovação do CSN.

Tratado apenas como um dado técnico e de exclusividade do executor, o orçamento e a programação do órgão podiam ser manipulados pelas forças políticas dominantes sem que o restante da sociedade pudesse questionar. A falta de informação e os resquícios do período autoritário impediam muitos setores da sociedade de se posicionarem frente à ação do Incra e de outros órgãos.

O produto dos seminários municipais e do encontro regional se transformou na pauta de negociação²¹⁰. Foi nesses encontros que também se construíram os discursos unificados e as visões sobre os problemas. Esse documento se transformou na base para qualquer discussão com os órgãos públicos sediados na região. Pela primeira vez as entidades sindicais trabalhavam com dados e interpretações da realidade, levantados e tratados por meio de sua própria iniciativa. O levantamento detalhado no ano de 1997 era atualizado a cada ano e servia como base para elaboração da pauta de negociação dos anos subsequentes. A exemplo do que aconteceu com os expropriados na década de 80, na região de Tucuruí, a pauta de reivindicação passou a ser ampla e integrada a diversas questões da sociedade envolvente.

A cada ano as direções de STRs, associações e cooperativas atualizavam os dados de sua área de atuação e durante a *reunião dos 300* esses dados eram transformados em documento único do sul e sudeste do Pará. De certa maneira as organizações de representação conseguiram montar um sistema de monitoramento e atualização do impacto da política de assentamento extremamente ágil e eficiente para seus propósitos. O trabalho desenvolvido na atualização dos dados permitia também aos STRs um retrato da situação de sua base social. Ao final de cada encontro se chegava a uma síntese onde se visualizava o número de ocupações existentes, a necessidade das diferentes modalidades de créditos, a situação da infra-estrutura, as áreas de conflitos e as áreas onde havia trabalho escravo, dentre outros dados.

Esse conjunto de atividades formava um complexo processo de novas aprendizagens para os dirigentes sindicais e para os assessores. A apropriação do conjunto de informações geradas através dos levantamentos de campo e das sistematizações realizadas nos espaços coletivos como assembleia, encontros e seminários, influenciaram no comportamento dos dirigentes sindicais tornando-os cada vez mais preparados para o embate com outros atores regionais. Aos poucos o discurso político passou a ser enriquecido com os dados concretos das áreas de ocupação e dos assentamentos: número de famílias que receberam e não receberam o crédito instalação, habitação, fomento e investimento; número de fazendas ocupadas; número de famílias acampadas; número de pessoas que sofreram violência nas áreas ocupadas; número de fazendas cujas características justificavam vistorias para fins de reforma agrária e; situação da infra-estrutura das áreas reformadas e/ou em vias de serem incluídas no programa de reforma agrária. A partir desse processo se construiu uma leitura coletiva da realidade regional e se legitimou a ação dos dirigentes sindicais atuando na nova estrutura, a Fetagri Regional.

À medida que avançava a elaboração coletiva dos problemas regionais, tomava força no meio sindical, a idéia de uma grande mobilização regional, reunindo agricultores de todos os municípios da base da FRS. O “Grande Acampamento” começava a tomar forma. Apesar do processo ter sido construído lentamente, passo a passo, nem sempre foi livre de conflitos. No âmbito do sindicalismo havia divergências internas. Alguns sindicatos que não estavam acostumados a uma prática de ação de massa ficavam receosos dos resultados e de possíveis represálias. Segundo um dos

²¹⁰ O MST já tinha uma pauta que foi integrada à pauta das entidades sindicais.

diretores da FRS, houve muita dificuldade para convencer alguns presidentes de sindicatos para a realização do primeiro acampamento em 1997:

Se dependesse dos presidentes de sindicato, o acampamento não tinha saído. E se dependesse da Fetagri Estadual também não. Um diretor da Fetagri Estadual veio de encomenda pra fazer nós acabar com o negócio e que não ia dar certo por duas razões: uma não ia ter gente, nós não íamos juntar, ia ficar uns quatro a cinco gatos pingados não ia fazer o negócio e a outra era (a dificuldade de viabilizar) a alimentação. Como era que nós íamos fazer isso? Então tiveram, assim quando eu falo de sindicatos, não são todos, mas tiveram sindicatos aqui, por exemplo, que tivemos que passar por cima e ir ao assentamento, ou ir lá na área ocupada ou ir lá no assentamento debater (Entrevista nº 12).

Nem mesmo a Federação Estadual estava convencida da pertinência de uma ação de massa comandada por entidades de uma região. Talvez pelo receio de perder o protagonismo das lutas que extrapolavam a esfera municipal. No âmbito regional, esta dificuldade de convencimento inicial podia ser atribuída a diversos fatores: i) à própria falta de experiência dos presidentes de sindicatos com manifestações de massa; ii) à lembrança não muito antiga do processo de repressão sofrido por lideranças políticas e sindicais no período do regime militar e iii) às incertezas quanto à capacidade operacional para assegurar uma manifestação onde os participantes tinham que ficar por muito tempo longe de suas moradias. Existiam também visões conflitantes entre os diretores dos STRs e os agricultores na base. Estes conflitos foram captados pelo diretor da FRS:

Foi a primeira vez que aconteceu ato dessa natureza. Então como é que o povo vem, essa é a primeira manifestação. O pessoal (se referindo a alguns dirigentes sindicais) não entendia que tinha uma necessidade por trás, uma agonia dos colonos prá resolver. Quando a gente ia e fazia reunião com a diretoria dos sindicatos, a gente sentia aquela frieza. Quando a gente ia naquela comunidade inclusive com o presidente do sindicato junto, aí a gente via disposição, coragem (Entrevista nº 12).

A *frieza* das diretorias talvez fosse fruto do distanciamento de algumas delas em relação aos problemas concretos enfrentados em nível das comunidades e dos assentamentos. Quando os dirigentes sindicais fixavam moradia nas sedes municipais passavam a se envolver com diferentes atividades e demandas políticas que, muitas vezes, os distanciavam dos problemas mais básicos das comunidades. Obviamente que nem todos os STRs resistiam à idéia de realização de uma ação mais enérgica. Sindicatos como os dos municípios de Itupiranga, Marabá, São Domingos do Araguaia e Rondon do Pará, de onde saíram os primeiros diretores da FRS em 1996, apoiavam totalmente a iniciativa. Alguns desses sindicatos também já tinham experiências de ação conjunta no âmbito da FATA, como vimos anteriormente. O STR de Itupiranga, por exemplo, havia participado ativamente das ações dos expropriados da barragem de Tucuruí na década de 80.

Uma parte dos STR da área de abrangência da FRS teve experiência com grandes manifestações como os Gritos da Terra, no entanto, nada se comparava à proposta de um “Grande Acampamento”, por tempo indeterminado, na frente de uma instituição como o Incra. O processo de negociação dos Gritos envolvia mais diretamente as lideranças e o período que os manifestantes ficavam nos centros urbanos raramente passava de dois a três dias. O que se discutia em Marabá era um tipo diferente das manifestações dos Gritos. A previsão era que os manifestantes ficassem

por tempo indeterminado até que se julgasse que as reivindicações haviam sido atendidas. Na opinião do coordenador e agente de mediação, a resistência da Fetagri Estadual era resultado de uma certa prática de negociação que a entidade vinha desenvolvendo e que era questionada pelas lideranças do sudeste paraense:

Eu me lembro que o primeiro acampamento que nós nos propomos a fazer aqui, em novembro de 97, o primeiro passo foi fazer esse trabalho, município por município coletando as informações. Depois fazíamos as reuniões municipais pra debater politicamente a realidade da ação. Depois era trazido para Marabá, fazia um encontrão maior, chamando todo mundo já, pra debater a montagem de pauta, data de acampamento, vem quanto de cada município, como é que traz, né. Em mais de uma dessas reuniões, eu me lembro, que [...] C. (diretor da Fetagri Estadual) no próprio seminário de discussão, propôs que não deveria ter acampamento, que o acampamento era um erro político nosso, e que nós estávamos com uma avaliação equivocada. E essas questões davam pra encaminhar e pra negociar sem necessidade do acampamento, aquela velha metodologia de negociação de gabinete, achando que na base da influência política [...] a gente consegue avançar no processo de negociação com esses órgãos públicos. Mas só que aqui (no sudeste paraense) tinha já um processo bem adiantado de discussão e a Fetagri Estadual foi vencida na sua posição e o primeiro acampamento foi organizado, e eu diria que foi um acampamento de muito sucesso, um dos principais acampamentos já feitos aqui na região (Entrevista nº 17).

Os Gritos eram a ação mais inovadora do movimento sindical da primeira metade dos anos noventa. Mas, especificamente no sudeste paraense, seus resultados concretos eram questionáveis. Os recursos do FNO, principal conquista dos Gritos, não tiveram impacto tão motivador na região. Os poucos agricultores que conseguiram acessar estavam endividados e havia muitos problemas em relação à qualidade da assistência técnica. Além disso, os resultados dos Gritos em relação à questão das vitorias, das desapropriações, da violência, eram pouco visíveis na região. A FRS se apoiava nesse conjunto de fatores para “desobedecer” à orientação da Fetagri Estadual. Raciocínio semelhante era nutrido em relação à Contag:

Tinha esse negócio da Contag marcar lá em Brasília. Aí o pessoal vai, chega hoje, tem um ato público, aí amanhã vai todo mundo embora, as negociações vão acontecendo, aí na verdade a turma vai pra o fechamento e tal. Entendeu? O Grito da Terra sempre foi assim: tem o processo de negociação. A gente vê muitas conquistas nesse negócio de FNO, o tal do crédito, mas a negociação vai acontecendo e o pessoal vai chegando. Então nós, a (nossa) negociação começa quando todo mundo chega [...] No 5º dia de acampamento, a turma se sentiu dona do acampamento, se sentiu com força (Entrevista nº 12).

O tipo de negociação de cúpula desenvolvido pela Contag, apesar de conseguir algumas conquistas, era questionado pelos dirigentes sindicais regionais. Não chegava a ser uma desaprovação, prova disso era a participação dos dirigentes regionais nos Gritos. Os dirigentes sindicais chamavam a atenção para o fato de que regionalmente esse tipo de negociação não surtiria efeito, seja porque não havia espaços institucionalizados para isto ou porque se houvesse, a correlação de forças seria desvantajosa para os agricultores. Os grupos políticos conservadores regionais e as prefeituras tinham forte influência sobre a decisão dos órgãos públicos federais. Por outro lado, as tentativas de negociação entre dirigentes sindicais e a direção do Incri não lograram êxito.

Além do trabalho de convencimento e mobilização no âmbito do próprio movimento sindical, precisava-se também de um tempo para dirimir algumas divergências com o MST. Essas divergências ainda eram resquícios dos problemas enfrentados em Conceição do Araguaia no início dos anos 90. No entanto, o massacre de Eldorado dos Carajás não deixava esquecer a importância do MST na luta pela reforma agrária. A aproximação entre entidades sindicais e MST começou em 1992 quando 12 lideranças do MST foram presas em decorrência da tentativa de ocupação da fazenda Ponta de Pedras. Após a prisão das lideranças, o MST promoveu uma manifestação em frente à sede da prefeitura de Marabá e montou um acampamento em frente à sede do Incra, que naquele momento era apenas uma Unidade Avançada.

Os sem terra permaneceram acampados durante aproximadamente cinco meses, período em que as lideranças ficaram presas. A participação das entidades sindicais se restringiu à assinatura de documentos em apoio à luta pela liberação dos presos, não participando ativamente do acampamento²¹¹. Esse apoio tímido das entidades sindicais gerou incertezas nas lideranças do MST quanto a uma ação de maior envergadura. Por outro lado, muitas lideranças sindicais não viam com bons olhos uma articulação com os militantes do MST.

Sem Terra aqui não era bem visto por muitas pessoas do movimento sindical, inclusive, tinha conflitos localizados entre Movimento Sem Terra e movimento sindical, em Parauapebas teve conflitos sérios entre Movimento Sem Terra e movimento sindical na disputa por espaços municipais (Entrevista n° 17).

Em abril de 1997, o MST havia realizado a Marcha pela Reforma Agrária, evento que reuniu gente da maioria dos estados da federação (CHAVES, 2000). A repercussão da Marcha Nacional junto à sociedade reforçou a importância do movimento no espaço regional. Além disso, simultaneamente, em Marabá, foram feitas manifestações para lembrar o massacre da curva do “S”. A cobertura pela imprensa de todas as manifestações na curva do “S” colocaram o MST em evidência. Esses acontecimentos contribuíram para reforçar a aproximação entre dirigentes sindicais e militantes do MST.

Nesse mesmo ano, em uma das entradas da cidade de Marabá foi erguido o monumento criado por Oscar Niemeyer em memória aos mortos no conflito de Eldorado. Em menos de vinte e quatro horas o monumento foi destruído provavelmente a mando de fazendeiros da região e nunca mais foi recolocado. A elite regional residente boa parte dela em Marabá, expressou repúdio ao monumento. Um jornal local em seu editorial reagiu da seguinte maneira à depredação do memorial:

A obra de Oscar Niemeyer ficou ali um dia, se tanto: na sombra da noite, provavelmente alguém ligado ao latifúndio arrancou, quebrou, destruiu parte do memorial, num gesto que de certa forma expressa a vontade de larga parcela da população, afrontada com o símbolo de uma desgraça acontecida em Eldorado e que não lhe dizia respeito; muito pelo contrário. Se a sociedade reprovava os militares e exigia justiça, também era aceitável que os sem-terra lhe tivessem um mínimo de consideração (CPT & FETAGRI, 1997).

Através da nota o colunista tentava desvincular o acontecido na curva do “S”, em Eldorado dos Carajás, da cidade de Marabá, como se essa distinção territorial fizesse alguma diferença em relação ao ocorrido. O título da referida matéria era *Símbolos Confusos*. Que confusão simbólica poderia haver na morte de 19 pessoas por um

²¹¹ Para maiores detalhes, ver Fernandes (2000).

batalhão militar? Certamente a maioria da população de Marabá não tinha envolvimento direto com atos dessa natureza, no entanto, sabia-se que os latifundiários e os poderosos que forçaram o governo do estado a tomar a decisão, eram de alguma forma ligados a Marabá. Não existiam símbolos confusos nesse episódio, pelo contrário, os símbolos eram bem claros: o latifúndio ainda exercia o poder através do domínio da terra e da violência privada contra as lideranças sindicais e do MST. O Estado exercia o poder legal, o poder de usar a força policial até as últimas conseqüências, mesmo contra centenas de cidadãos mobilizados pela defesa de direitos, nesse caso, o direito à terra. Para não deixar apagar a tragédia da memória coletiva regional, outro memorial, idealizado por um artista plástico²¹², foi erguido no local do massacre. Um aglomerado de dezenove castanheiras mortas simbolizava os mortos no conflito.



Foto1 Monumento aos mortos do massacre de Eldorado dos Carajás, WSA/setembro de 2004.

Outro fator determinante para o estreitamento das relações entre dirigentes sindicais e militantes do MST foi a intermediação da CPT, que apoiava tanto uns quanto os outros. A presença da CPT nos espaços de negociação entre o MST e as entidades sindicais, inibia o discurso de deslegitimação que freqüentemente marcava a relação entre esses atores, conforme mostra o depoimento abaixo:

[...] o passo importante que a gente deu, foi fazer a discussão e chamar o Movimento Sem Terra pra mesa pra discussão. E convencer as lideranças do movimento sindical e do Movimento Sem Terra, que era possível construir uma pauta comum, era possível juntar as bandeiras numa ação de massa em conjunto e sentar-se à mesa de negociação também juntos. Isso no início não foi fácil, e, principalmente, o pessoal da Fetagri Estadual entender isso. Mas a gente conseguiu

²¹² Emanuele Souza Dan Baron, escritor teatral nascido no país de Gales e morando no Brasil

fechar a pauta coletivamente, conseguiu fazer o acampamento de forma coletiva. Sentaram-se à mesa o movimento sindical e o Movimento Sem Terra (Entrevista n° 17).

A ação da CPT arrefeceu a disputa entre entidades sindicais e o MST. Por meio de incansáveis reuniões, os mediadores ligados a CPT colocaram em evidência os pontos em comuns de luta diminuindo a discussão em torno das diferenças política ideológicas. Outros fatores também contribuíram para diminuir a resistência dos dirigentes sindicais ao MST. No ano de 1997, o MST alcançava o pico de notoriedade em toda a sociedade nacional.

A Marcha pela Reforma Agrária reforçou a criação de acampamentos em todas as regiões do país, dinamizou o processo de negociação com diferentes órgãos públicos e consolidou a ocupação de espaço na imprensa. Os militantes do MST tinham uma estratégia mais eficiente de se relacionar com a imprensa local, ou seja, uma maior capacidade de construir uma imagem de si mesmo, no sentido empregado por Champagne (1984). Neste sentido, mesmo representando uma pequena parte dos assentados da região, o MST se colocava nos debates de forma incisiva e permanente. Os dirigentes sindicais passaram a perceber o efeito da divulgação dessas ações do MST junto a sua própria base. Começava a despertar uma preocupação com a projeção do MST na mídia e com a construção de sua imagem junto à sociedade:

[...] então nós vamos fazer, quem que aparece na mídia? [...] então se juntar 10 pessoas e se o repórter vem, eles não falam que é Fetagri, eles falam que é Sem Terra (MST). Então Sem Terra já facilita, mesmo que o Sem Terra é do nosso meio (sindicalizados). Então essa foi a guerra da discussão e tal. Acho que o MST teve coordenações aqui que facilitaram sobre isso, e da nossa parte teve o ponto de vista da teimosia [...] do MST estar envolvido. Aí tem divergência, tem que saber conviver com isso (Entrevista n° 12).

O depoimento acima revelou que apesar de preocupados com a projeção da imagem do MST na sociedade local, os dirigentes sindicais teimaram em manter uma relação de proximidade, mesmo contra a direção estadual. A preocupação, no entanto, extrapolou a simples construção da imagem. Havia por parte de algumas lideranças um receio de ocupação do espaço político pelo MST, mas, ao mesmo tempo, um entendimento da necessidade de mudanças de procedimentos das entidades e lideranças sindicais. Segundo o mesmo dirigente sindical se referindo ao destaque dado pela imprensa local ao MST:

[...] teve isso, mas eu sempre discuti com uns colegas nosso aí que esse problema não é do MST, não é um problema da imprensa. É um problema nosso [...] da falta de capacidade nossa, de se pautar pra sociedade, pra imprensa [...] Como é que o MST tem 1000 pessoas, e nós temos 10.000, e o cara vem e anuncia o MST? O problema é que eles não levam em consideração a gente, tem que considerar isso. Mas tem que considerar uma certa incapacidade nossa, de muita gente não assumir isto. Há uma falta de capacidade nossa de nos preparar pra esse momento. No caso do cara da entrevista, porque que não é da Fetagri? Por causa duma falta de capacidade nossa de dialogar com a imprensa (Entrevista n° 12).

O impacto causado pela presença das lideranças do MST na mídia regional levou os dirigentes sindicais a repensarem sua relação com os meios de comunicação. Obviamente que as transformações sociais e políticas pela qual passou (e vem passando)

a região, colaborou para que atores sociais até então impedidos de se expressarem viessem à tona. Ajudou também o fato dos dirigentes sindicais da FRS serem relativamente jovens e que só indiretamente sofreram os rigores do regime militar, alguns por pertencerem à família de antigos dirigentes, outros por serem originários das áreas de maior repressão. Os dirigentes antigos eram mais cuidadosos quando se tratava de divulgar as estratégias de ação das entidades sindicais. Nesse sentido, a própria relação com a imprensa representava um novo aprendizado para os dirigentes sindicais dos anos 90.

As entidades sindicais da região sempre contaram com o apoio de diferentes grupos de mediadores. Nos anos setenta e oitenta predominou a ação de entidades ligadas à Igreja Católica. A determinação de religiosos e leigos convencidos de que o lugar da Igreja era ao lado dos pobres e oprimidos, encarnado na região pela figura do posseiro, foi um ponto de apoio e referência moral, humano, espiritual e material na luta pela terra. Por dentro de espaços como as pastorais, o MEB e as CEBs, militantes políticos exerceram diferentes funções. Todos eles, religiosos, leigos, militantes políticos e lideranças dos posseiros sofreram o peso da repressão do regime militar²¹³.

Com a abertura política, várias entidades foram formadas no espaço regional e o leque de apoio às entidades sindicais se ampliou. Algumas dessas entidades se especializaram no tipo de apoio prestado ao movimento sindical como foi o caso da SPDDH, na assessoria jurídica; o Cepasp na assessoria sindical e a programas de desenvolvimento sustentável e; a FASE na assessoria a organização política e em políticas de desenvolvimento. Entidades surgidas nos anos noventa apoiavam de outras maneiras como foi o caso do Lasat, ligado à UFPa, na área da pesquisa sócio-agronômica, antropológica e econômica²¹⁴. Além da assessoria de militantes políticos de esquerda ligados a uma das entidades listadas acima ou de forma individual.

Durante as grandes mobilizações dos anos 1990, esses mediadores atuaram de forma na assessoria as entidades de representação dos agricultores familiares. Alguns de forma mais permanente e estreitamente articulados (organicamente) com as entidades sindicais e o MST, outros por meio de apoio pontual a partir de demandas apresentadas e quando surgiam problemas. Foi nesse contexto que as milhares de famílias de agricultores, dirigentes sindicais e suas entidades representativas, desenvolveram um conjunto de lutas que podemos considerar como sendo um *repertório de ações coletivas* (TILLY, 1984). Dentre as diferentes formas de luta os “Grandes Acampamentos”, ocuparam um lugar de destaque pela sua dimensão, complexidade e impacto nos processos socioeconômicos locais. No próximo capítulo, procuramos mostrar como essa ação coletiva foi organizada, como foi a participação dos diferentes atores sociais e os impactos causados regionalmente.

²¹³ Exemplo da repressão sofrida por esses atores pôde ser visto no livro “A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia” do Pe. Ricardo Resende (FIGUEIRA, 1986).

²¹⁴ O envolvimento da Universidade Federal do Pará com as lutas sindicais se traduzia também na presença de estudantes e egressos dos cursos de graduação e pós-graduação nos quadros de assessoria e apoio.

CAPÍTULO VI OS GRANDES ACAMPAMENTOS COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo desse capítulo é de fazer uma análise dos Grandes Acampamentos como instrumento de luta por um conjunto de políticas governamentais para o meio rural. Os acampamentos analisados foram realizados em novembro de 1997, próximo à data do aniversário de um ano de criação da SR27/E; em 1999 entre os meses de abril e maio; em 2000 durante o mês de julho e em 2001, durante o mês de março. As datas não necessariamente coincidiram com o calendário nacional de luta dos movimentos sociais rurais. Os Grandes Acampamentos se voltaram para as questões regionais sem perder a relação com os acontecimentos em nível nacional. O apoio recebido de entidades como a Contag, CUT, entidades de apoio, a coordenação nacional da CPT, a coordenação nacional do MST e de parlamentares em nível estadual e federal, rompeu o isolamento regional e incorporou elementos da luta social mais ampla.

O Estado desempenhou um papel central nas transformações a partir da segunda metade da década de 1990, tanto pela sua presença física por meio de suas estruturas, quanto pela presença simbólica de seus diferentes mecanismos de poder. Mudanças nas políticas públicas exigiram dos atores sociais regionais o desenvolvimento de novas formas organizativas, novas formas de ação e de solidariedades. Foi nesse contexto que as entidades de representação dos agricultores familiares e sem terra se mobilizaram em um conjunto de ações que geraram os Grandes Acampamentos.

6.1 Montar o Grande Acampamento: Demonstração de Organização e Força Política

As ações diretas dos camponeses da região sudeste do Pará pouco afetavam a vida das populações urbanas. Ocupação de castanhais e fazendas, enfrentamentos com milícias privadas, pistoleiros e policiais, foram exemplos de ação direta quase sempre longe dos olhares das cidades. Ações como os acampamentos em Tucuruí (CASTRO, 1989) e os Gritos do Campo no início dos anos 90 (TURA, 1996) foram as primeiras iniciativas dos camponeses que afetaram em diferentes dimensões o cotidiano urbano. Grandes passeatas, ocupação de prédios públicos, entrevistas de dirigentes e assessores, distribuição de notas à população, tinham como objetivo expor os problemas desse segmento social e fazer uma “apresentação de si” à população urbana que, apesar de ciente de sua existência, aparentemente, não estava preocupada com suas dificuldades (CHAMPAGNE, 1996). As mudanças no contexto sócio-político regional e nacional dos anos 1990, estimularam os dirigentes sindicais, lideranças rurais não alinhadas ao sindicalismo e mediadores, a reconstruírem a imagem desse camponês, que passava a se identificar como agricultor familiar. Constituíam um grupo heterogêneo, com interesses variados, unificados em torno da interlocução com o Estado, como veremos ao longo desse capítulo.

Os acampamentos organizados pelas entidades sindicais e pelo MST no sul e sudeste paraense apresentaram algumas particularidades em relação a outras experiências de ação de massa desenvolvidas dentro e fora da região. Enumeramos quatro que consideramos mais importantes: a sua abrangência territorial; o número de agricultores envolvidos na ação direta; a diversidade de reivindicações que compunham as pautas de negociações e a diversidade e quantidade de atores envolvidos. Do ponto de vista territorial, mobilizaram aproximadamente 40 municípios do sul e sudeste paraense. Cada acampamento reuniu aproximadamente 10.000 pessoas, portanto,

40.000 pessoas nos quatro acampamentos. Em relação às reivindicações, constavam questões relacionadas a políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais (saúde, educação, previdência rural), políticas mais abrangentes como infra-estrutura regional e políticas específicas como atendimento a mulheres e jovens agricultores. Do ponto de vista da participação institucional, articulou-se um grupo amplo composto por STRs, associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos (principalmente no apoio como os trabalhadores da saúde). O quadro abaixo mostrou a diversidade e quantidade de instituições que se envolveram de alguma maneira com os acampamentos.

Quadro 8 Número de participantes e instituições envolvidas nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 2001

Ano	Duração (dias)	Nº aproximado de participantes (Assentados e Sem Terra)	Organizações de representação responsáveis pelo acampamento.	Entidades de apoio
1997	19	10.000	<ul style="list-style-type: none"> • FRS • MST • 12 STRs • 28 associações • 1 caixa agrícola • 1 centro comunitário • 1 cooperativa • 1 conselho de associações. 	<ul style="list-style-type: none"> • CPT-Marabá • Cepasp • FASE • CNS • FATA • SPDDH • Contag
1999	20	10.000	<ul style="list-style-type: none"> • FRS • MST • Fetagri Estadual • 40 STRs • 250 associações 	<ul style="list-style-type: none"> • CPT-Marabá • Cepasp • FASE • CNS • FATA • SPDDH • PDH – Xinguara • Copatiorô • Contag
2000	13	10.780	<ul style="list-style-type: none"> • FRS • Fetagri regional sul • MST • Fetagri Estadual • 40 STRs • 300 associações 	<ul style="list-style-type: none"> • CPT-Marabá • Cepasp • FASE • CNS • FATA • SPDDH • PDH – Xinguara • Copatiorô • Copserviço • CUT - Estadual • Fundação Cabanagem • Contag
2001	30	10.000	<ul style="list-style-type: none"> • FRS • Fetagri regional sul • Fetagri regional Alto Tocantina • Fetagri Estadual • 40 STRs • 336 associações 	<ul style="list-style-type: none"> • CPT-Marabá • CUT – Estadual;

Fonte: CPT & FETAGRI, 1997, 1999, 2000 e 2001.

O quadro mostrou que o número de entidades envolvidas no acampamento de 1997 foi menor que nos seguintes. Contando os STRs, associações e outras instituições, foram 44 organizações participantes. Em 1999, no segundo acampamento, o número de associações participantes subiu para 250 e o número de STRs para 40. Esse aumento do número de entidades participantes explicou-se pelo aumento da confiança dos STRs e associações nos resultados do acampamento e pelo crescimento numérico das associações após o acampamento de 1997. As novas tarefas previstas para as associações no contexto da nova política de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso impulsionaram a criação desse tipo de organização (MEDEIROS, 2002).

Segundo dados da FRS e CPT, em 1995 existiam aproximadamente quinze associações na região; nos anos 1996, 1997 e 1998, foram criadas, respectivamente 19, 41 e 80 associações. Em relação ao número de associados, a situação era a seguinte: de 1991 a 1996 o número de associados permaneceu estável; o número de associados começou a se alterar em 1997, após o primeiro acampamento, passando dos 10.000 associados já em 1998. Esse aumento tanto do número de associações quanto de associados, refletiu a grande expectativa dos agricultores em torno da possibilidade de acessar recursos dos programas ligados à implementação dos assentamentos. Obviamente, que as entidades sindicais tiveram uma importância grande para esse aumento na medida em que não só orientavam as famílias a criarem as associações como as integrava à estrutura orgânica do sindicalismo de trabalhadores rurais.

Houve, portanto, um incremento do número de associações e de associados num espaço muito curto de tempo. Obviamente que os participantes do acampamento não se restringiram aos associados dos STRs, assentados do MST e filiados das associações, mas certamente foram eles que deram sustentação à ação. Como vimos anteriormente, este crescimento do número de associações, modificou a própria dinâmica e a estrutura do sindicalismo de trabalhadores rurais e fortaleceu os acampamentos como estratégia de ação no enfrentamento com o Estado. Durante o período de duração dos acampamentos diferentes segmentos aderiam ou se posicionavam contra a manifestação. A imprensa local divulgava a posição de todos os lados envolvidos. Alguns colunistas chegaram a se posicionar de forma ambígua como, por exemplo, no caso da destruição do memorial aos mortos na curva do “S”.

A divulgação do acampamento para fora da região foi garantida através de uma rede de solidariedade envolvendo políticos, entidades de representação, ONGs e entidades de apoio. O quadro abaixo mostrou a variedade de apoio recebido por essa rede de solidariedade. Em geral, essas mensagens eram enviadas aos acampados e às autoridades como o Ministro da Reforma Agrária e o presidente do Inca. Os parlamentares faziam pronunciamentos em suas referidas casas legislativas e enviavam cópia dos mesmos para a organização do acampamento.

Quadro 9 Entidades e pessoas que enviaram mensagem de apoio e solidariedade durante os acampamentos de 1997, 1999 e 2000

Ano do acampamento	Entidades e pessoas que enviaram mensagem de apoio
1997	<ul style="list-style-type: none"> • CPT/Nacional; CPT/Regional Norte II; CPT/Conceição do Araguaia; CPT/Macapá; CPT, MEB e Diocese/Conceição do Araguaia; Comitê Rio Maria; Conselho da Diocese/Conceição do Araguaia (32 assinaturas de padres, freiras e leigos); • PT/Pará; • deputados federais do PT-PA Geraldo Pastana; Paulo Rocha;

	<ul style="list-style-type: none"> • deputado estadual Valdir Ganzer (PT-PA); • Vereadores Bernadete Van Ten Caten (PT-Marabá); Osmar Cruz (PT-Nova Ipixuna); Ademir Martins (PT-Marabá/presidente da Câmara); • STR de Conceição do Araguaia; STR de Santana do Araguaia;
1999	<ul style="list-style-type: none"> • CPT/Xingu; CPT/Santarém; Diocese de Conceição do Araguaia; • Contag; CUT/Estadual; CUT/Nacional; Sindicato dos Metalúrgico de Marabá (Metabase); • Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); Fórum Carajás; • Câmara de Vereadores: de Marabá; de Itupiranga; • Senador(a) Marina Silva (PT-AC); Ademir Andrade (PSB-PA); • Deputado Federal: Paulo Rocha (PT-PA); Adão Preto (PT-RS); • Deputado(a) Estadual Valdir Ganzer (PT-PA); Sandra Batista (PC do B-PA); • Vereador(a) Bernadete Van Ten Caten (PT-Marabá); Arnaldo Jordy (PC do B-Belém); • Professora Clarita Muller – Plantenberg (GhK); Frei Sérgio Gorgen (RS) acompanhado de 20 assinaturas; •
2000 Obs: no dossiê desse acampamento não constava a lista de manifestações de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Diocese de Marabá • Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues (PT); • Contag;

Fonte: CPT & FETAGRI, 1997, 1999 e 2000.

A amplitude da rede de solidariedade formada em torno dos acampamentos, pôde ser medida pelas listas de manifestação de apoio mostrada no quadro anterior. Por meio das mensagens enviadas ao Ministro e aos funcionários dos escalões inferiores, pelas diferentes entidades e indivíduos, quebrava-se o isolamento regional da manifestação. Mesmo que o resultado prático fosse pouco visível, essas manifestações de apoio influenciaram para que não fossem cometidos excessos. As autoridades eram lembradas a todo instante de que aqueles acampados contavam com apoio em diferentes esferas da sociedade.

A instalação da Superintendência Regional do Inbra em Marabá criou uma possibilidade inédita de interlocução direta com o Estado. As entidades sindicais tentaram influenciar as ações do Inbra mediante apresentação de demandas emergenciais como as vistorias e desapropriações de fazendas, a destinação de recursos para implantação de infra-estrutura dos assentamentos e créditos produtivos. A relação entre Superintendência e as entidades sindicais foi tensa e pouco produtiva em seu primeiro ano de gestão. Em outubro de 1997, em função da dificuldade de diálogo com a Superintendência, as entidades sindicais articuladas em torno da FRS, começaram a cogitar uma ação articulada regionalmente. Em carta de circulação interna aos STRs e associações, a FRS já apontava para o tipo de mobilização que pretendia realizar, como mostrou o seguinte trecho da carta convocatória: “A proposta de cada sindicato e associação tem sido de que devemos fazer uma *ação de massa*, montar um *acampamento na sede da Superintendência (do Inbra)* para forçarmos a *negociação de toda a pauta*” (FETAGRI, 1997a).

A carta da FRS já era uma tentativa de construir um consenso em torno da dimensão, do interlocutor e dos objetivos da ação. Quanto à dimensão da ação, o acampamento por tempo indeterminado foi apontado como sendo a *ação de massa* a ser implementada. O fracasso experimentado no diálogo direto e apresentação de petições e listas de necessidades aumentavam a discussão em torno de uma ação mais contundente como forma de pressionar o Estado. Quanto à interlocução, a escolha do Incra indicava a importância que a política agrária assumia no contexto regional: o Incra instalado na região tornara-se o principal interlocutor para as entidades de representação dos agricultores; quanto aos objetivos, pretendia-se pressionar o Estado a executar a política de reforma agrária.

Nesta mesma convocatória, a FRS já apontava como indicativo o dia nove de novembro para início do acampamento, com uma perspectiva de longa duração. Dizia ainda a carta que o acampamento *poderia ser de três dias ou três semanas, dependendo do andamento das negociações* (FETAGRI, 1997a). Esse chamado à resistência por meio de uma ação direta, caso não houvesse acordo de imediato, não soava estranho para uma população com experiência e memória coletiva de ocupação de latifúndios. A diferença agora era que o chamado era para uma ação com grande visibilidade pública. A data marcada e o grande número de pessoas convocadas era uma forma de demonstrar a organização e a força de representação das entidades sindicais. Havia também orientações sobre o processo de mobilização que os STRs deveriam fazer em nível dos assentamentos, comunidades e das áreas ocupadas. Frisava-se a necessidade de iniciar o acampamento com pelo menos 3.000 trabalhadores. Além disso, apontavam-se providências para:

Cada sindicato montará sua própria cozinha e se responsabilizará pela manutenção de seus companheiros. Por isso é preciso fazer um trabalho nas áreas (assentamentos e comunidades) para que os trabalhadores tragam arroz, feijão, farinha para ficar o tempo que for necessário. Durante o acampamento as entidades (ONGs de apoio e assessoria) vão ajudar com transporte e outros gastos (FETAGRI, 1997a:sd).

Perrot (2001) havia verificado essa preocupação com a precisão da data e o número de participantes convocados, quando analisou a manifestação de primeiro de maio dos operários na França. Comparecer à manifestação em grande número e seguindo roteiros pré-estabelecidos tinha vários significados simbólicos: demonstrar a capacidade de liderança dos dirigentes, a força organizativa do operariado e o poder de influenciar na política. De forma similar, no sudeste paraense, os dirigentes sindicais buscavam apresentar os agricultores familiares não só como mercedores das políticas governamentais, mas como um segmento organizado e capaz de mudar o desenvolvimento regional. Entre outubro e novembro de 1997, os dirigentes sindicais e mediadores intensificaram as visitas aos municípios e os contatos via telefone, fax e cartas circulares. O conteúdo desses contatos era totalmente direcionado aos temas centrais da pauta de negociação e ao processo de organização do acampamento. Uma das cartas endereçadas aos dirigentes das entidades e aos sócios das associações terminava com a seguinte chamada:

Vocês que estão em áreas de ocupação e querem que ela seja desapropriada e transformada num Projeto de Assentamento ou vocês que moram em um Projeto de Assentamento e precisam de estradas, créditos, escolas...não fiquem de fora, se organizem e venham lutar por seus direitos (FETAGRI, 1997a:sd).

O Projeto de Assentamento e as políticas destinadas à sua implantação e consolidação assumiram centralidade no espaço sócio-político regional e no discurso dos diferentes atores sociais. A convocatória da FRS visava mobilizar agricultores em diferentes situações, apontando o Projeto de Assentamento e as políticas a ele direcionadas como um objetivo imediato a ser alcançado e capaz de transformar a realidade local. Dentre as áreas ocupadas havia aquelas com mais de 10 anos, com um ano e as mais recentes. Similarmente ao estudo feito por Leite *et al* (2004), a grande maioria dessas áreas foram ocupadas por iniciativa dos agricultores e não por uma ação programada do órgão fundiário. Quanto aos Projetos de Assentamentos já criados, os números mostravam que não passavam de 90 em 1997. A maioria deles inconcluso, tendo sido cumprido apenas a fase de desapropriação da área. Esses assentamentos dispunham de uma infra-estrutura precária, sem acesso aos créditos para instalação (Fomento e Habitação) e para a produção (Custeio e Investimento) e sem assistência técnica. Apesar disso, os Projetos de Assentamentos e as áreas ocupadas constituíam a sustentação de milhares de famílias de agricultores que formavam a base social dos STRs da região.

Atendendo ao chamado das entidades sindicais, no dia nove de novembro de 1997 começaram a chegar a Marabá os primeiros caminhões cheios de homens, mulheres, crianças e mantimentos (Foto 2). Os primeiros agricultores a chegarem foram os das áreas onde a FRS atuava. Na evolução do processo, os agricultores organizados pelo MST se juntaram aos agricultores organizados pelas entidades sindicais. A área em frente à sede da SR27, chamada de Agrópolis Amapá, um espaço grande com várias árvores e sem prédios, foi “loteada” entre os sindicatos. À medida que as delegações dos municípios chegavam, uma mini-cidade de lona e palha se erguia a partir da construção das barracas em meio às árvores. Cada município que chegava montava uma ou várias barracas próximas, dependendo do número de agricultores mobilizados.



Foto 2 Chegada dos trabalhadores no local do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor)

A distribuição das barracas por municípios tinha uma dupla função: permitir o controle e distribuição dos alimentos, já que cada sindicato se responsabilizava pela alimentação de seus filiados, e facilitar as reuniões e assembléias durante o período de negociação. Permanecendo juntos no acampamento os agricultores reproduziam as relações de solidariedade e interconhecimento dos locais de moradia. Em seu aspecto geral, como descrito por Sigaud (2000), no caso dos acampamentos em Pernambuco, as bandeiras (da Fetagri e do MST) e as barracas davam uma “cara” para a manifestação,²¹⁵ que se iniciava com a “cara” da diversidade política, apesar de um marcante discurso de unificação em torno das demandas. Além das bandeiras que identificavam as entidades sindicais e o MST, cada município e STR também eram identificados por meio de faixas de tecidos com grandes letreiros.

Durante a noite do dia 9 e todo o dia 10, homens e mulheres foram chegando e montando suas barracas (Foto 3). Uma das primeiras providências tomadas pelos dirigentes foi a formação das comissões visando um bom funcionamento do acampamento. Havia uma preocupação não só com a ordem no acampamento e seu entorno, mas também com a segurança das famílias. O zelo pela imagem ordeira era uma resposta a adversários políticos que associavam a chegada dos agricultores e a montagem do acampamento à desordem e bagunça. Procurou-se envolver pessoas de todos os municípios nas comissões. A medida, intencional ou não, distribuía e criava responsabilidades entre os participantes e fomentava a integração entre as delegações municipais. O funcionamento das diferentes comissões dava vida ao acampamento, criava e recriava laços entre os agricultores, unificava o discurso em torno da manifestação e projetava os dirigentes sindicais e de associações conforme suas habilidades. Alguns se destacavam nas comissões de negociações, outros na capacidade de organização e articulação entre as diferentes delegações e outros na oratória durante as assembléias.



Foto 3 Montagem das barracas do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor)

²¹⁵ Além das bandeiras grandes que ficavam em destaque no acampamento, foram confeccionados milhares de bandeirolas, camisetas e bonés que foram utilizados nas passeatas e nos momentos de negociação. As camisas, bonés e bandeirolas, faziam parte de um ‘Kit acampado’.

Durante o período de duração dos acampamentos, um grande número de organizações, trabalhadores, agentes de mediação e apoiadores eventuais foram mobilizados para um conjunto de funções dentro e fora dessas comissões. As funções iam desde a organização da distribuição de água e alimentos, segurança interna do acampamento, atividades de formação, atividades culturais, atendimento de saúde, até a elaboração de documentos como a pauta de negociação, notas de esclarecimentos, resposta aos ataques dos adversários políticos na imprensa e os acordos a serem firmados. A formação das comissões recebia uma atenção especial dos dirigentes sindicais, pois a partir do momento que se montava o acampamento tudo funcionava a partir dessa divisão de trabalho. Concordando com Maresca (1983), era por meio das comissões que os organizadores tinham um forte controle do desenrolar da ação. Para melhor entendimento, faremos abaixo uma síntese da composição e atribuições das comissões:

- a) **Comissão de negociação:** composta por dirigentes sindicais locais, estaduais e nacionais, dirigentes de associações e cooperativas, lideranças do MST e assessores. A maioria dos membros da comissão de negociação era de lideranças sindicais locais (diretores de sindicatos e associações). As lideranças estaduais (Fetagri Estadual e CUT) e nacionais (Contag) se integravam à comissão em momentos específicos da negociação. Todas as reuniões realizadas em Brasília, contaram com a participação de membros da Contag. Eventualmente, um representante nacional de instituições como a CPT e da coordenação nacional do MST também fazia parte desta comissão. A comissão tinha como principal função produzir documentos, conduzir as reflexões com os acampados sobre o conteúdo da pauta, participar das negociações com os representantes dos órgãos governamentais e informar sobre o andamento da negociação, além de responder politicamente pela manifestação;
- b) **Comissão de animação:** formada por agricultores e assessores, tinha como função organizar a parte cultural e festiva do acampamento. Desde o primeiro dia foi criada a “*Rádio Cipó com notícias do cafundó*”. Tratava-se de um sistema de som improvisado sobre um palanque que ficava localizado entre o acampamento e a sede do Inca. Nos microfones e palco da *rádio cipó* divulgava-se sistematicamente a síntese do andamento das negociações, convocavam-se pessoas e comissões para atividades específicas, as lideranças discursavam, realizavam-se cerimônias religiosas e aconteciam as apresentações musicais e sessões de piadas. Durante um período da noite o espaço na frente do palanque se transformava também em pista de dança para divertimento de todos. A *rádio cipó* cumpria um papel similar ao que Perrot chamou de “pedagogia da festa” (PERROT, 2001:141).
- c) **Comissão de segurança:** essa comissão era formada exclusivamente por agricultores dos municípios presentes. Era a maior comissão do acampamento e tinha como objetivo garantir a segurança das famílias acampadas, evitar a presença de curiosos mal intencionados e pessoas alheias à manifestação. Tinha-se a preocupação de se evitar qualquer evento desrespeitoso ou violento para não passar uma imagem negativa dos acampados para o povo da cidade. Havia uma preocupação constante com a “imagem de si”, no sentido discutido por Champagne (1996). Outra função que era tratada com certo sigilo era evitar possíveis atentados a lideranças que estavam em listas de marcados para morrer. Mesmo com todos os cuidados um delegado sindical foi assassinado, em circunstâncias não explicadas durante um dos acampamentos. Bebidas alcoólicas eram proibidas no interior do acampamento, mas um ou outro furava o bloqueio

- d) **Comissão de saúde:** formada por agentes de saúde das próprias comunidades, estudantes universitários, voluntários do campus da UFPa em Marabá e sindicalistas da área da saúde. Funcionava o dia inteiro prestando assistência aos casos mais simples e encaminhando os mais graves para o hospital público da cidade. A comissão se responsabilizava pelo registro das doenças mais frequentes nos assentamentos e áreas ocupadas²¹⁶. A Fundação Nacional de Saúde (FNS) montou uma barraca permanente no acampamento e forneceu apoio à comissão de saúde. Durante o período foram feitas 186 'lâminas' (exame simplificado para identificação de malária), destas 35 deram resultado positivo. A pedido da direção do acampamento, a Secretaria Municipal de Saúde também apoiou os trabalhos proferindo palestras sobre diferentes temas. Esses procedimentos se repetiram nos acampamentos subsequentes;
- e) **Comissão de infra-estrutura:** formada por membros de ONGs, agricultores e voluntários da cidade. Tinha a tarefa de garantir energia, materiais para completar a construção das barracas (lonas, madeira, etc), fornecimento de água; recolher alimento em comunidades próximas e zelar pelo bem estar dos acampados e a salubridade geral do acampamento.

Após a chegada das famílias e a montagem do acampamento, a mini-cidade de lona começou a funcionar. Cada barraca criou sua rotina com a distribuição de atividades entre seus integrantes. Uns se responsabilizavam pela limpeza, outros pela alimentação, outros participavam das negociações e outros da segurança. Nem todos participavam das reuniões de negociações, mas todos eram informados por meio de pequenas reuniões nas barracas, assembléias gerais do acampamento e pela divulgação massiva na *Rádio Cipó*. Segundo o relatório do acampamento de 1997, durante os quase vinte dias de acampamento foram realizadas 38 assembléias para discussão do processo de negociação, 05 reuniões do fórum de mulheres e 09 atividades como cursos de curta duração, palestras sobre temas específicos e debates temáticos.

6.2 Manifestando e Negociando: o Jogo de Interesse dos Diferentes Atores.

No final do primeiro dia já estavam no acampamento mais de 1.300 pessoas. Enquanto o número de agricultores aumentava no acampamento os organizadores faziam os últimos ajustes na pauta de reivindicações. O segundo dia (10 de novembro) começou com uma assembléia dos acampados. Como ainda persistiam algumas divergências internas entre as entidades sindicais e o MST, esta assembléia foi realizada na Chácara do Bispo às proximidades do acampamento, para garantir privacidade na resolução das pendências. A partir deste momento, o MST se integrou em todas as atividades, inclusive trazendo agricultores para o acampamento. O objetivo da assembléia, era de informar aos presentes o conteúdo da pauta, discutir os passos do processo de negociação e, acima de tudo, alertar aos acampados sobre a necessidade de não fixar data para encerrar o acampamento. Ao final da assembléia (foto 4) foi lida a carta a ser enviada ao presidente nacional do Incra.

A carta fazia um histórico das tentativas fracassadas de negociação com o gestor do Incra de Marabá, apresentava a pauta de reivindicação dos acampados e solicitava a presença de uma comissão de negociação do Incra de Brasília com poderes de decisão. O ponto mais polêmico da carta tinha o seguinte teor: “[...] em função da postura desrespeitosa e intransigente do Superintendente e devido ao acordo feito com a

²¹⁶ O levantamento das doenças era feito por meio de um pequeno questionário ou entrevista sem roteiro pré-elaborado.

presidência do Incra em Brasília, no dia 25/08/97, nós trabalhadores rurais não reconhecemos o Dr. Petrus como Superintendente do Incra de Marabá” (FETAGRI, 1997a). Com essa argumentação, os acampados solicitavam o afastamento do Superintendente, como uma condição para o início de qualquer negociação. Nesse mesmo dia foi enviada uma nota à imprensa local explicando os motivos do acampamento e um resumo da pauta de negociação. A nota também desmentia os números de assentados divulgados pelo Superintendente, bem como a afirmação de que no sudeste do Pará não existiam mais sem-terras.



Foto 4 Assembléia no acampamento (acervo da Fetagri Regional, cedido ao autor)

A leitura da carta em assembléia foi precedida de discursos de vários dirigentes sindicais, políticos e apoiadores. O tom dos discursos dos dirigentes sindicais era de denúncia e de cobrança. As denúncias se referiam ao nível de violência dos conflitos fundiários, à impunidade dos mandantes e executores de crime contra lideranças e posseiros e aos impactos negativos de empreendimentos como os da CVRD. Cobrava-se uma política de reforma agrária profunda e negociada com as entidades sindicais. Alguns parlamentares presentes fizeram referência à proximidade do processo eleitoral e convocaram os agricultores a darem uma resposta ao governo nas urnas. Após encaminhar a pauta de reivindicação ao presidente do Incra e à imprensa, os acampados saíram em “passeata” pela cidade (Foto 5). A passeata tinha um roteiro bem definido: a primeira parada foi em frente à sede do INSS, a segunda no BB e por último, na câmara de vereadores de Marabá. Tendo as instituições do Estado como o principal alvo, a passeata se transformou no que Perrot chamou de “um desfile pelos lugares de poder” (PERROT, 2001:131).



Foto 5 Início de uma passeata saindo do acampamento (Acervo da Fetagri Regional, cedida ao autor)

A parada do INSS tinha o objetivo de chamar a atenção para os problemas que os agricultores estavam enfrentando, dentre eles a forma autoritária e desrespeitosa como os funcionários do órgão tratavam os idosos, e a dificuldade de homologação dos processos de aposentadorias. Os dirigentes sindicais estimavam que na época, de cada 10 pedidos de aposentadoria, sete eram indeferidos. Segundo o gestor do INSS local, esse alto índice de indeferimentos era causado por uma Ordem de Serviço (OS) emitida pelo governo federal em 1995, que exigia um conjunto de documentos comprobatórios da atividade agrícola pelo solicitante²¹⁷. Em negociações anteriores, os dirigentes sindicais haviam sugerido ao gestor do posto do INSS uma parceria com os STRs para desburocratizar o encaminhamento das aposentarias e não foram atendidos. Nessa parceria caberia aos STRs emitir documentos comprovando a veracidade das informações apresentadas pelos agricultores solicitantes.

A segunda parada foi realizada em frente à agência do BB. O objetivo da parada era denunciar a morosidade na liberação dos créditos, principalmente do Pronaf. Em seus discursos, os dirigentes sindicais chamavam a população para discutir os problemas regionais; afirmavam a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento dos municípios e denunciavam a falta de assistência a que estavam submetidos; chamavam a atenção para a função do BB como uma instituição do governo que deveria apoiar e facilitar o acesso do crédito pelos agricultores familiares e não dificultar com barreiras

²¹⁷ Alguns documentos requisitados pela Ordem de Serviço eram: registro de livros de entidades religiosas da área residencial do solicitante; ficha de filiação de alguma associação ou cooperativa rural; carteira de vacinação; carteira de reservista; carteira de saúde, dentre outros. A maior dificuldade de reunir a documentação era que eles deveriam ser contemporâneos da atividade, ou seja, que eles fossem retroativos a 10 ou mais anos.

burocráticas. Os discursos procuravam criar uma imagem do agricultor familiar como ator importante para o desenvolvimento regional e da necessidade do Estado apoiar esse segmento por meio de políticas governamentais.

A terceira parada foi em frente à câmara de vereadores de Marabá, com o objetivo de esclarecer aos parlamentares a situação dos trabalhadores rurais da região e buscar o apoio político para a manifestação. Durante os discursos em frente à câmara municipal, os dirigentes sindicais lembraram o massacre de Eldorado dos Carajás e pediram empenho da Justiça Federal na apuração das responsabilidades. Os dirigentes sindicais cobraram do legislativo municipal empenho na aprovação de leis e de programas específicos para o meio rural como no caso da educação, infra-estrutura, assistência técnica, espaços para comercialização e apoio à agroindústria familiar.

A escolha dos locais das paradas foi pensada de forma a chamar atenção para os principais problemas que os agricultores queriam colocar em evidência. Além disso, visava ganhar adesão da população local e se contrapor a um discurso elaborado pelos opositores da mobilização, que atribuíam ao acampamento o sentido de baderna e perturbação da ordem estabelecida. A passeata, as paradas e os discursos foram utilizados como instrumento para exercer pressão sobre os órgãos governamentais, mas, além disso, para construir uma imagem de si em contraposição à imagem formulada pelos opositores. Como afirmou Champagne:

Queira ou não queira, todo grupo social manifestante produz uma imagem pública de si mesmo. Participar de uma manifestação desfilando é “mostrar sua força para evitar utilizá-la”, é também simplesmente “mostrar-se” e procurar agir através da representação (no sentido teatral) que o grupo, de forma mais ou menos controlada, dá a ver os outros. Os organizadores de qualquer manifestação, isto é, os que decidem efetuá-la e procuram manter sob controle, nos menores detalhes, seu desenrolar sem incidentes, já conhecem e colocam em ação *estratégias de apresentação de si* mais ou menos complexas e explícitas que visam agir principalmente sobre a representação que o público, através da imprensa, pode ter do grupo manifestante (CHAMPAGNE, 1996: 200).

Desde a criação da Superintendência especial do Incra em Marabá os dirigentes, de uma maneira ou de outra, vinham construindo essa imagem. Seja como pura *apresentação de si*, seja como defesa contra os ataques dos opositores feitos através da imprensa. Para muitos agricultores participantes, essa consciência da *imagem de si* foi sendo construída durante a própria manifestação. Empunhando uma bandeira, usando um boné, carregando uma faixa e gritando palavras de ordem, homens e mulheres aderiam gradativamente ao discurso que os transformava em agricultores familiares. Os dirigentes sindicais e os agricultores participantes eram mais tímidos que os dirigentes e militantes do MST em relação à apresentação simbólica de sua própria imagem. Havia mais uma preocupação em não passar uma imagem de baderneiro, de agitador, de invasor, do que de afirmar uma imagem de si bem definida. A passeata terminou com o retorno dos manifestantes para o acampamento e a realização de um abraço simbólico no Incra. Centenas de pessoas que estavam acampadas fizeram uma corrente humana em torno do complexo de prédios que compunham a sede do Incra em Marabá.

A disputa simbólica se dava em diferentes esferas. Enquanto os agricultores marchavam na cidade para pressionar por uma solução para o impasse, o Superintendente recebia uma comissão de prefeitos da região, como mostrou a reportagem de um jornal local do estado do Pará:

O Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Marabá, Petrus Abib acaba de receber uma comissão de prefeitos de diversas cidades do sul do Pará que vieram reclamar por mais apoio, principalmente por recursos para recuperação de pontes e estradas fundamentais para o escoamento da produção. Os prefeitos preocupados com o período chuvoso que se aproxima e certamente, se não houver uma interferência em grandes trechos de vicinais dentro das áreas de assentamentos, nas primeiras chuvas, o trânsito será interrompido. Por isso os prefeitos de Redenção, Mário Moreira, de Conceição do Araguaia, Alberto Branco, de Xinguara, Itamar Mendonça, de Floresta, Francisco Barbosa e de São Félix do Xingu, foram recebidos na Superintendência Regional do Incra, na tentativa de apressar a data para liberação dos recursos (CPT & FETAGRI, 1997).

O interesse repentino dos prefeitos pelas estradas dos assentamentos poderia ser entendido como uma preocupação de administrador competente, se não fosse o fato de só ter sido manifestado nesse momento de impasse. Em geral, as áreas de assentamento desses municípios receberam muito pouco ou quase nada de investimento das prefeituras. A reunião entre os prefeitos e o Superintendente, no momento em que as entidades sindicais e o MST iniciavam uma manifestação de massa, tinha como objetivo fortalecer a posição do Superintendente na arena política.

Durante os dois primeiros dias do acampamento, nem a Superintendência de Marabá e nem o Incra de Brasília deram qualquer resposta às reivindicações dos agricultores acampados. Ao contrário, as declarações do Superintendente assumiram o tom de advertência sobre qual poderia ser o futuro procedimento, como declarou em nota a um jornal:

Não aceito pressão de lideranças mentirosas. Eu suspendo definitivamente o trabalho do Incra, mudo para Conceição do Araguaia, São Geraldo ou Tucuruí (municípios da área de abrangência da Superintendência), onde possamos trabalhar sem o monitoramento dessa meia dúzia de pessoas que não sabem nada sobre reforma agrária (CPT & FETAGRI, 1997).

As declarações do Superintendente, em tom agressivo e pejorativo, visavam desmoralizar as entidades sindicais e seus apoiadores perante a sociedade regional. Como resposta, a Assembléia Geral do acampamento decidiu pela radicalização da ação e aprovou o fechamento de todos os acessos ao prédio da instituição impedindo a entrada, inclusive, do próprio Superintendente. Nessa altura, o número de acampados já beirava 8.000 pessoas. A interdição das entradas do Incra mobilizou o aparato policial do Estado. O delegado titular da delegacia da Polícia Federal instaurou inquérito para apuração do caso. Foram indiciados doze dirigentes sindicais e assessores. Apesar da Polícia Federal não efetuar nenhuma prisão de imediato, a abertura de inquérito já era suficiente para deixar os dirigentes sindicais preocupados. De imediato, entidades de apoio jurídico entraram em cena para evitar prisões e fazer a defesa dos acusados.

A interdição dos acessos ao Incra, forçou a tomada de posição pelos diferentes atores sociais regionais. Os pecuaristas da região defendiam publicamente o Superintendente e atacavam as entidades sindicais e o MST. Segundo os representantes dos pecuaristas, os recursos da reforma agrária não estavam sendo aplicados para os seus “verdadeiros fins”. Em entrevista para um jornal local, Geraldo Capota, presidente do Sindicato Rural de Marabá (SRMAB), entidade de representação dos pecuaristas, chegou a atribuir a diminuição da safra agrícola regional à realização do acampamento em frente ao Incra. Segundo o representante do Sindicato Rural, a diminuição da safra devia-se ao fato dos agricultores se afastarem dos afazeres em suas terras e participarem

do acampamento. O presidente do Sindicato Rural de Marabá dizia que os 10 caminhões que haviam sido doados pelo governo federal aos agricultores assentados da região estavam sendo utilizados para transporte para as manifestações de protesto. Mais adiante, o pecuarista insinuava ainda que os recursos liberados através do Proceara, estavam sendo utilizados para financiar a organização da manifestação, invasões de terras e fortalecendo partidos políticos como o PT. O outro ponto polêmico da entrevista do pecuarista foi a tentativa de mostrar que o governo não estava agindo conforme a necessidade. Nas palavras do pecuarista, “[...] podemos observar que o próprio governo está financiando a baderna, criando aí, talvez a maior estatal, a estatal rural (CPT & FETAGRI, 1997)”. O discurso do pecuarista visava criar uma imagem negativa dos agricultores e suas organizações.

O presidente da Amat, José Alberto Branco (prefeito de Conceição do Araguaia pelo PDT), ocupou a maioria dos jornais locais durante todo o período do acampamento. Segundo ele, 26 prefeituras filiadas assinaram convênios com Incra num valor total de R\$ 26 milhões, dinheiro a ser usado em áreas de projetos de assentamentos. Em declaração aos jornais locais, repetia à exaustão que o acampamento acarretaria prejuízos pelo não repasse de parcelas desses recursos para as prefeituras, defendia veementemente o Superintendente da SR27E e condenava o MST, as entidades sindicais e as entidades de apoio presentes no acampamento.

Para os dirigentes sindicais, a liberação dos convênios com as prefeituras era importante, mas não era a prioridade. As vitórias, as desapropriações e a implantação dos PAs, os créditos de apoio e produtivos constituíam a maior parte das reivindicações. Alberto Branco frisava que a política do Incra estava no caminho certo. Havia assentado 10 mil famílias em um ano; celebrou convênio para implantação de infra-estrutura nos assentamentos com a maioria das prefeituras da área de abrangência da Amat; anunciava o fim dos “sem-terra” na região e pregava o avanço tecnológico da agricultura regional. Quanto aos acampados, o representante da Amat considerava-os “terroristas”, “seqüestradores” e utilizadores de “métodos abusivos” (CPT & FETAGRI, 1997).

Parlamentares de diferentes partidos tomaram posição em relação ao acampamento. Em pronunciamento na Assembléia Legislativa Itinerante²¹⁸, publicado pelo jornal CT, o deputado estadual, Evaldo Bichara (PSDB), se referiu ao acampamento e à ocupação do Incra da seguinte maneira:

A ocupação do Incra é uma brincadeira amolecada de quem pretende tirar proveito político da situação, haja vista este ano ser pré-eleitoral [...] eles não querem ordem; querem a desordem. Estão fazendo terrorismo [...] o Dr. Petrus está incomodando por ter conseguido assentar 10 mil famílias, cumprindo a meta para 97 [...] vocês sabem o que eles estão querendo? Querem que o governo mande a PM (Polícia Militar) para frente do Incra e eles possam pegar uma bandeira para campanhas políticas...Eles se organizam para desorganizar. Quero que fique registrado que eu repudio esse movimento (CPT & FETAGRI, 1997).

Além de desqualificar a ação dos agricultores e seus representantes, o deputado insinuava em seu discurso que o massacre de Eldorado dos Carajás era para o MST e as entidades sindicais apenas uma bandeira eleitoral. Nessa mesma sessão, políticos de diferentes municípios se manifestaram mantendo a linha de argumentação do deputado

²¹⁸ Durante o ano de 1997, a Assembléia Legislativa paraense se deslocou no interior do estado, transformando as câmaras de vereadores em sede da Assembléia Legislativa. O objetivo, segundo os próprios deputados, era de aproximar os políticos dos problemas locais das diferentes regiões do estado.

Evaldo Bichara, dentre eles o deputado estadual Clécio Witecke (PDT), a vereadora de Floresta do Araguaia, Gercionita Rosa de Oliveira (PDT), os prefeitos João Monteiro (município de Pau d'Arco – PFL) e Mário Moreira (município de Redenção – PDT). Este último encerrou seu pronunciamento dizendo “estamos felizes com a atuação do Incra”. Não era para menos, o Incra anunciava o assentamento de 10.000 famílias sem que nenhuma área de latifúndio tivesse sido tocada. Como isso era possível? Por meio da regularização de áreas já ocupadas há anos pelos próprios agricultores.

No final dos dois dias de sessão da Assembléia Legislativa Itinerante em Conceição do Araguaia, todos os deputados presentes assinaram uma nota de repúdio ao acampamento e às ações das entidades sindicais e do MST. Enquanto os diferentes atores manifestavam suas opiniões sobre o acampamento, nenhuma atitude era tomada nem pela Superintendência, nem pelo Incra/Brasília.

A disputa entre as entidades de representação dos agricultores e os políticos regionais não era uma novidade dos anos noventa. A novidade foi que a polarização se deu em novos espaços. Espaços onde permanecia um claro desequilíbrio de força, mas espaços com uma face pública, onde a principal arma utilizada era a pressão política. A possibilidade de se gerar fatos de grande impacto junto à sociedade se transformou também numa forma de fazer pressão. A principal disputa se dava em torno dos recursos das políticas do governo federal para a região. A política de reforma agrária, como era denominada a política de assentamentos com seus diferentes programas, era a mais visada. Neste sentido, os dois blocos disputavam também a hegemonia da interlocução com as diferentes agências governamentais.

Enquanto os grupos opositores faziam pressão por meio da mídia e o governo exigia a desocupação do Incra como condição para qualquer negociação, a vida no acampamento se tornava mais agitada com a realização de cursos temáticos, palestras, rodadas de piada, danças e outras atividades que mantinham os acampados mobilizados e ajudavam a suportar o calor e o desconforto da precariedade das instalações. Finalmente, por volta do sexto dia, o governo federal cedeu e enviou a primeira equipe de negociação, cuja chegada foi cercada de grande curiosidade e expectativa. A primeira atitude tomada pela negociadora,²¹⁹ que trouxe ânimo aos acampados, foi visitar pessoalmente o acampamento para verificar a situação. O interesse da negociadora em conhecer o acampamento foi entendido como um sinal positivo pelos dirigentes sindicais. Durante a visita, a assessora informou que a transferência do Superintendente era uma questão de tempo e solicitou que os portões do Incra fossem liberados como condição para o início da negociação. Após a visita ao acampamento, a assessora se reuniu com a imprensa e com a direção local do Incra. No dia seguinte, mesmo reconhecendo a legitimidade do processo iniciado pelos agricultores, a assessora impôs novas condições para que a negociação fosse iniciada.

Ao contrário do dia anterior, já não admitia mais o afastamento do Superintendente, exigia a desocupação do órgão, a redução da comissão de negociação²²⁰, a realização da reunião fora do Incra, em ‘terreno neutro’ e a retirada de todas as faixas fixadas nas laterais do órgão²²¹. Enquanto a negociadora fazia novas exigências, adiando assim o início do diálogo com as entidades organizadoras do

²¹⁹ Sra. Vera Azevedo - assessora do setor fundiário do Incra

²²⁰ Nesse momento a comissão de negociação estava formada por 84 dirigentes sindicais e de associações incluindo os representantes do MST e uma representação da Contag. Segundo a assessora, ela temia pela sua segurança e dos funcionários que faziam parte da comissão de negociação do Incra.

²²¹ Algumas faixas que foram publicadas nos jornais locais tinham as seguintes frases: “*Incra fechado para limpeza*”. “*Fora Petrus, Marcelo e Regis*” (o primeiro Superintendente, os outros dois funcionários acusados de dificultarem qualquer negociação com os trabalhadores).

acampamento, em Brasília, os políticos da região ligados aos prefeitos pressionavam o presidente do Incra nacional para manter o Superintendente no cargo. As novas exigências da assessora acirraram os ânimos, e os acampados resolveram, em assembléia, manter a interdição dos portões e realizaram uma segunda passeata pelas ruas da cidade. Esta segunda passeata paralisou setores da cidade e provocou uma reação forte da prefeitura municipal. Utilizando a imprensa local, o prefeito acusou os trabalhadores de baderneiros, insinuou que a manifestação estaria afastando empresas como a CVRD que pretendiam investir na região, no caso, uma indústria para beneficiamento de cobre (Projeto Salobo).

Poucos meses antes a questão da instalação do Salobo havia sido tema de intensos debates envolvendo a população do Pará, especialmente da região de Marabá e do estado vizinho, o Maranhão. Como parte desse debate, uma reunião foi marcada para o dia 20 de novembro daquele ano, em Marabá. Por decisão unilateral, o prefeito cancelou a reunião e apresentou a seguinte justificativa: “[...] a cidade (Marabá), hoje tida como pacífica e ordeira, parecia um lugar de irresponsáveis bagunceiros, vivendo um clima de tensão e desordem em virtude da ocupação do Incra por trabalhadores rurais e sem-terra” (CPT & FETAGRI, 1997). Marabá estava longe de ser uma cidade pacífica e ordeira, bastava verificar as páginas policiais dos principais jornais. A intenção do prefeito era formar uma imagem negativa dos manifestantes junto à população da cidade. Havia evidências de que os políticos do Maranhão, em especial José Sarney, tiveram maior poder de decisão sob as decisões da CVRD. Não era o acampamento que estava dificultando a relação do prefeito com a CVRD e sim, sua fraqueza política.

A repercussão dos primeiros dias do acampamento e a chegada de mais pessoas preocupava não apenas o prefeito de Marabá. Vereadores, deputados, senadores e diretores das entidades representativas dos fazendeiros também lançaram notas em jornais locais e regionais onde tentavam passar uma imagem de que a manifestação era fruto do descontentamento de poucos e tinha conotação político eleitoral, já que o ano era pré-eleitoral. Nesse clima de intensas disputas de posição por meio dos jornais, acampados e a representante do Incra nacional chegaram a fazer uma primeira reunião para apresentação da pauta e discussão de alguns pontos importantes para continuação das negociações.

Para garantir o diálogo e o início das negociações, os acampados concordaram em acatar todas as exigências da negociadora, exceto a da não demissão imediata do Superintendente. Esta posição dos acampados tencionou novamente a negociação e, sem uma explicação aparente, a negociadora retornou a Brasília. Na verdade, a saída repentina da assessora foi uma decisão do Presidente Nacional do Incra, em represália à insistência dos acampados no que se referia à demissão do Superintendente. Na Assembléia Geral desse dia, o tom foi de radicalização. Os dirigentes tiveram reforçado cuidado com a manutenção da ordem para não caracterizar a imagem de baderneiros contida nas declarações dos opositores do acampamento, veiculadas nos jornais locais.

Após vários dias de acampamento, a assessoria do Ministério de Política Fundiária e do Incra não conseguiu dar respostas satisfatórias aos impasses da negociação. A presença da negociadora em Marabá funcionou como mecanismo para o Ministro e o Presidente do Incra, ganharem tempo enquanto definiam uma posição a ser adotada diante do problema. A comprovação dessa tese ficou clara a partir do momento que a assessora, sem maiores explicações, abandonou a mesa de negociação e retornou para Brasília, forçando a transferência das negociações para um espaço longe da massa de agricultores acampados. A manobra visava enfraquecer a pressão sobre os dirigentes do Incra, e permitir a participação de porta-vozes de outros atores interessados na

discussão do processo de reforma agrária na região, através de instituições como a Amat²²² e de parlamentares ligados aos pecuaristas.

A situação se assemelhava a um *cabo de guerra* tendo nas extremidades o governo e os acampados. Se, de um lado, o governo percebia que a manutenção do Superintendente, dificultava todo o processo de negociação com os acampados, por outro, temia pela possibilidade de perda de autoridade do órgão e dos funcionários perante a sociedade, como mostrou a nota de jornal transcrita abaixo. Apesar da pressão do governo e dos políticos locais, os 10.000 acampados demonstravam que os agricultores não arredariam de sua posição. Essa disputa política vinha a público por meio de notas diárias na imprensa. Forçado pela pressão dos parlamentares que pediam a permanência do Superintendente, o Inca nacional descartou a possibilidade de atender à reivindicação de afastamento do mesmo:

O afastamento do Superintendente é inteiramente descartado. Petrus (o Superintendente) é um funcionário extremamente competente cujo trabalho foi decisivo para que se superasse a meta de 10 mil famílias assentadas na região. Além do mais, o governo considera que o pedido de afastamento é uma interferência inaceitável. É uma contestação da autoridade do Inca. Se o governo não interfere na escolha dos representantes do movimento social, também não aceita a contrapartida... (O LIBERAL, Belém, 19 de novembro 1986).

Na nota, a assessoria informava ainda que esta decisão havia sido comunicada ao governador do estado Almir Gabriel (PSDB)²²³, que concordou com a medida; ao presidente da Contag, Francisco Urbano; ao secretário geral da CPT, Wilmar Schneider e ao presidente da Amat, Alberto Branco (PDT), prefeito de Conceição do Araguaia. Os acampados em Marabá souberam da decisão por meio da imprensa. A interpretação dos representantes dos acampados, porém, era que as forças políticas ligadas ao PSDB e PDT solicitaram ao presidente nacional do Inca a permanência do Superintendente, daí a dificuldade do governo federal definir uma posição.

Outro momento de radicalização durante o período de interdição do Inca ocorreu por ocasião da retenção de funcionários do Inca nas dependências do órgão. Com o Inca interdito, os funcionários de setores estratégicos se reuniam num hotel nas proximidades. Após uma das assembleias, uma comissão de acampados se dirigiu ao hotel e de lá trouxeram quatro funcionários²²⁴ para as dependências do Inca e os mantiveram detidos por aproximadamente vinte e quatro horas. As manchetes dos jornais desse dia amanheceram assim: “Agricultores radicalizam: funcionários do Inca são reféns” (CPT & FETAGRI, 1997); “Inca suspende reforma agrária no sul do Pará” (CPT & FETAGRI, 1997); “Inca suspende programa de reforma agrária no sul do Pará” (CPT & FETAGRI, 1997).

A detenção dos funcionários do Inca provocou uma reação forte do governo e em nota oficial o gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, determinou a paralisação das ações de reforma agrária na região sudeste do Pará. Dentre outras questões tratadas na nota oficial que reforçava as declarações do Superintendente, ficou determinado: a) a suspensão dos trabalhos referentes à reforma agrária na região; b) a interrupção das negociações; c) ação de reintegração de posse do imóvel; d) convite

²²² A Amat tinha escritório de representação em Marabá, Belém e Brasília. Em Marabá funcionava a diretoria executiva e em Belém e Brasília os escritórios de *Lobby*.

²²³ O governador Almir Gabriel era responsabilizado pelo MST e entidades sindicais pela morte dos 19 sem terra no massacre de Eldorado dos Carajás.

²²⁴ Marcelo Afonso Silva (Superintendente adjunto); Ruberval Silva (executor do Inca em São Geraldo do Araguaia); Osmar da Silva Nunes (assessor do Inca) e Vítor Hugo da Paixão Melo (assessor do Inca).

para reunião a ser realizada em Brasília com a direção da Contag e outros movimentos sociais, representantes da CPT, Associação de prefeitos da região e do governo estadual²²⁵ (NOTA OFICIAL do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária de 18 de novembro de 1997).

A nota oficial expedida pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária causou grande desespero no acampamento, principalmente, pelo item em que se ameaçava acionar força policial para reintegração de posse do prédio do Inca. Pessoas haviam testemunhado a movimentação intensa do batalhão do exército sediado em Marabá. Corria a informação de que dezenas de agentes da polícia federal haviam chegado no voo daquela tarde. Helicópteros da força aérea faziam manobras no aeroporto da cidade. Na memória coletiva ainda era bem presente o resultado macabro do confronto dos sem terra com a Polícia Militar do Pará na curva do “S”, em Eldorado dos Carajás. A noite foi bastante tensa, mas nenhuma ação policial foi realizada. No dia seguinte foi formada uma comissão que viajou à Brasília para a reunião convocada pelo Presidente do Inca.

A ameaça de fechamento do Inca mobilizou as entidades de representação dos trabalhadores rurais (Fetagri, CONTAG, MST, FATA), a Associação dos Servidores do Inca (ASSERA), a OAB, o Sindicato dos Professores (SINTEP) e ONGs (FASE, CEPASP). Esse conjunto de entidades elaborou uma nota de esclarecimento à população onde apresentava os objetivos do acampamento e reiterava a necessidade e importância da SR27, para o processo de reforma agrária e desenvolvimento da região. Até a entidade de representação dos prefeitos, a Amat, subscreveu a nota que tinha os seguintes termos:

Nós, os trabalhadores rurais e os servidores públicos da reforma agrária, diante dos fatos ocorridos no decorrer destes quatorze dias, quando do acampamento em frente à sede do Inca/Marabá, vimos prestar os seguintes esclarecimentos à população em geral:

- a) Os servidores do Inca e os trabalhadores rurais vêem a reforma agrária como fator de desenvolvimento para a região sul e sudeste do Pará e reafirmam, portanto, a importância da Superintendência Regional do Sul do Pará –SR27E, com sede na cidade de Marabá;
- b) Nesse sentido, comprometem-se a manter um diálogo permanente, para consolidação de parceria, entendendo que este é o único instrumento capaz de minimizar as desigualdades sociais;
- c) Entendemos, que nesse momento, a instabilidade econômica que atinge o país é a causadora do descontentamento dos trabalhadores em geral;
- d) As entidades ora representadas entendem, por fim, que a realização da reforma agrária possibilitará a solução de problemas no campo e na cidade, sendo, portanto, o governo, trabalhadores e a sociedade em geral, responsável pela sua implementação (CPT & FETAGRI, 1997).

Mantida a convocação para a reunião em Brasília, o Presidente do Inca Nacional impôs ainda uma condição para o início da negociação: a liberação dos quatro funcionários que estavam detidos nas dependências do Inca em Marabá e a desocupação do prédio. Várias instituições e parlamentares intercederam junto aos acampados para que cedessem a esta solicitação. O Deputado Federal do PT Luiz Eduardo Greenhalgh, coordenador do Grupo de Trabalho da Câmara que averiguava

²²⁵ Este convite a um leque amplo de instituições era a gênese da criação do Fórum da Reforma Agrária que seria instituído no processo de negociação, e era uma proposta de consenso entre os representantes dos trabalhadores e governo.

conflitos no campo, em carta de 20 de novembro, solicitou a liberação dos funcionários e garantiu que a negociação seria iniciada imediatamente sob o acompanhamento do referido grupo de trabalho.

Os acampados foram à reunião em Brasília²²⁶, mas exigiram que o processo de negociação da pauta fosse feito na sede da Superintendência em Marabá. Na tarde do mesmo dia, o Presidente do Incra, em fax enviado à coordenação dos acampados, se comprometeu a iniciar imediatamente as negociações designando uma equipe com poderes de decisão para negociar em Marabá²²⁷. No mesmo ato, comunicava o afastamento do Superintendente e a nomeação de um interino que ficaria no cargo até o final do ano, quando se providenciaria uma nova nomeação. Nesta reunião ficou acertada também a criação de um Fórum Regional da Reforma Agrária, que deveria se reunir mensalmente e teria um caráter deliberativo sobre as ações do Incra²²⁸.

Diante destes compromissos, a coordenação do acampamento fez uma manifestação simbólica no ato de liberação dos funcionários. Os funcionários foram acompanhados por uma multidão e no portão principal do órgão tiveram que ouvir o hino nacional ao lado dos acampados que agitavam bandeiras e gritavam palavras de ordem anunciando a vitória. O afastamento do Superintendente simbolizava, naquela altura das negociações, a maior vitória da mobilização. Para alguns dirigentes sindicais, o acampamento já tinha conseguido alcançar o maior trunfo, que era o afastamento do gestor que se colocava frontalmente contra os objetivos das entidades sindicais e do MST na região. O afastamento do Superintendente, portanto, tinha um peso simbólico muito grande. Entretanto, a continuação do acampamento foi reafirmada até que a pauta fosse negociada.

A comissão enviada de Brasília para retomar a negociação com os acampados foi chefiada por Fernando de Matos Pimenta, diretor fundiário do Incra Nacional. Em sua chegada a Marabá, Pimenta tentou dar uma explicação e uma justificativa para a transferência do ex-Superintendente. Segundo Pimenta:

O problema e queixas sobre Petrus é que o estilo dele é muito mais de um executivo, mas na angústia que o Incra tinha de mostrar que a Superintendência traria resultados, nós descuidamos realmente de um maior contato com as direções dos trabalhadores, que sempre reclamavam falta de espaço para o diálogo (CPT & FETAGRI, 1997).

Nessa mesma entrevista, Pimenta confirmou que o Presidente do Incra, Milton Seligman, já havia acertado a saída do Sr. Petrus desde agosto, conforme reivindicavam os acampados. Se a saída do Superintendente já havia sido negociada em agosto de 97, porque então, em novembro ele ainda continuava no cargo? Pelo menos dois fatores pesaram para que Petrus permanecesse em Marabá. O primeiro estava relacionado ao bom trânsito que conquistou junto a prefeitos, fazendeiros e políticos locais, mesmo não sendo da região. Na prática, isto significava maior liberação de recursos que passavam pelo Incra para estes setores. Dados levantados pelas entidades sindicais e CPT mostraram que dos R\$ 94 milhões destinados à SR27E, em 1997, R\$ 68,8 milhões (73%) foram destinados a indenizações e desapropriações, ou seja, recursos públicos

²²⁶ Participaram na reunião de Brasília 26 representantes de municípios da região, Contag, CPT, Amat, uma comissão do acampamento, representante do governo do estado do Pará e parlamentares da bancada federal do Pará.

²²⁷ A equipe era formada pelos funcionários do Incra nacional: Luiz Fernando Pimenta (Diretor de Assentamento), Sebastião Azevedo (Procurador Geral) e Gilmar (setor fundiário).

²²⁸ O Fórum teria representação das prefeituras da região, das entidades sindicais, do MST e de instituições governamentais que tivessem ligação com as ações de reforma agrária. A instituição e o funcionamento deste fórum foram cercados de conflitos o que lhe conferiu vida curta.

que foram parar nas mãos dos fazendeiros. Além disso, se acenava com uma proposta de municipalização da reforma agrária, o que gerava a expectativa de repasse de recursos diretamente para as prefeituras. O segundo fator, confirmado pela entrevista de Pimenta, foi que o Superintendente seria transferido para o estado do Tocantins, em troca do Superintendente daquela unidade. Entretanto, a transferência não havia sido consumada por existir forte oposição dos movimentos sociais rurais do Tocantins à sua efetivação. Finalmente, o Superintendente foi enviado de volta para a Superintendência do Paraná.

Como medida para mostrar a disposição do governo para o diálogo, Pimenta anunciou a criação de um Fórum permanente para discutir as questões relativas à reforma agrária na região. As entidades mobilizadas para compor o Fórum foram: representando os assentados, FRS, MST. Representando o setor patronal, o Sindicato Rural de Marabá; as entidades de assessoria, Cepasp, FASE, CPT e SPDDH; instituição de pesquisa, o Lasat; o setor de serviços a Câmara de Dirigentes Lojistas e Associação Comercial e Industrial de Marabá; o poder público municipal, a Amat, Amcat; o poder público estadual, Sespa, Iterpa, Sagri, Emater; poder público federal - BASA, BB, Ibama, Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), INSS e Incra (INTINI, 2004:131). Segundo Pimenta, o Fórum seria “a semente para a formação de um Conselho Regional mais institucionalizado”²²⁹ (PIMENTA, entrevista ao Jornal CT, em 21 de novembro de 1997). Em entrevista ao jornal O Liberal, de Belém, Milton Seligman afirmou.

[...] agora, em vez de um Superintendente do Incra que atua como interlocutor de cada um dos vários atores envolvidos, teremos um conselho que vai definir as diretrizes. O Incra estará executando essas diretrizes (CPT & FETAGRI, 1997).

As primeiras notícias sobre a criação de um Fórum para discutir e elaborar propostas políticas para a reforma agrária na região circulou de forma confusa. Num primeiro momento, falou-se de um Conselho Estadual para discutir conflitos agrários. A FRS já havia proposto a criação de Conselhos Regionais de Reforma Agrária, desde o início do ano de 1997, alegando que os problemas eram diferentes para cada região e não se justificava um Conselho Estadual. O MST manteve uma proposta crítica à criação de um Fórum da Reforma Agrária, alegando que este funcionaria apenas como um mecanismo para cooptar os movimentos sociais.

A criação do Fórum foi uma tentativa do governo abrir os espaços de diálogo com a sociedade local. Entretanto, do ponto de vista político, o Fórum tinha um desequilíbrio de forças. Sua composição, da forma como foi imposta pelo Incra, favorecia os setores econômicos dominantes da região: a Associação Comercial e Industrial e o Sindicato Rural. Além disso, os representantes do Incra, do Ibama e das instituições bancárias, além dos outros setores do governo, tendiam a apoiar os setores econômicos dominantes. As entidades representativas dos agricultores e as entidades de apoio estavam em desvantagem numérica. Essa composição desfavorável levou as entidades de representação dos agricultores a esvaziarem gradativamente o Fórum. Ao passo que esvaziavam o Fórum criado pelo Incra, as entidades sindicais e de apoio criaram o Fórum das Entidades na Luta pela Reforma Agrária (FERA)²³⁰.

As estratégias das entidades sindicais em relação à reforma agrária passaram a ser discutidas no FERA, que se tornou o contraponto do Fórum criado pelo Incra. Retirando-se do Fórum criado pelo Incra, as entidades sindicais enviaram uma

²²⁹ A criação de um Conselho nos moldes dos Conselhos Municipais já existentes.

²³⁰ O FERA era composto pelas entidades sindicais e as entidades de apoio.

mensagem de descontentamento ao governo. O Fórum criado pelo Incra deixou de funcionar por falta de legitimidade. O FERA se constituiu num espaço de monitoramento social das ações do Incra e de amadurecimento das propostas dos assentados. Inúmeras denúncias sobre irregularidades na gestão do Incra foram feitas a partir de materiais reunidos e refletidos no espaço do FERA.

Para retomar as negociações, foi indicado um Superintendente interino. Um dos quatro funcionários detidos durante 24 horas na fase de maior radicalização da ação assumiu o cargo. Tanto de Brasília quanto de Marabá os “sinais de paz” foram emitidos. Avelino Ganzer (vice-presidente da Contag) falando em nome da comissão, chegou até a elogiar o Superintendente afastado, mas fez advertências de como os trabalhadores pretendiam se relacionar com o indicado para o órgão, como mostrou a nota do jornal Diário do Pará:

Petrus Emile (Superintendente afastado) é trabalhador, tem desenvoltura, porém faz as coisas como quer, o planejamento de trabalho está exclusivamente na cabeça dele e quer fazer tudo sozinho, sem dar satisfação a ninguém... Todos que trabalham com a coisa pública têm a obrigação de dar satisfação ao povo. Temos muita compreensão do nosso compromisso com o desenvolvimento regional, portanto não podemos admitir que alguém queira fazer, as coisas, sempre sem nos consultar ou discutir com nossa categoria (CPT & FETAGRI, 1997).

Por outro lado, o Superintendente interino veiculou nota admitindo uma *mea culpa*. “O Incra já foi omissivo, mas agora estamos trabalhando pela cidadania no campo” (CPT & FETAGRI, 1997). O representante do Incra nacional tratou de amenizar as acusações contra o Superintendente afastado e assumiu institucionalmente algumas das críticas feitas pelas entidades sindicais e o MST. Em meio a estas declarações, que de certa forma restabeleceram a confiança para o diálogo, teve início a rodada de negociação que culminou com a assinatura de acordos.

6.3 A Pauta de Reivindicação: Espaço de Negociação e Construção de Identidade.

A pauta dos acampamentos se tornou um documento norteador de todo o processo de negociação entre as entidades de representação dos trabalhadores rurais com e sem terra e os diferentes atores governamentais e não governamentais. Ela surgiu na sua versão mais elaborada como o produto de um lento e intenso processo de negociação entre os agricultores assentados, as entidades de representação e os organizadores dos acampamentos. Os seminários municipais e os encontros regionais foram espaços não só de levantamento de informações, mas também de construção de novas identidades. Os termos “posseiros” e “trabalhadores rurais” foram sendo substituídos por “sem-terra”, “agricultores familiares” e “assentados”. Essa construção de novas identidades, que verificamos no sudeste paraense, foi no entanto, fruto de um processo mais amplo desencadeado em nível nacional a partir dos anos 90 como mostraram Medeiros (2001) e Caldart (2000).

Em geral, a pauta era composta de duas partes: uma primeira denominada de *questões gerais* e a outra de *questões específicas*. No item *questões gerais* reuniam-se um conjunto de condições que as entidades sindicais e o MST colocavam para que as negociações das *questões específicas* fossem iniciadas. As *questões específicas* formavam um conjunto de reivindicações que iam desde as diferentes modalidades de crédito até políticas sociais. A pauta do primeiro acampamento em 1997 foi totalmente direcionada ao Incra. O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), foi mencionado sem que uma pauta específica lhe fosse direcionada. Como as entidades de representação não

sabiam qual o montante de recursos existentes para o exercício da Programação Operacional de 1997 (PO 97), as demandas foram apresentadas como demandas para a PO 98. Isto significava que o que não fosse possível ser feito com recursos da PO 97, deveria já ser incluído na PO 98.

Nos acampamentos subsequentes, as pautas se dirigiram a diferentes órgãos da administração federal e estadual. O Iterpa e o BASA receberam atenção especial. O primeiro devido à questão fundiária, principalmente das áreas dos antigos aforamentos de castanhais e o segundo, devido aos créditos para a produção. A pauta direcionada ao Incra era orientada segundo a própria divisão interna de trabalho do órgão. Nesse sentido, as reivindicações eram direcionadas ao setor fundiário e ao setor de assentamentos.

6. 3.1 As questões gerais: marcando a posição no processo de negociação.

Como vimos anteriormente, a gestão do primeiro Superintendente da SR27E foi amplamente contestada pelo movimento sindical e o MST. A principal crítica era direcionada ao caráter autoritário na condução da política local do órgão. Essa característica destoava, inclusive, da orientação geral da política do governo que recomendava uma aproximação com os movimentos sociais rurais. Neste sentido, no acampamento de 1997, a principal reivindicação das questões *Gerais* era a imediata demissão do Superintendente e a vinda de uma equipe do Incra nacional com amplos poderes para negociar a pauta de reivindicação.

Segundo os documentos de circulação interna das entidades sindicais os principais objetivos do primeiro acampamento (1997) eram: discutir a política adotada pelo Incra na região; negociar uma pauta para cada município levando em consideração a questão das desapropriações, infra-estrutura e crédito para os assentamentos. Além da demissão imediata do Superintendente, solicitavam-se informações sobre o montante de recursos da PO97, laudos de vistorias das fazendas e dos termos dos convênios entre o Incra e prefeituras; exigia-se a manutenção do lote mínimo de 50 hectares e autonomia para a equipe de supervisão do Lumiar²³¹. Desde a criação do Incra na região, no início dos anos setenta, nunca seu orçamento foi dado a conhecimento aos principais interessados na ação do órgão. Pela primeira vez as entidades de representação introduziram essa demanda numa pauta de reivindicação.

O impacto de um conjunto de medidas do governo federal levou as entidades de representação dos agricultores do sudeste paraense a decidirem pelo segundo acampamento. Uma primeira medida foi a redução do orçamento para a PO99. Em 1998 o número total de projetos de assentamento na área de jurisdição da SR27E, era de 118 e o recurso da PO98 foi da ordem de R\$ 63 milhões (CPT & FETAGRI, 1999). Em 1999, com 219 projetos de assentamento o orçamento da Superintendência foi reduzido para R\$ 19 milhões. Além disso, os projetos de assentamentos anteriores a 1997 não haviam recebido recursos. Outra medida que repercutiu negativamente junto ao movimento sindical, ao MST e às entidades de apoio, foi a criação do Banco da Terra. As fortes mobilizações do MST e das entidades sindicais, em prol da reforma agrária, levaram o governo federal a buscar formas de trazer para si o controle sobre o tema. Inspirado em análises e experiências desenvolvidas em outros países pelo Banco Mundial²³², o governo assumiu uma postura mais ofensiva, como mostrou Medeiros:

²³¹ Programa de assistência técnica aos assentamentos.

²³² Maiores detalhes sobre a política de reforma agrária difundida pelo Banco Mundial, ver Pereira (2004b).

As iniciativas do governo, que se inauguram com a criação de um Gabinete Ministerial voltado ao tema, apareceram não só como uma tentativa de reversão dessa equação, mas principalmente de fazê-la dando novos sentidos à reforma agrária, descentralizando-a, atribuindo novas competências aos estados e municípios e buscando adequá-la à lógica de mercado (MEDEIROS, 2002:62)

Na avaliação dos dirigentes sindicais, manifestada em encontros, seminários e debates públicos, o Banco da Terra tiraria do Incra a responsabilidade pelas desapropriações dos latifúndios da região. Alegando a posse ilegal da terra na maioria dos latifúndios, as entidades sindicais e o MST não aprovavam a negociação direta com os “proprietários” de terras dispostos a vendê-las. O que para o governo era considerado um mecanismo para agilizar o processo de reforma agrária, para as entidades sindicais e o MST era uma forma de “premiar” o latifúndio. Especulava-se ainda que a SR27E estudava a possibilidade de repassar a responsabilidade de gestão do projeto Lumiar para as prefeituras. A SR27E anunciou também a redução em 50% dos valores do crédito de implantação; que o recurso para construção de casas (Crédito Habitação) seria contratado diretamente com empreiteiras e; que os recursos do Crédito Alimentação e Fomento seriam entregues em forma de alimentos, sementes e ferramentas e não mais em dinheiro como era até aquele momento.

Como mostrou Medeiros (2002), nesse período o governo federal criou uma série de aparatos institucionais viabilizados através de medidas provisórias, decretos e leis complementares visando a descentralização e agilização da reforma agrária. Ainda segundo a autora, como parte dessas medidas foi instituído o ‘Rito Sumário’, que permitia a emissão de posse em 48 horas; foi permitido que as entidades patronais e de trabalhadores, exceto o MST, acompanhassem as vistorias; criaram-se mecanismos para coibir a fragmentação de imóvel depois de realizada a comunicação de vistoria; ampliaram-se os mecanismos de comunicação de vistoria para evitar subterfúgios como o desconhecimento da ordem; modificaram-se as regras para reconhecimento técnico de projetos de aproveitamento; alteraram-se os critérios de avaliação das terras improdutivas; reduziram-se os juros compensatórios nos casos das desapropriações, de 12% para 6% ao ano, incidentes sobre o valor da diferença entre o preço da avaliação e o arbitrado e ajuizado; possibilitou-se da União delegar aos estados poder para que eles realizassem cadastramento, vistorias, avaliações e outras atribuições referentes à reforma agrária, mediante convênio e; foi estipulado um prazo de dois anos para ratificações das concessões de alienação de terras feitas pelos estados nas faixas de fronteiras.

A aplicação dessas medidas no estado do Pará foi confusa, uma vez que o estado dispunha de duas Superintendências com iguais atribuições. Muitas atribuições que seriam repassadas ao estado foram entendidas na região como se fossem repassadas aos municípios. O espaço privilegiado das discussões em torno das novas medidas era o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR) que passou a assumir funções estratégicas no processo de reforma agrária. Segundo Medeiros:

Caberia a eles, entre outras atividades, definir as diretrizes da política estadual de reforma agrária e as zonas prioritárias para desenvolvimento da agricultura familiar e assentamentos; aprovar a ordem de prioridade na relação dos imóveis a serem vistoriados; analisar e dar parecer sobre os processos de aquisição e desapropriação instruídos pelos órgãos estaduais e/ou pelo Incra (MEDEIROS, 2002: 68).

Apesar da Fetagri Estadual e dos representantes dos assentados fazerem parte do CEDR, o seu funcionamento em Belém dificultava a participação das entidades de

representação regional no debate, principalmente o MST. Todas essas novas medidas na condução da política de reforma agrária foram consolidadas no programa Novo Mundo Rural (MEDEIROS, 2002). As entidades sindicais e o MST se colocaram frontalmente contra a nova proposta. Entre as diferentes medidas anunciadas pelo Novo Mundo Rural e que recebia crítica mais contundente estava a criação do Banco da Terra. Os constantes conflitos fundiários na região já eram por si só, um forte indicador da dificuldade de implementação dessa medida. Não existiam muitos proprietários interessados em negociar terras. Por outro lado, existia o receio de que proprietários de terras adquiridas de forma irregular através de grilagem, pudessem se beneficiar de tal mecanismo.

Diante desse quadro, a pauta do acampamento de 1999, trazia quatro exigências no item questões gerais: constituição de uma comissão de negociação com os acampados formada pelo presidente nacional do Incra (Nelson Borges), da diretoria de assentamento (Francisco Orlando Costa Muniz) e recursos fundiários (Luiz Fernando Mattos Pimenta); audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a representação da Contag e do MST e demais entidades da coordenação nacional; punição para todos os policiais e autoridades envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás; pensão vitalícia para os 69 mutilados no massacre de Eldorado dos Carajás.

As questões gerais mostravam, no seu conjunto, um descontentamento e não reconhecimento dos executores locais do órgão, uma intenção de discutir os problemas locais na esfera máxima da administração federal e a indignação das entidades em relação à falta de providências nos casos de violência, principalmente no caso mais emblemático da região: o massacre em Eldorado dos Carajás. Forçar uma interlocução com as instâncias federais, quando toda a política do governo se voltava para fortalecer as estruturas regionais, era uma forma de se contrapor à maneira como as políticas eram conduzidas. As entidades sindicais e o MST queriam negociar sem sair da região, sem se distanciar de sua base social, porém não reconheciam os executores locais como interlocutores confiáveis. Nesse sentido, uma reunião em Brasília só era cogitada como uma última saída para se fazerem ouvir. O não reconhecimento dos executores locais das agências governamentais funcionava como uma estratégia de pressão para agilizar o processo de tomada de decisão, principalmente as relacionadas à liberação de recursos dos diferentes programas.

No ano de 2000, as entidades sindicais da região sudeste do Pará unificaram a pauta de reivindicação com a pauta do Grito da Amazônia. A pauta do Grito da Amazônia tratava de um conjunto amplo de temáticas tais como: a manutenção das instituições regionais como o BASA e a Sudam; aumento do salário mínimo de R\$ 151,00 para R\$ 177, 00, preservando-o como piso para os benefícios da Previdência Social; política agrícola e desenvolvimento da produção familiar na Amazônia; reforma agrária; reconhecimento dos direitos dos Quilombolas; políticas sociais; infra-estrutura rural; segurança e cidadania e seguro desemprego e outras reivindicações dos pescadores artesanais. O Grito da Amazônia aconteceu em meados do mês de abril de 2000, em Belém e em algumas regiões do estado. Apesar do apoio ao Grito da Amazônia, entidades sindicais do sudeste Pará se mobilizaram e apresentaram uma pauta de reivindicação à SR27E. As outras regionais da Fetagri apresentaram pauta de reivindicação para a Superintendência de Belém, a SR01.

Quase nada do que foi acordado durante o Grito da Amazônia foi cumprido pela Superintendência. Entre os meses de abril e junho de 2000, os servidores do Incra entraram em greve e a Superintendência praticamente parou de funcionar. Nesse ínterim o Superintendente não parou de despachar com alguns atores regionais, exceto com as entidades de representação dos agricultores. Aproveitando-se da inércia a que o órgão

estava submetido, refez toda a programação operacional acordada com as entidades sindicais em abril. Mudaram os municípios prioritários para construção de obras, de vistorias e desapropriações; os créditos não foram liberados e fazendas que não tinham sido indicadas pelas entidades representativas foram incluídas na lista de prioridades. Houve uma forte pressão dos setores dominantes da região sobre os executores dos órgãos públicos. Forçado pela pressão política das prefeituras, o Superintendente cedeu e descumpriu acordos estabelecidos com as entidades representativas dos agricultores.

Em julho de 2000, a situação se agravou quando as entidades sindicais e o MST constataram que os créditos previstos na PO daquele ano não haviam sido liberados e que ainda havia pendências dos créditos da PO 99; os recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)²³³ não haviam sido liberados e em seis meses só haviam sido assentadas 712 famílias, equivalente a menos de 10% da média dos anos anteriores. Dados da CPT e da FRS mostraram que o número de fazendas ocupadas chegava a 190. Foi nesse contexto que se decidiu pelo terceiro acampamento. Na convocatória do acampamento os organizadores informavam que os objetivos seriam: exigir o cumprimento da PO 2000 respeitando o acordo feito durante o Grito da Amazônia; liberação imediata dos créditos previstos na PO conforme a previsão do acordo negociado no Grito; aceleração dos processos de desapropriações das áreas ocupadas; aumento de recursos para a PO 2000; apuração imediata de irregularidades praticadas pelo Incra em relação às seguintes questões: favorecimento de latifundiários nos processos de desapropriações; não fiscalização das obras de infraestrutura realizadas pelas prefeituras e favorecimento de empreiteiras.

O exemplo mais emblemático de favorecimento de donos de latifúndios foi o caso da fazenda Três Poderes ou Onogás²³⁴, de aproximadamente 39.900 hectares. O caso foi denunciado pelas entidades sindicais, CPT e MST. A fazenda estava localizada no município de Cumarú do Norte, a 300 km da estrada principal mais próxima, numa área de difícil acesso e sem nenhuma infra-estrutura. O transporte de avião, única maneira de acesso à fazenda, elevou consideravelmente o custo da logística para realização da vistoria²³⁵. Além disso, a área não havia sido solicitada nem pelas entidades sindicais e nem pelo MST. Pesava ainda sobre a fazenda a suspeita de se sobrepor a uma área indígena e de haver dívidas com o INSS. Segundo o documento de denúncia da Fetagri, a decisão do Superintendente contrariava, inclusive, pareceres da unidade avançada de Conceição do Araguaia e da coordenadora do departamento fundiário da SR27.

Sobre os casos de favorecimento às prefeituras, o documento afirmava que os critérios técnicos para definição de alocação de recursos para infra-estrutura foram desconsiderados e prevaleceram critérios políticos. Na prática isto significou que projetos de assentamentos que foram priorizados pelas entidades sindicais, considerando aspectos como a distância e a precariedade de infra-estrutura, foram substituídos por outros que eram de interesse político dos prefeitos, sem uma explicação plausível sobre as modificações de critérios de escolha. Aparentemente os recursos foram destinados aos assentamentos, porém, não àqueles assentamentos indicados pelas entidades sindicais e pelo MST e sim as indicações dos gestores municipais. Essa disputa política

²³³ Em 2000 o Pronera já contava com 1.200 alunos inscritos.

²³⁴ As entidades sindicais já haviam denunciado casos de superfaturamento nas fazendas Oito Barracas e Flor da Mata. Além de superfaturamento, essas fazendas foram constituídas através de grilagem. A denúncia não resultou em nenhuma ação do Incra, apesar de comprovada a grilagem e o superfaturamento.

²³⁵ O gasto só com a logística para a vistoria da fazenda foi da ordem de R\$ 9.000,00.

pelo poder de influenciar as decisões do Estado, se estendia para outros setores da política de assentamento como , por exemplo, a alocação dos créditos.

No caso das empreiteiras, a denúncia se referia a não observação por parte da SR27, dos aspectos legais referentes à normativa nº 34 do Incra Nacional que proibia a contratação de empreiteira para construção de casas nos assentamentos com recursos do Crédito Habitação. Segundo a denúncia, além de não observar a normativa, a Superintendência ainda realizou operações ilegais como o pagamento de parcelas dos recursos sem que os contratos fossem assinados. A relação das empreiteiras com o departamento de crédito da SR27 chegou a ponto da coordenadora desse departamento avaliar pessoalmente cheques de empresas, numa clara mistura entre interesses públicos e privados. Como prova, as entidades sindicais apresentaram a cópia dos cheques. As entidades sindicais se baseavam nessas denúncias para atacar a autoridade do executor local e exigiam novamente a interlocução de pessoas do Incra Nacional.

As denúncias contra as irregularidades não foram levadas em consideração imediatamente pelo Incra Nacional, mas a pressão exercida pela Fetagri Estadual e a Contag junto ao Presidente do órgão em Brasília surtiu efeito. O fato decisivo para que o Presidente do Incra tomasse a decisão de demitir mais um Superintendente foi a apresentação de uma ação de improbidade administrativa com pedido de antecipação de tutela, contra o Superintendente da época (Sr. Vitor Hugo), a empresa Marplan Projetos Topografia e construções LTDA e o engenheiro Hamilton Antonio de Araújo. A ação fora impetrada pelo MPF pelo fato da empresa em questão ter recebido 80% dos recursos para construção de 84 casas no PA Bandeirantes e só ter construído, efetivamente, 21. Através de documentos enviados ao Incra, a empresa tentou receber os 20% dos recursos restantes. Em função das denúncias de irregularidades e em pleno acampamento, o Superintendente Vitor Hugo, funcionário de carreira do Incra, foi exonerado do cargo.

A repercussão dos três primeiros acampamentos anteriores (1997, 1999 e 2000) junto à sociedade local e nacional e os avanços que os agricultores conseguiram na implementação da política de assentamentos na região, gerou uma reação violenta dos latifundiários. Segundo o relatório da CPT, em 2001, foram registrados sete assassinatos de lideranças sindicais e posseiros; vinte pessoas foram ameaçadas de morte; quatro trabalhadores foram baleados e torturados e 131 foram presos. Ainda em 2001, a CPT registrou doze ocupações e treze despejos, envolvendo respectivamente 998 e 1.603 famílias. Além das áreas efetivamente ocupadas e dos despejos, foram registradas 21 fazendas em situação de conflito (CPT, 2001). Das sete pessoas assassinadas em 2001, três eram membros de uma mesma família; o sindicalista José Pinheiro Lima (59 anos), que liderava a ocupação da fazenda São Raimundo a 130 Km da cidade de Marabá, sua esposa Cleonice Campos Lima (54 anos) e o filho Samuel Campos Lima (15 anos). O dossiê da CPT descreveu a cena do crime da seguinte maneira:

“Dedé” estava se recuperando de uma malária e se encontrava em sua casa juntamente com sua esposa quando dois pistoleiros chegaram. Era por volta das 19:00 horas. Os dois pistoleiros adentraram na residência, assassinaram a tiros a esposa Cleonice na sala, e em seguida “Dedé” que se encontrava deitado em um dos quartos. Samuel que estava na rua próxima de casa, brincando com outras crianças, ao ouvir os tiros, correu para casa. Ao chegar, se deparou com os assassinos que estavam saindo. Um dos pistoleiros disparou um tiro que acertou na altura do peito de Samuel que ainda tentou correr, mas caiu morto à distância de 100 metros (CPT, 2001).

Nesse mesmo relatório, a CPT publicou uma lista com 22 nomes de dirigentes sindicais, militantes do MST e lideranças de áreas ocupadas que estavam ameaçados de morte, a listas dos “marcados para morrer”. Essa forte reação contra dirigentes sindicais e militantes do MST foi uma clara sinalização de intimidação para manter as propriedades latifundiárias intocadas, mesmo aquelas que não cumpriam sua função social. Segundo a CPT, essa atitude era fruto do descaso da força policial e do Poder Judiciário na resolução dos casos de violência e assassinatos dos líderes rurais e militantes²³⁶. O recrudescimento da violência nesse ano levou um conjunto de entidades do campo popular a formalizar denúncia contra o Estado brasileiro por violação dos direitos humanos na Organização dos Estados Americanos (ALMEIDA, 2006).

Em 2001, a região já contabilizava 336 projetos de assentamento, ou seja, um crescimento de mais de 270% em relação ao ano do primeiro acampamento, em 1997. Apesar do recrudescimento da violência na região, a relação com a Superintendência Regional era melhor que nos anos anteriores. Pelas exigências contidas nas questões *Gerais* da pauta percebeu-se também um tratamento diferente na relação com a Amat, representante das prefeituras da região. Algumas exigências eram direcionadas para a garantia da participação das entidades representativas dos agricultores nos processos de destinação dos recursos da PO e no acompanhamento da execução das obras de infraestrutura. Três questões, no entanto, chamaram a atenção. A primeira dizia respeito à solicitação de uma operação envolvendo o Incra, a Polícia Federal, a FRS e os STRs, para retirar *não clientes da reforma agrária* de vários assentamentos; a criação de projetos de assentamento Agro-Extrativistas envolvendo várias comunidades e a suspensão de um projeto de “cunho ambiental” da Associação dos Madeireiros com o objetivo de explorar madeira nas áreas de assentamento dos 40 municípios de jurisdição da SR27. O projeto era uma parceria da Associação dos Madeireiros com uma central de associações, com a anuência do Incra.

6.3.2 - As questões específicas: a disputa pelos recursos

O que se denominava de Questões *Específicas* da pauta de negociação eram reivindicações que diziam respeito diretamente à PO, ou seja, a alocação de recursos para todas as atividades relacionadas à implantação e consolidação dos assentamentos. Nessa parte da pauta eram apresentadas as reivindicações como solicitação de vistorias, arrecadações de terras, desapropriações, créditos nas diferentes modalidades e recursos para infra-estrutura. No primeiro acampamento, em 1997, as reivindicações foram direcionadas ao Incra e se concentravam nas questões das vistorias de áreas ocupadas e não ocupadas totalizando 121 áreas; desapropriações, desconstituição e criação de projetos de assentamentos; crédito para infra-estrutura, Proceca, habitação, fomento e alimentação. Nesse ano, as entidades sindicais e o MST organizaram conjuntamente o acampamento, mas apresentaram pautas de reivindicações separadas ao Incra. A pauta do MST era específica para os assentamentos sob sua coordenação e tratava de questões como o valor da desapropriação da fazenda Pastorisa, aquisição de lotes adicionais para complementar as áreas do PA 17 de Abril, cesta básica para alguns acampamentos, criação do PA Palmares, documentação dos assentados (carteira de identidade e CPF) do PA 17 de Abril, liberação de créditos e fiscalização de obras. A pauta das entidades

²³⁶ Um exemplo disso foi o assassinato do advogado Gabriel Pimenta, em 1982, um dos primeiros advogados a defender os posseiros. O mandante do crime, o fazendeiro Manuel Cardoso Neto (Nelito), irmão do ex-governador de Minas Gerais Newton Cardoso, só foi preso em 2006. Há fortes indícios de que o crime seja considerado prescrito.

sindicais apresentava reivindicações de 17 municípios e não era tão precisa em termos numéricos.

A diferença entre a pauta do MST e das entidades sindicais não se resumia aos números. Em relação aos créditos, a principal diferença era que o MST priorizava os créditos coletivos, mesmo aqueles que, pela determinação do programa, seriam individuais, por exemplo: o Crédito Habitação e Fomento. Enquanto isso, as entidades sindicais pleiteavam estas modalidades de crédito de forma individual. Esta diferença na maneira de encaminhar as demandas tinha uma relação direta com a cultura política de cada um deles. Apesar das pautas terem sido apresentadas em separado, toda a negociação foi feita conjuntamente, e o acordo assinado ao final da negociação foi único²³⁷. O que mereceu destaque foi que, mesmo tendo pautas separadas e alguns procedimentos políticos e operacionais diferentes, as entidades sindicais e o MST formavam um bloco que negociava junto e mantinha as estratégias de pressão unificadas.

O acampamento de 1997 abriu um ciclo de disputa em torno das políticas governamentais em diferentes níveis. O Incra continuou sendo o principal interlocutor das entidades sindicais e do MST, mas outras frentes de negociações foram se abrindo e o leque temático das pautas dos acampamentos foi se ampliando. O impacto do conjunto de ações realizadas durante o período dos acampamentos revelou novos atores e fez emergir novos temas. O núcleo central das pautas continuou sendo a política de assentamento para a região, no entanto, temas novos foram acrescentados a cada ano. Neste sentido, além dos órgãos federais como o Incra, vários outros de abrangência regional, estadual e municipal, passaram a ser demandados a partir de temáticas incluídas na pauta. Neste sentido, o campo de negociação, o campo dos conflitos e os atores envolvidos se ampliou consideravelmente (SCRIBANO, 2003).

Esta tendência se verificou nos acampamentos dos anos seguintes. Além do Incra, instituições como o BASA, o INSS, o Iterpa, a Sagri-PA, se envolveram nas negociações. As reivindicações direcionadas ao Incra foram organizadas de acordo com as próprias diretorias e setores do órgão. Dessa forma, a pauta apresentava um conjunto de reivindicações direcionadas ao setor fundiário como desapropriações; manutenção do tamanho do módulo para reforma agrária sendo que o menor módulo seria de 25 e o máximo de 100 hectares; convênio para assessoria e assistência jurídica; resposta às denúncias de superfaturamento nos casos de desapropriações e cancelamento da titulação de áreas que não tiveram acesso a todos os benefícios da reforma agrária.

Ao setor fundiário apresentava-se a demanda e a situação das áreas para criação de Projetos de Assentamentos. A partir dos dados das pautas de reivindicações, as áreas eram classificadas nas seguintes categorias: *áreas para vistorias* – todas as fazendas que, por algum motivo eram avaliadas pelas entidades sindicais e pelo MST como passíveis de desapropriação²³⁸; *áreas em vistorias* – todas as áreas que o Incra já iniciara o processo de vistorias (algumas dessas áreas encontravam-se com processos de vistoria inconclusa); *áreas em instrução* – eram áreas que estavam em processo de negociação, por exemplo, as áreas onde a jurisdição do Incra e Iterpa se sobrepunham; *áreas em processo de desapropriação* – todas as áreas cuja desapropriação já havia sido decretada e anunciada e as áreas encaminhadas para desapropriação; *áreas com decreto* – todas áreas com decreto em avaliação para lançamento de TDA, com decreto para lançamento de TDA e criação de assentamento; *áreas em ajuizamento ou ajuizada* – as

²³⁷ Cada pauta foi apresentada em documento separado, e os acordos foram assinados pela FRS, associações, cooperativas, MST, entidades de apoio e órgãos governamentais.

²³⁸ Entre os motivos constavam as ocorrências de trabalho escravo, a improdutividade da área, dentre outras.

áreas com tramitação para criação do projeto de assentamento já resolvida. O quadro abaixo mostra a situação no momento de cada acampamento, considerando essa classificação.

Quadro 10 Situação das áreas para reforma agrária no momento dos acampamentos

Ano	Áreas					
	Para Vistorias (1)	Em vistoria (2)	Em Instrução (3)	Desapropriações (4)	Com Decreto (5)	Em ajuizamento (6)
1997	78	Sd	Sd	50	Sd	9
1999	38	70	58	48	54	5
2000	15	Sd	Sd	37	42	Sd
2001	80	Sd	16	99	9	4
Total	211	70	74	234	105	18

Fonte: Dossiês dos acampamentos (1997), adaptado livremente pelo autor.

O número de solicitações de vistorias (coluna 1) a cada acampamento revelou o passivo da reforma agrária na região. Esse número também era revelador da situação conflituosa em que a região estava imersa. Dados do Incra (2004) mostraram que, entre 1997 e 2001, foram criados 239 projetos de assentamento na jurisdição da SR27. Segundo a mesma fonte, nos dez anos anteriores (1986-1996) haviam sido criados apenas 86 assentamentos. Houve, portanto, um incremento muito forte no número de assentamentos na região. Em que pese a importância da mudança na política de reforma agrária a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a forte mobilização dos agricultores organizados pelas entidades sindicais e o MST foram decisivos para esse incremento.

Dois questões mereceram destaque em relação às áreas que se transformaram em PAs. A primeira é que boa parte das áreas já estava ocupada, portanto, em situação de conflito. A segunda é que havia uma forte pressão contrária ao avanço da reforma agrária na região. A terra era e ainda é um recurso em disputa por diferentes atores como fazendeiros, empresas agropecuárias, mineradoras e florestais, especuladores e os milhares de agricultores sem-terra. Cada um deles exercia uma pressão diferente sobre o governo. As entidades sindicais e o MST exerciam essa pressão por meio da mobilização de sua base social. No entanto, esse não foi seu único recurso de pressão. Como vimos anteriormente, parlamentares, entidades com diferentes especialidades e outros setores da sociedade se manifestaram em apoio, mas certamente sua base social e suas ações constituíam o instrumento mais poderoso.

As reivindicações direcionadas ao setor de assentamentos, responsável dentre outras coisas, pela liberação dos créditos somavam grandes volumes de recursos (Quadro 11), distribuído entre as diferentes modalidades de crédito. No acampamento do 1999, além das linhas de créditos já existentes, o movimento sindical e o MST formalizaram o pedido de criação de três novas linhas de crédito: capital de giro solteiro, capital de giro casado e outra linha para financiamento de implantação de rede elétrica residencial (FETAGRI, 1999). Nos anos seguintes, a estrutura da pauta de reivindicação se manteve a mesma. Devido ao passivo total da reforma agrária na região o volume total de recursos reivindicado foi elevado.

Os maiores volumes de recursos reivindicados foram para infra-estrutura e obras nos assentamentos. A pouca capacidade de investimento dos municípios associados aos problemas de ordem política eram fatores que afetaram negativamente a realização de obras de infra-estrutura nos assentamentos. Foram raros os municípios que realizavam grandes obras de infra-estrutura direcionadas para o meio rural. Dentre alguns deles

podia-se citar Parauapebas, que recebia *royalties* da CVRD gerado pela atividade mineradora e Itupiranga, em função de ligações históricas de alguns prefeitos com os agricultores familiares. Pelo menos dois prefeitos que mantinham estreita relação com entidades sindicais foram ex-militantes da pastoral da Igreja católica.

Quadro 11 Volume de recursos solicitados nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 2001 pelo movimento sindical e MST

Tipo de Crédito	Ano do acampamento (em R\$)			
	1997	1999	2000*	2001
Procerá	47.265.000,00			
Alimentação	2.633.980,00	9.645.200,00		
Fomento	4.663.480,00	22.561.275,00		
Habitação	12.962.000,00	64.940.000,00	615.500,00	sd
Apoio			4.900.000,00	21.596.400,00
Instalação			19.378.800,00	58.827.500,00
Capacitação			600.000,00	0,00
Assistência Técnica				7.144.011,74
Investimentos e obras	36.012.530,54	163.463.400,00	12.100.000,00	196.731.350,00
Demarcação		11.986.100,00	4.338.400	8.619.600,00
Total	103. 536.990,54	272.595.975,00	41.932.700,00	292.918.861,74

Fonte: CPT & FETAGRI, 1997, 1999, 2000 e 2001. * Nesse ano houve mudança na denominação dos créditos

O recurso para a construção das casas nos assentamento, através do Crédito Habitação, foi crescente ao longo dos anos. As entidades sindicais e as associações se envolveram na gestão direta desses recursos. Nos acampamentos de 1999, 2000 e 2001, os manifestantes acrescentaram três novas reivindicações: a contratação de nove equipes do projeto Lumiar que haviam sido apresentadas na PO98, e 30 novas pela PO99, além da contratação de cinco supervisores externos; liberação de recursos para implantação do Pronera em 21 assentamentos²³⁹ e expedição de declarações para auxílio maternidade e aposentadoria para assentados da reforma agrária, a partir da criação do projeto de assentamento. Dessa forma, o tema da assistência técnica, da educação rural e das políticas sociais começou a fazer parte da pauta de negociação. A diversificação temática da pauta introduziu novos atores no campo da negociação como a Universidade, no caso do projeto Pronera, as prestadoras de serviço, no caso da assistência técnica, e o INSS no caso da previdência social. Diferente do acampamento de 1997, que focou a pauta e concentrou as negociações com o Incra, nos subseqüentes foram realizadas negociações com o governo do estado, com agências bancárias (BASA e BB) e com o INSS.

As reivindicações dirigidas ao governo do estado eram: a destinação de áreas com títulos de aforamento antigos para o programa de reforma agrária; a criação de projetos de assentamento em áreas de jurisdição do estado através de convênios entre o Incra e o Iterpa; redução de tarifas de energia para atividades agroindustriais familiares e estudo de viabilidade de áreas para desenvolvimento de agroindústrias (zoneamento de potencialidade); criação de um fundo de assistência técnica e revitalização da Emater; implantação de escolas de 5ª a 8ª série na área rural, no sistema modular, sob a responsabilidade do estado, transporte escolar, destinação de recursos para através de convênios para as EFAs, criação de uma escola agrotécnica em Marabá e qualificação de professores; destinação de recursos para um programa de capacitação e formação de agricultores familiares em atividades de ecoturismo.

²³⁹ O Pronera foi implantado numa parceria entre as entidades sindicais, o MST e uma equipe de professores do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará da UFPa, em Marabá.

Apesar do Incra continuar sendo o principal alvo das mobilizações e a reforma agrária a bandeira de luta mais importante, outros órgãos da administração federal e estadual passaram a ser demandados e novas bandeiras de luta passaram a figurar na pauta. A educação no meio rural, denominada pelas entidades sindicais e pelo MST de Educação do Campo e a assistência técnica foram temas que se fortaleceram ao longo dos anos. Em torno de alguns desses temas desenvolveu-se uma dinâmica própria articulando os atores concernidos, como foi o caso da Educação do Campo e da assistência técnica. Encontros, seminários e outras atividades foram desenvolvidos visando aprofundar e consolidar ações direcionadas para essas temáticas. Fortaleceu-se o movimento em torno da implantação de EFAs, ampliou-se o Pronera, inclusive para 2º grau, e diversificaram-se as atividades do MST na educação do campo. As entidades sindicais priorizaram a formação em nível fundamental e médio (implantação de EFAs e o Pronera); além das atividades em nível do ensino fundamental, o MST assinou convênios com a UFPa para criação de cursos de graduação, adaptados metodológica e filosoficamente à questão do campo, como foram os casos do curso Pedagogia da Terra (campus de Belém) e Agronomia (Campus de Marabá).

Apesar da reivindicação de revitalização da Emater, as entidades sindicais fortaleceram o processo de assistência técnica aos assentados por meio de programas como o Lumiar²⁴⁰. O Lumiar determinava que a indicação de técnicos e das prestadoras de serviço fossem prerrogativa das entidades representativas dos agricultores. Dessa forma, o Lumiar reforçou um formato de assistência técnica que as entidades sindicais já defendiam: uma assistência técnica pública não estatal. Em 2005 já havia 10 prestadoras de serviços atuando na região sul e sudeste do Pará. O corpo técnico dessas prestadoras era formado por 311 profissionais de nível médio e superior com diferentes formações. Segundo Oliveira (2003), dentre os principais contratados pelas prestadoras de serviços encontravam-se profissionais da área de agronomia, assistência social, pedagogia, engenharia florestal, geografia, licenciatura em letras, licenciatura em ciências agrárias, administração de empresa, sociologia, zootecnia e tecnólogo em agropecuária.

Apesar do INSS já ter sido alvo de manifestações no primeiro acampamento, só a partir de 1999 apareceu um conjunto de reivindicações direcionadas a esse órgão. Dentre as reivindicações feitas mereceram destaque as seguintes: aumento do quadro funcional do posto regional do INSS para atender a demanda; melhoria da estrutura do posto regional; afastamento de funcionários por mau atendimento e desrespeito ao cumprimento de acordos; garantia de recursos para que os funcionários realizassem as pesquisas para fins de comprovação e homologação de processos; garantia de que os postos regionais recebessem os processos enviados pelos STRs e fim dos privilégios e os favorecimentos políticos dentro dos postos regionais. Em todas as passeatas realizadas pelos acampados, o posto do INSS era ponto de manifestação. Esta preocupação em desfilar e discursar na frente do INSS mostrava a importância que questões como aposentadoria rural, auxílio maternidade e outros tipos de políticas sociais assumiam no contexto regional.

A questão da segurança pública sempre foi uma preocupação das entidades representativas e de apoio, mas os acampamentos deram a essa discussão um lugar de destaque. A falta de resolução dos crimes contra dirigentes sindicais, líderes do MST e agricultores, bem como a crescente onda de despejos e ações de reintegração de posse verificadas a partir do ano 2000, ampliaram as reivindicações direcionadas à Secretaria de Segurança Pública. Para se ter uma idéia da gravidade dessa questão, uma das

²⁴⁰ Recentemente através do programa de ATES.

reivindicações do acampamento de 2001, exigia que o Estado definisse a data do julgamento dos policiais que participaram do massacre de Eldorado dos Carajás; que não se cumprisse liminar de despejos de famílias cujas áreas estavam em negociação com o Incra; que se concluísse os processos que apuravam crimes praticados contra trabalhadores rurais e; a prisão imediata dos intermediários e mandantes do assassinato do líder sindical José Dutra, assassinado em Rondon do Pará, em novembro de 2000. As reivindicações direcionadas à Secretaria de Segurança Pública eram embasadas no dossiê sobre a violência no campo elaborado anualmente pela CPT.

Pudemos constatar nas páginas anteriores que as pautas de reivindicações dos Grandes Acampamentos assumiram uma importância central no processo de mobilização social no sudeste paraense. Um grande número de pessoas e instituições se envolveu em torno de sua construção e no processo de negociação. Seu conteúdo se modificou ao longo dos anos, apesar de manter um núcleo central direcionado para a política de assentamento. Esse fato não foi um mero detalhe. A política de assentamento, ou de reforma agrária, como muitos preferiam chamar, se transformou no elo de ligação com outras políticas do Estado. Os Projetos de Assentamentos surgiram no cenário político local como pólo aglutinador da ação do Estado em diferentes níveis. Apesar de visões diferentes sobre o verdadeiro papel dos assentamentos no desenvolvimento regional podemos afirmar que eles têm contribuído para mudar as relações entre os diferentes atores sociais, criar novas dinâmicas econômicas, modificar o cenário político em nível dos municípios e gerar novos espaços de negociação entre as agências do governo e a sociedade local. Corroborando com resultados de pesquisas realizadas por Leite *et al* (2004), podemos afirmar que a mobilização dos agricultores por meio de ações como os Grandes Acampamentos contribuíram em grande medida para consolidar esse quadro.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostrou a capacidade das entidades de representação dos agricultores familiares de se fazer ouvir e respeitar pelo Estado, gerando impactos significativos no espaço sócio-econômico regional. A realização de uma reforma agrária no sudeste do Pará, nos níveis verificados atualmente, jamais seria feita se dependesse apenas da vontade política dos governantes e da elite política local. A mobilização do sindicalismo de trabalhadores rurais, a chegada e o fortalecimento do MST, o surgimento de novas entidades de representação, o apoio e a solidariedade de diferentes instituições forçaram uma distribuição de terras jamais vista. Segundo estudos realizados por De Reynal (1999), em seis municípios da região sudeste do Pará em 1996, aproximadamente 53% da área agrícola desses municípios estavam sob o domínio da agricultura patronal e empresarial e 47% sob o domínio da agricultura familiar. Isto mostra, que as políticas públicas ajudaram a equilibrar mais esse cenário, mas os próprios agricultores já haviam tomado a iniciativa de ocupação dos espaços.

A estrutura e organização sindical tradicional foram fundamentais para articular lutas localizadas, enfrentar a violência e resistir na terra, mas enfrentavam dificuldades de definir e articular lutas no espaço regional. Em meados dos anos noventa, as entidades sindicais do sudeste paraense aparentavam uma certa incapacidade de responder às demandas de seus filiados diante da nova conjuntura política e econômica do país. A consolidação da FRS marcou uma nova fase do sindicalismo de trabalhadores rurais e mudou radicalmente essa situação. Mesmo mantendo uma estrutura verticalizada e muito centralizada nos dirigentes, a criação da FRS inovou a ação sindical por meio da articulação regional das lutas. A capacidade de articulação das entidades sindicais com outros atores como MST e as novas entidades de representação que surgiram no decorrer da década de noventa, foi outra inovação do sindicalismo.

A presença do MST agregou um conjunto de inovações ao repertório de ação coletiva (TILLY, 1984) e às formas organizativas dos agricultores e entidades sindicais da região. Com uma estratégia de comunicação mais agressiva com a sociedade e táticas de enfrentamento mais ousadas, o MST se colocou na disputa pela representação de uma parcela da população, que, historicamente, se aproximava das entidades sindicais rurais. Essa parcela da população era (e continua sendo) constituída por migrantes sem terra (agricultores ou não), ex-pequenos proprietários em outras regiões, dispensados das grandes obras (ex: hidrelétricas), egressos de trabalhos temporários em fazendas, desiludidos de garimpos e desempregados de várias profissões urbanas. Uma heterogeneidade semelhante à constatada por Martins (2003) a partir de um estudo comparativo em assentamentos de várias regiões do país.

Além do MST, outros atores coletivos foram se constituindo no decorrer da década de noventa. Vários fatores influenciaram o surgimento dessas novas entidades de representação, dentre eles: i) divergências internas no âmbito das entidades sindicais; ii) disputas em torno das políticas públicas, notadamente, aquelas direcionadas à implantação e consolidação de assentamentos e; iii) disputa entre grupos políticos pelo controle das entidades de representação. Esses grupos se colocaram como porta-vozes de parcela dos agricultores familiares e dos assentados. Nesse contexto de disputas, dentro e fora da esfera sindical, surgiram as associações, centrais de associações, federação de associações, cooperativas e federação de cooperativas e, mais recentemente, a Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará (Fetraf-Pará).

O sindicalismo de trabalhadores rurais deixou de ter a exclusividade da representação política dos agricultores. Essa diversidade de entidades significava também uma adequação à evolução do espaço social enquanto espaço de disputa de projetos políticos e econômicos. Como afirmou Petit, “as práticas políticas não estão apenas determinadas pelas mudanças na estrutura econômica, mas também, entre outros fatores, pela capacidade de adaptação dos sujeitos sociais aos novos tempos econômicos e políticos” (PETIT, 2003: 185). A nossa preocupação aqui não foi de ressaltar a maior capacidade de um ou outro ator social nesse processo. Mas, podemos inferir que a hegemonia de um ou outro grupo determinou (determinará) o tipo de projeto político e econômico para a sociedade regional.

A experiência vivenciada nos anos 90 pelo conjunto de atores sociais no sudeste paraense, mostrou que a mobilização permanente dos agricultores familiares dotou-os de um “poder social” (OFFE, 1989), capaz de afetar a ação do Estado. A realização dos Grandes Acampamentos foi a maior demonstração desse poder social dos agricultores. Por meio dessa ação exerceram pressão sobre as agências do governo focando sobre três pontos complementares: i) atendimento das reivindicações relativas à implantação e consolidação dos assentamentos, incluindo política de crédito, políticas sociais, programas de melhoria da infra-estrutura, programas de assistência técnica e educação; ii) o aumento do orçamento destinado para os diferentes programas e; iii) a denúncia das irregularidades no uso dos recursos públicos. Esses eixos comuns a todos os municípios da região, mantinham os agricultores familiares mobilizados o ano inteiro. Ora construindo a demanda, ora pressionando pela liberação dos recursos, ora fiscalizando a aplicação dos recursos.

O acampamento traduzia o acúmulo de discussão durante um certo período de tempo. A ação de massa e a mobilização social, substituíram os expedientes que se tornaram corriqueiros na ação sindical. Abaixo-assinados, ofícios, dossiês e outros expedientes do gênero passaram a ser instrumentos secundários e complementares às grandes mobilizações. A mobilização e a ação de massa passaram a ser a referência da luta (CHAMPAGNE, 1996). Como assinalou Comerford (1999), era como se um “corpo coletivo” tivesse re-aparecido e mostrado a força que possuía. Corpo coletivo que ia bem além da ação das entidades representativas. Em todos os acampamentos o número de agricultores mobilizados foi de aproximadamente 10 mil. Isto dava legitimidade às entidades de representação e seus dirigentes.

As disputas no campo da representação (BOURDIEU, 2000) levaram as entidades representativas dos agricultores familiares a definir novas formas de ação. Nesse sentido, a apresentação passiva de pautas assinadas por um certo número de demandantes foi substituída pela manifestação pública de suas necessidades e interesses; deixaram de negociar pequenas solicitações baseadas em problemas isolados de cada STR pela negociação coletiva de cunho regional; abandonaram uma postura de medo frente às estruturas do Estado pela coragem do enfrentamento; trocaram a noção de luta individual das instituições por uma noção mais próxima de grandes movimentos.

Entretanto, acampamentos, ocupação de prédios públicos, bloqueio de estradas e ferrovias, passaram a fazer parte das ações políticas de um conjunto maior de atores coletivos regionais. Algumas delas deixaram de ser característica da ação das entidades sindicais e do MST, como foi o caso do bloqueio de estradas. Em vários municípios da região, outros segmentos do meio rural como pecuaristas e empresários do ramo madeireiro, se utilizaram dessa prática para protestar contra o governo ou para se contrapor às ações das entidades sindicais e do MST. Recentemente, uma associação de prefeitos da região, ameaçou interditar a ferrovia por onde a CVRD escoia o minério de

ferro da jazida de Carajás, com o objetivo de forçar o poder legislativo e executivo a decidir pela criação do Estado de Carajás.

A criação de novos espaços de discussão e a centralidade das políticas públicas gerou novas formas de relações entre as entidades sindicais e as agências do Estado. À medida que os atores sociais passaram a se encontrar quase que regularmente nos diferentes espaços de discussão como Comissões Especiais, Câmaras Técnicas, Comissão de Gestão e outros mecanismos²⁴¹, aumentava a tolerância em relação às diferenças políticas e ideológicas. Com essa participação intensa nos espaços de negociação e implementação de políticas, as entidades sindicais passaram a ter uma nova percepção sobre a gestão das políticas. Dentro dessa nova percepção alguns sindicatos se propuseram a fazer a gestão direta de recursos da política de assentamento.

Os argumentos dos dirigentes sindicais apontavam na direção de uma mudança nas funções do sindicato, que extrapolavam, inclusive, a discussão dicotômica político/econômica. A noção de responsabilidades do STR como uma entidade representativa de um segmento da sociedade foi substituída por uma noção mais ampla de prestação de serviços à sociedade e não apenas aos agricultores familiares. Dessa forma, tomar para si a responsabilidade de executar obras de infra-estrutura, levou o STR a desempenhar funções de “quase secretaria de obras”, ou de “quase um setor da prefeitura”. O STR passou a realizar operações burocráticas como processos de licitação, contratação de empresas, tomada de preços e outras tarefas típicas da administração pública. Além disso, o STR continuou com sua função de mobilização dos assentamentos e das associações para o processo de definição de prioridades.

A discussão sobre as funções políticas e econômicas das entidades sindicais foi substituída por um pragmatismo operacional. Alguns sindicatos passaram a assumir, mediante convênio com o Incra, a responsabilidade pela execução de obras como estradas e construção de casas. Até então, os convênios para construção de infra-estrutura nos assentamentos eram prerrogativa das prefeituras. A ampliação de funções do STR, para além das funções tradicionais de representação, poderá acarretar diferentes conseqüências: uma primeira seria a projeção dos dirigentes sindicais para outras esferas do espaço social como, por exemplo, a política partidária; uma segunda seria o aumento da influência política do STR em outros segmentos que não o da produção familiar; uma terceira, conseqüência da segunda, é o aumento do quadro social pela vinculação direta entre a execução de obras públicas e o STR; uma quarta seria o aumento da disputa entre grupos políticos pela direção do STR. O efeito concreto dessa ambigüidade das funções dos sindicatos será objeto de estudo futuro.

Os agricultores familiares e os sem terra, representados por diferentes entidades, se afirmaram enquanto atores políticos decisivos dentro dos processos desencadeados regionalmente. A presença marcante das entidades de representação desse segmento de produtores rurais, seja em discussões do desenvolvimento nacional como a política de produção de energia hidroelétrica, a construção de hidrovias, a implantação de grandes projetos de mineração para exportação, seja nas discussões de desenvolvimento regional como a política de criação de assentamentos, créditos diferenciados, desmatamento e gestão dos recursos naturais, foram indicativos dessa importância política assumida ao longo da década.

Após anos de descaso a política de assentamentos só voltou a ser implementada no sudeste paraense a partir de 1995 no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, chegando ao pico máximo em 1999. Esse período coincidiu com a retomada da organização sindical no sudeste paraense. O sindicalismo de trabalhadores rurais

²⁴¹ Ver Simões (2006).

iniciou um processo de atuação regionalizada e um ciclo de mobilizações cujo alvo principal foi a política de reforma agrária do governo FHC. A forte tensão social que assolava a região, exigiu do governo medidas emergenciais. A criação da SR27-Marabá visava criar as condições para uma interlocução direta das entidades representativas dos agricultores e o Estado. intenção que só se concretizou após as fortes mobilizações dos agricultores e suas entidades representativas. Observando o período de 1987 a 2005, percebeu-se que aproximadamente 70% dos assentamentos foram criados no intervalo de 1996 a 2002, período das maiores mobilizações dos agricultores. No período de 2000 e 2001 o ritmo de criação de assentamentos desacelerou. Essa tendência se manteve inclusive após a eleição do presidente Lula em 2002.

O ritmo de criação de PAs e do número de famílias assentadas decresceu no primeiro ano do governo Lula. Nem o aumento da violência nos conflitos fundiários verificados a partir de 2001 sensibilizou a ação governamental. Em 2004 foi criado o menor número de PAs desde 1995. Portanto, o novo cenário político que se formou com a eleição do presidente Lula influenciou a atuação dos atores sociais locais e especialmente dos órgãos públicos. Identificamos alguns elementos explicativos para essa mudança: i) a intensa disputa entre os grupos que apoiaram a eleição do presidente Lula pelo comando dos órgãos da administração federal na região, especialmente do Incra paralisou as atividades de reforma agrária no ano 2002²⁴²; ii) a decisão do governo federal de priorizar as áreas já reformadas em detrimento da criação de novos assentamentos; iii) a falta de experiência da equipe técnica que assumiu a SR27 e; iv) a forte oposição do movimento sindical e do MST à nova Superintendência.

As mudanças políticas em nível nacional e regional com a eleição do presidente Lula em 2002 alteraram o curso de alguns acontecimentos. Os acampamentos continuaram como uma prática coletiva, mas sem a mesma força mobilizadora de antes e sem causar tanto impacto junto à sociedade local. Vários fatores contribuíram para essas alterações, dentre eles: i) a dificuldade das entidades de representação lidar com um governo que ajudou a eleger; ii) a disputa entre as diferentes entidades de representação pelo poder de falar em nome do maior número possível de famílias assentadas; iii) a divergência entre entidades sindicais e setores do PT estadual em torno da indicação do nome do gestor local do Incra²⁴³; iv) a pressão exercida por outros segmentos do meio rural sobre o Estado. Tudo leva a crer que a diminuição da eficiência dos acampamentos enquanto instrumento de luta no novo contexto político, foi devido também pelo fato deles terem se tornado uma prática previsível, como parte de um “ritual político” (CHAMPAGNE, 1996:190). Se por um lado, esses fatores diminuíram a força de mobilização dos agricultores, por outro, os espaços de negociação não foram interrompidos.

Numa região onde as características da sociedade moderna se mesclaram a práticas sociais como a violência contra dirigentes sindicais, religiosos e apoiadores, a luta de diferentes atores pelo reconhecimento social, acesso às condições básicas de sobrevivência, poder político e pela melhoria econômica, se misturaram num redemoinho sem fim. Os atores sociais em conflito geraram novas normas de

²⁴² A disputa em torno do nome a ocupar o cargo de superintendente do Incra/SR27/Marabá demorou quase 6 meses.

²⁴³ As entidades sindicais indicaram o nome do coordenador local da CPT para ocupar o cargo de gestor local do Incra. O setor majoritário do PT no estado indicou outro nome. O governo federal nomeou a indicação do setor majoritário do PT. Na época, uma nova tendência havia sido criada no PT (Articulação Socialista – AS) e a entidade sindical do sudeste paraense era signatária da criação dessa corrente. O MST se manteve afastado dessa discussão. A posição manifestada pelos dirigentes do MST era que não importava quem fosse o gestor da Superintendência. A cobrança seria a mesma (Entrevista n° 13)

convivência, de apropriação e uso dos recursos naturais, de gestão dos recursos públicos, desenvolveram novos processos produtivos e novas visões de mundo.

Essa profusão de acontecimentos talvez seja o marco de um novo aprendizado que transformará a região social e politicamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JUNIOR, J. G. de. (Org.). **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense; Brasília”CNPq, 1986.
- _____. Política de conflitos: o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990). In: **Cadernos do CEDI**, nº 21. Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- _____. **Quebradeiras de coco Babaçu: identidade e mobilização**. São Luis: III Encontro de Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995.
- ALMEIDA, M. A. F. de. **A ocupação recente da Amazônia através das grandes empresas pecuárias**. Belém: NAEA, 1982. Dissertação (Mestrado). 182 p.
- ALMEIDA, R. H. **Araguaia-Tocantins: fios de uma História Camponesa**. Marabá: Fórum Carajás, 2006.
- BARBOSA, O. **Diamante no Brasil, histórico, ocorrência, prospecção e lavra**. Rio de Janeiro: CPRM, 1991.
- BARROS, M. V.M. **A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiunas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia**. Marabá, Campus Marabá/UFPA, 1992. (Monografia). 96 p. Departamento de Geografia-UFPA
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus: Elsevier, 2004. (3ª reimpressão).
- BOFF, C. **Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOFF, L. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.
- _____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.
- _____. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- BRITO FILHO, G. **As experiências do MST na organização de assentamentos rurais no estado do Pará**. Marabá: 2006. (mimeo.)

- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTRO, E. M. R. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. *In: Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia*. (Orgs.) CASTRO, E. M. R. de. & HEBETTE, J. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- CEDI. **Povos Indígenas do Brasil**. V. 8. Sudeste do Pará (Tocantins). São Paulo: Cedi, 1985.
- CESE. **Rumos do Sindicalismo Rural: III Consulta Sindical**. Salvador: CESE, 1994.
- CHAMPAGNE, P. La manifestation. *In: Actes de la recherche em Sciences Sociales*, 52/53, 1984.
- _____. **Formar opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAVES, C. A . **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 2000.
- COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. *In: No mar, nos rios e na floresta: faces do campesinato no Pará*. (Orgs.) HEBETTE, J; MAGALHÃES, S. B. & MANESCHY, M. C. Belém: Edufpa, 2002.
- CONCEIÇÃO, M. **Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão** (Entrevista e edição de Ana Maria Galano). Petrópolis: Vozes, 1980.
- CORCUFF, F. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru/SP: EDUSC, 2001. (Tradução: Viviane Ribeiro).
- COSTA, L. F. C. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.
- COSTA, F. de A . Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos do NAEA**. Belém: NAEA, Vol. 1 n° 1, junho de 1998.
- _____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000a.
- _____. Políticas públicas e dinâmicas agrárias na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. *In: Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. (Org.) COSTA, F. A . & TURA, L.R. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000b.

- CUNHA, P.R. **O camponês e a história: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva.** São Paulo: IPSO, 2004. (Série memória & história, nº 4).
- DA MATTA, R. & LARAIA, R de B. **Índios e Castanheiros. A empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins.** 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DE REYNAL, V.; HÈBETTE, J.; MUCHAGATA, M. G.; TOPALL, O . **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica - LASAT-CAT/GRET/UAG,** 1995. 70 p.
- _____. **Agricultures em front pionnier amazonien, région de Marabá** (Pará, Brésil). Tome I. Paris: Institut de Agronomie de Paris-Grigon, 1999. 1.413 p. (Tese de Doutorado).
- DURKHEIM, E. **Leçons de sociologie.** Paris: PUF, 1969.
- ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- EMMI, M. F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. *In: Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia.* (Orgs.) CASTRO, E. M. R. de. & HEBETTE, J. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- _____. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.
- ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. Sindicalismo e luta pela terra. *In: Cadernos do CEDI, nº 21. Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias.* Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- FAVARETO, A. da S. **Agricultores, trabalhadores – Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. (Dissertação de Mestrado)
- FERNANDES, M. **Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista.** Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- _____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia.** Petrópolis: Vozes, 1986. 115p.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GASQUES, J. G. & YOKOMIZO, C. Avaliação dos incentivos fiscais da Amazônia. *In*: DELGADO, G. C. & VILLA VERDE, C. M. (Org.) **Agricultura e Políticas**. Brasília: IPEA, 1990.
- GIANNOTTI, V. & NETO, S. **CUT: por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1991.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes: FASE, 1987.
- GUERRA, G. A. D. **Das associações de Lavradores aos Sindicatos de Lavradores**. Trabalho apresentado no IV Encontro Regional do PIPSA, 1988. (mimeo).
- _____. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 170 p.
- GUERRA, G. A.D. e ACEVEDO MARIN, R. E. “Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará”. Salvador: **Cadernos do CEAS**, v. Mar/Abr, nº 126, 1990.
- HALL, A. O programa Grande Carajás: gênese e evolução. *In*: HÈBETTE, J. (Org.) **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Ed. Vozes: FASE: NEA/UFPA, 1991. P. 38-45
- HAASSCHER, G. **Filosofia dos direitos do homem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- HÈBETTE, J. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense. *In*: **Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia**. (Orgs.) CASTRO, E. M. R. de. & HEBETTE, J. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- _____. **O sindicalismo dos trabalhadores rurais na micro-região de Marabá**. 1997. (mimeo).
- _____. O surgimento do programa CAT: A luta camponesa pela terra. *In*: HÈBETTE, J., NAVAGANTES, R. da S. (Orgs.) **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA/CAT, 2000. P. 27-36.
- _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004a. vol. I
- _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004b. vol. II
- _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004c. vol. III

- _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV
- HÉBETTE, J., & NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.) **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia.** Belém: UFPA/CAT, 2000. P. 27-36.
- HÉBETTE, J. & MARIN, R. A . Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. *In*: COSTA, J. M.M. Ed. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- HÉBETTE, J. *et al.* Políticas públicas e acesso à terra no estado do Pará: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira (1995-2002). **Relatório de pesquisa.** Belém, julho 2002a.
- HENCHEN, M. J. **O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica.** Belém: UFPA, 2002. 129p. (Dissertação de Mestrado)
- HOFFMAN, R. **A concentração e posse da terra no Brasil. Encontros com a civilização brasileira,** 7. Rio de Janeiro, 1979. P. 207-221.
- HÖHN, H. **A exploração de diamantes no Rio Tocantins.** Belém: SEICOM, 1996.
- HOMMA, A. K. O.; CARVALHO, R. de A.; FERREIRA, C. A. P. e NASCIMENTO JÚNIOR, J. de D. B. **A Destruição de Recursos Naturais: O Caso da Castanha-do-Pará no Sudeste Paraense.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. (Doc. No. 32).
- IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Classe e Nação.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- IICA. **Informações preliminares para a formulação do plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Sul e Sudeste paraense.** 2000. Mimeografado.
- INTINI, J.M. **Luzes e Sombras Negociação e Diálogo no Sul e Sudeste do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar.** Belém: UFPA, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- JATOBÁ, J. et al. Expansão capitalista: o papel do Estado e o desenvolvimento regional recente. **Pesquisa e planejamento,** 10. Rio de Janeiro, 1980.
- JULIÃO, F. O que são as ligas camponesas. **Cadernos do Povo Brasileiro.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilizações Brasileiras S.A., 1962.

- KRAYCHETE, G. - Economia regional e projetos empresariais na Amazônia *In: Amazônia: Mito e Desenvolvimento* - Rio de Janeiro: CESE, 1995. n 4, ano V (DEBATE). Bibliografia: p. 55 - 80.
- LAET. O contexto da criação do Paet. In: (Org.) SABLAYROLLES, P. & ROCHA, C. **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003.
- LAMARCHE, H. (Coord.) A agricultura familiar: comparação internacional; tradução: Ângela Maria Naoko Tiwija. 2.ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.
- _____. (Coord.) A agricultura familiar: comparação internacional; tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.
- LEDESMA, M.P. **“Cuando lleguen los días de colera”: movimiento sociales, teoría y história**. Espanha: Zona Abierta, 1994.
- LEITE, S. *et al.* **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Estudos NEAD; N° 6)
- LEROY, J-P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes: FASE, 1991. 213 p.
- _____. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÈBETTE, J., NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.) **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA/CAT, 2000.
- MAGALHÃES, S.B. Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÈBETTE, J. (Org.) **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Belém, Vozes: FASE: NAEA/UFPA, 1991. P.176-198.
- _____. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J.S. et al (Orgs.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia - uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARESCA, S. **Les dirigeants paysans**. Paris: Minuit, 1983.
- MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

- _____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e e a constituição de classe no campo.** Campinas: UNICAMP, 1995. (Tese de Doutorado).
- _____. Sem Terra, "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Em publicação: **Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4.
- _____. **Movimentos Sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MELLUCI, A. . **“Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento”**. . São Paulo. In: Novos Estudos Cebrap, novembro de 1994.
- _____. **Um objeto para os movimentos sociais?** In: Lua Nova, 17 de junho de 1989.
- _____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1978.
- MIGUEL, L.F. **Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política.** RBCS, Vol. 18, nº 51, fevereiro de 2003.
- MIRANDA, E. de A. . **Espaço e tempo vividos por Manu: memórias e perspectivas sobre as transformações sócio-espaciais e políticas do sudeste do Pará.** Belém. NAEA, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- MONTEIRO, M. de A. **Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Novos Cadernos do NAEA,** Belém, vol. 8, nº 1, p. 141-187, jun. 2005.
- MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice: ANPOCS, 1988.

- NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOVAES, R. R. Dissolver a neblina. In: **Revista Teoria & Debate**. n.8, São Paulo, 1989.
- _____. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO Jr., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, O. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: **A Questão Agrária Hoje**. (Org.) STÉDILE, J. P. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1994.
- OLIVEIRA, M. C. C. de. Projeto Zone Atelier: Eixo observatório regional da região sudeste do estado do Para. Relatório de atividades, LASAT/NEAF/UFPA, Marabá, Para, pg. 10 e 11, 2003
- PACHECO, M. E. L. & LEROY, J. P. Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema? In: **Cadernos do CEDI**, nº 21. Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- PALMEIRA, M. Burocracia, Política e Reforma agrária. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. (Orgs.) MEDEIROS, L.S. et al. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- PAULA, E. A. de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005. (Série Dissertações e Teses – 7).
- PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense**: o caso da Fazenda Bela Vista. Viçosa: UFV, 2004a. 205p. (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Teoria, debate e balanço de resultados. Rio de Janeiro: CPDA, 2004b. (Dissertação de Mestrado).
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

- PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PICARD, J. O clientelismo nas colônias agrícolas no sudeste do Pará. *In: A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, MPEG, 1994. p. 279-299.
- PIÑEIRO, D. E. La construcción de la identidad de la acción colectiva em el campo latinoamericano. *In: Movimientos Sociales em América Latina*. ALASRU: Análisis latinoamericano del medio rural, n° 2. México, 2005.
- PINTO, L. F. **CVRD a sigla do enclave na Amazônia: as mutações da estatal e o estado imutável no Pará**. Belém: Cejup, 2003 (Coleção Amazônia.doc).
- REYNAL, V. de. et al. **Agriculturas familiares e desenvolvimento na frente pioneira Amazônica**. Belém: LASAT/CAT: GRET: DAT/UAG, 1995.
- RICCI, R. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Capinas/SP: Ed. Unicamp, 1999.
- SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1980.
- SANTOS, J. V. T. Lutas agrárias e cidadania. *In: Viola E. J. et al (Org.). Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1989.
- SANTOS, J. V. T. *et al.* **Conflitos sociais agrários**. Relatório de pesquisa. Projeto de cooperação técnica. MEPEF-IN CRA/FAO, 1998.
- SAUTHUCK, J. **O projeto Jarí. A invasão Americana**. São Paulo: Brasil Debates, 1979.
- SCRIBANO, A. Reflexiones sobre uma estratégia metodológica para el análisis de las protestas sociales. *In: Sociologias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Vol. 1 n° 1 (jan/jun). Porto Alegre: UFRGS.IFCH, 2003.
- SIGAUD, L. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 2000.
- SILVA, J. F. da. & FERRI, G. Z. **A Questão Agrária na I CONCLAT**. Campinas: Reforma Agrária, v. 11, no 06, p. 17-25, 1981.
- SIMÕES, A.V. **La réforme agraire em Amazonie bresilienne: innovation et apprentissage social**. Toulouse: Université Toulouse II –Le Mirail, 2007. (Tese).

- TARROW, S. **Power in Movement: social movements, collective action and politics**. Stamford Road: Cambridge University press, 1994.
- TAVARES, V. P.; CONSIDERA, C. M.; CASTRO e SILVA, M. T. L.L.de. - **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. 212 p.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, C. Social Movements and National Politics. In: **Statemaking and Social Movements**. BRIGHT, C. & HARDING, S. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1984.
- _____. **The Contentious French: Four Centuries of Popular Strug**. Cambridge, Mass.: The Belknap of Harvard University Press, 1986.
- TOURAINÉ, A. A sociologia da ação. Uma abordagem teórica dos movimentos sociais. São Paulo. In: **Anais do seminário O retorno do ator**, 1999a.
- _____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA: ITERPA, 2001.
- TURA, L. R. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. (Org.) COSTA, F. A. & TURA, L.R. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.
- _____. **Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGS, 1996. 146 p. (Dissertação de mestrado).
- VELHO, O. G. **Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VENCELAU, P. de T. Limpar o terreno. In: **Revista Teoria & Debate**, n.6, São Paulo, 1989.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura** n° 21, Rio de Janeiro, 2003.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Ciência e Polícia: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1983

_____. **Economia y Sociedad**. México: FCE, 1984.

Documentos consultados

ARCA dos moradores da área do reservatório da Barragem de Tucuruí. n° 01. Tucuruí: SUYA, set. de 1982 a jan. de 1983.

CPT. Violência no campo: A luta pela terra na Diocese de Marabá em 1998. Marabá, 1998.

CPT. Relatório da violência no campo em 2001: sul, sudeste e micro região de Belém. Marabá, 2001.

CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 09 a 25 de novembro de 1997. (Dossiê, 191 p.).

CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 26 de abril 15 de maio de 1999. (Dossiê).

CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 16 a 28 de julho de 2000. (Dossiê).

CPT & FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, março de 2001. (Dossiê).

CUT. Encontro de Delegados Representantes dos STRs – Texto para Discussão. Belém, 27 a 29 de junho de 1986b. (mimeo).

CUT. II Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais – CUT/Pará – Relatório dos grupos: Sindicalismo, organização dos sindicatos e delegacias sindicais. Belém, 26 a 29 de junho de 1986c. (mimeo).

FETAGRI. Discurso de posse. Belém, 30 de março de 1987a.

FETAGRI. Ofício circular no 4/87. Belém, 3 de abril de 1987b.

FETAGRI. Luta e Resistência: acampando no Incra, entrando para a história (Relatório). S/D.

FETAGRI. I Congresso Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá. Belém, 1990.

FETAGRI. II Congresso Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá: Roteiro de Discussão. Belém, 1993.

FETAGRI. III Congresso Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará: Resoluções. Belém, março de 1996.

FETAGRI . Carta da Fetagri aos STRs de 16 de outubro de 1997a.

FETAGRI. Carta ao presidente do Incra/Brasília/DF. Dr. Milton Seligmann. Marabá, 10 de novembro de 1997b.

FETAGRI. Fluxograma da Fetagri. Belém, 1999.

FETAGRI REGIONAL SUDESTE. I Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Sudeste do Pará. Marabá, 1999.

FETAGRI. Termo de Filiação. Marabá, novembro de 2000.

FETAGRI. Relação dos STRs filiados à Fetagri aptos a participarem do V Congresso (Comunicado – número de delegados (as) por sindicato). Belém, 2001a.

FETAGRI 2. Necessidades de adequação na estrutura sindical para condução da estratégia da FETAGRI. Belém, janeiro de 2001b. (mimeo)

FETAGRI 3. Resoluções do I Congresso Extraordinário dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará. Belém, janeiro de 2001c.

FETAGRI. www.dedbrasil.org.br/ama_fetagri.htm. 2004.

INFORMATIVO da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980.

INCRA. Controle de PA's criados de 1988 a 2004 (Tabela de Excel). Marabá, 2004.

O GRITO DA PA-150. Ano I, nº 4, setembro de 1980. Diocese de Marabá.

O GRITO DA PA-150. Ano I, nº 7, novembro de 1980. Diocese de Marabá.

O GRITO da PA-150, Ano I, nº 8, dezembro de 1980.

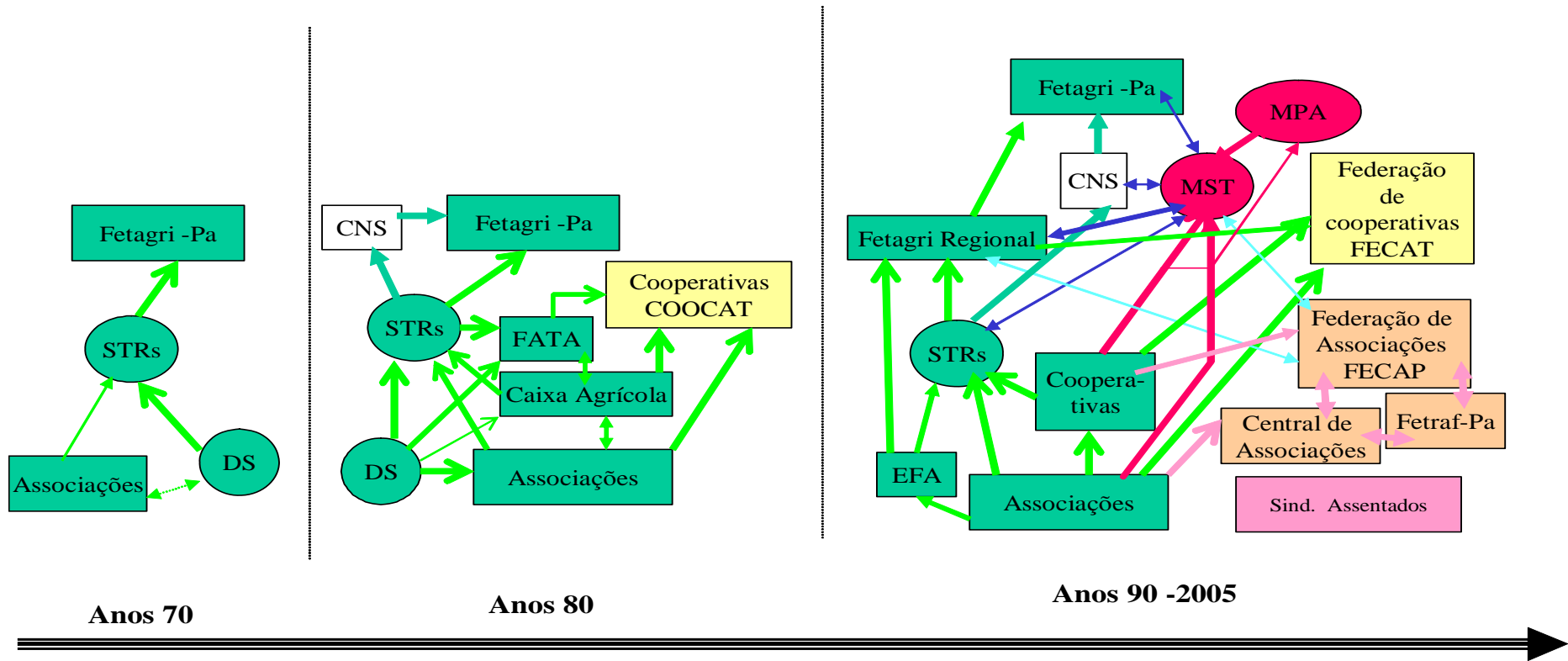
O GRITO da PA-150, Ano III, nº 13

PANFLETO DA CHAPA 2, 1986a

PANFLETO DA CHAPA 2, s/d

ANEXO

Anexo 1: esquema da evolução das entidades de representação no Sudeste do Pará



- Relações do sistema sindical/base
- Relações do MST/base
- Relações do sistema de Federações de Associações com outras entidades
- Relações do CNS com outras entidades
- Relações do MST com o sistema sindical
- Relações do sistema de Federação de Associações/base